

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Ferdinand Cavalcante Pereira**

**A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO  
VALE DO GURGUÉIA-PI: CONSTRUÇÃO DE NOVAS  
IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS**

**Porto Alegre, 2004**

**Ferdinand Cavalcante Pereira**

**A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO  
VALE DO GURGUÉIA-PI: CONSTRUÇÃO DE NOVAS  
IDENTIDADES SOCIOPROFISSIONAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, 2004

**FERDINAND CAVALCANTE PEREIRA**

**A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO  
GURGUÉIA-PI: CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES  
SOCIOPROFISSIONAIS**

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tese aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen  
PPGS/IFCH/UFRGS

---

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida  
PGDR/PPGS/IFCH/UFRGS

---

Prof. Dr. João Carlos Tedesco  
PPG HIST/UPF

---

Prof. Dr. Antonio David Cattani  
PPGS/IFCH/UFRGS

À Petronília, mãe, e Ademar,  
irmão, que, apesar dos desen-  
contros de trajetórias, nunca  
perderam a esperança na vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Para a realização deste trabalho, foi imprescindível a contribuição de inúmeras pessoas e instituições, às quais gostaria de agradecer.

Ao Professor Doutor Ivaldo Gehlen, orientador da tese, que, pela sua sabedoria e dedicação acadêmica, soube conduzir este trabalho sob a crítica da razão e da paixão criadoras, dimensões e qualidades humanas marcantes de sua orientação e amizade.

Aos professores que participaram da banca examinadora de qualificação, sob a presidência do Orientador Doutor Ivaldo Gehlen (UFRGS), Doutor Jalcione Pereira de Almeida (UFRGS), Doutor José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS) e Doutor Sigeo Shiki (UFMG-Uberlândia), pelas recomendações sugeridas ao projeto de pesquisa.

A todos os agricultores e informantes atenciosos dos Municípios de Palmeira do Piauí, Uruçuí, Manoel Emídio, Bom Jesus, Cristino Castro e Alvorada do Gurguéia, os quais, com disposição e confiança, permitiram a intrusão do pesquisador em suas maneiras de vida e trabalho, de forma que, sem a colaboração destes, jamais poderia alcançar os resultados aqui expostos. Em Palmeira do Piauí, devo ajuda e guarida fraterna à família da Senhora Antonieta, residente na sede do Município. Outra ajuda indispensável obtive das famílias do Senhor Arimatéia (São Francisco), do Senhor Expedito (Belo Monte) e da Senhora Rita (Lagoa Grande), apresentando-me às comunidades locais, oportunizando as condições necessárias à articulação da rede de contatos.

Aos colegas do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Leo, Rodrigo, Clítia, pela atenção e companheirismo dos primeiros momentos de estudo, e aos colegas do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Vanessa, Glaucilene, Lino, Osni e Alcides, pelo apoio nos momentos decisivos, compartilhando tanto das inquietações teóricas e metodológicas do percurso acadêmico quanto do prazer da descoberta

dos enigmas da vida. Parte do material bibliográfico utilizado foi objeto de partilha e discussão comum. Grato ao amigo Solimar que me acolheu nos primeiros dias de inserção na capital gaúcha.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFPI, pela compreensão e confiança demonstradas, em especial, a Ana Beatriz, Dione, Francis, Júnia e Lídia.

À Luísa, acadêmica de Estatística (UFRGS), pelo processamento de dados da pesquisa de campo. Ao Professor Rogério Veras (Centro de Tecnologia da UFPI), pelo primoroso trabalho de confecção dos mapas temáticos do Município de Palmeira do Piauí.

À minha esposa Ana e aos meus filhos Ferdinand e Maíra, suportes decisivos nesta jornada, que constituem minha dívida impagável. E também à mana Adriana.

Ao amigo Paulo Machado, companheiro de longa data, pela valiosa orientação e discussão das questões dos conflitos agrários no Piauí. Parte das idéias assumidas nesta tese é tributária dos longos diálogos mantidos durante as décadas de 80 e 90.

À UFPI, pela liberação dos quatro anos para a qualificação, e à Coordenadoria de Capacitação de Docentes da UFPI, na pessoa da Coordenadora Ana Zélia, diligente nos insossos serviços burocráticos, o meu obrigado.

À Valesca Nonnig, pela generosidade e competência técnica dispensadas na revisão final do texto, na correção ortográfica e na adequação às normas técnicas.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida no período de março de 1999 a março de 2003, via PICD-UFPI, e ao PPGS-UFRGS, pela concessão de recursos financeiros referentes à parte das despesas da pesquisa de campo.

Ferdinand Cavalcante Pereira

E o que foi feito é preciso  
conhecer para melhor pros  
seguir. Que é cobrando o  
que fomos que nós iremos  
crescer.

**Fernando Brant e Milton Nascimento**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ESQUEMAS, FOTOGRAFIAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS</b>	
<b>LISTA DE TABELAS</b>	
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	
<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>020</b>
<b>1. A PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>030</b>
<b>1.1 A Problemática.....</b>	<b>030</b>
<b>1.2 Procedimentos teórico-metodológicos.....</b>	<b>035</b>
<b>1.3 Mapa da Região e do município da pesquisa.....</b>	<b>040</b>
<b>1.4 Procedimentos da pesquisa de campo.....</b>	<b>042</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>046</b>
<b>2.1 Do progresso ao desenvolvimento .....</b>	<b>047</b>
<b>2.2 A questão do desenvolvimento sustentável .....</b>	<b>057</b>
<b>2.3 A agricultura familiar como locus do desenvolvimento rural sustentável .....</b>	<b>065</b>
<b>3 FORMAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA NO VALE DO GURGUÉIA .....</b>	<b>072</b>
<b>3.1 Ocupação socioeconômica .....</b>	<b>072</b>
3.1.1 Formação social e econômica .....	072
3.1.2 Posse e uso da terra .....	079
<b>3.2 Formas sociais na agricultura .....</b>	<b>081</b>
3.2.1 Agricultura familiar tradicional de subsistência e comercial .....	082
3.2.2 Agricultura familiar moderna .....	084
<b>3.3 A modernização da agricultura e políticas públicas .....</b>	<b>087</b>
3.3.1 O processo de modernização da agricultura piauiense .....	087
3.3.2 A incorporação do cerrado piauiense e o papel do Estado .....	089

<b>4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS NO VALE DO GURGUÉIA: TERRA, TRABALHO E MERCADO.....</b>	<b>108</b>
<b>4.1 Terra, trabalho e mercado no Vale do Gurguéia .....</b>	<b>108</b>
4.1.1 Vale do Gurguéia .....	108
4.1.2 O trabalho na vida dos agricultores familiares .....	115
4.1.3 O trabalho na reprodução social .....	139
4.1.4 O mercado local .....	143
<b>4.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar .....</b>	<b>159</b>
<b>4.3 Transformações socioeconômicas e institucionais dos agricultores familiares ...</b>	<b>174</b>
<b>5 A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO GURGUÉIA .....</b>	<b>181</b>
<b>5.1 (Re)afirmação da identidade sociocultural .....</b>	<b>186</b>
<b>5.2 Construção da identidade socioprofissional .....</b>	<b>193</b>
<b>5.3 As formas organizativas sustentáveis .....</b>	<b>197</b>
<b>5.4 A sustentabilidade da agricultura familiar: perspectivas e desafios .....</b>	<b>203</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>214</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>239</b>
<b>A - Relação e identificação dos entrevistados.....</b>	<b>240</b>
<b>B - Roteiro de entrevista com os agricultores familiares .....</b>	<b>241</b>
<b>C - Roteiro de entrevista com informantes qualificados .....</b>	<b>242</b>
<b>D - Questionário .....</b>	<b>243</b>
<b>E - Tabelas (Questionário) .....</b>	<b>255</b>
<b>F - Projetos agrícolas instalados na região em estudo, depois de 1980 .....</b>	<b>258</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>259</b>

<b>A - Tabela 1: Índices e variações anuais do PIB no Brasil — 1980-99 .....</b>	<b>260</b>
<b>B – Carta fotogramétrica de parte da região do Vale do Gurguéia (Cristino Castro-PI).....</b>	<b>261</b>
<b>C – Reportagem sobre devastação do cerrado do Piauí pelos agricultores .....</b>	<b>262</b>

## LISTA DE ESQUEMAS, FOTOGRAFIAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

### **Esquemas**

Esquema 1: Desenho da construção da tese .....	027
--	-----

### **Fotografias**

Fotografia 1: Plantio de mandioca no sistema de “roça de toco” em Belo Monte, em Palmeira do Piauí .....	145
Fotografia 2: Mata de Buriti em Manoel Emídio, no Vale do Gurguéia-PI .....	151
Fotografia 3: Criação semi-extensiva de gado bovino com silagem em Belo Monte, em Palmeira do Piauí .....	154

### **Gráficos**

Gráfico 1: Escolaridade dos membros da família de agricultores de Palmeira do Piauí - 2001.....	133
Gráfico 2: Tamanho e regime da propriedade dos agricultores de Palmeira do Piauí – 2001.....	136
Gráfico 3: Formas de uso da chapada pelos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001	138
Gráfico 4: Tamanho da área e produtos cultivados pelos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	145
Gráfico 5: Venda dos principais produtos agrícolas produzidos e extraídos pelos agri- cultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	148
Gráfico 6: Agroindústria local dos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	152

Gráfico 7: Origem da renda familiar de alguns agricultores de Palmeira do Piauí – 2001.	155
Gráfico 8: Opinião de agricultores de Palmeira do Piauí sobre as condições de vida no período de 1997 a 2001 .....	157
Gráfico 9: Percepção dos agricultores de Palmeira do Piauí sobre a política agrícola do Governo - 2001 .....	166
Gráfico 10: Opinião dos agricultores de Palmeira do Piauí sobre as políticas agrárias - 2001 .....	167
Gráfico 11: Uso de crédito para produção segundo os agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	171

### **Mapas**

Mapa 1: Vale do Gurguéia com localização do município de Palmeira do Piauí.....	040
Mapa 2: Município de Palmeira do Piauí e localidades pesquisadas.....	041
Mapa 3: Empresas privadas de colonização no Alto Parnaíba Piauiense e no Alto Médio Gurguéia.....	090

### **Quadros**

Quadro 1: Indicadores utilizados para análise das dimensões e dos eixos da sustentabilidade .....	037
Quadro 2: Sistemas produtivos e tipos de produtores nos municípios estudados .....	116
Quadro 3: Impactos e riscos constatados e estratégias alternativas adotadas pelos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	178

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição espacial dos cerrados, por estado, no Brasil e participação percentual da área do cerrado dos estados na total do Brasil .....	094
Tabela 2: Condições socioeconômicas e culturais dos municípios do Vale do Gurguéia - 2002 .....	111
Tabela 3: Principais produtos agrícolas dos municípios do Vale do Gurguéia - 2002 .....	113
Tabela 4: Perfil quanto à idade dos membros da família de agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	131
Tabela 5: Acesso às informações pelos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	133
Tabela 6: Ocupação principal dos membros da família dos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001.....	134
Tabela 7: Área produtiva e uso da terra pelos agricultores de Palmeira do Piauí -2001 .....	137
Tabela 8: Execução de atividades agrícolas por membros das famílias de agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	141
Tabela 9: Produção total das principais culturas agrícolas de Palmeira do Piauí – safra 2001 .....	147
Tabela 10: Consumo dos principais produtos agrícolas produzidos em Palmeira do Piauí - 2001 .....	149
Tabela 11: Criação de animais pelos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	153
Tabela 12: Entradas monetárias das famílias de alguns agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	156
Tabela 13: Aplicações dos recursos financeiros por alguns agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	158

Tabela 14: Participação dos agricultores de Palmeira do Piauí em entidades sociais - 2001 .....	161
Tabela 15: Assistência técnica aos agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	162
Tabela 16: Níveis de confiança dos agricultores de Palmeira do Piauí nas instituições sociais - 2001 .....	165
Tabela 17: Variáveis responsáveis pela qualidade da agricultura segundo os agricultores de Palmeira do Piauí - 2001 .....	170

## LISTA DE SIGLAS

<b>Adecobn</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário Brejo Novo
<b>Adecop</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário Palmerino
<b>Adecosf</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário São Francisco
<b>Agro-pec</b>	Empresa Agropecuária e Colonizadora
<b>APRB</b>	Associação dos Produtores Rurais de Bananeiras
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BIRD</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste do Brasil
<b>CAIPIG</b>	Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Perímetro Irrigado do Gurguéia Ltda.
<b>Campo</b>	Companhia de Promoção Agrícola
<b>CANEL</b>	Central Agrícola Nova Era Ltda.
<b>Capes</b>	Coordenadoria de Pessoal de Ensino Superior
<b>Cefas</b>	Centro Educacional São Francisco de Assis
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para América Latina
<b>Cepisa</b>	Centrais Elétricas do Piauí S/A
<b>Cepro</b>	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
<b>Comdepi</b>	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
<b>Contag</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>Cooappu</b>	Cooperativa Agroindustrial dos Pequenos Produtores de Uruçuí
<b>Cotrirosa</b>	Cooperativa Triticola de Santa Rosa Ltda.
<b>CPI</b>	Comissão Parlamentar de Inquérito
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DCS</b>	Departamento de Ciências Sociais
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>DRT</b>	Delegacia Regional do Trabalho
<b>EIA</b>	Estudo de Impactos Ambientais
<b>Emater-PI</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí

<b>Embrapa</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAEPI</b>	Federação da Agricultura do Estado do Piauí
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
<b>Fenasoja</b>	Festa Nacional da Soja
<b>Fetag-PI</b>	Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Piauí
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>Finor</b>	Fundo de Investimento do Nordeste
<b>Fiset</b>	Fundo de Investimento Setorial
<b>Funcerrado</b>	Fundação de Defesa do Cerrado
<b>Ibama</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBDF</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>IBGE</b>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFOCS</b>	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INTERPI</b>	Instituto de Terras do Piauí
<b>JICA</b>	Japan International Cooperation Agency
<b>MAB</b>	Movimento de Atingidos por Barragens
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>PAPP</b>	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
<b>PCPR</b>	Programa de Combate à Pobreza Rural
<b>PDRI</b>	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
<b>PI</b>	Piauí
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios
<b>PNNRP</b>	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>Polonordeste</b>	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
<b>Prodecer</b>	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
<b>Prodeplar</b>	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba

<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>Rima</b>	Relatório de Impactos Ambientais
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>SAAB</b>	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
<b>Semar</b>	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Cadastro Rural
<b>SPSS</b>	Statistical Package for Social Sciences
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>Sudam</b>	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
<b>Sudene</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
<b>Tropen</b>	Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
<b>UFPI</b>	Universidade Federal do Piauí
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>USAID</b>	United States Agency for International Development
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## RESUMO

Este estudo analisa o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares do Vale do Gurguéia no Estado do Piauí, ameaçados pela expansão da agricultura empresarial no cerrado piauiense. Nesse contexto de modernização agropecuária, pela ocupação capitalista — reconcentração de terra e avanço tecnológico — e pela (re)colonização da região, os tradicionais produtores familiares enfrentam os impactos e os riscos decorrentes dessa dinâmica de transformações socioeconômicas e institucionais, a partir da construção de novas identidades socioprofissionais no desenvolvimento de formas organizativas sustentáveis enquanto estratégias alternativas de sobrevivência e de reprodução social. Para tanto, esses agricultores desenvolvem relações socioculturais que se orientam tanto pela recriação de novos contextos interacionais e institucionais de sociabilidade quanto pela especialização de produtos e profissionalização. Nesse sentido, associações e cooperativas emergem como apoio à produção e à conquista de cidadania, espaço político de luta e inclusão social. A sustentabilidade da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento rural dessa região, porque a sua inserção econômica e social na produção capitalista depende de políticas públicas agrícolas e agrárias conseqüentes. A conclusão do estudo mostra que a forma social de produção familiar na região constitui o setor com maior potencial inclusivo dos seus diferentes segmentos, ressignificados segundo os valores culturais locais no uso social da terra e na organização social, para além da reprodução mercantil simples. Enfim, as relações sociais com a terra, o trabalho e o mercado confirmam a existência de novas dinâmicas características da produção familiar em curso na região, quanto à apropriação e ao uso dos recursos disponíveis, instituindo novos e/ou recriando estratégias produtivas e padrões de interação social.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, iden socioprofissional, Vale do Gurguéia.

## ABSTRACT

This work brings about an analysis about the sustainable development of agriculture families from Vale do Gurguéia in Piauí State, whose are intimidated by agriculture trade of cerrado land. During this process of agriculture and cattle raising modernization, influenced by capitalism, new distribution of land and technological advance, the traditional family agriculturists are against risks from social, economical and institutional changes, based on the construction of social and professional identities of development sustainable organizations like a new way of survive and social change. The end of this study shows that social model of familiar production in the region represents the sector with the most important potential of inclusion of different segments, so that, the social use of land and social organization are up with the behaviors of local culture. So, the social relations with the land, work and market require dynamic models of familiar production in the region, and the right use of available resources in new models of social interaction.

**Key Words:** agriculture family, sustainable development, professional identities, vale do Gurguéia, southwestern region State of Piauí.

## INTRODUÇÃO

A questão da sustentabilidade como objeto de estudo causou preocupação durante todo o desenvolvimento da tese. Sua importância crucial esteve presente tanto no início da pesquisa empírica quanto na retomada do referencial teórico e conceitual durante a análise e enfoque interpretativo dos resultados alcançados. Ressalta-se a contribuição do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, através das pesquisas coordenadas pelo Professor Ivaldo Gehlen. A aproximação e a identidade deste pesquisador com o núcleo teórico desse programa de pesquisas contribuíram de forma decisiva para ampliar as discussões sobre a construção deste objeto de investigação. Essa coincidência de perspectiva e de oportunidades, embora condicionadas pelas preocupações iniciais, conduziu as questões emergentes, que foram progressivamente evoluindo ao formato recente. Na oportunidade, o debate crescente do desenvolvimento sustentável realizado em diversos fóruns, embora se apresentasse conceitualmente pouco definido, subsidiou a formulação de aportes sociológicos de análise. A participação em eventos acadêmicos, leituras e a observação de algumas experiências sobre agricultura familiar no Rio Grande do Sul possibilitaram contato com outros aportes fundamentais no entendimento do tema.

Desse ponto de vista, a noção de sustentabilidade, apesar de pouco precisa como categoria explicativa, pode desempenhar importante papel como referência para ampliar a abordagem das dimensões selecionadas neste trabalho: social, econômica e institucional. Em vista disso, a análise da sustentabilidade está centrada nos eixos terra, trabalho e mercado.

Os estudos recentes sobre as relações sociais de produção na agricultura brasileira têm contribuído no sentido de compreender as transformações no interior das relações fundamentadas na apropriação capitalista da terra e do trabalho.

No Brasil, a preocupação com a questão agrária e suas contradições é antiga, mas nem sempre teve igual reconhecimento como questão central por todos os setores da sociedade e do Estado. Sua resolução sempre oscilou entre enfrentamentos tensos, recuos e ações pouco efetivas, que implicaram, na maioria das vezes, medidas exclusivas à esfera da economia política do capitalismo. Esse aspecto tem privilegiado os interesses e as decisões da classe proprietária e de setores da burguesia. O desenvolvimento social não ocupa a centralidade dos interesses do capital. O padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro, de caráter combinado e desigual, subordina o setor da produção agrícola à dinâmica e à lógica de expansão do capital internacional.

A agricultura familiar enquanto *locus* do desenvolvimento rural sustentável, tema central desta tese, está na pauta tanto das discussões acadêmicas e de outros fóruns sociais quanto na orientação e nas ações efetivas de políticas públicas, mobilizando os agentes dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, as entidades não-governamentais e os mais diversos setores sociais frente às novas dinâmicas e demandas que se apresentam ao País. O aspecto novo suscitado por essa problemática diz respeito ao reconhecimento dos agentes governamentais quanto à integração no planejamento do conjunto das ações públicas, como políticas de desenvolvimento social e econômico, vistas além do conteúdo compensatório até então concebido, e a participação crescente de agências privadas nacionais e internacionais nesse processo.

No Piauí, a atividade agrícola, desde o início da colonização do País pela Coroa Portuguesa, esteve reduzida à pecuária bovina de corte de forma subsidiária. Essa atividade foi desenvolvida pelos agregados das fazendas, em pequenas áreas de terra cedidas pelos

sesmeiros ou em áreas apropriadas no interstício daquelas. Seu desenvolvimento posterior manteve-se incipiente, com poucas transformações no seu processo produtivo até os anos 70 do século passado. A terra, enquanto base principal desse processo, permaneceu, durante todo esse período, concentrada em grandes propriedades e transformou-se em fonte de sustentação do poder político das elites agrárias, voltadas exclusivamente ao criatório extensivo, com baixos investimentos e rentabilidade, particularmente a partir do século XIX, enquanto outros centros produtores passaram a suprir o mercado de carne no País.

A concentração da propriedade e da renda nas mãos de poucos latifundiários no território piauiense configurou uma estrutura socioeconômica desigual, de profundas contradições, à medida que o processo de expansão da ocupação da agropecuária consolidava um padrão produtivo de acumulação, através do qual foram desenvolvidas relações sociais de produção baseadas na expropriação do trabalho dos agricultores. Estes, na condição de agregados dos latifúndios, permaneceram como mão-de-obra disponível, produzindo, assim, sua dependência (recíproca) econômica, excluídos dos benefícios do trabalho assalariado e, conseqüentemente, subordinados de forma quase servil.

Essa característica concentracionista dos fatores produtivos terra e trabalho aparentemente contraditório ao desenvolvimento capitalista teve origem na formação histórico-econômica que ainda permanece no quadro atual, sendo agravada pelas transformações tecnológicas da agricultura piauiense, que introduzem a agricultura moderna de grãos. Seu dinamismo e sua função aparecem reconhecidos, a partir dos anos 80, como sendo a vocação principal e indutora dos programas governamentais, atribuindo-lhe supostos efeitos de inclusão social e de integração econômica regional.

A orientação das ações modernizadoras dos processos produtivos está determinada por critérios econômicos, aumento de produtividade e rentabilidade. Por isso, a viabilidade das propriedades prescinde, de fato, de mudanças estruturais no processo produtivo. Portanto,

aparentemente não há contradição nesse contexto, revela-se compatível com a orientação das ações propostas pelos programas governamentais e a racionalidade do desenvolvimento capitalista desse modelo agropecuário, viabilizando transferência de renda do setor público para o privado.

Dentre as características da ocupação agrícola recente no Estado, destacam-se algumas das formas sociais de exploração agrícola que se desenvolveram no interior da estrutura econômica e fundiária marcadamente concentracionista (Bandeira, 1993, p. 72).

A principal forma de exploração esteve baseada na relação do morador com a terra alheia, pela qual o agregado produzia para subsistência do latifúndio tradicionalmente vinculado à economia agroexportadora. O desenvolvimento dessa economia possibilitou, ao longo do tempo, espaços de penetração de relações de mercado na agricultura de subsistência, sem alterar substancialmente a relação de produção desta com a agricultura latifundiária, mas estabelecendo mecanismos de espoliação indireta pela subordinação do produtor ao comprador intermediário, isto é, ao comerciante, que, em sua maioria, é o proprietário da terra (monopólio do capital comercial e financeiro) (Martins, 1975, p.16).

É importante observar nesse contexto que, por muito tempo, o proprietário de fazendas de criação, se utilizou o regime de parceria com o vaqueiro, na condição de morador ou agregado da fazenda. As formas de parceria estão sendo substituídas pela contratação de diaristas, mais freqüente nas propriedades que requereram maior produtividade do trabalho. Tende a crescer na região o mercado de trabalho especializado, até recentemente inexistente. Isso explica por que, nessa região em estudo, dominada pela agropecuária extensiva, a densidade demográfica tenha permanecido baixa historicamente. O parceiro, ex-morador ou agregado transformado em trabalhador diarista não tende a predominar numericamente na agricultura da região, quando comparado à expansão do regime de arrendamento, pois a agricultura de mercado geralmente demanda pouca mão-de-obra temporária.

Nesse contexto de mudanças, de enfrentamento de situações novas pelos agricultores familiares, algumas questões afloram e desafiam a sustentabilidade destes:

- quais as estratégias alternativas desenvolvidas pelos agricultores familiares do Vale do Gurguéia<sup>1</sup> piauiense para enfrentar os impactos e os riscos da sustentabilidade econômica e social?
- como os agricultores dispõem dos fatores produtivos e sociais para viabilizar o desenvolvimento da agricultura sem comprometer a sua reprodução social?
- quais os indicadores econômicos, sociais e institucionais que evidenciam que os agricultores estão redefinindo, ou transformando, suas práticas produtivas e sociais tradicionais sem alterar significativamente sua racionalidade produtiva orientada para a reprodução familiar?

Essas questões remetem ao objeto deste estudo a análise da sustentabilidade da agricultura familiar a partir das transformações socioeconômicas e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado no Vale do Gurguéia, decorrentes dos impactos recentes dos processos de ocupação e (re)colonização nessa região.

Para levar a termo essas questões, considerou-se a reconstrução das relações e contradições como fundamental na compreensão de sua dinâmica e seu desenvolvimento, respondendo por que e como eles conseguem, enquanto agricultores familiares, ser sustentáveis, nas dimensões discutidas no quadro teórico (Capítulo 2) e no contexto empírico de exclusão e de inclusão social sob pressão da agricultura moderna.

A especificidade que integra a dinâmica produtiva e social desses agricultores tem por base suas práticas e estratégias de ocupação e uso dos recursos disponíveis, que, em situação de conflitos, apontam reprodutibilidade desses grupos sociais. Nesse sentido, reconheceram-

---

<sup>1</sup> Referência ao Rio Gurguéia, no Sudoeste piauiense; ver Mapa 1 e mais informações a respeito no Capítulo 3.

se as inter-relações conceituais de terra, trabalho e mercado como fundamentais à análise em questão.

A forma de produção familiar que se constituiu no interior da grande propriedade e fora desta, caracteristicamente produtora de subsistência, apresentou na região estudada um baixo rendimento, embora tenha demonstrado capacidade de superar o atual nível de crescimento de suas atividades no Estado do Piauí, cumprindo, assim, sua função de garantir a oferta de alimentos e de absorção de mão-de-obra excedente na região. Cabe ressaltar que mais da metade da produção de grãos (arroz, feijão e milho) no Estado é obtida da agricultura familiar (proprietários, trabalhadores sem terra, rendeiros e moradores).

Neste estudo, a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia está fundamentada em pressupostos teóricos e na análise dos dados empíricos a partir da seguinte hipótese: as transformações socioeconômicas e institucionais na terra, no trabalho e no mercado apontam alterações na identidade socioprofissional dos agricultores; e nas formas de organização. A construção dessa identidade socioprofissional reafirma formas tradicionais de vida e a identidade sociocultural dos agricultores. Neste sentido os agricultores familiares utilizam-se de novas formas organizativas (associações e cooperativas) como estratégias alternativas para enfrentar os impactos e os riscos das transformações socioeconômicas e institucionais sobre os fatores produtivos e sociais (terra, trabalho e mercado).

A construção da identidade sócio profissional afirma e atribui visibilidade social, preservando a identidade sociocultural alicerçada em formas organizativas de reprodução das práticas tradicionais (ajuda mútua), à criação de novas formas organizativas direcionadas à eficiência profissional frente ao mercado. A sustentabilidade dos agricultores familiares depende, portanto, de qualificação profissional. Para isso, a profissionalização prioriza alguns produtos ou atividades específicas locais.

Os parâmetros de reprodutibilidade social desses agricultores familiares são alterados para assegurar estratégias produtivas e sociais de inclusão e/ou exclusão no sistema produtivo. O acesso aos recursos naturais garante seu aproveitamento adequado, embora o uso e o manejo atual da bacia do rio Gurguéia estejam sendo realizados, do ponto de vista ambiental e econômico, com impactos negativos, que podem afetar a qualidade de vida dos agricultores do Vale do Gurguéia.

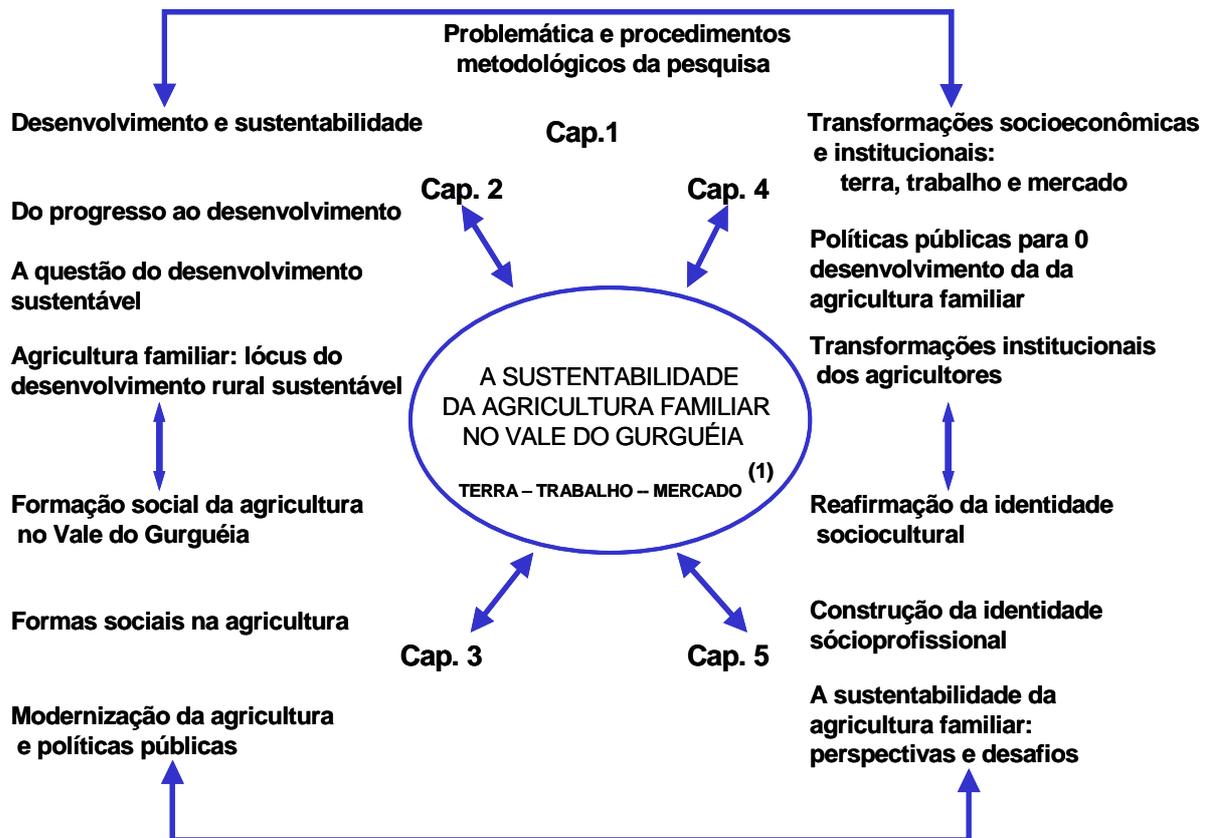
A perspectiva de sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia é incorporada neste estudo a partir das possíveis relações entre os agentes promotores e destes com a sociedade em geral, contribuindo para o entendimento dos instrumentos de ampliação do conhecimento social e de participação nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Tais políticas são questionadas enquanto modelo sustentável e estratégico de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida das populações rurais do sudoeste do Piauí.

Os contornos dos limites e das possibilidades da sustentabilidade são construídos no âmbito da produção e da reprodução sociais desses agricultores, dependentes fundamentalmente tanto de práticas tecnológicas e ambientais incorporadas ao processo em curso quanto do resgate de práticas sociais tradicionais sustentáveis.

Com base no exposto, esta tese tem por objetivos analisar: (a) as transformações socioeconômicas e institucionais no Vale do Gurguéia que apontam para a construção de novas identidades socioprofissionais dos agricultores familiares; (b) as formas tradicionais de vida, de uso da terra e de organização dos agricultores familiares que contribuem para reafirmar a identidade sociocultural; (c) as alternativas que os agricultores estão desenvolvendo ou projetando para afirmação de sua sustentabilidade; e (d) as formas organizativas emergentes que contribuem para interação dos atores sociais nas dimensões social, econômica e institucional.

A construção do conhecimento da sustentabilidade, neste caso, da agricultura familiar no Vale do Gurguéia, implica propor questões que dizem respeito às condições de reprodutibilidade social vinculadas à construção de novas identidades socioprofissional e à reafirmação da identidade sociocultural, inseridas nas relações sociais de acumulação do capital, como pressupostos de sua compreensão, cuja referência empírica e teórica possibilitou reconstruir, mediante cortes, recortes e encaixes analíticos, (re)agrupar duplamente noções e modelos interativos que possibilitam pensar de forma objetiva o tema em discussão, como ilustrado no “desenho” de construção da tese (Esquema 1), que representa uma possibilidade de organização do conhecimento sobre a sustentabilidade da agricultura familiar mediante viés sociológico.

Esquema 1: Desenho da construção da tese



(1) Eixos da sustentabilidade.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. O capítulo 1 trata das questões teórico-metodológicas pertinentes a perspectiva do estudo e do tratamento dos problemas decorrentes da organização e execução da investigação empírica (elaboração de roteiros de entrevistas, seleção dos entrevistados, coleta e processamento de dados, e caracterização dos agricultores).

O Capítulo 2 aborda o debate atual das Ciências Sociais sobre a noção de desenvolvimento, referenciado nas perspectivas teóricas lançadas a partir dos anos 1970, e a incorporação da idéia de sustentabilidade em construção, defendida por uns como ruptura e por outros como continuidade do modelo de desenvolvimento do capital no campo. O discurso sobre a sustentabilidade está centrado mais na crítica moral e política dos princípios que regem o padrão hegemônico de desenvolvimento do que nos problemas sociais gerados por este. A dimensão social do desenvolvimento sustentável, construída socialmente segundo as demandas dos próprios sujeitos sociais e as possibilidades de ampliação do direito às liberdades reais, conforme preceitua Sen (2000, p.17), sem comprometer as conquistas coletivas e democráticas, também será abordada nesse capítulo.

O Capítulo 3 reconstrói a formação da agricultura tradicional familiar na região do Vale do Gurguéia (PI), caracterizando as formas de ocupação socioeconômica na região. As transformações recentes desse espaço agrário (processos e relações sociais), a dinâmica dos processos de modernização tecnológica e as políticas públicas de inclusão da agricultura familiar nos programas de desenvolvimento local/regional também serão discutidas.

O Capítulo 4 aborda os mecanismos e as estratégias produtivas de sustentabilidade desenvolvidos segundo as concepções e as práticas dos agricultores pesquisados, com enfoque nas transformações na organização da produção, do trabalho e da reprodução social.

O Capítulo 5 analisa a sustentabilidade da agricultura familiar do Vale do Gurguéia a partir do confronto entre a racionalidade produtivista do formato convencional e a lógica (re)produtiva do trabalho familiar, discutindo os impactos das transformações na

organização da produção e do trabalho à luz da bibliografia e da investigação empírica, na redefinição da identidade sócio profissional dos agricultores pesquisados, bem como o projeto coletivo de construção de relações sociais constituídas de laços de parentesco e vizinhança.

O alcance dos resultados da pesquisa permitiu salientar, para o universo referenciado, elementos centrais discutidos particularmente nos capítulos 4 e 5 que, sugere estudos exaustivos do tema para maior compreensão das dinâmicas dos processos emergentes.

Esses pontos marcantes expressam manifestações de movimentos, tendências de processos em curso, enquanto outros configuram cenários mais consolidados. As formas emergentes apresentam esboços indefinidos que dificultam sua classificação ou a identificação de suas características menos aparentes, mas não impossibilitando o entendimento de suas manifestações.

## **1. A PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **1.1 A Problemática**

A expansão da agricultura mecanizada de grãos nos cerrados brasileiros constitui-se de um complexo de processos e dinâmicas que transformam os espaços geográficos, sociais e produtivos nos quais se instalam e imprimem uma racionalidade de organização da produção que pode comprometer o meio ambiente, as formas e as estruturas produtivas e a qualidade de vida das sociedades local e regional.

Os custos econômicos e ambientais da produção e da expansão podem comprometer, em médio prazo, a sustentabilidade dos sistemas tradicionais, especialmente o familiar e o próprio modelo de desenvolvimento capitalista. Nesses espaços territoriais criados para expansão do capital, emergem críticas e propostas de modelos alternativos de desenvolvimento rural que garantem a reprodução de sua base social de forma duradoura.

O contexto de reestruturação econômica, apesar de ampliar as desigualdades econômicas setoriais, garantiu a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano 1999 (Anexo A). Entretanto a agricultura foi o setor mais afetado positivamente, porque as políticas agrícolas e agrárias não garantiram as condições de sustentabilidade diante das pressões de competitividade dos mercados. A reestruturação dos

sistemas produtivos agrícolas tem privilegiado setores orientados pelas regras impostas pela competitividade comercial dos mercados internacionais.

No conjunto das regiões brasileiras, é reconhecível, nos últimos anos, o crescimento da produtividade agrícola, especialmente daquela estruturada em cadeias produtivas que compõem os complexos agroindustriais. Os complexos de grãos e de carnes das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste obtiveram crescente participação em relação à Região Sul do País. Esta última, tradicional produtora de grãos, manteve-se estável, devido à queda dos preços no mercado internacional.

A recente incorporação do cerrado piauiense aos padrões produtivos da agricultura moderna centrada na eficiência econômica tem demonstrado seu vigor, buscando recriar as formas sociais existentes, rearticulando-as sob novos padrões de gestão e controle do econômico e do político de forma hegemônica, condicionando e/ou subordinando as condições de reprodução social à sua lógica de expansão de mercados. Essa inserção ao processo de reprodução local/global do capital forma uma região<sup>2</sup> portadora de dupla relação entre a dimensão econômica e a política de controle do modo de produção pelas classes dominantes.

A dinâmica dessa expansão econômica possibilitou que o capital industrial e financeiro se rearticulasse para se adaptar às novas demandas da sociedade moderna, sem transformar radicalmente os pressupostos de sua racionalidade, redefinindo as ações diante dos limites e dos riscos sociais e ambientais não ponderados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento.

A presença de produtores modernos de carne e de grãos oriundos das Regiões Sul e Sudeste do País e de produtores familiares locais estabelecidos nos cerrados piauienses tem

---

<sup>2</sup> Segundo a definição de Oliveira (1978, p. 29), região é o “[...] espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos

contribuído para a emergência de segmentos sociais que comandam o novo processo de (re)ocupação do espaço social e político, cujas dinâmica e organização permitem a recriação de situações de conflitos e tensões sociais com os agricultores locais.

Essas transformações ocorrem, aparentemente, sem resistência dos agricultores familiares (proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros), apesar de suas estratégias tradicionais de sobrevivência parecerem não viabilizar sua reprodução. A permanência ou a continuidade de elementos de estabilização do sistema social e a incorporação de outros demonstram o contrário: a vitalidade da dinâmica multifuncional das relações sociais como resposta aos impactos sociais gerados pelas mudanças na sociedade local.

A análise do desenvolvimento no debate acadêmico recente (Capítulo 2) pode explicar a lógica e a dinâmica do funcionamento da agricultura familiar. Manter como central, ao longo deste estudo, a análise das relações constituintes dos processos sociais de desenvolvimento local, referenciadas nas formas sociais da agricultura familiar na região estudada, possibilita registrar os movimentos, as tensões e as distensões próprias das transformações e compreender as estratégias e as dinâmicas de sustentabilidade para construção de novas identidades sociais.

Os agentes sociais envolvidos nesse processo que transforma terras produtivas tidas como estagnadas em terras integradas num espaço-tempo local e global têm obrigado o desenvolvimento de arranjos produtivos e estratégias sociais, independentemente de suas fronteiras espaciais. A dinâmica de transformação desse processo alterou relações sociais tradicionais configuradas pelos processos de uso da terra pelos agricultores com origem na formação socioeconômica da região (Capítulo 3). Entretanto a agricultura familiar piauiense persiste enfrentando um horizonte de mudanças lentas.

---

pressupostos da reposição”. Conceito que extrapola a abrangência das características físicas territoriais. Seu fundamento é o “movimento” de reprodução do capital.

As políticas públicas atuais não incorporam todos os segmentos sociais, no sentido de ampliar as condições de sustentabilidade do desenvolvimento em curso, e buscam muito pouco potencializar a utilização de recursos naturais disponíveis. O segmento da agricultura familiar foi o que recebeu menor atenção por parte das políticas públicas em meio à crise do setor agrícola. O modelo de desenvolvimento do País contribuiu para gerar situações adversas, agravadas pelo êxodo rural, pelo desemprego e pela violência.

A conjuntura econômica brasileira configurada pelas pressões externas, pela eficiência tecnológica, pela reestruturação do mercado e pela economia nacional globalizada evidencia o crescimento da industrialização da produção agrícola através do uso de fertilizantes químicos e de máquinas, acarretando impactos positivos ambientais e sociais e contribuindo para aumentar os desequilíbrios econômicos e sociais históricos.

Os agricultores brasileiros, em desvantagem nas relações econômicas na competição com os concorrentes externos, sofrem os custos das novas demandas provocadas pela reestruturação produtiva. Esses agricultores, frente às crises agrícolas e sem estímulo de políticas compensatórias, terminam assumindo os custos agregados a essa reorganização de suas unidades de produção.

As políticas públicas têm se limitado a viabilizar ou a fortalecer as grandes unidades produtivas voltadas para *commodities* de qualidade diferenciada de outros produtos (por exemplo, os orgânicos) e com menor valor social da qualidade de vida, em detrimento da insuficiente reprodutibilidade da unidade de produção familiar.

No debate acadêmico, está presente a idéia de que há uma crise paradigmática (Ianni, 1991) que afeta o pensamento contemporâneo e, em particular, as Ciências Sociais quanto às limitações dos marcos conceituais tradicionais, na medida em que os mesmos não conseguem incorporar as dimensões possíveis das situações e dos problemas do mundo rural e da agricultura no Brasil. A perspectiva priorizada neste estudo considera que a sustentabilidade é

uma estratégia política de desenvolvimento da sociedade e não determinação pura e simples do capital.

As dimensões socioeconômicas e institucionais consideradas nesta investigação sugerem recuperar a idéia do desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis adaptados segundo a recriação de novas formas de produção e organização social (Bruno, 1994), com base na lógica da reprodução social distinta e em conflito com os pressupostos da racionalidade competitiva de acumulação do padrão produtivo de mercado.

As formas familiares de produção têm procurado garantir a sustentabilidade econômica e social, segundo situações complexas e diferenciadas de acesso e exploração dos recursos produtivos disponíveis, transitando da economia tradicional de subsistência à economia moderna de mercado, cujos sistemas produtivos correspondentes possuem dinâmicas específicas e coexistem na mesma região.

Ressalta-se o papel determinante das relações sociais de produção desenvolvidas pelas grandes propriedades modernas, apropriadoras da maior parcela dos financiamentos públicos direcionados predominantemente para modernização da agropecuária e para exploração das culturas comerciais de arroz e soja para mercados regionais e internacionais, controladas por grupos empresariais de fora da região. Possivelmente, essa exploração econômica no território estudado vem contribuindo para a organização de uma base fundiária assentada no processo (re)concentrador da propriedade fundiária privada, pela lógica especulativa do capital em detrimento da relativa capacidade produtiva das terras apropriadas.

Esse processo resultou na expulsão dos posseiros da região e/ou na exploração do trabalho de agricultores locais, seja no regime de assalariamento temporário, seja obrigados à condição de rendeiros de parte das áreas dos estabelecimentos rurais para o cultivo de arroz de sequeiro, no qual, terminado o contrato de arrendamento com a colheita do produto, as áreas são reincorporadas no ano seguinte com o plantio de soja ou capim.

## 1. 2 Procedimentos técnico-metodológicos

Para operacionalizar metodologicamente o estudo das transformações das relações sociais da agricultura familiar no Vale do Gurguéia, utilizou-se a ferramenta conceitual disponível pela Sociologia para a compreensão das relações e das dinâmicas dos processos sociais agrários. Essas relações, segundo Weber (1982, p.83), são “(...) relações conceituais entre problemas (...) que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos (...) e não as relações reais entre as ‘coisas’”. A partir desse princípio epistemológico, o campo de investigação transforma-se em objeto construído, pensado em sua totalidade, enquanto representação do real, cuja apropriação pressupõe sua definição conceitual.

Argumenta-se que a tarefa de demarcação do âmbito e da complexidade do fenômeno social não é tão simples quanto se imagina ser. Pressupor também que seja impossível fazê-lo não é o melhor caminho. A tarefa exige, portanto, o domínio de um processo lógico de construção de categorias explicativas, de permanente confronto, de combate epistemológico contra o senso comum.

A construção e a explanação do objeto de estudo seguiram a perspectiva relacional entre as dimensões econômica e social, reconhecendo-as em suas interfaces, reconstruída como resultado do confronto da realidade e aliada às questões que surgiram no processo analítico, nem sempre objetivamente explicitadas.

Para a análise da sustentabilidade, a construção de uma tipologia<sup>3</sup> das formas sociais da agricultura familiar é usada como recurso metodológico para identificar as

---

<sup>3</sup> A presente tipologia, concebida como recurso metodológico classificatório, diferencia-se do sentido weberiano do conceito de “tipos ideais”. Sua construção tem por base o agrupamento de agricultores, segundo características específicas de suas formas de organização da produção e do trabalho. Ver, sobre o tema, Ferreira

diversidades/homogeneidades e o funcionamento dessas formas sociais. Derivou daí sua importância enquanto recurso classificatório associado a outros dados disponíveis a partir de entrevistas e observação de campo, capaz de permitir visibilidade à estrutura do real, ou seja, dos seus elementos constituintes.

A aproximação do pesquisador com a realidade possibilitou contrastar elementos pouco visíveis à caracterização dos agricultores para a construção de sua tipologia, redefinindo-a no processo de análise e na hipótese levantada, reduzindo, em alguns momentos, sua forma operacional, ou ampliando os limites de sua abrangência em outros, de maneira que esse recurso classificatório refletisse duplamente a unidade/diversidade.

A partir dessa classificação, considerou-se como representante do primeiro grupo o tipo de produtor mais avançado<sup>4</sup> e capitalizado na região, que se intitula Familiar Comercial-Moderno; seguido pelo segundo grupo, formado pelo tipo de produtor Familiar Comercial-Sustentável, que está em fase de capitalização, transitando do sistema produtivo de tipo tradicional, de subsistência, para o sustentável ou convencional moderno na região, e pelo tipo Familiar Sustentável-Comercial; e o terceiro grupo, formado pelo tipo Familiar-Subsistência e pelo o tipo Familiar-Volante, em processo de descapitalização.

Os indicadores, ou características, da sustentabilidade derivados desses conceitos permitiram não só avaliar e comparar os elementos das dimensões referidas, assim como perceber os estrangulamentos e as tendências possíveis dos condicionantes e de outras particularidades locais do funcionamento e da dinâmica da sustentabilidade da agricultura familiar.

---

(1998, p. 48-49). Ressalta-se, como pressuposto, que a construção dessa tipologia de caráter instrumental exploratório foi objeto de constantes mudanças conceituais e operacionais durante o processo de análise, complementado-a outros instrumentos analíticos incorporados neste trabalho.

<sup>4</sup> O termo “avançado” refere-se ao domínio do uso de tecnologia moderna em quantidade superior em relação às atividades produtivas tradicionais.

Para a apreensão mais objetiva da tipologia que valida a identificação dos agricultores familiares, estabeleceram-se os seguintes critérios: tamanho da propriedade de até quatro módulos rurais<sup>5</sup>, escala de produção/produktividade, mão-de-obra familiar, assalariada e temporária e forma de apropriação e de uso dos recursos disponíveis, principalmente, a terra, o trabalho e o mercado.

Quadro 1: Indicadores utilizados para análise das dimensões e dos eixos da sustentabilidade

EIXOS	DIMENSÕES		
	Econômica	Social	Institucional
<b>Terra</b>	Produtividade Formas de uso da terra Diversidade de insumos Renda familiar	Identidade sociocultural Patrimônio familiar Reprodução social	Associações e cooperativas Política agrícola e fundiária
<b>Trabalho</b>	Mão-de-obra familiar e extrafamiliar (mútua ajuda)	Identidade profissional Qualidade de vida	Capacitação Assistência técnica Participação local na gestão de recursos públicos
<b>Mercado</b>	Tipos de produtos mais competitivos Atividades de transformação	Acesso aos mercados Demanda local para produtos diferenciados	Acesso ao crédito descentralizado e diferenciado por categoria de agricultor

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí.2001.

A discussão da sustentabilidade faz-se mais produtiva no campo das relações sociais. Portanto, a sustentabilidade remete a relações entre a sociedade e sua base material de reprodução. Daí a centralidade dessa questão estar nas formas sociais de apropriação e de uso dos recursos disponíveis, efetivamente sustentáveis.

O modelo de crescimento da agricultura de subsistência não tende para seu esgotamento na região. A recriação de padrões de organização da produção baseada em combinações de

<sup>5</sup> Essa definição segue a orientação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) do Piauí e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), conforme classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na região sudoeste piauiense, o módulo rural corresponde, em média, a 75 hectares. Essa abrangência máxima nem sempre é atingida pelos proprietários e posseiros da região.

práticas tradicionais de produção agropecuárias e as estratégias de reprodução são suficientes para demonstrar a persistência das atividades de subsistência, mesmo que, para isso, esse segmento esteja redefinindo sua racionalidade tradicional na direção de uma constante preocupação de aumento da produtividade e destino dos excedentes para o mercado.

Tradicionalmente, as atividades desse segmento apresentaram-se como sendo de baixa rentabilidade, invariavelmente, na região em estudo e no Estado, até os anos 80. Atualmente, vêm ocorrendo mudanças nesses padrões produtivos, que, associados às possibilidades de integração dos mesmos no conjunto dos bens e serviços sociais demandados pelas políticas públicas, podem, em médio prazo, configurar novos cenários de padrões de sustentabilidade local.

Os agricultores familiares (proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros) estão perseguindo novas formas de organização da produção, se não completamente, de forma parcial, buscam o padrão convencional implantado pela agricultura moderna, assegurando, assim, uma função integrativa na oferta adequada de alimentos e trabalho para o mercado local e regional.

Para a transição do padrão convencional para os sistemas produtivos sustentáveis, a produção familiar tem demonstrado ser o modelo mais adequado, com vantagens em face de uma escala menor de produção, à capacidade gerencial, à mão-de-obra mais qualificada, por apresentar flexibilidade, maior aptidão para a diversificação de culturas e preservação dos recursos naturais.

Afora a investida e as conseqüências do processo de modernização agropecuária e da lavoura de grãos na região, as experiências produtivas dos agricultores familiares apontam formas, incipientes para alguns e consolidadas para outros, de conservação e recriação de estratégias produtivas e sociais orientadas, em sua maioria, pela busca de melhoria da

qualidade de vida, através de investimentos que ampliem suas possibilidades de reprodução e capitalização.

O conjunto dos agricultores familiares identificados pelas entrevistas e pelas observações de campo<sup>6</sup> foi classificado através da definição de uma tipologia da agricultura familiar que pudesse caracterizá-los em estratos sociais idealmente homogêneos e o mais representativos possível da heterogeneidade encontrada nos municípios em estudo (Quadro 1).

A análise considera três eixos — terra, trabalho e mercado — construídos socialmente pelos agricultores classificados em tipos abstratos, identificando, em cada um dos tipos encontrados, padrões sustentáveis ou não de relações de organização social da produção e do trabalho, “(...) não constituindo em si categorias, mas pontos de referências, pelos quais é possível captar e comparar as situações intermediárias, matizadas” (Quivy; Campenhoudt, 1998, p.118), bem como seus elementos constituintes, os valores culturais e os interesses em jogo.

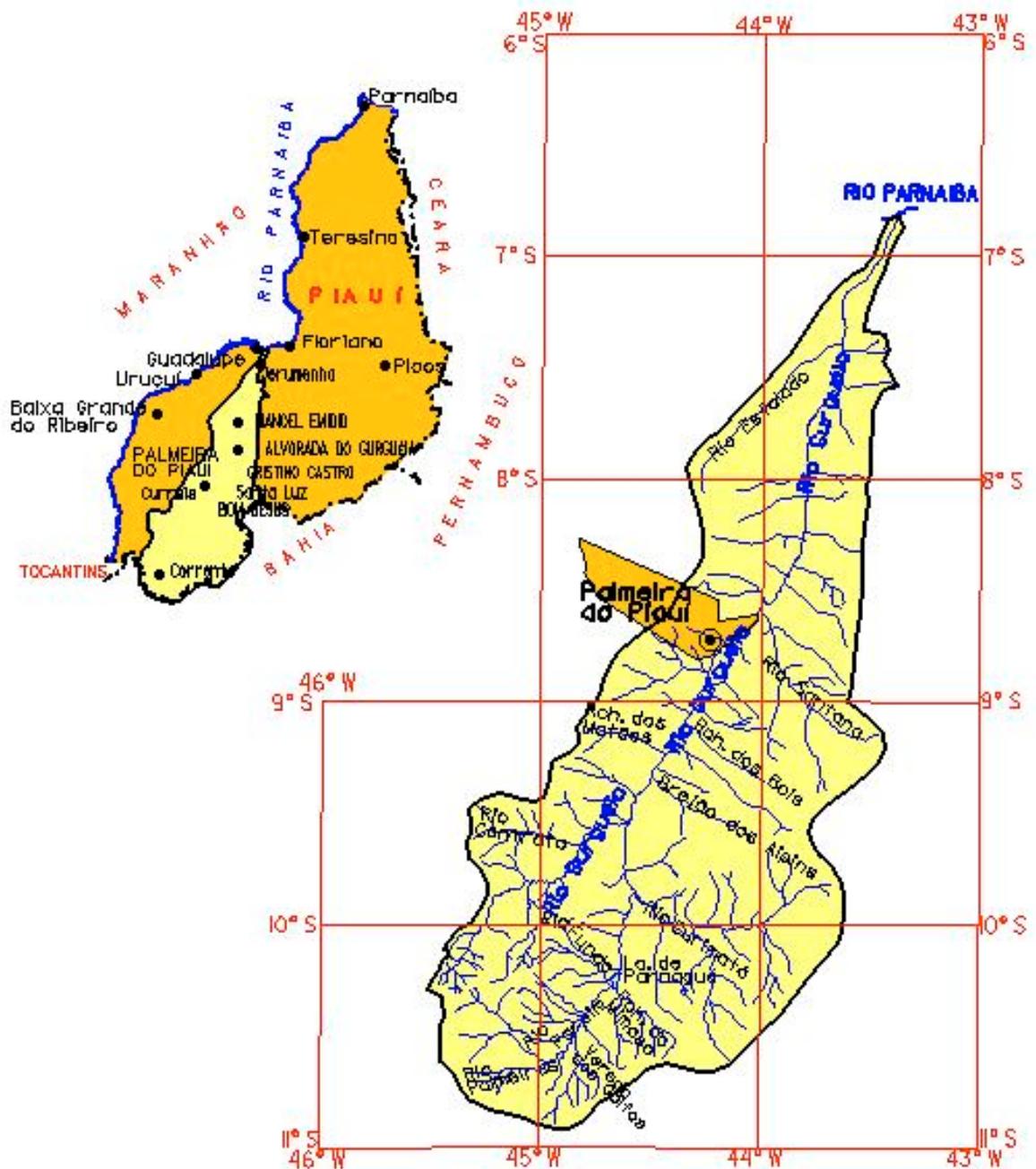
A sustentabilidade desse segmento produtivo, percebida e vivenciada em distintas modalidades identificadas na região, foi analisada segundo a perspectiva da integração das suas dimensões social e econômica, tendo os conceitos operativos de terra, trabalho e mercado como eixos norteadores que conduziram a investigação do real.

---

<sup>6</sup> É no interior dessas famílias formadas por indivíduos que estão ligados entre si por laços de parentesco que se encontra o lugar da reprodução social de seus membros. Percebeu-se, durante a pesquisa de campo, a importância que têm as relações entre as famílias constituídas de parentesco comum e vizinhança local. Em Palmeira do Piauí, a maioria dos agricultores familiares tem parentesco de origem comum formado pelo

### 1.3 Mapa da Região e do município da pesquisa

O Mapa 1, identifica o Estado do Piauí com destaque para a localização do Vale do Guruguá na região Sudoeste e do município da pesquisa.

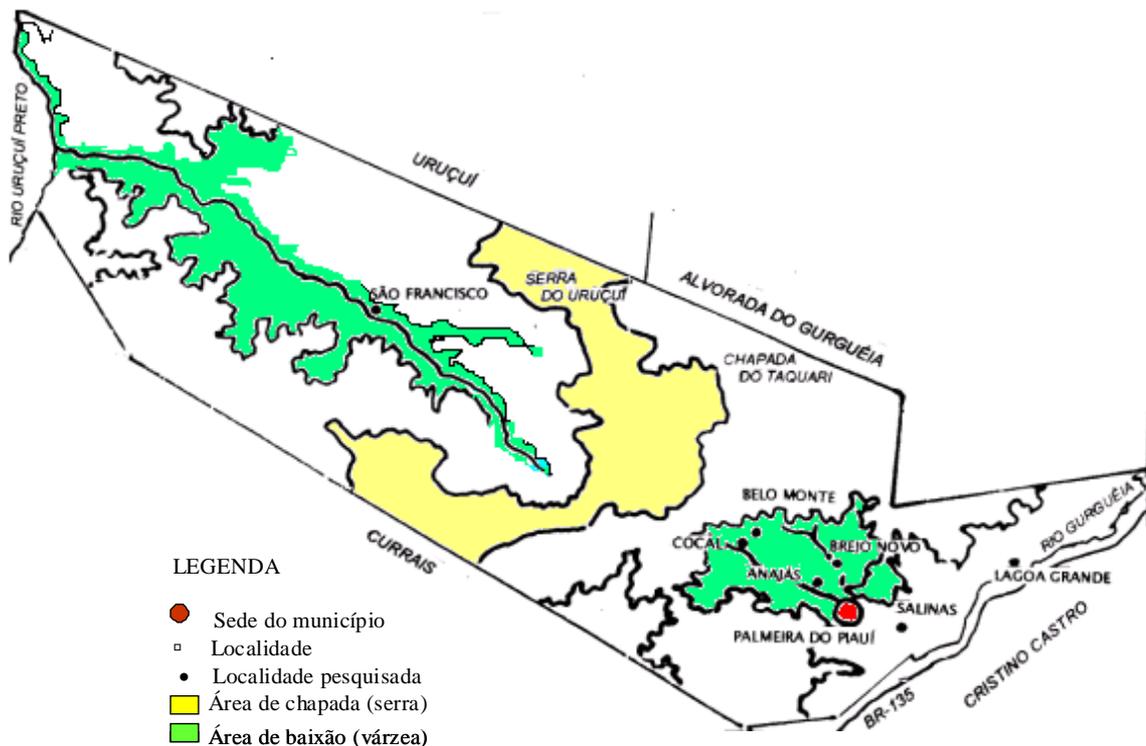


Fonte: UFPI-CT Piauí 1998.dgn

casamento de quatro irmãos migrantes da região sudeste do Estado. Ver, a respeito, Tepicht (1973) e Woortmann (1983).

No mapa 2, do município de Palmeira Piauí, são apresentadas as localidades onde foram coletados os dados da pesquisa de campo: Brejo Novo, Belo Monte, Cocal, Salinas, São Francisco (distrito) e Lagoa Grande, e suas respectivas distancias em relação à sede do município. Neste mapa, estão realçadas em cores, as áreas de chapadas (Serra do Uruçuí e Chapada do Taquari) e os baixões (vale do Ribeirão dos Castros; dos riachos Brejo Novo, Cocal, e Belo Monte formadores sub-bacia do Rio Gurguéia), onde estão situados os sistemas produtivos dos agricultores pesquisados. O acesso ao município é feito através da BR-135, que liga o Estado do Piauí ao Centro Oeste /Sul do país e a sua capital (605 km), e desta rodovia a sede, através de estrada carroçável distante 10km.

Mapa 2: Município de Palmeira do Piauí e localidades pesquisadas



FONTE: sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia- Piauí. 2001.

## 1. 4 Procedimentos da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira, em setembro de 2000, de investigação exploratória, mediante viagem de reconhecimento da região, através da observação direta e de entrevistas semi-estruturadas<sup>7</sup> com os agricultores e técnicos<sup>8</sup> dos Municípios de Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Cristino Castro, Manoel Emídio e Palmeira do Piauí. No ano seguinte, ocorreu a segunda etapa da pesquisa, pela aplicação de questionários com 30 agricultores do Município de Palmeira do Piauí (Mapa 2).

Até chegar à região de estudo, foi percorrido, de ônibus, um percurso de mais de 3.700km, demorando quase quatro dias de Porto Alegre-RS a Bom Jesus-PI. Essa jornada é comumente feita pelos migrantes gaúchos e sulistas, desde a década de 80, para o oeste da Bahia, o sul do Tocantins, do Maranhão e do Piauí. Essa rota foi descrita por Costa (1995) no estudo pioneiro sobre os gaúchos no Nordeste e por Santos (1986) sobre os gaúchos no Mato Grosso do Sul, a partir dos anos 60.

Essa viagem de reconhecimento foi de grande proveito, porque, ao longo da travessia do cerrado piauiense, no sentido Leste-Oeste, isto é, entre o Vale do Gurguéia e a margem direita do rio Parnaíba (em linha reta, num percurso de, aproximadamente, 200km), permitiu o conhecimento da dimensão e da dinâmica da ocupação desse espaço social, dos projetos agrícolas (fazendas e empresas de colonização) e dos agricultores familiares da região.

O espaço social foi percebido como diverso e complexo, constituinte de funções produtivas específicas e de possibilidades estratégicas de desenvolvimento sustentável. Essa sondagem inicial serviu para rever a idéia prévia de homogeneidade esboçada na pré-

---

<sup>7</sup> Ver Apêndices A e B.

<sup>8</sup> Ver Apêndice C.

tipologia, quando da elaboração do projeto de tese. É claro que a classificação pensada não é isenta da redução sociológica do real.

A seleção dessa região que integra o cerrado piauiense como espaço social se deu em função de apresentar um quadro complexo de diversidade dos fatores de sustentabilidade da agricultura familiar, que vem enfrentando importantes transformações econômicas e sociais de impacto sobre suas relações sociais em curso nestas últimas décadas. Esse recorte arbitrário privilegiou abordar as transformações das relações sociais de produção estabelecidas pelas formas de organização da produção e do trabalho familiar como produto dessa dinâmica.

As informações originadas das observações *in loco* do pesquisador, mediante visita e mapeamento de algumas das localidades, as informações do **Relatório dos Imóveis Rurais** cadastrados no INCRA (2001) e a ajuda dos informantes qualificados<sup>9</sup> permitiram a escolha de um município da região e a reconstrução da pré-tipologia que pudesse orientar a caracterização dos agricultores familiares e a seleção dos 30 agricultores que foram entrevistados<sup>10</sup>, distribuídos em cinco localidades (Brejo Novo, Belo Monte, Salinas Lagoa Grande e no Distrito de São Francisco) de Palmeira do Piauí.

A escolha do Município de Palmeira do Piauí como unidade representativa da região para o trabalho de campo deu-se pelo fato de este, no atual contexto de modernização da agricultura, apresentar um conjunto de situações ou fatores de sustentabilidade relacionados aos impactos sociais e ambientais constatados nos demais municípios através das observações

---

<sup>9</sup> Ressalta-se a importância desses informantes, agentes pastorais, dirigentes sindicais, de associações, religiosos, comerciantes e técnicos, no acesso do pesquisador às comunidades locais. A mediação desses agentes facilitou os primeiros contatos e o conhecimento prévio das áreas selecionadas. Os conhecimentos acumulados dos informantes, aliados à observação direta do investigador, possibilitaram o ajuste e a delimitação do objeto de estudo pelo confronto das informações e possíveis vinculações de circunstâncias, fatos e nomes pouco visíveis (ver Apêndice B).

<sup>10</sup> Para a entrevista, utilizou-se o questionário que constitui o Apêndice D. Os dados foram processados e apresentados em forma de tabelas formatadas com o auxílio de programas computacionais e da Estatística — Statistical Package for Social Sciences (SPSS) e planilha eletrônica do Microsoft Excel.

e das entrevistas. Nesse município, o relatório citado informa o cadastro de 283 agricultores proprietários que apresentavam características diferenciadas no âmbito dessa classificação, podendo, assim, corroborar para a validade de uma tipologia indicativa da realidade mais geral, em que se encontram os agricultores familiares da região em estudo.

Os critérios mais pertinentes que nortearam o agrupamento dos agricultores familiares em tipos de produtores foram: (a) formas de ocupação e de uso dos recursos disponíveis (propriedade, posse, arrendamento, uso individual e comum da terra); (b) formas de organização da produção e do trabalho (práticas agrícolas e sistema de produção); (c) formas de acesso ao mercado de bens locais e regionais.

Na escolha dos 30 agricultores entrevistados, foram adotados os seguintes critérios: (a) diversidade social das relações sociais estabelecidas pelos produtores familiares existentes na região de estudo, em particular no Município de Palmeira do Piauí; (b) biodiversidade das formas de apropriação e de uso dos recursos naturais, percebidas por esses produtores como parte do seu patrimônio sociocultural construído ao longo das gerações antecessoras; (c) estratificação dos produtores segundo as formas de apropriação e de uso dos fatores de produção, organização da propriedade/processo produtivo e do mercado/qualidade de vida (estratégias produtivas utilizadas na melhoria da produção e das condições de vida da família); e (d) primazia da capacidade de resolver os problemas da produção a partir do potencial humano acumulado pela experiência e pelos saberes locais.

As entrevistas foram feitas com agricultores e informantes qualificados dos municípios selecionados (Apêndice C). Os questionários<sup>40</sup> (Apêndice D) foram aplicados em 30

---

<sup>40</sup> No segundo momento da coleta de dados (2001), a circunstância da cassação do mandato do Governador Francisco de Assis Moraes Souza pelo Superior Tribunal Eleitoral repercutiu favoravelmente nos municípios partidários do candidato adversário que assumia o Governo Estadual, criando uma onda de euforia nos chefes políticos locais e correligionários dos partidos coligados, percebida como mudança nos rumos das Administrações Estadual e Municipal. Esse contexto, embora não tenha afetado proximamente a coleta das informações, gerou, no início, preocupação ao pesquisador, aumentando a sua vigilância diante do receio dos investigados, mas esta foi desfeita graças à atenção e à disposição de colaboração dos informantes durante os

agricultores familiares (cerca de 20% do total de agricultores possuidores de título da terra<sup>41</sup>) no Município de Palmeira do Piauí, qualificados como proprietários de estabelecimentos, em média, de 100ha, relativos à superfície total e não à área de produção agrícola. Outras variáveis foram consideradas na escolha dos agricultores proprietários de Palmeira do Piauí, tais como o uso de mão-de-obra familiar e de assalariados temporários, produção diversificada para o consumo e/ou mercado, bem como a renda familiar de origem da agricultura e do extrativismo vegetal. Não se pretendeu estatisticamente atribuir representatividade às informações coletadas exclusivamente nas entrevistas estruturadas.

Como um dos recursos metodológicos de aproximação da realidade para a caracterização da formação da agricultura familiar no Vale do Gurguéia e, ao mesmo tempo, suporte analítico para apreensão das dinâmicas produtivas evidenciadas nos dados posteriormente coletados no Município de Palmeira do Piauí, utilizou-se da construção de uma tipologia dos agricultores referenciada nos eixos temáticos, a terra, o trabalho e o mercado (Quadro 1)

A análise das respostas obtidas através das entrevistas e das observações de campo, complementadas com as informações da pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou compor um quadro geral de caracterização do contexto e uma explanação interpretativa sociológica de compreensão das relações e dos processos existentes, construídos socialmente (Berger; Luckmann, 1976, p.14) pelas concepções e práticas dos sujeitos em situações problemáticas de sua vida social.

---

primeiros contatos. Nessa ocasião, faixas de saudação ao Governador empossado foram erguidas na entrada da Cidade de Palmeira do Piauí.

<sup>41</sup> Conforme dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA-PI, no Município de Palmeira do Piauí, existem 229 declarantes possuidores de propriedades no extrato de 1 a 100 hectares, dos quais cerca de 65% [150] são pequenos proprietários, com título de domínio da terra.

## **2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE**

O referencial teórico que fundamenta este estudo (re)atualiza-se nas Ciências Sociais, através do tema do desenvolvimento que propõe, no primeiro momento, destacar as principais teorias e vertentes referenciadas na herança dos anos 60 e 70, para, em um segundo momento, discutir a contribuição da perspectiva da sustentabilidade construída nas últimas décadas, como ruptura ou continuidade do modelo de desenvolvimento do capital no campo.

Em seguida, discute-se a dimensão social do desenvolvimento sustentável na direção da construção da cidadania, centrada nos termos da equidade e responsabilidade de compromissos assumidos pelos agentes produtivos envolvidos.

Pensar o desenvolvimento no contexto atual é um desafio para as Ciências Sociais. A análise do seu corpo teórico depende do esforço de síntese, já ensaiado por alguns autores (Guichaoua; Goussault, 1993; Mantega, 1984; Beger, 1980), no sentido de incorporar adequadamente os ângulos diferenciados das questões aparentemente resolvidas, mas que continuam presentes nas transformações ocorridas nas duas últimas décadas do século XX. Desafio às Ciências Sociais, porque essas mesmas questões, sob análises mais amplas, demandam interpretações de um novo movimento teórico em construção, pelo qual se busca fazê-lo segundo uma perspectiva aberta e integradora das dimensões dos fenômenos sociais e ambientais.

Antes de apresentar algumas das abordagens sobre o desenvolvimento sustentável resultantes de inúmeras propostas de definições feitas no decorrer das últimas décadas, é imprescindível discorrer brevemente sobre o percurso das noções atribuídas ao termo desenvolvimento do final do século XIX aos anos 70 do século XX.

## **2.1 Do progresso ao desenvolvimento**

O termo desenvolvimento tem sido utilizado por alguns autores, frequentemente, sem uma preocupação para além de seu significado abstrato, na medida em que busca designar um padrão de possibilidades em direção ao crescimento da produtividade/lucro. Para outros autores, desenvolvimento expressa situações ou estados de crescimento e de progresso, caracterizando-os como resultado de níveis diferenciados do rendimento dos fatores de produção.

Questiona-se de que forma a sustentabilidade, enquanto novo padrão de acumulação capitalista, pode de fato garantir as condições de reprodutibilidade social, mediante a ampliação do direito às liberdades reais a todos.

A ampliação do direito às liberdades reais deve ser garantida sem comprometer minimamente as conquistas coletivas e democráticas, na tentativa de entender o desenvolvimento como: “(...) um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (...) a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento” (Sen, 2000, p.52).

A sustentabilidade não pode ocorrer se estiver limitada pelas restrições econômicas impostas e transferidas ao pretense modelo de desenvolvimento, se não possibilitar as condições e os mecanismos de controle de gestão do capital, reorientando seu caráter

acumulativo e excludente dos benefícios econômicos e sociais, cuja finalidade se coloca incompatível com os princípios de justiça e equidade social propostos pelo discurso da sustentabilidade.

Como enfrentar essa insustentabilidade do paradigma? É o desafio posto pelas demandas econômicas, sociais e ambientais crescentes e urgentes dos movimentos sociais nas pautas de negociações em todo o mundo.

O Fórum Social Mundial realizado, em Porto Alegre, em janeiro de 2000 mostrou as incongruências entre os discursos das cartas programáticas de governos e organizações financeiras e comerciais e suas ações mobilizadoras de desagregação e segregação social nos continentes atingidos, como resultado da concentração de renda principalmente nos países ricos. Pensar as Ciências Sociais: “(...) requer uma atenção redobrada em relação ao passado e ao futuro (...) porque as transformações recentes nos obrigam a considerar de forma radical e sistemática os problemas que nos envolvem” (Ortiz, 2000, p.175).

O desenvolvimento foi uma promessa que não vingou completamente. Vitoriosa apenas em parte, porque, se, de um lado, possibilitou integrar precariamente o País como economia industrial, nos moldes de uma “sociedade urbana de massas (...) sob a liderança da grande empresa multinacional”, segundo Goldenstein (1994, p.164), de outro lado, não se realizou a expectativa de pleno emprego e marginalizou setores importantes da economia, a exemplo da agricultura e de segmentos sociais desfavorecidos. Entretanto não foi possível negar, nestas três últimas décadas, seu dinamismo expresso pelas elevadas taxas de crescimento econômico, ao tempo em que aumentou sua dependência para com as economias centrais.

A retomada da discussão crítica sobre os padrões de desenvolvimento hegemônico e alternativo à luz do debate acadêmico atual suscita a compreensão dos impactos positivos e

negativos causados pelos processos econômicos e sociais nas transformações e mudanças da estrutura das relações sociais de organização da produção na região em estudo.

Não serão tratados aqui especificamente esses processos gerais de integração econômica, cujas experiências nossa economia sofreu ao longo de sua trajetória histórica. Entretanto referir-se-ão, sempre que for oportuno, o seu cenário particular.

Entende-se que esses processos gerais de integração econômica no Brasil estiveram, desde sua origem, condicionados pela natureza e pelos objetivos das empresas colonizadoras instaladas no território. Estas orientavam a exploração dos recursos naturais e humanos existentes, definindo sua vocação de produtor-exportador de matérias-primas, natureza da dependência do seu desenvolvimento. Essa herança histórica e social permeia toda a sua trajetória e chega, no cenário atual, mais grave e profunda.

Face ao cenário recente de crise econômica, com recessão e desemprego e considerando as experiências e os instrumentos de indução do desenvolvimento econômico régios, muito pouco se avançou no alcance das metas propostas. Alcance este sempre dependente de uma cultura política de mobilização nacional de suas elites regionais, em alianças pela manutenção do poder.

Associado à palavra desenvolvimento, outros termos foram, ao longo do tempo, incorporado, igualmente com significados semelhantes, notadamente a partir da segunda metade do século XIX. Dentre esses conceitos, distinguem-se progresso, crescimento, industrialização e modernização.

O conceito de progresso tem sua origem, como os de riqueza e de evolução, no pensamento econômico neoclássico e refere-se à primazia da ciência sobre as atividades produtivas, à inovação tecnológica, enfim, “à modernização das instituições sociais e das formas de vida” (Sunkel, 1970, p.26). Essa corrente de pensamento tem nesse pressuposto, em

parte, a idéia de desenvolvimento, na medida em que o progresso técnico representa maior “aproveitamento do potencial produtivo”.

A preocupação menos otimista com os efeitos do avanço técnico implica pensar o desenvolvimento de forma mais cautelosa e desafiadora que a idéia de progresso. Da mesma forma, essa atitude vai permear a noção de crescimento frente à descrença da expansão do capitalismo, através de uma política econômica que não consegue controlar os efeitos da queda da taxa de lucros sobre a distribuição da renda, nos anos 20 e 30.

A partir dessa abordagem da teoria do crescimento, surgiram as classificações pelas quais um país pode ser concebido em situação de atraso, de subdesenvolvimento, em relação aos que se encontravam avançados segundo o nível de renda por habitante. Portanto, as noções de subdesenvolvimento e desenvolvimento estariam condicionadas a mecanismos de acumulação e de avanço tecnológico de naturezas distintas entre os países assim qualificados.

O desenvolvimento, igualmente às outras noções de crescimento, progresso e tecnologia, tem sido percebido como tendo igual significado ou normalmente como “(...) propriedades quantificáveis e valorizáveis e a ausência delas é geralmente vista como um sintoma de problema” (Pinheiro, 1995, p.44).

Considera-se o conceito de desenvolvimento diferentemente das definições atribuídas pela literatura vigente nos anos 70. Entretanto, para atender aos objetivos deste estudo, concebe-se uma noção de desenvolvimento que tem como pressuposto principal a perspectiva a partir das condições e das situações reais e particulares do modo de organização da produção e da transformação da realidade, realizadas pelos produtores familiares, vistos como agentes livres e conscientes e não como atores carentes e passivos, receptadores de tecnologia e alvos das ações de desenvolvimento pensadas e executadas de cima para baixo, bem ao estilo do pacote tecnológico, pelos agentes públicos e privados. É, portanto, como processo

histórico social que o desenvolvimento deve ser percebido na análise esboçada neste referencial.

Segundo Costa Pinto (1970, p. 13-14), em sua essência, o desenvolvimento, enquanto forma ou padrão de transição social, diz respeito a:

“[...] uma série de **transformações intencionalmente introduzidas** em diferentes esferas e setores [...] [das] sociedades nacionais que se atrasaram em relação ao ritmo de avanço da revolução ‘industrial’ dos tempos modernos, **com o objetivo expresso** de transformar a sua própria estrutura, a fim de **atender a crescentes e legítimas aspirações de suas populações** e assim superar, em prazo curto, os índices de atraso que caracterizam a sua posição na sociedade internacional [grifos nossos]”.

Nesses termos, o autor é categórico quando ressalta não só a importância da natureza histórica e de mudança social do processo de desenvolvimento como o seu caráter global e estrutural. Assim, seu interesse está vinculado a todas as esferas da estrutura social e não somente às operações técnicas ou tecnológicas.

O desenvolvimento contemporâneo só tem perspectivas enquanto fator de mudança estrutural induzida, se a sociedade e o poder estiverem mobilizados “(...) para alcançar objetivos prévios e explicitamente definidos” (Costa Pinto, 1970, p16).

Dessa forma, o desenvolvimento “(...) é um processo mais geral e inclusivo que não se (...) limita a uma de suas fases ou aspectos” (Costa Pinto, 1970, p.17), geralmente confundidos com as peculiaridades do processo de crescimentos técnico e tecnológico. O manejo de um recurso técnico pode ser um indicador de um determinado padrão de crescimento, uma vez que o aspecto tecnológico é parte constituinte das dimensões do desenvolvimento.

O desenvolvimento como processo pode operar mudanças na estrutura social de maneira sistemática e contínua, gerando mudanças qualitativas profundas na sociedade (Costa Pinto, 1970). Essas mudanças não ocorreram até hoje nos países não desenvolvidos ou periféricos,

como desejam as agências internacionais — United States Agency for International Development (USAID), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento ( BIRD) — de promoção do desenvolvimento.

A construção desse conceito implica, num certo sentido, (des)construir a noção de carência<sup>11</sup> implícita no discurso autoritário dos agentes do desenvolvimento em relação ao conhecimento da realidade dos produtores familiares.

O ideário tradicional e vigente de desenvolvimento persegue ainda a perspectiva de carência, segundo a qual, a origem dos problemas está nos fatores externos ou internos, exógenos ou endógenos, econômicos ou políticos, culturais e religiosos. Entretanto, como já referido anteriormente, a questão está, de fato, situada no próprio modo de organizar a produção e a transformação da sociedade.

Quem define o que é desenvolvimento? Quem tem que dizer como se desenvolver? Não seria atribuição dos agentes externos, tidos como transmissores de informação, tecnologia, etc., mas dos próprios agentes produtores do seu desenvolvimento? Embora essa não seja a percepção comum nas estratégias de planejamento do desenvolvimento propostas pelos programas até há pouco tempo<sup>12</sup>.

A segunda vertente a ser discutida foi recentemente apresentada por Sen (2000, p.52), ao conceber o desenvolvimento como “(...) processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Nessa visão, o autor chama atenção de que os “(...) argumentos de diferentes lados têm de ser apropriadamente considerados e avaliados”.

---

<sup>10</sup> Sales *et al.* (1985, p.33), define “carência” como sendo uma perspectiva de consumo em si e de forma quantitativa: “[...] passar de consumir menos a consumir mais”. Essa perspectiva, segundo seu autor, desconsidera o aproveitamento adequado das potencialidades físicas, intelectuais, culturais e morais construídas socialmente para a produção e a transformação da sociedade.

<sup>12</sup> As políticas públicas atuais já esboçam uma mudança qualitativa, quando buscam ampliar as formas participativas dos produtores organizados, condicionando a liberação de recursos e a gestão participativa como responsabilidades de todos, a exemplo do Pronaf.

Reconhece-se que existe atualmente amplo e controvertido debate em torno da problemática do desenvolvimento, ou melhor, da crise do modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo.

A análise do desenvolvimento demanda não só a incorporação da contribuição de outras disciplinas, bem como do conhecimento social mais amplo, produto do debate público e democrático da sociedade.

A temática do desenvolvimento sempre provocou muitas discussões em todo o mundo. Não é de hoje a tentativa dos teóricos do desenvolvimento de pensá-lo mediante modelos teóricos, construções abstratas e totalitárias que pudessem explicar e compreender a lógica e o funcionamento dos processos de desenvolvimento e progresso material e humano.

A idéia de desenvolvimento surgiu quando se precisou afirmar a necessidade de reconhecer, de forma consciente e sistemática, a existência do seu contrário — o não-desenvolvido. Embora não se possa entender esses fenômenos como estanques, separados, ambos têm origem comum. E, ademais, ela, embora antecederesse (século XVI) a modernidade, só se fez reconhecida por esta, pelas expressões progresso, crescimento, era pós-industrial, globalização.

“[...] esses fenômenos de modernização rápida nasceram na Europa Ocidental [...] estendendo-se depois pela América do Norte; mas difundiram-se só muito mais tarde, e muito lentamente, na Europa do Sul, na América Latina e nos demais continentes; ao passo que o Japão, no final do século XIX, e depois os ‘pequenos dragões’ — Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong, Macau, Singapura — no final do século XX [...] [e o aparecimento recente do] ‘grande dragão’ chinês, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia.” (Peyreflitte, 1999, p. 28-29).

Peyreflitte diz que, desde o seu surgimento até hoje, a teorização do desenvolvimento apresenta distorções e dificuldades de entendimento de sua natureza expressas nos impasses de suas teorias em Adam Smith, Marx, Weber e Braudel.

Nestes dois últimos séculos, a noção de desenvolvimento sofreu redefinições, abandonou outras menos abrangentes, incorporou novas idéias e procedimentos e continua

agregando princípios e dimensões, seja para torná-la transformadora, seja para manter as tensões sociais sob o controle ideológico das instituições de poder.

O desenvolvimento é um processo muito mais dinâmico e complexo do que o seu estatuto teórico existente, embora as teorias que lhe imputaram significados ideológicos e políticos de mudança para além de suas possibilidades terminassem defasadas.

Portanto, apesar de não servirem de modelo universal para análise das sociedades latino-americanas, as sociedades capitalistas tidas por desenvolvidas sempre foram vistas como padrão da análise e dos projetos desenvolvimentistas, consideradas inquestionáveis em seus pressupostos, como, por exemplo, o da defesa do pleno emprego.

Nos anos 60, surgiram, sob a orientação marxista, as teses mais importantes do desenvolvimento, tendo com seu *locus* a América Latina, vivenciando seu contexto de crises econômicas e políticas acompanhadas de breves surtos de crescimento econômico.

A teoria da modernização, como foi citada anteriormente, constitui-se num desdobramento da teoria do crescimento econômico, procurando descrever a trajetória das etapas do crescimento “desde o estágio de arranque até o alcance da modernidade” (Lago, 1996, p.182).

Concebido como um processo sistêmico, o crescimento econômico deveria provocar, através do efeito-demonstração, mudanças na estrutura social pela difusão e adoção do padrão de valores, idéias e consumo de tecnologias dos países desenvolvidos. A consolidação dessa mudança levaria a um aumento dos níveis de vida das populações dos países com atraso do seu desenvolvimento, atraindo o capital estrangeiro para os investimentos econômicos gerados pelas pressões internas do aumento das necessidades de consumo.

As conseqüências desse processo de modernização da economia no País, desde os anos 30, apresentaram diversas fases e faces de situações de agravamento da distribuição de renda

e de ampliação dos problemas sociais, associadas recentemente a novas formas de dependência.

A industrialização não superou o subdesenvolvimento na América Latina, como desejavam os cepalinos, pela reconhecida incapacidade da industrialização, que, na via proposta — substituição das importações de produtos industriais —, “(...) esbarrava (...) na escassez de capital das economias latino-americanas” (Mantega, 1984, p.40).

Pensava-se então que a saída desse impasse estava nas formas de participação do capital estrangeiro. A industrialização, ao contrário, aumentou a miséria e as desigualdades sociais, escamoteando as contradições do capitalismo e os conflitos sociais.

O cerne da tese principal defendida pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) situava-se na crença de que o crescimento econômico dependia do “aumento da produtividade física de sua força de trabalho” (CEPAL, p. 71), graças à acumulação de capital e pelo progresso técnico.

A teoria da dependência surge nesse contexto, como uma variante das teses cepalinas (Prebisch), que, por sua vez, foram referenciadas nas teorias de modernização (Hoselitz; Rostow). Segundo a teoria da dependência, o subdesenvolvimento é uma “(...) conseqüência da expansão do capitalismo industriais que une em um único mercado diferentes economias nacionais”. O subdesenvolvimento representaria, no Brasil, o surgimento de “novas formas industrializadas de subdesenvolvimento, aliás, de dependência” (Lago, 1996, p.184).

Em oposição à tese da estagnação dos países periféricos, subordinados aos países centrais, Fernando Henrique Cardoso e E. Faletto, em **Dependência e Desenvolvimento na América Latina** (1970), esboçam as linhas gerais de explicação do subdesenvolvimento como processo histórico distinto da concepção da teoria das etapas ou estágios do crescimento

econômico, desempenhando uma função dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição.

Os autores dependentistas acima passaram a qualificar o desenvolvimento sob uma nova situação, a da “integração com o mercado internacional distinta das economias agro-exportadoras” (Goldenstein, 1994, p.41)<sup>13</sup>.

O mapeamento desse debate mais amplo suscitado até aqui sobre as principais teorias do desenvolvimento (modernização, subdesenvolvimento, dependência) não se esgota nessa breve tentativa de síntese, que se apresenta certamente incompleta, mas necessária para situar os argumentos mais pertinentes que acompanharam essa trajetória.

É preciso ressaltar, nesse percurso, a idéia de que as interpretações propostas por essas teorias sobre as dinâmicas das estruturas sociais contemporâneas enfrentaram dificuldades analíticas quanto à compreensão real destas.

Os avanços metodológicos conquistados pelos dependentistas apontaram com acerto as incongruências dos estagnacionistas. Reconheceu-se que a atualização da teoria da dependência pode contribuir para superar o debate atual sobre a (re)emergência do desenvolvimento no contexto da globalização, bem como da emergência da dimensão ambiental incorporada recentemente pelas novas concepções de desenvolvimento rural, a exemplo da idéia de sustentabilidade, dentre outras.

Outro aspecto que merece chamar atenção, resultado do avanço da teoria da dependência, diz respeito a que a expansão do capitalismo dos países centrais não impede ou limita o desenvolvimento dos países periféricos, segundo os estagnacionistas; ao contrário, o

---

<sup>13</sup> Esse debate permitiu sugerir críticas radicais ao “pensamento estagnacionista” de Celso Furtado, com Tavares e Silva em 1976, seguidas dos teóricos Gunder Frank, Teotônio dos Santos e Rui Mauro Marini em 1978. A superação desse pensamento possibilitou a compreensão do contexto da década seguinte (1970), marcada pelo incremento dos investimentos do capital estrangeiro no País, sob gestão do Estado.

crescimento industrial no Brasil, sob a direção de empresas multinacionais, promoveu seu desenvolvimento econômico, evidentemente aumentando sua dependência externa.

No contexto atual, o movimento do capitalismo internacional demonstra possuir um número maior de possibilidades de ações e formas de expansão nos países periféricos, com isso, sua afirmação hegemônica possibilita (re)criar arranjos e tecer articulações de estruturas políticas e sociais (mercado-Estado-sociedade) necessários ao desenvolvimento das condições e dos mecanismos de sua reprodução e ampliação.

A (re)emergência do debate sobre o desenvolvimento retoma questões antigas, como a dívida externa, a distribuição de renda, cujos aumento e concentração eram crescentes desde os anos 70 e que aparecem hoje associados às questões emergentes, como, dentre outras, a diminuição do intervencionismo estatal na economia, manifestada na redução das conquistas sociais das políticas públicas, que, se obriga, por um lado, uma inflexão ao pensamento liberal para legitimar suas ações, por outro, abre espaço para a renovação da crítica sobre as dificuldades postas pela nova ordem econômica mundial, de inserção forçada das economias periféricas dependentes, sem a ilusão de que essas mesmas dificuldades sejam vistas como imutáveis.

Dessa forma, precisa-se definir mais objetivamente o que vem a ser o desenvolvimento sustentável para o nosso estudo. O que a noção de desenvolvimento pode significar para compreensão da agricultura familiar?

## **2.2 A questão do desenvolvimento sustentável**

O conceito de desenvolvimento sustentável está em construção. Portanto, difusamente referenciado em dimensões complexas ao alcance de abordagens integrativas, informa quanto a crise paradigmática continua associada ao conhecimento das Ciências Sociais.

Nas duas últimas décadas do século XX, quase uma centena de definições foi proposta para a noção de desenvolvimento sustentável (Camino; Muller; 1993). Em sua maioria, apresenta uma abrangência indefinida, ao buscar contemplar um número cada vez maior de características ou dimensões a que o qualificativo se referisse.

Considera-se por desenvolvimento sustentável um conjunto complexo de ações econômicas e sociais, cuja racionalidade deve estar orientada pela participação de seus agentes organizados para garantir o acesso destes aos benefícios da produção igualmente a todos. E se coloca distinto dos modelos autoritários de desenvolvimento vigentes, que privilegiam os interesses das elites na acumulação do capital às custas da exclusão social da maioria de suas populações tanto nos países ricos quanto nos países pobres. Exclusão que é econômica, social e ambiental.

Desenvolvimento sustentável é aquele em que o desenvolvimento da produção contempla, num único movimento, três outros movimentos expressos pelas dimensões do econômico, do social e do meio ambiente.

Numa perspectiva sistêmica, as estratégias de desenvolvimento (de grandes impactos econômico e sociais comandados por complexos industriais), uma vez que estão intrinsecamente inter-relacionadas com a exploração dos recursos ambientais, para se tornarem sustentáveis deveriam garantir, além das condições de produção e de reprodução do capital, também as de produção e de reprodução do trabalho em condições de igualdade e liberdade.

Esse mesmo raciocínio pode revelar, para o caso da agricultura familiar na região em estudo, a possibilidade de compreender como se dá o processo de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento, aqui, é sustentável, na medida em que os produtores familiares, enquanto agentes efetivamente organizados, consigam estabelecer situações de enfrentamento e participação, de operar em condições tecnológicas de reprodutibilidade,

orientadas, portanto, numa lógica calcada nos seus interesses e valores socioculturais, capazes de garantir no presente as condições de sua sustentabilidade e das gerações futuras.

A conceituação de desenvolvimento sustentável referenciada neste estudo depende fundamentalmente do que é sustentável, nas dimensões sugeridas (sociocultural, ambiental e político-institucional), para os agricultores familiares da região em estudo, referentemente ao modo como eles organizam seus sistemas produtivos, sem comprometer a sua reprodutibilidade enquanto agricultores.

Essa sustentabilidade é variável segundo cada segmento social, unidade produtiva e/ou agroecossistema específico encontrado na pesquisa de campo (conferir análise dos Capítulos 3 e 4). Cada grupo de produtores ou agricultores individuais estabelece, por sua organização produtiva e social, princípios, critérios e valores específicos, minimamente suficientes para garantir suas necessidades e ampliar sua margem de participação política de luta pelos seus direitos sociais.

Segundo Gadoti (2000), o conceito de desenvolvimento sustentável, nos termos definidos por Alvater (1995), aponta a contradição de que a sustentabilidade está condicionada às restrições postas pela dimensão do econômico percebida como condicionante única, uma vez que “desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para desenvolvimento econômico e social” (Alvater, 1995, p.26).

O domínio do econômico sobre as relações sociais e da organização da produção sobre o trabalho e o lazer define os limites de reprodução social dessas esferas. Essas restrições põem em risco a viabilidade de qualquer modelo de desenvolvimento sustentável pleno, que invista no controle do capital por parte dos organismos públicos.

O primado da tecnologia nos processos produtivos é crescente, e o seu investimento é de alto custo. A transferência de tecnologia é regionalizada em alguns dos continentes e controlada por grandes corporações transnacionais, não permitindo nem a sociedade mundial nem aos Estados-nação seu controle.

Dessa forma, a sustentabilidade é uma possibilidade ética de controle de abusos do capital, definindo acordos de uma convivência contraditória de interesses e objetivos (in)comuns. Até aqui nada de novo, que não comporte a recriação de velhas matrizes conceituais definidas no âmbito do eixo paradigmático neoliberal referenciado na economia neoclássica (Carvalho, 1994).

A perspectiva adotada neste estudo pressupõe a centralidade da terra enquanto paradigma de base democrática no acesso à terra, no desenvolvimento sustentável do seu potencial produtivo e socialmente referenciado pelos agricultores familiares.

Nessa perspectiva, a terra é percebida como patrimônio familiar, cujas funções perseguidas e afirmadas por aqueles são mantê-la como seu *habitat* saudável, sustentável e, ao mesmo tempo, como meio produtivo, isto é, como um bem de uso da família.

A terra, percebida como mercadoria para especulação ou reserva de valor, é incompatível com a idéia de sustentabilidade, de garantia do seu acesso democrático, do direito de uso social; mas a terra não é incompatível com o mercado, se tratada como um bem de uso em longo prazo (Araújo, 2001).

Afora o debate das diferentes áreas de conhecimento que tem suscitado a problemática do desenvolvimento sustentável, a sua compreensão ainda padece da incorporação das dimensões social e política, em que o conceito de desenvolvimento se coloca aquém da imprecisão do seu adjetivo, sem agregar abordagens que qualifiquem essas dimensões com maior flexibilidade, sem abandonar o rigor científico.

Nesse sentido, Becker (1999, p.65-67) atribui ao conceito de desenvolvimento sustentável sua dimensão humana para além da sua funcionalidade ao sistema econômico, ao afirmar o caráter emancipatório do seu processo, na medida em que:

“[...] outros aspectos da vida humana [...] possam ser reintegrados ao processo de desenvolvimento [...] possibilitadores de trocas via diferenciação [...]. Para alcançar esses objetivos, segundo o autor, faz-se necessário superar dois desafios: primeiro, criar alternativas para reconciliar os diversos aspectos do processo de desenvolvimento social, econômico e político, tecnológico, cultural e ambiental e, em segundo, recuperar a possibilidade de fazer renascer no indivíduo a **diferença**, o **plural** e o **diverso** [grifos nossos]”.

Na tentativa de tornar hegemônico o discurso da sustentabilidade, os limites ideológicos são postos ao evocar para si “(...) uma bandeira de luta como reação social e política à racionalidade econômica (...) ressaltando sua funcionalidade complementar junto ao movimento da expansão contínua do mercado” (Becker, 1999, p.61).

A inflexão ao pensamento liberal que passou a referenciar a expansão do mercado, as crises dos sistemas financeiro e produtivo, a desregulação da economia mundial, isto é, menor intervenção do Estado, dentre outros fenômenos recentes, transformou essas formas emergentes em prenúncios de novos cenários, nos quais não haveria aparentemente mais lugar para outras racionalidades (ciência, política, tradição, etc.) que não fosse a econômica, cujo desenvolvimento consolidaria seu império em todo mundo, às custas da desestruturação das sociedades ditas atrasadas economicamente.

A dinâmica mundial da sociedade capitalista no seu atual contexto deve ser analisada, como no século XIX (Marx havia previsto), enquanto processo constitutivo de um tipo de civilização que tem sua natureza social e dinamismos universalmente dominantes (Mello, 2000).

O desenvolvimento sustentável surge, então, como sendo uma nova racionalidade do sistema capitalista, orientada pelas necessidades e interesses locais vinculados ao movimento

global de transformações capitalistas em que estão inseridas particularmente as localidades ou regiões, num processo permanente de construção da participação de seus agentes no desenvolvimento.

Segundo Becker (1999), os grandes projetos de desenvolvimento, predominantes principalmente na década de 70, foram substituídos pelos pequenos projetos, de múltiplos formatos, de inserção nos complexos produtivos mais dinâmicos e mundiais. O primado do modelo de desenvolvimento, aparentemente consensual entre os teóricos da modernização tecnológica, na transformação produtiva dos espaços agrários e principalmente na fase dos programas de desenvolvimento rural integrado, conheceu seu ocaso ainda na década seguinte, com a hegemonia da interpretação neoliberal e, com esta, a (re)emergência do desenvolvimento como questão.

O debate atual não trata mais das controvérsias geradas pela defesa/crítica das teses dualistas (setor moderno *versus* setor arcaico ou capitalismo *versus* imperialismo)<sup>14</sup>, tanto de feição conservadora quanto de feição marxista, mas das construções de modelos explicativos mais próximos da dinâmica da realidade, como de fato ela é e não a partir de pressupostos das configurações sociais e históricas próprias dos países desenvolvidos.

Dessa forma, a questão agrária, e, nesta, a agricultura de subsistência, não é mais vista como sendo um entrave ao desenvolvimento capitalista, mas percebida como produto do desenvolvimento deste que, para expandir-se, precisa (re)criar, combinar formas pré-capitalistas e capitalistas de produção.

O tema do desenvolvimento (re)atualiza questões do passado como, dentre outras, o da diferenciação da pequena produção no contexto de expansão do capitalismo no País. Retorna ao centro do debate, diante da crise do modelo de desenvolvimento hegemônico, o problema

---

<sup>13</sup> A partir da década de 70, o debate teórico fez surgir a crítica mais consistente sobre os o reducionismo de esquemas desenvolvimentistas. Sobre o assunto, ver Martins (1975) e Oliveira (1977), dentre outros.

do desenvolvimento interno e auto-sustentado, ou seja, reabrindo a questão da “estrutura fundiária e da produção agrícola destinada ao mercado interno” (Linhares; Silva, 1981, p.71).

Reconhece-se que existe atualmente amplo e controvertido debate em torno da problemática do desenvolvimento, da crise do modelo de desenvolvimento no mundo. O desenvolvimento sustentável, conceito recentemente em construção, portanto, difusamente referenciado em dimensões complexas e indefinidas ao alcance dos conceitos e abordagens integrativas dessas dimensões por construir, porquanto informa a crise paradigmática do conhecimento das Ciências Sociais, não dá conta da análise do desenvolvimento sem que, para isso, não só incorpore a contribuição de outras disciplinas como o conhecimento social mais amplo, produto do debate público e democrático da sociedade.

Que tipo de desenvolvimento deseja a sociedade brasileira? O desenvolvimento sustentável pode constituir uma alternativa viável? Em que medida ela poderá assegurar o desenvolvimento pleno com igualdade num cenário de recessão econômica e pobreza no País?

É sabido que o Brasil tem uma dívida social imensa para com a sociedade e, principalmente, com as famílias pobres rurais e urbanas, sobreviventes dos efeitos produzidos pelas mazelas estruturais herdadas do passado.

A gestão das finanças públicas, ressalvadas as poucas exceções, foi privatizada, ao longo do tempo, pelas elites dirigentes sob o manto sagrado da retórica do social, da administração dos serviços e das obras públicas, da dívida privada dos créditos financeiros, sem o controle efetivo da sociedade.

O Brasil sempre teve dificuldade de fundar seu próprio destino sobre bases configuradas na legítima vocação nacional, direcionadas ao desenvolvimento de sua sociedade. A título de

ilustração, a experiência do nacional-desenvolvimentismo <sup>15</sup> demonstrou como os impasses de uma ideologia excludente (porque defendia a via industrial-urbano como a única viável) e que se dizia integradora terminou por acentuar um modelo de desenvolvimento antidemocrático e concentrador de renda nas regiões Sudeste e Sul, conhecidas como as mais desenvolvidas do País <sup>16</sup>.

O padrão oligárquico de apropriação da terra, herdado dos primeiros colonizadores (latifúndio), perdura ainda nos dias atuais. Embora resistindo em parte às alterações da composição social de classe, as forças modernizadoras de inversão de capital na produção conseguem manter a tradicional concepção da terra enquanto fonte de poder e patrimônio personalizado.

Contudo presume-se já gradativa perda de domínio (ainda que continuem existindo extensas áreas, estão em número menor do que em décadas anteriores) e incipiente mudança de concepção da terra, à medida que esta começa a se desvalorizar no mercado de terras, na região e no País.

O retorno à problemática do desenvolvimento é recorrente nas Ciências Sociais, porque seus dilemas continuam desafiando o pensamento social, enquanto demanda de soluções que não dependem apenas do desenvolvimento epistemológico ou da explicitação do seu valor heurístico, apesar de os conter evidentemente, mas também do contexto de transformações e mudanças operadas na sociedade.

---

<sup>15</sup> A ideologia do nacional-desenvolvimentismo foi, por muito tempo, defendida principalmente nos anos 70, como projeto de integração das Regiões Norte e Centro-Oeste às Regiões Sul e Sudeste do País. Sobre o assunto, ver Jaguaribe (1972).

<sup>16</sup> O pensamento social brasileiro tem importantes defensores da idéia de um projeto nacional para o País. Sobre o tema, ver Silva (2000), Bomfin (1930), Andrade (1982) e Furtado (1968).

### **2.3 A agricultura familiar como lócus do desenvolvimento rural sustentável**

O modelo de desenvolvimento rural implantado na região em estudo (e na maioria das regiões do País) pelos programas governamentais tem sistematicamente favorecido a expansão da agricultura de mercado de cunho patronal, desestruturando a produção familiar tradicional. Isso ocorreu principalmente nos anos 70, com a modernização tecnológica do campo.

Esse quadro ainda persiste disseminado nas iniciativas públicas, ou de algumas agências de pesquisa vinculadas às ações de planejamento e execução de programas de desenvolvimento, com poucas exceções, sem afastamento substantivo do padrão convencional.

A desregulação da economia e a pressão política crescente a partir dos anos 80, em geral dos movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das organizações não-governamentais, das cooperativas e das associações de agricultores, contribuíram para a promoção de mecanismos de controle e de avaliação da execução das políticas públicas e para a ampliação da participação dos agricultores familiares organizados, através de Comissões Municipais ou Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, na elaboração e na gestão de planos de desenvolvimento local/regional.

A implantação do Pronaf foi resultado desse peso político conquistado pela organização dos trabalhadores rurais, fazendo com que o Governo Federal reconhecesse sua importância social e econômica e incorporasse com urgência suas demandas de crédito de investimentos, de descentralização do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Pronaf, de recursos para assistência técnica e extensão rural, de garantia de direitos previdenciários, dentre outros.

A importância econômica e social da agricultura familiar, enquanto proposta de modelo de desenvolvimento rural sustentável, é hoje reconhecida internacionalmente pelas organizações governamentais e não-governamentais.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) relata que a agricultura familiar possibilita a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área do que a agricultura patronal. Entretanto muitos governos, sobretudo dos países em desenvolvimento, não dispõem de políticas públicas adequadas à sustentabilidade desse setor. Inúmeras razões podem ser apresentadas aqui para justificar o interesse crescente pela proposta de um padrão produtivo alternativo, que possa expressar, de fato, desenvolvimento rural sustentável.

O caráter alternativo ao padrão convencional não se resume em deixar de ser parcial ou totalmente oposto ideologicamente a um formato tecnológico qualquer, bastando apenas adequar a forma do discurso técnico-científico, o que não alteraria em nada seu conteúdo.

O desafio situa-se na mudança da perspectiva centrada na idéia de que a adoção do padrão recomendado é sustentável do ponto de vista da eficiência econômica e tecnológica. A lógica do desenvolvimento é mais ampla e incorpora, dentre outras dimensões, principalmente o social, recolocando, assim, o seu novo formato na ótica de uma sustentabilidade construída a partir das necessidades das sociedades.

A noção de agricultura familiar tem ocupado significativo espaço no debate atual do pensamento social referente à análise dos processos sociais agrários, no propósito de contribuir com novas propostas conceituais ao entendimento das relações e das transformações recentes nos padrões societários do mundo rural. Ressalta-se que esse campo do conhecimento é marcado por disputas entre diversas correntes teóricas e matizes ideológicas pela interpretação hegemônica dessa realidade.

A discussão em torno da idéia de agricultura familiar não é exclusividade do meio acadêmico, repercute entre outros setores, incluindo-se os movimentos sociais rurais, órgãos governamentais e ONGs da sociedade, ampliando sua aceitação como modelo instrumental, mas é naquele onde o debate teórico é pretensamente menos politizado ideologicamente que essa idéia é posta à sua verificação empírica e conceitual.

A literatura das Ciências Sociais sobre o tema é ainda pequena à altura da importância das demandas suscitadas pelas questões postas atualmente pelos seus teóricos. As principais abordagens da teoria social sobre agricultura familiar e seu papel no desenvolvimento do capitalismo estão referenciadas pelas contribuições de diversos autores norte-americanos, europeus e latino-americanos preocupados com a racionalidade, o funcionamento e o papel dessa forma de organização da produção nas sociedades modernas.

Schneider (1999) apresenta uma revisão do debate acadêmico realizado nas últimas décadas (60 a 90), iniciando pela retomada do debate brasileiro e destacando seus principais argumentos e contribuições recentes para, em seguida, discorrer sobre a Sociologia da Agricultura e suas vertentes de tradição marxista. Essa revisão representa importante contribuição acadêmica de sistematização do estado das reflexões sobre a agricultura familiar nos últimos 40 anos, na elaboração de uma síntese das discussões sobre as teorias do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e suas relações com as formas de produção familiar. Segundo o autor:

“No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definidos. Entre os estudos publicados em português e que deram impulso decisivo merecem ser citados os trabalhos de Veiga (1990), Abramovay (1992) e de Lamarche (1993,1999). O maior mérito desses estudos talvez seja o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações onde o trabalho da família assume uma importância decisiva. Esta ‘descoberta’ foi fundamental não apenas por ter difundido entre os estudiosos brasileiros a noção de agricultura familiar, mas, sobretudo, por ter operado um deslocamento teórico e analítico decisivo na sociologia dos estudos rurais e agrários cujas preocupações, até então, giravam em torno da discussão do caráter capitalista, tradicional, ou moderno, das relações sociais predominantes na agricultura” (Schneider, 1999, p. 22-23).

O conceito de agricultura familiar utilizado aqui se aproxima da tentativa de abrangência das formas de organização da produção caracterizadas empiricamente na região em estudo (vale do Gurguéia), no que elas apresentam de especificidades originais: lógicas de produção e estruturas socioculturais de representações (terra, trabalho e mercado), de funcionamento e desenvolvimento que caracterizam situações diferenciadas de formas de exploração com base no trabalho familiar, que vão do tipo agricultor tradicional de subsistência ao agricultor familiar moderno, segundo definição proposta por Lamarche (1998), para o modelo de tipo camponês, cuja racionalidade produtiva não orienta necessariamente sua produção ao mercado, fator este de peso na definição do autor.

A diferenciação interna, segundo Lamarche (1993, p.18), entre esses tipos constituintes diz respeito à “capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los” e à “capacidade de adaptação e de reprodução”.

“As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. [...] não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. [...] Toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis. O enfoque tipológico, no sentido clássico do termo, constitui, portanto, um elemento de análise essencial da exploração familiar agrícola” (Lamarche, 1993, p. 18).

A propósito, Abramovay (1997) recomenda, para as definições sobre agricultura familiar, que estejam presentes seus atributos básicos, a gestão, a propriedade e o trabalho familiares:

“A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduo que mantém entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas”. (Abramovay 1997, p.03).

O campesinato brasileiro acumulou, na trajetória de sua formação histórica, características distintas da experiência clássica européia. Sua configuração particular foi produto do enfrentamento de situações determinadas historicamente e que constitui um patrimônio sociocultural referenciado e atualizado pelas demandas e exigências da sociedade brasileira moderna. A agricultura camponesa tradicional, segundo Wanderley (2001,p. 23):

“Vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre **a relação entre propriedade, trabalho e família**. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global [grifos nossos]”.

Entretanto, para a autora:

“O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (Wanderley, 2001, p. 23).

Essas demandas sociais implicaram mudanças no sistema produtivo tradicional, principalmente no processo de trabalho, que, associado à pressão da estrutura fundiária concentrada pela apropriação privada das áreas das chapadas, já ocupadas pelos antigos posseiros<sup>17</sup> e pequenos proprietários, acabou por agravar a situação de instabilidade dos produtores familiares, obrigando alguns ao movimento de ida e vinda à chapada, em busca de trabalho sazonal e terras, na condição de peões de chapada e rendeiros, ou a descerem das chapadas, tidas como o lugar do gado criado à solta e outros usos, e permanecerem encurralados nas áreas úmidas restantes dos vales, ou ainda forçando-os a migrarem para sede dos municípios vizinhos ou outras regiões do País; comprometendo, assim, a sua sustentabilidade, as condições de produção e a reprodução social.

---

<sup>16</sup> No discurso dos empresários agrícolas, as áreas ocupadas pelos camponeses sem o título de propriedade aparecem como “vazio social” politicamente construído. Ver, sobre o assunto, Santos, J. V. T. (1993).

A sustentabilidade da agricultura familiar realizada sob a orientação de uma nova racionalidade tecnológica do trabalho agrícola e do uso da terra, subordinada aos interesses do mercado, impõe ao agricultor uma situação de incorporação de inovações tecnológicas e outros insumos, constituindo uma redefinição de suas práticas sociais na dimensão espacial e temporal, possibilitando a esse agricultor interagir com os novos agentes, empresários e técnicos e criando novas relações sociais de produção.

É nesse contexto de expansão do capital, transformando áreas consideradas estagnadas ou desocupadas em dinâmicas, que se situa a seletividade desse processo, na medida em que incorpora parcelas ou segmentos sociais e deixa de integrar outros segmentos no complexo da cadeia produtiva de carnes/grãos.

Tanto na abertura de áreas para o plantio quanto no beneficiamento e na transformação industrial dos produtos, a racionalidade adotada é a da diminuição dos custos de produção, que superestima a especialização dos processos técnicos, o consumo intenso de insumos industriais, refletindo-se na baixa admissão de mão-de-obra não qualificada para os padrões tecnológicos da agricultura moderna de grãos.

Dessa forma, esse tipo de agricultura causa impacto na região, alterando as formas de organização da produção local e da apropriação dos recursos naturais e humanos, transformando as condições de reprodução social dos agricultores familiares, cujos indicadores de sustentabilidade informam potencialidades, tendências e cenários de desenvolvimentos diferenciados. Essas questões atuais sobre a agricultura familiar estão inter-relacionadas ao meio ambiente, de acordo com Moreira (1998, p. 12), indicam que:

“A sustentabilidade associada a certas transformações parece apontar para a configuração de um novo padrão tecnológico que daria a conformação de um capitalismo ecológico, capaz de incorporar aos constrangimentos ecológicos a lógica social do capitalismo. As questões contemporâneas associadas à ecologia e ao meio ambiente certamente estão indicando processos de **revalorização da natureza** e da **propriedade privada** a ela associada [grifos nossos]”.

---

Os conceitos acima sugeridos permitem o entendimento de que a sustentabilidade da agricultura familiar não está restrita a viabilidade econômica dos seus sistemas produtivos em si mesmos, mas associada à viabilidade social e agroecológica. A agricultura familiar, portanto, é considerada neste estudo como modelo de desenvolvimento sustentável da sociedade local/regional.

Entende-se que a idéia, segundo Diegues (1997), de sociedades sustentáveis é a que dá conta da possibilidade de as próprias sociedades ou comunidades locais construir e regular suas capacidades de equilibrar suas necessidades e o acesso aos recursos disponíveis. Nesse sentido, os projetos e programas de desenvolvimento sustentável proposto devem incorporar essa noção, do contrário, terminam por afirmar mecanismos de inclusão parcial.

## **3 FORMAÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA NO**

### **VALE DO GURGUÉIA**

Neste capítulo, examina-se em particular, com base na literatura histórico-social, a formação da agricultura familiar no Vale do Gurguéia. Outro objetivo é caracterizar o contexto de quando e como o processo de modernização foi implantado na região, observando principalmente os impactos sobre a organização social dos sistemas produtivos e sobre a vida dos agricultores familiares.

A partir do esboço desses cenários, do passado e do presente, recupera-se, para o conjunto dos tipos sociais formado na região, a dinâmica, os processos que permitiram compreender os mecanismos de sustentabilidade expressos nas formas de apropriação e de uso dos recursos naturais, constituída pelos sistemas produtivos diversos, configurados ao longo de sua trajetória.

### **3.1 Ocupação socioeconômica**

#### **3.1.1 Formação social e econômica**

A formação agrária piauiense foi historicamente determinada pela expansão pecuarista, que propiciou a sustentação do poder econômico e político da elite agrária. A ocupação do

território piauiense foi realizada inicialmente através de inúmeros conflitos e de lutas entre prepostos dos sesmeiros da Casa da Torre (Bahia) e os grupos indígenas que habitavam as terras quando aqueles estabeleceram os primeiros contatos.

Essas lutas se deram em razão da resistência das tribos indígenas ao apresamento e à escravidão a que eram submetidos pelos colonizadores, bandeirantes paulistas, baianos e pernambucanos na segunda metade do século XVII. O propósito dos colonizadores era a ocupação das terras e das águas com a criação do gado bovino e cavalar. Entretanto, inicialmente, tiveram que limpar a área, retirando à força seus ocupantes primeiros, fazendo-os inimigos entre si e presa fácil dos conflitos armados, subjugando-os à condição de prisioneiros alojados em aldeamentos<sup>17</sup> até serem vendidos como domésticos ou força militar. O apresamento e a escravização indígenas renderam forte comércio nesse período até o século XIX.

O processo inicial de ocupação e colonização do território piauiense não foi muito distinto do que ocorreu nas outras regiões do País. A ocupação primeira, do litoral para o interior, “sertão” ou “gerais”, ocorreu a partir de 1656, pela presença de uma frente de exploradores estrangeiros e comerciantes do Maranhão, que mantinha intenso comércio com os habitantes do litoral piauiense (índios tremembés), e dos religiosos da Companhia de Jesus vindos de Pernambuco pelo Ceará e que fundaram estabelecimento de ensino da doutrina cristã na serra da Ibiapaba.

A segunda frente de ocupação, comandada por criadores de gado oriundos da Bahia e de Pernambuco, teve múltiplas finalidades, como o apresamento e a escravização indígenas, a instalação de currais e fazendas de gado e, principalmente, segundo Ferreira Reis (1966, apud

---

<sup>17</sup> Confinamento de índios aprisionados em terrenos próximos à sede das fazendas de gado, para domesticação da mão-de-obra à serviço das fazendas, para o tráfico para outras capitanias e para recrutamento na formação de milícias de particulares na guerra de extermínio contra tribos mais resistentes. O período de existência dos aldeamentos foi de 1658 a 1808 (Abreu, 1954).

Faoro, 2000, p.176), “(...) assegurar ao Brasil as áreas amazônicas, gaúchas e matogrossenses”, pelas quais o poder público contribuiu para legitimar essa jornada de ocupação do território, incentivando o expansionismo pastoril <sup>18</sup>. Os contatos tensos e conflituosos desses agentes contribuíram para acelerar a ocupação da região norte em direção a região centro-sul, sudeste e sudoeste da Capitania do Piauí, em favor dos criadores de gado, pretendentes a proprietários, sesmeiros.

A história desse processo de ocupação do território que viria a corresponder à Capitania de São José do Piauí, criada em 1718 e independente, em 1811, da administração da Capitania do Maranhão, é interpretada pela historiografia oficial como sendo harmoniosa, sem a participação de outros segmentos da sociedade nos conflitos.

A matriz sociocultural piauiense, segundo a historiografia dominante, tem sua base majoritariamente na fazenda-criatório. As estruturas das instalações dessas fazendas eram muito simples, revelando o estado transitório das atividades de cria e engorda do gado para o comércio em outras regiões e o espírito pouco empreendedor do colonizador, o qual seus descendentes iriam reproduzir nas edificações futuras. É discutível a afirmativa de que se desenvolveu no Piauí uma "civilização do couro", como desejava Capistrano de Abreu.

Esses conflitos foram tornando-se mais extensivos e violentos pelo território, à medida que avançavam as frentes de apresamento e escravização indígenas, ampliando a ocupação do território com a instalação dos currais no litoral em direção ao interior, pela força das expedições militares oficiais e particulares financiadas pelos criadores interessados na expansão dos seus domínios.

---

<sup>18</sup> Domingos Afonso Sertão e F. Dias de Ávila receberam mais de 30 fazendas de gado em troca da “limpeza” do território baiano e piauiense da presença indígena. Domingos Afonso Sertão é o primeiro colonizador pré-moderno e possuidor do maior latifúndio do País, com área equivalente a 1.206.612ha.

A redução das tribos indígenas sob a administração seja de religiosos, seja de militares, através dos aldeamentos oficiais <sup>18</sup>, promoveu a escravização, a expulsão de suas terras e o conseqüente massacre das tribos que resistiam àquela condição. O movimento expansionista da pecuária sofreu a pressão dos lavradores (posseiros e rendeiros), que expulsavam o gado do litoral, forçando os criadores a se fixarem no interior do território, afirmando sua importância no abastecimento de carnes para os centros urbanos do litoral nordestino.

A ocupação territorial da região sudoeste piauiense remonta à segunda metade do século XVII, mediante o processo de expansão da pecuária nordestina, mais precisamente da bacia do São Francisco, comandado pelos criadores de gado em direção ao Maranhão.

À época da sua colonização, na região, centenas de tribos indígenas do grupo Jê (Acroá, Timbira e Gueguê) habitavam nos vales da bacia hidrográfica do Parnaíba e do Gurguéia, onde foram violentamente massacrados em conflitos com os criadores curraleiros que comandavam expedições de apresamento, e, sobre suas aldeias, houve a edificação dos currais de pedra. O triunfo dessas expedições, na maioria privadas ou sob a direção do governo das capitanias interessadas, deu-se graças à conivência da Igreja e do Estado Português.

O extermínio dos índios iniciado nas ilhas do delta parnaibano na região litorânea, em direção a região sul-sudoeste, demorou mais de dois séculos face à resistência das tribos mais aguerridas (Guegueses e Pimenteiras) dessa região. Parte dessas tribos em perseguição acabou migrando para as chapadas do Maranhão, de Goiás e da Bahia.

O processo espoliativo é correlato a esse processo de extermínio dos índios e segue de norte a sul da capitania do Piauí, num processo continuado de conflitos pela posse e pelo uso

---

<sup>19</sup>No Piauí, à época da colonização portuguesa, foram instalados 10 aldeamentos oficiais no período de 1656 a 1808, administrados pelos religiosos [jesuítas e inacianos] e militares. A sua extinção no território piauiense deu-se com o extermínio dos seus contingentes populacionais. A subjugação rendia para os proprietários importante comércio da mão-de-obra escrava nas atividades agrícolas e domésticas das fazendas e nos arraiais [agrupamentos urbanos].

das terras e das águas superficiais, atravessando os períodos históricos do Piauí Província até o Republicano.

Na versão histórica dominante, o registro desses conflitos foi realizado numa ótica que favorece as elites agrárias pela sua pretensa desvinculação com a promoção desse processo de extermínio, negando as reestrutura fundiária piauiense<sup>19</sup>. As elites agrárias no Piauí surgem junto com a estrutura fundiária, pela qual manterão o poder local. A historiografia no Piauí tem sido o registro da versão de suas elites agrárias investidas de uma urbanidade transitória e tardia.

A agricultura de subsistência teve sua origem no período colonial, com os vaqueiros, os índios domesticados e os escravos negros trazidos pelos fazendeiros para áreas cedidas junto às fazendas de gado, onde desenvolveram a produção de mandioca, feijão e arroz, dentre outras, complementar à pecuária extensiva.

Dessa forma, a agricultura de subsistência subordinada à pecuária e conjugada à lavoura algodoeira configurou, por muito tempo, uma atividade voltada essencialmente à reprodução da força de trabalho junto à grande propriedade.

Embora a lavoura algodoeira tenha sido desenvolvida em escala modesta, localizada em alguns pontos do território piauiense, sua exploração requereu o emprego intensivo de mão-de-obra e a diversificação de culturas de tipos tradicionais (feijão, milho), consorciadas e organizadas, em sua maioria, pelos moradores, parceiros e arrendatários.

O roçado tem sido a base de produção e reprodução da agricultura de subsistência, desenvolvida tanto no interior da grande propriedade quanto na sua margem, nos interstícios desta. Essas áreas entre as fazendas e sítios arrendados, chamadas de **maninhas**, eram “(...) por onde se infiltravam posseiros” (Teixeira da Silva, 1997, p.141).

---

<sup>19</sup>Para aprofundamento desse tema, ver Mendes (1928) e Machado (2002).

Essa forma de produção agrícola marginal à grande propriedade desempenhou importante papel quanto às funções de garantir o abastecimento de alimentos básicos excedentes e a reserva de mão-de-obra disponível ao grande proprietário de terra. O abastecimento das fazendas-criatório era também feito pela contribuição de produtos dados em pagamento de parceria pelo uso da terra do proprietário (regime de meação).

O vaqueiro ou capataz, na condição de administrador da fazenda, mantinha com o proprietário uma espécie de parceria conhecida pelo regime de divisão em “quarta”, ou seja, de quatro crias ao ano, uma deveria pertencer ao vaqueiro como pagamento. Muitos desses vaqueiros, no quinto ano, já eram possuidores de um pequeno rebanho, que criavam na mesma propriedade.

É nesse contexto que agricultores sem terra buscavam a condição de morador, instalando-se nas fazendas em pequenas parcelas de terra cedidas pelo proprietário para a produção de alimentos.

Os estudos e pesquisas sobre a estrutura agrária piauiense resumem-se, na maioria, em diagnósticos que estão na base das diversas propostas de governo que ensaiam programas de transformação da realidade, que, “(...) via de regra, representam apanhados de dados estatísticos” (Domingos Neto, 1977, p.2), de realidades fragmentadas, sem nenhuma ou quase nenhuma análise do conjunto dos fatos.

A descrição factual isolada acaba por substituir o seu segundo momento, o da sua compreensão analítica, e, desse modo, por consequência, determinando uma visão periférica da realidade, impedindo aos pesquisadores o conhecimento necessário para a resolução de problemas sociais.

Segundo Domingos Neto, é o desenvolvimento da capacidade de compreensão científica maior ou menor da realidade concebida pelos planejadores do desenvolvimento o fator

determinante da variabilidade dos posicionamentos destes. Entretanto a questão central não se reduz a esse fator.

O conhecimento científico da realidade, sem a participação da sociedade, da vontade política de seus agentes e dos recursos econômicos efetivamente mobilizados na direção das mudanças sociais, perde sentido.

Os estudos e as pesquisas sobre o setor agrário piauiense tentaram apontar respostas para o subdesenvolvimento do Estado do Piauí com base em vieses interpretativos do tipo fator racial, geográfico ou economicista, que, de uma forma ou de outra, terminaram por mascarar a compreensão da realidade, assumindo a versão oficial de legitimação da manutenção do poder das classes dominantes, impedindo a sociedade de produzir uma compreensão suficientemente transformadora daquele.

É oportuno ressaltar, igualmente no sentido acima apontado, o mito do otimismo, muito apreciado entre os planejadores do desenvolvimento, sob a crença de que o Estado, sendo o depositário fiel das esperanças do povo, devesse realizar, por este, todas as suas aspirações e demandas. Hoje uma nova percepção está em construção, a do Estado que mobiliza as forças sociais responsáveis pelo desenvolvimento, sem tutela e controle direto (regulação autoritária) de seus operadores.

Muitas ações das agências desenvolvimentistas — Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco Nordeste do Brasil (BNB) — implementadas pelos governos pós 64 com a finalidade de direcionar o desenvolvimento do potencial das Regiões Norte e Nordeste, ao contrário, acabaram por comprometê-las, adiando o futuro dessas regiões, sendo quase sempre de poucos acertos e muitas incertezas.

A questão central do modelo de desenvolvimento em crise, como sinônimo de industrialização, é hoje a democratização, para a maioria das parcelas da população, do acesso

a um bem, a terra, que se tornou oligárquico. De maneira que suas conseqüências afetam significativamente o desenvolvimento e o meio ambiente em quase todas as regiões do mundo (Alvater, 1995).

Há aqueles que afirmam a idéia redentora da nova dinâmica implantada na Região Nordeste, mais precisamente em alguns nichos de produção/produktividade, onde a alocação de investimentos na produção de grãos e na fruticultura irrigada demonstrou ser maior, como é o caso do oeste baiano, do sul maranhense e, mais recentemente, do sudoeste piauiense.

Outros autores (Andrade, 1984; Fernandes; Souza Filho; Almeida, 1998; Oliveira, 1990; Kraychete; Comerford, 1991; Pires, 1996), mais cétricos, preferem discutir os limites impostos por esse modelo de desenvolvimento, que emprega pouca mão-de-obra e causa impacto negativo, portanto, não sustentável no seu entorno social, ambiental e ecológico, revelando contradições quando da incorporação marginal de parcelas da população no conjunto da riqueza, dos bens que possa gerar.

Limites estes que surgem do agravamento da situação de exclusão/inclusão de parte dos agricultores familiares recrutados localmente para as atividades temporárias de limpeza das áreas recém-incorporadas aos processos produtivos modernos, bem como no contrato de arrendamento de áreas para o cultivo inicial do arroz, conhecido na região pelo termo "amansar" a terra, sendo dispensados em seguida, findos tais atividades ou contratos.

### **3.1.2 Posse e uso da terra**

O início da exploração dos recursos existentes na região, como visto anteriormente, deu-se na segunda metade do século XVII, com a ocupação de grandes extensões de terra pelos irmãos Garcia D'Ávila da Bahia e por outros para a criação de gado.

A organização do espaço agrário piauiense configurou-se pela expansão da pecuária extensiva, que definiu as formas de uso da terra e de sua estrutura fundiária. A diferenciação predominante dessas formas esteve assentada na dualidade da agropecuária de subsistência nos campos naturais e a agricultura de subsistência nas áreas úmidas próximas dos rios da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.

A estrutura fundiária nessa região apresenta atualmente um quadro de distribuição no qual de 50% a 75% dos estabelecimentos existentes são de pequenas propriedades, pertencendo à classe de 0 a 50 hectares, e os restantes 25% dos estabelecimentos são de médias e grandes propriedades, pertencentes às classes de 50ha a 200ha e acima de 200ha respectivamente (IBGE, 1996).

Quanto à distribuição dos estabelecimentos por área, nos municípios da região, verificou-se o predomínio das grandes propriedades. Esse quadro demonstra o desequilíbrio de distribuição entre pequenas, médias e grandes propriedades na região.

O sistema de posse familiar e de uso comum da terra tem sua origem: (a) nos brejos, baixões ou vãos (áreas úmidas), onde predomina o plantio diversificado de produtos alimentares (feijão, quiabo, abóbora); (b) nos buritizais, áreas úmidas próximas às encostas, onde ocorre a extração do buriti para alimentação e para produção do sabão; e (c) nas chapadas, áreas elevadas e secas de arroz de sequeiro, extrativismo de madeira, frutos e ervas medicinais, de caça e de criação de gado bovino e caprino (posse coletiva).

Segundo Bandeira (1994, p.46), o processo reverteu-se a partir dos anos 70, modificando o que ocorria no período 1950-60, “(...) no qual as unidades produtivas básicas eram o latifúndio e a pequena produção de subsistência”.

### 3.2 Formas sociais na agricultura

A análise da sustentabilidade da agricultura familiar no sudoeste do Piauí está orientada segundo as dimensões sociais, ambientais e econômicas, qualificadas, neste estudo, como elementos integrantes dos processos diferenciados de racionalidade de apropriação dos fatores produtivos (terra, trabalho, mercado), da organização social da produção, da reprodução familiar e da gestão patrimonial dos recursos naturais.

Da combinação desses processos e relações sociais depende sua capacidade de recriar-se e “(...) adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica” (Bruno, 1994, p. 51). A região de expansão da fronteira agrícola piauiense compreende especificamente as áreas de 23 municípios, agrupados em cinco microrregiões (Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Alto Médio Gurguéia, Alto Parnaíba Piauiense, Bertolândia e Floriano) do sudoeste do Estado, segundo a classificação do IBGE, onde se encontram situadas as grandes propriedades, tradicionalmente voltadas para pecuária extensiva nas encostas e no topo das chapadas, e as atividades agrícolas e extrativas (babaçu, buriti, carnaúba), localizadas nos vales dos rios Uruçuí-Preto e Gurguéia, subafluentes do rio Parnaíba.

Atualmente, nas áreas das chapadas ou serras (Serra Grande, Uruçuí, Quilombo e Estiva), encontram-se instaladas as empresas modernas de produção de grãos, tais como arroz, soja e milho, de elevada incorporação de insumos e equipamentos industriais, como fertilizantes, defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas.

Na região do Vale do Gurguéia, especificamente nos Municípios de Alvorada do Gurguéia, Cristino Castro, Bom Jesus, Palmeira do Piauí e Manoel Emídio, locais das entrevistas e observações, constatou-se a presença de sistemas produtivos de uso da terra: tradicional, de transição e modernizado, caracterizados de forma sintética no Quadro 2;

partindo-se do pressuposto de que os agricultores familiares pesquisados poderiam ser categorizados de acordo com os seus sistemas produtivos, a partir da identificação de algumas possibilidades de consolidação permanente de um ou outro sistema de produção predominante.

### **3.2.1 Agricultura familiar tradicional de subsistência e comercial**

A agricultura familiar na região está subdividida nas formas tradicional de produção de subsistência e comercial e na forma de produção moderna convencional. Nesta última, seus produtores, de fora da região, trabalham integrados no sistema de cooperativa de produção de grãos.

Os agricultores familiares de subsistência produzem basicamente o feijão, o milho e a mandioca em pequenas parcelas, para o autoconsumo familiar. São produtores com origem na região ou em estados vizinhos, principalmente Pernambuco, Ceará e Maranhão. Esses agricultores moram e produzem há muito tempo nos baixões ou vales dos rios da sub-bacia do Uruçuí-Preto e Gurguéia, no sudoeste do Estado. A maioria desses agricultores enfrenta situações de descapitalização crescente, agravadas pela inexistência de acesso aos recursos produtivos, de serviços de assistência técnica e de créditos bancários suficientes e adequados às suas necessidades, acabando por migrarem para as sedes municipais vizinhas ou em busca do assalariamento temporário e/ou do arrendamento nas fazendas agropecuárias (formação de pastagens) e em projetos de colonização modernizados.

Entretanto muitos desses agricultores familiares proprietários procuram produzir além da subsistência, extrair um excedente para o mercado local/regional. Essa busca dá-se principalmente na lavoura da cana-de-açúcar, através de sua transformação em rapadura e

cachaça artesanal, complementada por subprodutos da mandioca (farinha e goma) e pelo extrativismo vegetal (lenha, polpa de buriti), promovendo um melhor nível de capitalização em relação aos tradicionais de subsistência.

Utilizam geralmente sistemas produtivos tradicionais, cujas práticas agrícolas artesanais desenvolvidas nos roçados têm por base a queimada <sup>20</sup>, a rotação de terras e o baixo consumo dos recursos internos (terra, água, energia) disponíveis, muitas vezes de manejo inadequado, promovendo processos de perda da fertilidade pelo uso intenso de somente um desses fatores produtivos e, conseqüentemente, apresentando baixa produtividade e aumento nos custos de produção e do trabalho.

A sustentabilidade econômica desses produtores fica, assim, condicionada às possibilidades virtuais de obter novas áreas férteis, principalmente no caso dos posseiros ou dos trabalhadores sem terra, que são obrigados ao arrendamento, para continuarem na atividade, ou no caso de os agricultores familiares proprietários mudarem de atividade de forma parcial ou total.

Evidentemente, essa possibilidade é maior para os agricultores proprietários mais capitalizados. À medida que esses buscam se modernizar, adotando parcialmente padrões produtivos mais sustentáveis, que combinem práticas tradicionais e modernas convencionais e não convencionais de ocupação e de uso dos recursos ofertados pelos agroecossistemas, são obrigados a se relacionar de maneira mais consciente de seus limites e de seus potenciais ecológicos e socioeconômicos.

Assim, mediante essas formas de organização da produção, seja pela forma de arrendamento temporário de áreas da chapada, com o arroz de sequeiro, seja pela forma de

---

<sup>20</sup> A roça de toco ou “*roza y queima*” é o sistema agrícola extensivo e itinerante de cultivo já conhecido na América Pré-Colombiana. Sobre esse assunto, ver Chonchol (1996).

propriedade nos baixões, os agricultores familiares tradicionais de subsistência e comerciais buscam recriar possibilidades de sustentabilidade econômica e social, incluindo, em alguns casos, a reconversão de suas atividades produtivas, que podem indicar tanto uma transição da condição de tradicionais para produtores modernos convencionais ou não quanto, no caso dos descapitalizados, sua reprodução precária, que se assenta nos limites do assalariamento temporário, estabelecendo, dessa forma, através da venda do trabalho, sua principal relação com a agricultura moderna.

Esses agricultores empobrecidos são alvos fáceis das investidas de novos candidatos a proprietários na região para a produção de grãos, pela compra das parcelas de terras originadas de antigas posses (a maioria em terra devoluta) ou de propriedades herdadas ou compradas por esses agricultores e transformadas pelos novos investidores do cerrado em expedientes ilegais de apropriação da terra.

### **3.2.2 Agricultura familiar moderna**

As duas primeiras formas pertencem aos agricultores familiares tradicionais da região em estudo, cujas características quanto às formas de acesso à terra, ao trabalho, à direção do processo produtivo pela família, à diversificação de atividades produtivas e ao uso de insumos definem dinâmicas específicas de organização da produção e do trabalho, portanto, distintas dos agricultores familiares modernos, produtores de grãos (proprietários e/ou arrendatários).

Nesta terceira forma, os produtores de grãos (soja e milho) têm origem principalmente na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde cultivavam grãos em pequenas propriedades. A vinda desses colonos gaúchos para a região dos cerrados piauienses esteve

ligada às facilidades de crédito bancário, à disponibilidade de terras e de mão-de-obra de custos baixos, propagados intensamente pelo Governo do Estado do Piauí no sul do País<sup>21</sup>.

Os gaúchos pioneiros chegaram há mais de 10 anos na região. Morando e produzindo como produtores individuais no Município de Bom Jesus, montaram uma rede de apoio (comércio e serviços)<sup>22</sup> aos patrícios sucessores.

A viabilidade econômica desses agricultores está condicionada aos custos de produção, dos investimentos aplicados no consumo de insumos externos (corretivos, fertilizantes, herbicidas e equipamentos agrícolas), sempre crescentes, sendo vulneráveis ao aumento dos preços desses insumos industriais junto à cooperativa fornecedora e ao endividamento premente.

Os custos de produção são diferenciados entre esses produtores. Mesmo com o apoio da cooperativa, há agricultores que, embora tenham adquirido lotes maiores com capacidade de obter maior rentabilidade e produtividade por área plantada, dispõem de um volume de recursos que, no momento, os impede de alcançar, em curto prazo, a produtividade desejada, uma vez que a área cultivada é menor.

Outros produtores familiares que dispõem de área menor e pouco recursos experimentam situação semelhante à acima descrita, sendo obrigados a arrendar áreas de outros, formando grupos de produtores, para, assim, aumentar a produção por unidade de área e obter a cota de produtividade determinada pela cooperativa. Essa produtividade esperada

---

<sup>21</sup> Especialmente no Rio Grande do Sul, na ocasião da 13ª Festa Nacional da Soja (Fenasoja), o Governo do Piauí fez-se representar pelo Vice-Governador e pelo Secretário da Agricultura em Santa Rosa-RS. Os representantes oficiais, acompanhados de gerentes do Banco do Nordeste, fizeram convite aos produtores gaúchos para conhecerem os cerrados piauienses, oferecendo vantagens tipos incentivos fiscais, terras baratas e infra-estrutura, e ainda destacaram, em contrapartida, o domínio tecnológico dos produtores de soja. Sobre o assunto, ver Nunes (Correio do Povo, 05.04.2000).

<sup>22</sup> No Município de Bom Jesus-PI, firmas de representação de venda de máquinas, equipamentos agrícolas e empresa de produção de sementes, oficinas especializadas, escritórios de prestação de serviços agrícolas, além do comércio de alimentos, foram instaladas na última década, para apoio logístico à frente de colonizadores sulistas.

pode se inviabilizar com o prazo curto e o custo elevado do arrendamento.

As práticas agrícolas utilizadas pelos gaúchos nos cerrados piauienses não avançaram desde o cerrado do Mato Grosso, onde, há mais de 40 anos, praticam o desmatamento e a queimada de grandes áreas de matas.

Além dos riscos à sustentabilidade econômica desses produtores de grãos, existem os que estão relacionados à sustentabilidade ambiental, que, pelo desmatamento indiscriminado, pelo aporte de insumos depositados ao solo e pelo seu manejo inadequado, acarretam a perda da biodiversidade e a degradação dos solos, diminuindo sua capacidade de auto-regeneração e durabilidade. E, por fim, enfrentam problemas de sustentabilidade social, principalmente relacionados à qualidade de vida desses agricultores, que não pode estar condicionada à melhoria dos seus sistemas produtivos, tornando-os rentáveis e reprodutivos apenas, mas, sobretudo, à ampliação do acesso aos recursos disponíveis a partir das demandas e dos interesses das sociedades locais em seus projetos particulares de sociedades sustentáveis. Estas são sustentáveis à medida que criam seus próprios mecanismos, indicadores de sustentabilidade baseados nos limites de uso suportável dos seus distintos agroecossistemas transformados em recursos capazes de manter minimamente as condições de ocupação agroecológicas e socioeconômicas sustentáveis.

A compreensão da organização da produção social não é condição suficiente para a proposição de padrões de produção sustentáveis, se aquela não estiver interrelacionada à organização e à dinâmica dos agroecossistemas enquanto totalidades que variam no espaço e no tempo, em permanente movimento.

A agricultura capitalista constitui a outra forma produtiva emergente na região, oriunda dessas frentes de expansão capitalista da fronteira agrícola do Centro-Oeste em áreas dos

cerrados brasileiros, como já foi dito, orientados para a produção de grãos para exportação.

A modernização agrícola recente na região trouxe, com a cultura da soja, a perspectiva de implantação de uma forma específica de propriedade e de organizar a produção em bases empresariais e as transformações nas relações sociais que ela acarreta (Santos, 1988, apud Kraychete; Comerford, 1991), até então inexistentes. Evidentemente, há exceções, como a experiência do Perímetro Irrigado do Gurguéia.

### **3.3 A modernização da agricultura e políticas públicas**

#### **3.3.1 O processo de modernização da agricultura piauiense**

O propalado padrão de desenvolvimento dos cerrados como fronteira agrícola vinculada ao agronegócio dos complexos carnes/grãos, assumido por órgãos administrativos e financeiros do Piauí, está assentado nos mesmos propósitos da política de modernização da agropecuária implantada no País, a partir dos anos 60, particularmente no Nordeste e no Piauí nos anos 70, no sentido de viabilizar a acumulação de capital através da apropriação privada de terras, possibilitando a reconcentração fundiária e a expropriação dos trabalhadores rurais. Essa acumulação de capital iniciada pela política de incentivos fiscais consubstanciados nos programas Fundo de Investimento no Nordeste Agropecuário (Finor-Agropecuário) e Fundo de Incentivos Setoriais (Fiset), com a anuência da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi)<sup>23</sup> e do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), possibilitou ampliar, nas décadas de

---

<sup>23</sup> Até a década de 80, a Comdepi era possuidora do quinto maior latifúndio no País, com uma área equivalente a 1.076.752ha, distribuída no sudoeste piauiense, concentrando grandes áreas especialmente nos Municípios de Manoel Emídio, Canto do Buriti, Floriano, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí (Oliveira, 1991).

80 e 90, a criação de um mercado de terras até então inexistente, movimentando a venda de reservas de presumíveis terras públicas devolutas estaduais<sup>24</sup> por preços abaixo dos praticados pelo mercado convencional, conforme denúncia da Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) dos Conflitos Agrários : “(...) expressivo número de empresas comerciais que adquiriram terras públicas estaduais (...) foram beneficiadas pelos **baixos preços** fixados pela COMDEPI para as terras públicas estaduais objeto das alienações (grifos nossos)” (Relatório Conclusivo da CPI dos Conflitos Agrários, p.58).

Segundo o Relatório, isso aconteceu porque:

“[...] os **agenciadores de venda de terras públicas estaduais** eram, periodicamente, municiados de informações atualizadas sobre os quantitativos de terras públicas incorporadas ao Patrimônio Imobiliário Rural Estadual e sobre os quantitativos em fase de incorporação, os municípios onde estavam localizados, para, assim, prestarem ‘consultoria’ e ‘assessoria’ aos grupos empresariais e aos grupos políticos interessados na aquisição de terras públicas estaduais, por preços abaixo dos preços praticados no mercado imobiliário” (Idem, p. 61).

A principal alegação atribuída pelos órgãos públicos referentes à fixação dos preços abaixo do mercado está calcada no seguinte argumento:

“[...] de que os preços baixos fixados para [venda das] terras públicas funcionariam como **estímulo para atrair pessoas interessadas no desenvolvimento de atividades do setor primário da economia**, fato que resultaria no desenvolvimento dos municípios-pólos onde estavam localizadas as terras públicas que foram vendidas [grifos nossos]” (Idem, p. 54).

Os recursos financeiros oriundos do Finor-Agropecuário e do Fiset não só contribuíram

---

<sup>24</sup> O Estado do Piauí não dispõe do quantitativo de suas terras públicas devolutas, porque não foram realizadas pela instituição de execução da política fundiária estadual as ações discriminatórias (afeição de legitimidade dos títulos de domínio de presumíveis proprietários) que possibilitariam dimensioná-las e integrá-las ao patrimônio imobiliário estadual. Esse patrimônio juridicamente reconhecido constituiria, portanto, um “fundo de terras” disponível de importância estratégica numa política fundiária de assentamento de trabalhadores sem terra. Ver, sobre o tema, o depoimento de Machado à CPI dos Conflitos Agrários e Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais (Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, 1997).

para que os projetos agropecuários ampliassem a concentração fundiária e da renda no Piauí<sup>25</sup>, viabilizando inclusive a transferência de parcelas de terras públicas devolutas do patrimônio imobiliário público ao privado, bem como possibilitaram a malversação dos recursos públicos liberados pelos órgãos competentes, demonstrando que a gestão administrativa e financeira centralizada dos órgãos envolvidos e a falta de controle por parte de outros segmentos da sociedade na efetiva alocação desses recursos para a finalidade produtiva solicitada indicam, além do sentido concentrador de renda e de desigualdades sociais da modernização da agricultura, o grau de impunidade e o descompromisso das elites políticas estaduais para com o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A pequena produção rural, como foi chamada pelo discurso oficial, sempre constituiu um setor marginalizado ou residual em de programas e projetos de desenvolvimento rural orientados para, a pretexto de modernização da agricultura no Estado, viabilizar a acumulação de capital pela grande propriedade.

### **3.3.2 A incorporação do cerrado piauiense e o papel do Estado**

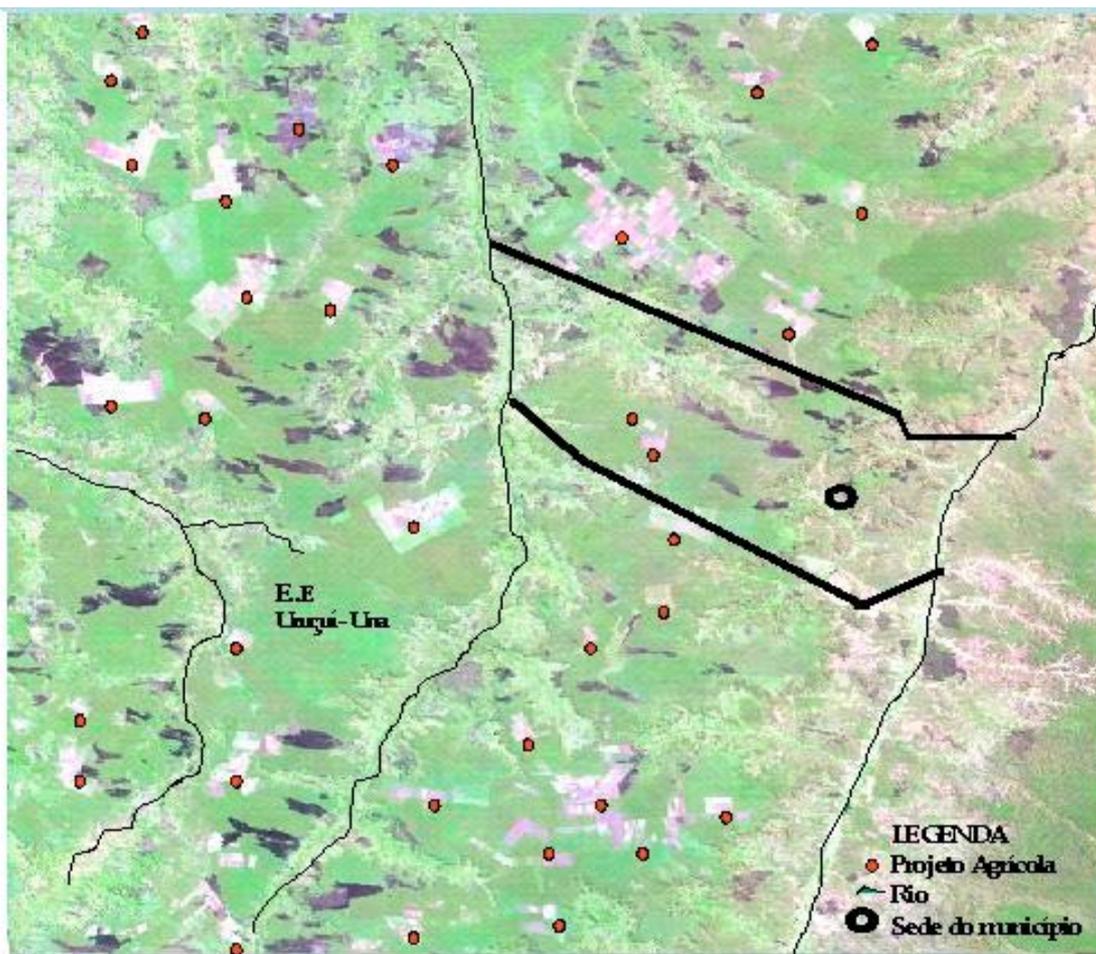
O espaço territorial do cerrado piauiense, recentemente ocupado pelos projetos agrícolas dos investidores sulistas e nordestinos no sudoeste do Estado, não se encontrava vazio quando do início da sua incorporação, principalmente nas presumíveis áreas de terras devolutas estaduais, ocupadas, no passado, pelos descendentes de antigos posseiros agregados, que habitaram, cultivaram e criaram animais seja no interior das grandes fazendas de criatório extensivo, seja nos interstícios dessas, conhecidos por serras gerais, espalhadas na região.

---

<sup>25</sup> Ver Monteiro (1998, p. 77-78) e Veloso (1998). O uso dos bancos públicos constitui um mecanismo de socialização de prejuízos pelas elites locais e regionais, aprofundando as desigualdades entre classes e regiões.

Foi exatamente quando da pressão recente dos investidores de fora, paulistas, paranaenses, catarinenses, gaúchos e baianos, que a maioria dessas grandes fazendas, denominadas de latifúndios improdutivos, que mantiveram a propriedade da terra como reserva de valor, se viu forçada à modernização, incentivada pelo Governo Estadual, transformando-se em “empresas rurais” e descobrindo, portanto, no lucrativo mercado de terras, a possibilidade de legitimar novas áreas de posses, incorporando as antigas áreas. Em menos de duas décadas, no cerrado piauiense, o quantitativo da área dos imóveis triplicou, de maneira que, em alguns municípios da região, as áreas desses imóveis somadas eram superiores à área do próprio município onde se encontravam.

Mapa 3: Empresas privadas de colonização no Alto Parnaíba Piauiense e no Alto Médio Gurguéia



FONTE: INTERSAT Imagem Landsat 7 220 / 66 (30.08.2001). Acesso em: 14.09.2001.

O Mapa 3 acima mostra a ocupação e a expansão das empresas privadas de colonização para a produção de grãos na região em estudo. A maioria dessas empresas está instalada em grandes áreas, superiores a mil hectares e próximo às áreas das nascentes dos rios formadores das sub-bacias do Uruçuí-Preto e Gurguéia.

Antes mesmo de aprovada a licença para a implantação dos projetos agrícolas, áreas de cerrado foram desmatadas sem qualquer monitoramento e controle dos órgãos responsáveis pela fiscalização<sup>26</sup>. A tradicional exploração agropecuária na região, que promoveu a ocupação dessa área com base na posse e na propriedade da terra, deu lugar a uma agropecuária moderna, de base empresarial, numa primeira fase com ênfase na produção de arroz, soja, milho e algodão em larga escala.

A implantação e a expansão dessa ocupação ocorreram, em sua maioria, pela apropriação de imensas áreas de terras devolutas não discriminadas pelo Estado,<sup>27</sup> mas mediante o aval deste, pelo expediente ilegal da grilagem cartorial,<sup>28</sup> transformando colonizadores posseiros em pretensos proprietários de empresas rurais.

A racionalidade dessa ocupação, de fato desordenada e ilegal, tem como conseqüência a expropriação dos antigos posseiros, obstaculizando de vez o acesso à terra destes e de todos

---

<sup>26</sup> Os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e os Relatórios de Impactos Ambientais (Rimas) são diagnósticos técnicos elaborados à luz da legislação ambiental pelas empresas interessadas em cumprir o requisito burocrático da licença prévia para desmatamento. O Estado não dispõe de um macrozoneamento agroecológico e socioeconômico das microbacias hidrográficas e da necessária infra-estrutura para o monitoramento e controle prescritos na referida legislação. Os estudos de levantamento das sub-bacias do Estado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR) são incipientes até o presente.

<sup>27</sup> O Relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Piauí aponta a omissão em parte do Estado como responsável pela conivência, junto aos Cartórios de Notas e Registro de Imóveis, referente aos erros cometidos por estes, legitimando os esbulhos possessórios ilegais, convertidos em direito real de domínio em grande parte nos municípios da região sudoeste do Estado.

<sup>28</sup> A forma mais utilizada pelos grileiros é a multiplicação ou a ampliação do perímetro da propriedade originária, através do registro em cartório de área superior, ocupando as áreas de parcelas de terras não tituladas de antigos posseiros ou de descendentes destes, na maioria das vezes comprada a preços irrisórios por aqueles e, em outras vezes, abarcando terra pública da Prefeitura. Essa apropriação ilegal tem a conivência dos cartórios, que promovem a legitimação do esbulho possessório à revelia do conhecimento do Ministério Público.

os trabalhadores sem terra, introduzindo o valor mercantil como novo atributo para a terra, que era, até aquele momento, usufruída como bem natural e comum.

Diferentemente da ordem capitalista de ocupação da chapada, como espaço da produção agropecuária empresarial, a lógica de apropriação da natureza pelos agricultores locais possibilita ocupar esse espaço a partir da sua relação com os recursos disponíveis, tanto no espaço da chapada quanto no espaço dos baixões, os quais são conjugados de forma contínua, apesar de terem funções distintas, de pecuária, de coleta e de agricultura, destinados à alimentação e à reprodução desses (Andrade, 1984, p.51).

Essa relação com os recursos da natureza, segundo regras de classificação e divisão espaciais estabelecidas pelos trabalhadores, foi ressaltada pela autora citada como sendo fundamental à compreensão das transformações postas pela agricultura empresarial em áreas de ocupação antiga.

A primeira tentativa de incorporação das áreas da região ao dinamismo da economia regional remonta à década de 60 pela ocupação espontânea de migrantes nordestinos do Maranhão, que roçavam as matas, ateavam fogo e semeava o arroz, prática conhecida na região pela expressão amansar a terra. No ano seguinte, plantavam a mandioca e abriam outra área de mata com arroz, e as áreas abandonadas eram ocupadas por comerciantes e /ou indústrias beneficiadoras de arroz e pecuaristas.

As terras ocupadas pelos agricultores familiares na condição de rendeiros são preparadas, assim, para os empresários pecuaristas ocuparem de vez. O mesmo ocorreu com os migrantes nordestinos no Piauí, particularmente no Município de Colônia do Gurguéia, desmembrado de Eliseu Martins, oriundo da colônia agrícola com o nome de Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia,<sup>29</sup> dirigida pelo Padre José de Anchieta Mauriz Cortez.

---

<sup>29</sup> Para uma avaliação sobre as experiências de desenvolvimento no Vale do Gurguéia e particularmente da referida colônia agrícola, ver FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONOMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ, 1982; Carneiro, 1976; 1986.

A segunda investida deu-se pela ocupação dirigida pelo Estado nos anos 70, 80 e 90, através do assentamento de agricultores piauienses e migrantes nordestinos em lotes do Projeto Perímetro Irrigado do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) no Vale do Gurguéia, orientados para a produção comercial de melão, melancia e algodão a partir de 1978; e pelos projetos agropecuários associados ao reflorestamento de cajus; e, na década de 80, pela ocupação das áreas de chapada com a colonização sulista realizada por cooperativas e produtores individuais. Algumas empresas agrícolas foram instaladas na região sudoeste do Piauí.

Os agentes promotores dessa (re)ocupação territorial são instituições públicas — DNOCS, Sudene, BNB, Banco do Brasil (BB), Sudam, Comdepi, Interpi — e privadas, financiadoras de créditos — mecanismo do artigo 34/18 do Finor, de projetos agropecuários.

Nesse cenário, as chapadas e os chapadões, áreas cobertas pela vegetação característica dos cerrados do nordeste brasileiro, apresenta-se como alternativa para expansão agrícola. Isso se verifica particularmente no sudoeste do Piauí (Mapa 3). Os cerrados ocupam 46% da área total do Estado e representam 6% das áreas de cerrado do País.

Essa formação vegetal arbustiva aparentemente homogênea oculta, no entorno dos seus inúmeros cursos d'água (vales), nos vãos, nas encostas e no topo das chapadas, agroecossistemas diverso de espécies vegetais e animais pouco conhecidos. Contudo o desenvolvimento do seu potencial não tem demonstrado uma exploração econômica racional e sustentável que não seja a da degradação dos solos, a ameaça de extinção das espécies nativas, pondo em risco o próprio homem.

Nesse sentido, na incorporação dos cerrados piauienses como fronteira agrícola até o momento, as ações propostas pelos programas oficiais de desenvolvimento não têm alcançado a maioria dos segmentos sociais dos agricultores familiares (pequenos proprietários, posseiros) nos municípios definidos por aqueles.

Tabela 1: Distribuição espacial dos cerrados, por estado, no Brasil e participação percentual da área de cerrado dos estados no total do Brasil

ESTADOS	ÁREA DE CERRADOS (ha milhões)	PARTICIPAÇÃO NA ÁREA TOTAL DO ESTADO (%)	PARTICIPAÇÃO NOS CERRADOS DO BRASIL (%)
Goiás	55,5	88,0	30,0
Mato Grosso	47,9	39,0	26,0
Minas Gerais	30,8	53,0	17,0
<b>Piauí</b>	<b>11,5</b>	<b>46,0</b>	<b>6,0</b>
Bahia	10,5	19,0	6,0
Maranhão	9,8	30,0	5,0
Roraima	4,4	19,0	2,0
São Paulo	4,1	17,0	2,0
Pará	3,9	3,0	2,0
Amazonas	2,0	1,0	1,0
Distrito Federal	0,6	100,0	1,0
TOTAL	181	415	98

FONTE: FUNDAÇÃO CEPRO. **Cerrados Piauienses**. (Estudo Preliminar) Teresina:1992.

À exceção das encostas e dos vales úmidos, onde se encontram os baixões, as áreas dos cerrados, conhecidas por chapadas ou chapadões são consideradas prioritariamente pelos Governos Estadual e Municipais como potenciais celeiros de desenvolvimento e progresso e estão sendo intensamente apropriadas nesta última década pelo capital. Não têm sido vistas outras ações que as de exploração desordenada dos territórios locais pela monocultura mecanizada, comprometendo a estabilidade dos seus agroecossistemas, bem como a destruturação socioeconômica de suas populações locais, cujos efeitos contribuem para aumento dos processos migratórios, monopolização fundiária e pobreza nessas áreas.

Quanto ao desenvolvimento rural sustentável, como foi definido no Capítulo 1, embora constitua pretenso fundamento das políticas públicas nessa região, quando estas existem, não consideram como prioritárias as ações integradas de efetiva inclusão social e econômica desses segmentos, o que termina por inviabilizar seu sentido.

Nesse contexto, pode-se compreender a idéia do quanto as elites políticas estaduais tem-se apropriado e defendido, em seus discursos, a questão fundiária como entrave do desenvolvimento, até o momento em que as ações administrativas e políticas impliquem não alterar a estrutura fundiária.

A experiência de implementação dos perímetros irrigados<sup>30</sup> no Vale do Gurguéia não alterou a estrutura fundiária local em benefício dos colonos irrigantes assentados na área disponibilizada pelo INCRA a título provisório de posse. A rápida dinâmica produtiva alcançada não possibilitou, por inúmeros fatores, a capitalização suficiente para adquirirem, dentre outros, a propriedade da terra, mas gerou dívidas que impossibilitam tanto seu retorno a níveis produtivos aproximados ao da fase anterior quanto sua reprodutibilidade econômica e social atual.

A análise dos efeitos das mudanças tecnológicas sobre o complexo das relações sociais, para além da rentabilidade econômica, está a merecer temas de uma agenda de pesquisas, inclusive que possibilite comparações com outras experiências e iniciativas, a exemplo dos projetos de colonização implantados na região.

A ênfase atribuída ao predomínio da pecuária sobre as atividades agrícolas na economia colonial piauiense, pela historiografia, é parte de um processo estratégico das elites piauienses que não dá visibilidade às relações conflituosas originadas da luta pela posse da terra entre posseiros e indígenas e, depois, entre posseiros e arrendatários candidatos a sesmeiros.

É possível perceber que, na formação da estrutura social piauiense, as categorias dos sitiantes, posseiros e agregados — vinculados diretamente à fazenda de criar ou ao interstício entre uma fazenda e outra —, na condição de produtores de alimentos de subsistência, no contexto de ocupação do território pela expansão da pecuária, ao longo desse processo de

---

<sup>30</sup> Essa experiência foi recentemente objeto de análise pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do BM, quanto à possibilidade de sua reestruturação (informação verbal prestada por técnico do DNOCS, quando da minha visita ao projeto, em outubro de 2000). Sobre o assunto, ver Carneiro (1986) e Lewin. (1985).

hegemonia econômica e política dos criadores de gado, tem sua participação econômica e social, como segmentos subordinados, desqualificada, sendo negadas a sua identidade enquanto categoria social e a condição de povoadores originados das populações indígenas e negras.

Os estudos de exclusão social e étnica dessas populações de produtores livres e escravos na formação da identidade piauiense revelam a natureza segregadora do processo colonizador (Mott, 1985; Falci, 1995; Brandão, 1999).

O processo de modernização da agricultura não se deu igualmente em todas as regiões brasileiras, tendo início na década de 50. Na região Nordeste, não foi diferente internamente, ocorreu também de forma desigual, concentrando-se em algumas áreas do seu litoral e agreste em detrimento das zonas do semi-árido e dos cerrados nordestinos.

Malgrado a situação de marginalização econômica e social da maioria dos pequenos municípios, esse processo de modernização conseguiu se viabilizar, embora por pouco tempo, graças à ação do Estado, pela transferência de recursos financeiros (créditos subsidiados, incentivos fiscais, pesquisa e extensão rural).

Nestes últimos 30 anos, a agricultura familiar foi o segmento mais penalizado em meio à crise do setor agrícola, o que menor apoio recebeu por parte das políticas públicas. Entretanto, às custas do êxodo rural, do desemprego e da violência, conseqüências geradas pelo modelo de desenvolvimento do País, a agricultura familiar não desapareceu, persiste enfrentando as incertezas de um horizonte de mudanças lentas.

As políticas públicas atuais avançam muito lentamente no sentido de ampliar as condições de sustentabilidade econômica e social de áreas produtivas em processo de consolidação, bem como dotar outras áreas de potenciais reconhecidos em processos de estagnação ou de reconversão de culturas abandonadas no passado recente.

---

A nova conjuntura comercial brasileira dos anos 90, diante das pressões externas do processo de globalização das economias nacionais, acentuou, em muito, a industrialização dos processos agrícolas e a demanda por insumos industrializados, de forte impactos ambientais e sociais, contribuindo para aumentar os desequilíbrios econômicos e sociais advindos da década anterior.

Fato este que obrigou os agricultores brasileiros, em situação de desvantagem na competição em relação ao concorrente externo, a assumirem os custos das novas demandas provocadas pela reestruturação produtiva.

Os agricultores brasileiros, sem estímulo e sem apoio de políticas compensatórias, terminaram, como sempre fizeram, frente às crises agrícolas, assumindo os custos agregados à reorganização produtiva de suas unidades já fragilizadas economicamente. As políticas públicas têm-se limitado a viabilizar ou a fortalecer as unidades produtivas voltadas para *commodities* apenas de qualidade não diferenciada de outros produtos (os orgânicos) com menor valor agregado, em detrimento da insuficiente reprodutibilidade familiar.

É oportuno lembrar que as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização da economia se refletem não só na economia, mas na política e na sociedade em geral. Dessa forma, suas conseqüências afetam profundamente as relações entre esses setores e, por meio desses, modificam, redirecionam, suas trajetórias segundo o grau de organização de suas articulações e estratégias, que conseguem manter dificultando a incorporação de setores excluídos do processo produtivo e social.

A região que integra os territórios dos 26 municípios piauienses<sup>31</sup> do sudoeste, desde a década de 70, tem sido objeto de estudos e de implantação de projetos desenvolvimentistas vinculados aos programas do Governo Federal para a integração econômica da Região

---

<sup>31</sup> No **Alto Parnaíba**, localizam-se Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Antonio Almeida, Guardalupe, Sebastião Leal, Landri Sales, Jerumenha, Bertolónia e, no **Alto Médio Gurguéia**, Monte Alegre do Piauí, Redenção do Gurguéia, Bom Jesus, Currais, Palmeira do Piauí, Santa Luz, Cristino Castro, Alvorada do Gurguéia, Colônia do Gurguéia, Eliseu Martins, Manoel Emídio.

Nordeste no cenário nacional. Programas como o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), financiados pelo Banco Mundial, para promover a infra-estrutura (estradas, eletrificação, barragens, etc.) de apoio à iniciativa privada na acumulação de capital, alocaram seus recursos na implantação de projetos de modernização das atividades agropecuárias e de indústrias na região. Entretanto seu desempenho foi considerado insatisfatório para as instituições financiadoras, recomendando “abordagens mais participativas dos agricultores” e incorporando o “contexto ecológico e sócio-cultural do agricultor” (Shiki; Shiki, 2000, p.131).

O território do sudoeste piauiense, representado pelo domínio de vegetação típica do cerrado brasileiro, tem sofrido, nestas duas últimas décadas, intenso processo de devastação de suas matas, que se acelera à medida que se expande e se intensifica a sua ocupação pelo crescimento das atividades agropastoris e principalmente com a expansão da lavoura mecanizada de grãos de forte impacto ambiental.

Essa agricultura moderna vem operando há mais de quatro décadas nas áreas dos cerrados brasileiros, incentivada pelas políticas desenvolvimentistas federais de ocupação do Centro-Oeste, com a modernização da pecuária e a expansão da produção de grãos para exportação. Essas políticas são operacionalizadas junto aos Governos Estaduais de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí, através dos incentivos fiscais e dos créditos bancários disponíveis.

As alterações causadas nos ecossistemas dessas regiões pelo intenso uso agropastoril dos solos têm causado forte impacto na organização da produção e da reprodução social dos agricultores locais. A sociedade ainda não desenvolveu mecanismos políticos de gestão participativa no controle e no monitoramento desses impactos socioeconômicos e ambientais.

Uma das conseqüências advindas desses processos inadequados de ocupação e de uso dos recursos naturais é a demonstração de vulnerabilidade desses ecossistemas quando postos

em situações de risco, à medida que a biodiversidade impõe limites às capacidades de suportar e de absorver os efeitos, isto é, de se auto-regenerar.

E dessa biodiversidade dependem as sociedades locais, da preservação de seus ecossistemas depende também a eficiência das políticas de desenvolvimento sustentável, através da incorporação integrativa de suas características geoambientais associadas às socioeconômicas em seus programas e projetos.

É a garantia da existência da maior variedade possível das espécies biológicas que permite a vida, a reprodução desses ecossistemas. O desenvolvimento deverá perseguir e promover a sua conservação e exploração adequada, sem que os interesses econômicos venham comprometer sua sustentabilidade.

A ocupação inadequada desses ambientes naturais transformados, pelos sistemas produtivos (tradicionais e moderno-convencional) vigentes, em ambientes instáveis deve perdurar por algumas décadas ainda no sudoeste piauiense, haja vista a contínua utilização intensiva de culturas e de práticas agropecuárias causadoras de severas modificações no ecossistema caatinga-cerrado, sem nenhum controle e monitoramento desses impactos.

A dinâmica intensiva recente nessas áreas de cerrado, campo de várzea, pastagem plantada e de culturas temporárias, promovida pelas explorações agropastoris e extrativistas, configurou ambientes diferenciados de riscos à vida biológica e à vida social.

As características geomorfológicas diferenciadas condicionam, nessas áreas citadas, processos de uso e do aproveitamento dos seus recursos específicos e/ou comuns. Entretanto, na maioria das vezes, as ações antrópicas não seguem as características correspondentes às áreas, comprometendo sua estrutura de formação geológica e a conseqüente sustentabilidade ambiental desses complexos ecossistemas, caatinga-cerrado (no sentido sudeste-sudoeste).

Estudos de macrozoneamento geoambiental da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, realizados pelo IBGE em 1996, identificaram, no sudoeste do Estado do Piauí, unidades geoambientais distintas e integradas nas áreas de transição caatinga-cerrado sob impactos antrópicos, cuja classificação vai de vulnerabilidade fraca a muito forte, correspondentes às áreas que integram a sub-bacia do rio Gurguéia e a sub-bacia do rio Uruçuí-Preto, formadoras da bacia do Parnaíba.

A estabilidade desses ecossistemas integrada caatinga-cerrado do Vale do Gurguéia depende das formas de ocupação e de uso de seus recursos naturais, segundo características ecológicas, econômicas e sociais.

O aproveitamento desses recursos para exploração tradicional de forma extensiva pela agropecuária piauiense em bases tecnológicas de pouco capital, orientada mais para a valorização da propriedade fundiária como reserva de valor (latifúndio rentista) do que para a sua exploração econômica dominante, desde sua implantação, quando da colonização portuguesa do seu território, até o presente, contribuiu para retardar sua modernização e, conseqüentemente, operou impacto, e ainda opera atualmente, com a remoção da mata ciliar das planícies dos rios.

Segundo os estudos citados, a agricultura de subsistência não tem gravemente comprometido os ecossistemas, se comparada à dinâmica intensa de uso e manejo da agricultura tecnificada, alocadora em potencial de insumos industriais poluentes, com possibilidades, em médio prazo, de contaminação dos mananciais e dos lençóis freáticos, além da compactação, da erosão dos solos, do ravinamento e do assoreamento dos rios.

O desmatamento provocado pela crescente incorporação de grandes áreas (média de 10.000ha) para a produção de grãos (arroz, soja e milho) tem ampliado o número de áreas plantadas com lavouras temporárias e pastagem, comprometendo as reservas florestais, berço

natural dos mananciais formadores da bacia hidrográfica do Parnaíba — na Chapada das Mangabeiras, onde se encontra o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (PNNRP)<sup>32</sup>, e na Serra do Uruçuí, onde se localiza a Estação Ecológica Uruçuí-Una)<sup>33</sup>.

O Município de Gilbués, vizinho ao de Barreiras do Piauí, no extremo sul do Estado, desde a década de 50, tem sofrido o impacto da exploração mineradora de diamantes, que transformou seu ambiente (de campos limpos), em duas décadas, num extenso deserto de areia, intensamente ravinado (erodido), que invade a periferia da sua sede municipal. Atualmente, a lavra de calcário para uso agrícola na região amplia a expansão do processo de desertificação no sentido leste-oeste na estrada Gilbués—Santa Filomena.

Naquela década, o declínio da criação e da lavoura, caracterizada como de subsistência, foi ressaltado por Passos (1958), inclusive o da lavoura de algodão, que, até o início do século XX, obteve rentável crescimento.

Quanto à produção de cereais (milho, arroz), era realizada segundo a prática agrícola itinerante e de queimada, “(...) devastando o resto das já escassas reservas florestais, queimando e desnudando a terra já pouco aproveitável” (Passos, 1958, p.94). A lavoura canavieira, de produção estável, de numerosos engenhos de madeira (rapadura e aguardente) instalados nos brejos úmidos do vale, encontrava-se, na década de 50, reduzida em números e

---

<sup>32</sup> Criado, em 16.07.2002, pelo Governo Federal. No início do século passado, a área de litígio foi objeto de discussão sobre limites territoriais entre os Estados do Maranhão, de Goiás [hoje Tocantins], do Piauí e da Bahia. Continua sendo área de conflitos sociais, pela disputa da posse da terra. A legislação ambiental em nada altera a situação vigente de apropriação dos ecossistemas integrantes do parque. O monitoramento de queimadas e de desmatamentos é ineficiente diante da sua dimensão (729.813, 551ha).

<sup>33</sup> A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolve, na área da reserva, projetos de subsídios para o Plano de Manejo de Vertebrados Terrestres e de Levantamento Florístico e Etnobotânico da Família Asteraceae. A Estação Ecológica Uruçuí-Una ocupa uma área de 1.350km<sup>2</sup> de vales, planaltos e veredas e situa-se aproximadamente a 100km a oeste da Cidade de Bom Jesus-PI, na BR-135, por onde se tem acesso à reserva pela estrada de terra PI-392.

produtividade face às conseqüências do desmatamento e da extinção progressiva das vertentes, agravada pelas estiagens (secas) periódicas<sup>34</sup>.

O extrativismo vegetal (cera de carnaúba e coco babaçu) extensivo e rotineiro, não adequado, contribuiu também para o esgotamento das reservas naturais, pondo em risco seu aproveitamento racional e sustentável.

Para justificar a baixa densidade demográfica do Vale do Gurguéia, Passos (1958, p. 67) afirma que:

“[...] o povo do sul do Estado, e no sul do Estado o do médio e baixo Gurguéia, pelo império das circunstâncias está sempre em movimento migratório. Ora se desloca para o sul do país, [...] ora para o planalto goiano, ora de alguns anos a esta parte, para a planície diamantífera de Gilbués”.

A colonização e a imigração adequadas, segundo esse autor, “(...) trariam saneamento, transporte, vias de comunicação” (p.93), enfim o desenvolvimento dos municípios da sub-bacia do Gurguéia e da região sul do Estado.

Como escritor regionalista, reconhecia que essa sub-bacia hidrográfica era a mais importante do Estado, pela extensão do curso do seu rio principal (739km), pelos recursos naturais e pela sua história (ocupação e colonização da Casa da Torre da Bahia no Vale do Gurguéia). Através desse vale, a frente colonizadora baiana ocupou as chapadas do Alto Parnaíba, abrindo veredas ligando um rio a outro rio e, nas bordas destes, fundaram os currais e arraiais — antigas vivendas de pousios temporários dos criadores de gado da bacia do rio São Francisco na Bahia.

---

<sup>34</sup> Luetzelburg (1923), botânico austríaco em viagem de estudos pelo sul do Piauí (1913), relatou que a devastação das matas (cerrado e caatinga) para retirada de lenha ou madeiras de lei contribuiu para agravar as secas periódicas. A atuação desse flagelo seria, segundo o autor, atenuado pelas ações de reflorestamento e construção de barragens. A exploração da borracha de maniçoba, para o autor, contribuiu também na devastação das matas e para a quase-extinção de alguns animais da região. A lenha foi muito usada na combustão dos vapores das companhias de navegação, à época, no Nordeste. Ver, a respeito, Iglesias (1958)

Em 1953, o referido autor recomendava, para o desenvolvimento do Município de Jerumenha (no Vale do Gurguéia), dentre outras medidas para recuperar a posição agrícola do passado (final do século XIX ao início do século XX), o reflorestamento das encostas, das baixadas e das margens dos rios e o aproveitamento dos rios e dos açudes, sugerindo:

“[...] substituir de verdade, e quanto antes, a lavoura extensiva e empírica pela cultura mecânica, intensiva e metódica, acumulando o trabalho e o capital, harmonizados [...] em espaço relativamente restrito; olhar a sério pela saúde, pelo ensino técnico do homem rural; abrir estradas sobre estradas à circulação da produção e vitalizar mais e mais moral e materialmente as comunas sertanejas” (Passos, 1958, p. 95).

Esse programa sugerido pelo autor representava os anseios e as idéias predominantes dos discursos oficiais da época, de combate às secas periódicas na Região Nordeste, porém de quase nenhuma ressonância e operacionalização, que não fossem as restritas e paliativas medidas de emergência.

A ineficiência de um programa de política agrária dessa natureza demonstra a capitulação do órgão oficial da época, a Inspetoria Federal de Obras Contra Secas (IFOCS), subordinado aos interesses das elites agrárias, que não permitiam alterações significativas na estrutura socioeconômica (estrutura fundiária).

A ocupação territorial do Vale do Gurguéia pelos criadores de gado da Casa da Torre (Bahia) possibilitou a estes integrar as áreas do Alto São Francisco às do Alto Parnaíba em direção ao rio Mearim, no Maranhão, numa só região de criatório. No início, a posse do território restringiu-se às áreas de pousios temporários dos criadores-curraleiros nas travessias de uma zona para outra, para depois fixarem suas fazendas — arraiais e roçados.

Nessas fazendas de criar, o trabalho era realizado por vaqueiros, feitores, escravos (índios domesticados e negros) e libertos; todos subordinados às ordens do fazendeiro. Parte desses agregados-vaqueiros habitava em terras cedidas pelos proprietários de sesmarias ou

posseiros candidatos a sesmarias, para essas pequenas parcelas ocuparem com seus criatórios, ao tempo em que administravam as fazendas.

Outra parte, em maior número, estava dividida entre os arrendatários, que alugavam parcelas de terras mediante prestação de serviços ou partilha dos produtos da lavoura de subsistência; os que ocupavam, na condição de moradores, embora sem ligação direta como empregados da fazenda, as diminutas áreas desses latifúndios ou marginais também com a lavoura de subsistência, produzindo alimentos básicos (arroz, feijão, milho e mandioca) para o consumo familiar; e os sitiantes, pequenos proprietários ou posseiros, que ocupavam áreas pouco mais distantes das grandes propriedades, com pequena lavoura e pecuária de subsistências, cana-de-açúcar e algumas fruteiras.

O conflito, a época, dava-se pelas ameaças feitas pelos proprietários sesmeiros de expulsão e morte dos posseiros das parcelas arrendadas, face à cobrança de pagamento do foro devido por estes, de valores superiores aos requeridos pela Coroa Portuguesa, cuja interveniência reclamada pelos posseiros culminava com posição favorável aos sesmeiros, na medida em que esta mantinha, a todo custo, o controle da arrecadação dos tributos reais sobre estes, em troca de influências e interesses político — administrativos nos negócios da Coroa na Colônia, cuja situação prejudicava sobremaneira os interesses dos posseiros candidatos a proprietários, apesar das reivindicações destes junto à Coroa (Brandão, 1999).

A ocupação desses vales úmidos e das chapadas pela implantação dos currais e fazendas deu-se de forma conflituosa, no primeiro momento, entre os sesmeiros e as tribos indígenas e, no segundo momento, entre os sesmeiros e os posseiros, todos em luta pelo domínio das extensas faixas de terras férteis dos rios, submetidas ao intenso processo de expansão do criatório de gado da bacia do Parnaíba.

No processo de integração da economia da Região Nordeste à nacional, nos anos 60, deu-se a emergência de áreas consideradas de expansão do capital agroindustrial, de

exuberante dinamismo de modernização conservadora, especialmente em regiões do semi-árido, ou de manchas férteis (vales úmidos próximos às serras).

Esses espaços de expansão, muitas vezes se encontram integrados ao lado de outros espaços configurados como espaços estagnados numa mesma região, sem que necessariamente o progresso técnico implantado num espaço se estenda ao outro.

Esse surto de modernização chegou ao Vale do Gurguéia nos anos 70, com a implantação e o desenvolvimento da agricultura tecnificada de culturas irrigadas para o mercado exportador. Obras de infra-estrutura (estradas, eletrificação, barragens) foram realizadas, e linhas de créditos bancários apoiaram os investimentos públicos e privados no surgimento de projetos de irrigação.

O exemplo mais ilustrativo dessas mudanças ensaiadas na paisagem tradicional da região — de agropecuária de subsistência e extrativismo —, dentre outras iniciativas, é o Projeto do Perímetro Irrigado do Gurguéia, sob administração do DNOCS, que delimitou uma área especial demonstrativa do que poderia, no futuro, se expandir por todo o vale. Entretanto o rápido crescimento obtido nos primeiros anos cedeu lugar à descapitalização e à conseqüente estagnação.

Para alguns dos técnicos entrevistados, a viabilidade do Perímetro, atualmente sob administração da Cooperativa Agropecuária dos Irrigantes do Perímetro do Irrigado do Gurguéia Ltda. (CAPIG), depende do pagamento da dívida negociada entre a Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) e os associados. Outros só vislumbram solução com a moratória, tendo em vista a descapitalização total daqueles. E outros, ainda, acreditam que a recuperação do projeto é possível, incluindo, além da primeira alternativa, a reestruturação de todo o sistema de irrigação obsoleto e perdulário do ponto de vista do desperdício dos recursos naturais, hídricos principalmente, associados a novos investimentos financeiros e de assistência técnica adequados. Recentemente, o PNUD-BM realizou um diagnóstico da

situação de falência e das possíveis condições de viabilização de retorno ao dinamismo perdido.

O desenvolvimento da agricultura irrigada no Vale do Gurguéia introduziu transformações nas relações sociais de produção capitalistas<sup>35</sup>, porém não conseguiu alterar profundamente as formas atuais de organização da produção e, conseqüentemente, não só não reduziu como terminou por ampliar a instável estrutura econômica e social dessa região.

O problema deve ser explicado no âmbito do desenvolvimento, isto é, a partir de uma perspectiva não reducionista de base técnica apenas, mas que seja capaz de integrar às condições ecológicas (recursos biofísicos disponíveis) as atividades agropecuárias organizadas e desenvolvidas segundo a dinâmica das transformações de sua estrutura produtiva, sem perder de vista a organização e o desenvolvimento das condições específicas de produção e reprodução social, isto é, de sustentabilidade da região.

Evidentemente, os condicionantes tecnológicos e a racionalidade das explorações são elementos fundamentais para a compreensão da natureza dessas transformações pelo avanço do capital na agricultura.

A sustentabilidade ambiental e socioeconômica depende da capacidade dos agricultores de se desenvolverem para suportar, no longo prazo, os efeitos produzidos nos ecossistemas pela exploração muitas vezes inadequada, bem como o consumo e as tecnologias de aproveitamento dos recursos disponíveis, sem comprometer a existência e combatendo a deterioração dos ecossistemas e, conseqüentemente, das atividades produtivas. De forma que esses agricultores consigam suportar e superar as situações de descontinuidade na produção agrícola face à distribuição irregular das chuvas (veranico) ou a secas periódicas prolongadas.

---

<sup>35</sup> As relações de produção existentes estiveram subordinadas às condições estabelecidas pelo capital agrário-mercantil tradicionalmente hegemônico na região — reprodução da força de trabalho —, de maneira que não inviabilizasse a acumulação de capital. Sobre o assunto, ver Carvalho (1988).

A estrutura agrária piauiense sofreu significativas mudanças quanto à sua configuração socioespacial, a despeito de mudanças no regime da grande propriedade e das relações de trabalho. A organização do espaço fundiário encontra-se concentrado basicamente nas regiões norte e sul do Estado (Gráfico 3).

Concentra-se predominantemente em pequenas propriedades no norte e, no sul, em grandes propriedades. É nessa segunda região que, nas duas últimas décadas, ocorreu a (re)ocupação de áreas extensas de terras devolutas por parte de empresas modernas do sul e do sudeste do País principalmente.

Os documentos oficiais informam os programas e projetos governamentais de infraestrutura e as políticas de incentivos fiscais e de créditos bancários que têm contribuído para orientar a demanda de grandes investidores na região, direcionando a expansão das fronteiras agrícolas do sudeste do Maranhão (Balsas), do noroeste da Bahia (Barreiras) e sudoeste do Piauí (Uruçuí)<sup>36</sup>.

A primeira experiência de industrialização do leite e seus derivados de que se tem notícia só aconteceu no final do século XIX e durou muito pouco.<sup>37</sup> A indústria do artesanato do couro sempre foi de pouca expressão. Como se vê, se houve uma tradição, esta chega nos dias de hoje pelas mãos dos pequenos criadores, sem recursos.

---

<sup>36</sup> Sobre os processos de modernização agrícola nas regiões mencionadas, consultar Andrade (1984), Bandeira (1993), Monteiro (1998), Veloso (1998) e Moraes (2000).

## **4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS NO VALE DO GURGUÉIA: TERRA, TRABALHO E MERCADO**

Neste capítulo, são apresentados e analisados as informações e os dados originados da pesquisa empírica sobre as famílias de agricultores do sudoeste piauiense. Os dados foram obtidos através de observações, entrevistas com agricultores e informantes qualificados (técnicos, agrônomos, representantes de bancos e de associações e sindicatos de agricultores) dos Municípios de Alvorada do Gurguéia, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Cristino Castro, Floriano, Palmeira do Piauí e Uruçuí (Mapa 1) e da aplicação de questionários a agricultores de Palmeira do Piauí (Mapa 2).

### **4.1 Terra, trabalho e mercado no Vale do Gurguéia**

#### **4.1.1 Vale do Gurguéia**

Os impactos das transformações socioeconômicas e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado, bem como as políticas públicas do desenvolvimento rural, foram

---

<sup>37</sup>O Engenheiro Antonio José de Sampaio, por contrato de arrendamento com o Estado, instalou uma fábrica de laticínios na fazenda Campos da Inspeção Nazareth, pertencente às terras das **fazendas nacionais**, à época em Oeiras, hoje Campinas do Piauí. Ver, sobre o tema, Porto (1974) e Falci (1995).

analisados neste capítulo visando à sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia.

O atual contexto de transformações pela expansão da agricultura tecnificada na região sudoeste do Estado e suas implicações para a sustentabilidade da agricultura familiar foram um dos principais critérios considerados na escolha dessa região como objeto de estudo, em razão do seu intenso e conflituoso processo de apropriação das terras públicas pelas empresas rurais que comandam a (re)ocupação do cerrado.

A (re)ocupação dessa região pela agricultura moderna de grãos e pela fruticultura irrigada afeta também os pequenos proprietários da região, que são obrigados a reduzir suas parcelas de terras. A não-regularização fundiária é hoje a fonte principal dos conflitos agrários no Estado.

A opção por estudar essa região deve-se também à existência de extensas faixas de terras (correspondentes às áreas das chapadas), na sua maioria ocupada por posseiros há mais de um século, com pecuária extensiva de pequenos rebanhos de bovinos e caprinos e extrativismo vegetal, caça de animais silvestres, coleta de espécies vegetais terapêuticas e lavoura temporária de arroz nos baixões. Atualmente, essas terras permanecem irregulares, quanto à legalização das posses pelo Estado <sup>38</sup>.

Muitas dessas áreas ocupadas pelo antigo regime da posse costumeira ou da propriedade forjada pelo expediente da grilagem foram consideradas como devolutas, pertencentes ao patrimônio público estadual ou municipal e que foram alienadas pelo Estado durante a década de 80.<sup>39</sup>

No Piauí, nas últimas décadas, foi possível identificar um quadro de transformações quanto ao nível tecnológico da agropecuária e ao uso de mão-de-obra (Bandeira, 1993),

---

<sup>38</sup> Assembléia Legislativa do Estado do Piauí (1998).

<sup>39</sup> Assembléia Legislativa do Estado do Piauí (1998).

confirmado mais recentemente por Vilela (1999) em estudos sobre os atributos da agricultura familiar no Estado, com base nos dados agregados das Pesquisas Nacionais de Amostragem por Domicílios (PNADs).

As principais características da agricultura familiar demandam: (a) novas ocupações (agrícolas e não agrícolas); (b) incorporação de atributos diversos de qualidade (elevação do valor agregado aos produtos agroalimentares); (c) utilização intensiva de mão-de-obra familiar nas atividades de transformação e distribuição; e (d) estabelecimento de novas e qualitativamente melhores relações com o mundo extralocal, através da mudança de produtos tradicionais de subsistência (milho, feijão, mandioca e arroz) para produtos voltados para nichos de mercado de alto valor agregado (apicultura, fruticultura, dentre outros) (Vilela, 1999).

A viagem de reconhecimento realizada em setembro e outubro de 2000 na região sudoeste do Piauí permitiu a identificação de um quadro de situações particulares, com características semelhantes às identificadas por Vilela (1999). Essas características apontam a emergência de identidades socioprofissionais para a sustentabilidade dos agricultores familiares.

Dentre os municípios que possuem área menor do que 5.000km<sup>2</sup>, tamanho médio dos municípios na região em estudo, Palmeira do Piauí apresenta uma densidade demográfica média para a região (2,4 hab./km<sup>2</sup>) e Produto Interno Bruto (PIB) (US\$ 988,53) um pouco abaixo do da maioria dos municípios em estudo. Ressalta-se que esse município possui uma população residindo no meio rural maior que o dobro de sua população urbana, conferido-lhe uma característica de forte base rural (Tabela 2).

Tabela 2: Condições socioeconômicas e culturais dos municípios do Vale do Gurguéia — 2002

MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km <sup>2</sup> )	DENSIDA- DE DEMO- GRÁFICA	PIB (US\$)	POPULAÇÃO	EDUCAÇÃO		SAÚDE	EMPRESA COM CNPJ (1)
					Escolas	Matrículas		
Alvorada do Gurguéia	2.332	1,80	1.462,00	(2) 2.732 (3) 1.479	(4) 24 (5) 01	(4) 1.335 (5) 135	(6) 03	14
Avelino Lopes	1.194	8,05	-	(2) 4.509 (3) 5.104	(4) 23 (5) 0	(4) 1.168 (5) 0	(7) 01 (8) 18	47
Bertolândia	1.220	4,19	1.239,04	(2) 1.580 (3) 3.536	(4) 21 (5) 1	(4) 1.519 (5) 129	(6) 07	71
Bom Jesus	5.686	2,80	1.273,18	(2) 4.963 (3) 10.961	(4) 44 (5) 03	(4) 5.494 (5) 753	(7) 01 (8) 44	243
Canavieira	1.879	2,18	-	(2) 2.259 (3) 1.854	(4) 15 (5) 0	(4) 1.043 (5) 0	(7) 01 (8) 10	15
Colônia do Gurguéia	418	11,97	690,69	(2) 1.126 (3) 3.881	(4) 5 (5) 1	(4) 1.510 (5) 184	(6) 03	30
Corrente	3.034	7,65	868,56	(2) 10.675 (3) 2.557	(4) 79 (5) 3	(4) 7.309 (5) 766	(7) 02 (8) 30	458
Cristalândia do Piauí	1.226	5,29	-	(2) 4.182 (3) 2.308	(4) 30 (5) 2	(4) 2.015 (5) 185	(7) 01 (8) 12	35
Cristino Castro	2.131	4,34	625,05	(2) 3.099 (3) 6.170	(4) 26 (5) 2	(4) 2.737 (5) 296	(7) 2 (8) 34	87
Curimatá	2.369	4,01	-	(2) 4.249 (3) 5.265	(4) 29 (5) 1	(4) 2.907 (5) 221	(7) 1 (8) 25	93
Currais	3.066	1,37	612,76	(2) 3.531 (3) 701	(4) 26 (5) 1	(4) 1.981 (5) 58	(6) 05	02
Eliseu Martins	1.018	4,11	951,50	(2) 1.387 (2) 2.804	(4) 16 (5) 1	(4) 994 (5) 207	(7) 1 (8) 22	62
Gilbués	3.475	2,94	826,79	(2) 5.707 (3) 4.515	(4) 56 (5) 2	(4) 3.330 (5) 293	(7) 1 (8) 12	121
Guaribas	3.725	1,29	-	(2) 3.910 (3) 902	(4) 17 (5) 0	(4) 1.453 (5) 0	(6) 3	00
Jerumenha	1.686	2,67	-	(2) 1.921 (3) 2.584	(4) 16 (5) 1	(4) 1.366 (5) 100	(7) 1 (8) 15	28
Landri Sales	1.215	4,65	-	(2) 1.727 (3) 3.901	(4) 14 (5) 1	(4) 1.479 (5) 100	(7) 1 (8) 18	52
Manoel Emídio	1.707	3,01	1.097,63	(2) 2.585 (3) 2.566	(4) 14 (5) 01	(4) 1.621 (5) 128	(7) 1 (8) 12	55
Monte Alegre do Piauí	2.264	4,52	590,47	(2) 7.556 (3) 2.679	(4) 53 (5) 1	(5) 3.504 (5) 257	(7) 1 (8) 25	49
Morro Cabeça do Tempo	2.215	2,00	-	(2) 3.725 (3) 704	(4) 23 (5) 0	(4) 1.168 (5) 0	(6) 0	07
<b>Palmeira do Piauí</b>	<b>2.112</b>	<b>2,41</b>	<b>988,53</b>	<b>(2) 3.785</b> <b>(3) 1.414</b>	<b>(4) 37</b> <b>(5) 2</b>	<b>(4) 1.500</b> <b>(5) 128</b>	<b>(7) 1</b> <b>(8) 12</b>	<b>25</b>
Parnaaguá	3.269	2,85	-	(2) 5.280 (3) 4.055	(4) 39 (5) 2	(4) 2.181 (5) 200	(7) 1 (8) 25	64
Redenção do Gurguéia	2.427	3,20	721,13	(2) 3.100 (3) 4.671	(4) 21 (5) 2	(4) 2.721 (5) 148	(7) 1 (8) 6	31
Riacho Frio	2.245	1,92	-	(2) 2.700 (3) 1.619	(4) 26 (5) 0	(4) 1.821 (5) 0	(6) 3	16
Santa Luz	1.106	4,31	816,18	(2) 2.191 (3) 2.583	(4) 19 (5) 1	(4) 1.349 (5) 104	(6) 6	34
São Gonçalo do Gurguéia	1.232	1,88	-	(2) 1.450 (3) 873	(4) 9 (5) 2	(4) 751 (5) 43	(6) 2	05
São João da Fronteira	1.085	4,50	-	(2) 3.275 (3) 1.613	(4) 32 (5) 1	(4) 1.565 (5) 51	(6) 3	20
Sebastião Barros	1.051	4,30	1.294,21	(2) 4.062 (3) 466	(4) 30 (5) 1	(4) 1.321 (5) 26	(6) 2	11
Sebastião Leal	2.993	1,28	1.294,21	(2) 2.427 (3) 1.408	(4) 20 (5) 0	(4) 1.025 (5) 0	(6) 3	05
<b>TOTAL</b>	<b>56.387</b>	<b>22,96</b>	<b>2.588,42</b>	<b>14.124</b>	<b>787</b>	<b>62.679</b>	<b>378</b>	<b>1.680</b>

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - ESTATCART- 2002.

(1) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). (2) População rural. (3) População urbana. (4) Ensino fundamental. (5) Ensino médio. (6) Ambulatórios. (7) Hospitais. (8) Leitos.

O cerrado é o segundo maior tipo de vegetação do Piauí, com cerca de 25.093.400ha de áreas planas que estão sendo incorporadas para a produção de grãos, e os Municípios de Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Sebastião Leal, Antônio Almeida e Bom Jesus situam-se nessa área e constituem-se nos maiores produtores de soja e arroz.

Os municípios do sudoeste piauiense são banhados por duas sub-bacias do rio Parnaíba, do rio Gurguéia e do rio Uruçuí-Preto (rios que nascem na Chapada das Mangabeiras). Essas sub-bacias são importantes para o desenvolvimento sustentável da região, principalmente devido à manutenção de águas de superfície, que favorecem a produtividade da terra mesmo nos períodos de secas.

“Com treze mil quilômetros quadrados de área, esse lençol torna a terra produtiva durante o ano todo e faz com que as safras de cereais em grão atinjam cifras fabulosas. Basta dizer que um hectare plantado com arroz, sem nenhuma irrigação ou adubo, produz em média cinco toneladas de grãos” (Vasconcelos, 1983, p.63).

O Município de Palmeira do Piauí localiza-se na região centro-sul da microrregião do Alto Médio Gurguéia, no Estado do Piauí (Mapa 1), a 605km de Teresina, ligado por estrada asfaltada e 10km de estrada da vicinal piçarrada. Atualmente, esse município sobrevive de pequeno comércio e basicamente da agricultura, da pecuária e do extrativismo vegetal, e sua escolha como um dos municípios representativos do Vale do Gurguéia deve-se particularmente às semelhanças socioeconômica (Tabela 2) e de produção agrícola (Tabela 3) com os demais municípios da região.

Tabela 3: Principais produtos agrícolas dos municípios do Vale do Gurguéia — 2002

MUNICÍ- PIOS	PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA DE COLHEITA (ha)	QUANTIDA- DE PRODUZI- DA (t)	RENDIMEN- TO MÉDIO (Kg/ha)	RENDA (R\$)
Alvorada do Gurguéia	Arroz	1.840	1.840	3.492	1.897	943.000
	Cana-de-açúcar	10	10	500	50.000	15.000
	Feijão	1200	1000	786	786	519.000
	Mandioca	102	102	918	9.000	37.000
	Milho	400	400	661	1.652	86.000
	Soja	490	490	955	1.948	191.000
Bom Jesus	Arroz	8.295	8.295	17.793	2.145	4.448000
	Cana-de-açúcar	90	90	3.150	35.000	95.000
	Feijão	1560	1560	666	426	466.000
	Mandioca	75	75	1050	14.000	53.000
	Milho	1260	1260	2.772	2.200	407.000
	Soja	1385	1385	3.318	2.395	664.000
Corrente	Arroz	1.160	1.160	268	231	80.000
	Cana-de-açúcar	3	3	132	44000	5000
	Feijão	1.105	1.105	309	279	256.000
	Mandioca	325	325	4.875	15.000	244.000
	Milho	2.309	2.309	1.847	799	314.000
	Soja	-	-	-	-	-
Cristino Castro	Arroz	800	800	960	1.200	224.000
	Cana-de-açúcar	2	2	80	40.000	3.000
	Feijão	350	350	109	311	75.000
	Mandioca	109	109	981	9.000	39.000
	Milho	750	750	945	1260	123.000
	Soja	-	-	-	-	-
Currais	Arroz	580	580	696	1200	162.000
	Cana-de-açúcar	16	16	560	35000	22000
	Feijão	300	300	72	240	50000
	Mandioca	277	277	2493	9000	125000
	Milho	300	300	480	1600	62000
	Soja	-	-	-	-	-
Manoel Emídio	Arroz	1800	1800	2.880	1.600	883.000
	Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-
	Feijão	650	650	265	407	210.000
	Mandioca	38	38	648	18.000	40.000
	Milho	2.700	2.700	4.860	1.800	778.000
	Soja	-	-	-	-	-
Palmeira do Piauí	Arroz	1.250	1.250	2.040	1.632	490.000
	Cana-de-açúcar	200	200	8.000	40.000	464.000
	Feijão	325	325	160	492	112.000
	Mandioca	100	100	960	9.600	48.000
	Milho	500	500	900	1.800	117.000
	Soja	450	450	1080	2.400	216.000
Sebastião Leal	Arroz	2.000	2.000	3.000	1.500	870.000
	Cana-de-açúcar	1	1	45	45.000	2.000
	Feijão	500	500	200	400	140.000
	Mandioca	70	70	840	12.000	42.000
	Milho	350	350	455	1.300	86.000
	Soja	380	380	798	2.100	184.000
TOTAL		6.126	6.126	18.478	528..311	2.781.00

FONTE: IBGE/Produção Agrícola Municipal (1999) Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas – ESTATCART- 2002. (-) Dado não existente.

A produção de Palmeira do Piauí tem importância econômica para o mercado dos municípios da região, como se referiu um dos agricultores:

“A gente vende a produção na porta [para os negociantes de fora do município] e para os alambiques vizinhos. A feira principal é de Cristino Castro [a mais próxima] e depois a de Bom Jesus. A produção de Palmeira do Piauí é que sustenta a feira de Cristino Castro” (Expedito, Entrevista n° 14).

O local em que estão inseridos os agricultores pesquisados, predominantemente, são constituídos de terrenos conhecidos na região como baixões e chapadas, formando ecossistemas integrados pela vegetação típica de cerrados e florestas de buritis e babaçu nos vales úmidos.

Nos vales úmidos banhados pelos rios e lagoas, denominados pelos agricultores de baixões, situam-se, além da exploração agropecuária extensiva, a coleta e o beneficiamento do buriti e do babaçu. Os baixões são caracterizados como um dos espaços de desenvolvimento sustentável na região, como afirma Moraes (2000, p. 240):

“O baixão corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos que os da chapada, e com maior teor de umidade, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos. Aí se localizam também as referidas áreas de mata denominada localmente caatinga, com árvores de porte mais elevado e madeiras nobres como cedro (*Cedrelha odorata*) e pau-dárco amarelo e roxo (respectivamente, *Tebebuia serralifoila* e *Tebebuia avellanedate*). O baixão é ainda o lugar onde se encontram dois tipos de terreno extremamente importantes para os camponeses: as áreas de vazantes (às margens dos rios) e as de brejo [terrenos alagadiços]. Nestes florescem os buritizais e, nas imediações, os babaçuais, parte fundamental nas atividades extrativistas que compõem a economia camponesa dos cerrados. As áreas de brejo desempenham funções estratégicas no rodízio inverno/verão [...]. O baixão, referido pelos camponeses como interior, é o local de realização do cultivo do legume, verduras e frutas e de pastos [cultivados] e é também o lugar de assentamento, de morada, embora seja comum entre os camponeses possuir uma segunda residência na sede do município, em bairros periféricos. É ainda no baixão que se realiza o trabalho de formação do pasto, com o cultivo de forrageiras como os capins agropol (*Andropogon gayamus*), napiê (*Penninsetum purpureum*) e braquiara (*Brachiaria decumbens*), em áreas cercadas, em torno de um a dois hectares no máximo, porquanto os rebanhos de gado vacum [...]. É também no baixão que se encontram pequenos núcleos comunitários, os povoados, nos quais se localizam a capela, o grupo escolar, um posto de saúde [onde existe], algum estabelecimento comercial e umas poucas casas distribuídas nas margens da estrada que liga um núcleo ao outro”.

Os baixões adquirem importância econômica e social para os agricultores pesquisados, uma vez que se identificou situação em que estes lutam pela conservação dessas áreas, como se observa no trecho de um entrevistado:

“Nesses baixões a gente tem discutido muito [...] com os agricultores a questão ecológica e estamos ganhando espaço, mas é um conflito permanente, onde a terra é melhor, mais úmida, não tem problema porque vai vir, depois para plantar essa roça, daqui a três anos, tem a capoeira e normalmente a capoeira reforma. Então a gente tem constantemente essa luta, e a gente sente que está tendo algum efeito, tanto é que no baixão ‘Flores’, a Associação definiu por preservar esta área, e nós aprovamos que eles iriam fazer um mapa de todo o baixão e definir assim isso aqui é o nascedouro do riacho, ninguém mexe pra desmatar, a gente quer definir essas questões como princípios para que os agricultores tenham condições de viverem lá [...] a gente fez um trabalho de conscientização e hoje está garantido, que ninguém pode mais cortar uma árvore” (Davi, Entrevista n° 10).

A região de chapadas do sudoeste do Piauí pertence ao ecossistema do cerrado, sua composição botânica é considerada como de transição entre a Amazônia Úmida, o cerrado do Planalto Central e o sertão semi-árido do Nordeste, e, por isso, há ocorrência de espécies vegetais de reconhecido valor econômico, a exemplo do caju (*Anacardium occidentale*), do pequi (*Caryocar coriaceum*) e da faveira (*Parya platycephala*).

As chapadas são áreas tradicionalmente ocupadas pela exploração extrativista de madeira e de frutos, principalmente do pequi e do caju, pela caça e pela criação de gado bovino e de outros animais, como afirma Moraes (2000).

#### **4.1.2 O trabalho na vida dos agricultores familiares**

A elaboração de uma tipologia permitiu caracterizar os agricultores familiares, a partir de seus sistemas de exploração da terra, do trabalho e do mercado, em: (a) Tradicional (Familiar-Subsistência e Familiar-Volante), (b) de Transição (Familiar Sustentável-Comercial e Familiar Comercial-Sustentável); e (c) Moderno (Familiar Comercial-Moderno) (Quadro 2).

O sistema tradicional presente em todos os municípios estudados ocupa área de propriedade de até 300ha, onde os agricultores proprietários normalmente cultivam suas terras para obtenção da agricultura conhecida como de subsistência, com cultivo do arroz de vazante e plantios de mandioca, milho, feijão e fruticultura nos vales úmidos e encostas das chapadas, além da exploração extrativista de babaçu, carnaúba e buriti, mas com possibilidades de

negociação do excedente da produção, como a da produção de cachaça artesanal no mercado da região, a exemplo de um agricultor de subsistência de Palmeira do Piauí, cujo exemplo pode ser observado em um dos trechos de sua entrevista:

“O nosso principal mercado é Bom Jesus e de lá os negociantes espalham para outros municípios [...] A gente tem pavor de Banco [...], a assistência técnica foi muita rápida, mesmo assim foi proveitosa, melhorou muito nossas condições [...] as coisas melhoraram muito nos últimos anos por conta da cachaça, o padrão de vida melhorou. Em Palmeira do Piauí, tem 30 alambiques não especializados, ainda no sistema tradicional. Só vamos poder ampliar quando estivermos unidos em cooperativa, porque individualmente não dá, o preço tende a cair, porque cada negociante compra de produtores individuais por preços diferenciados. Com a cooperativa não, ela dava o preço único e o comprador seria obrigado a negociar com ela somente. No momento a venda é a granel [...] Falta vontade de todos para fundar a cooperativa.[...]. Dos dois hectares plantados com cana-de-açúcar e 28ha são de terra seca para o gado e roçado e para o consumo da família” (Benício, Entrevista n° 15).

Quadro 2: Sistemas produtivos e tipos de produtores nos municípios estudados

TIPOS DE AGRICULTORES	SISTEMAS PRODUTIVOS	
	Características	Municípios em que Existem
<b>Tradicional</b> Familiar-Subsistência Familiar-Volante (assalariado)	1 - Cultura predominante – agropecuária extensiva de subsistência e extrativismo 2 - Manejo do sistema - desmatamento e queimadas (roça de toco) 3 - Mercado- autoconsumo	Bom Jesus Cristino Castro Manoel Emídio Palmeira do Piauí
<b>Transição</b> Familiar Sustentável-Co- mercial Familiar Comercial-Sus- tentável	1 - Cultura predominante - agropecuária de subsistência e/ou agricultura comercial; pecuária extensiva de bovinos e, secundariamente, caprinos e ovinos 2 - Manejo - desmatamento e queimadas (roça de toco) 3 - Mercado - autoconsumo e excedente para o comércio local/regional	Bom Jesus Cristino Castro Palmeira do Piauí
<b>Moderno</b> Familiar Comercial-Mo- derno (empresarial)	1 – Culturas predominantes: - agropecuária semi-intensiva - arroz e soja mais gado bovino de corte; - agricultura comercial intensiva - arroz de sequeiro, soja e milho. 2 - Manejo - desmatamento, queimadas e mecanização 3 - Mercado- externo	Alvorada do Gur- guéia Bom Jesus Palmeira do Piauí

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí.2001.

NOTA: Mais informações podem ser encontradas em **Macrozoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba** (IBGE, 1996).

No sistema Tradicional, a mão-de-obra predominante é a familiar (Tabela 8), sendo pouco associado à contratação de mão-de-obra temporária, principalmente no período de preparo do solo, plantio e colheita, bem como para ajudar na criação de gado bovino. Esses agricultores raramente recebem assistência técnica (Tabela 14), e os financiamentos dos bancos (Gráfico 11) assustam muito, como relata um dos agricultores: “Os recursos só existem no papel, na realidade, a gente vai atrás de um recurso no banco e esbarra na burocracia [...] quando chega na hora “H”, acabou o recurso [...] nós temos pavor de banco” (José Wilson, Entrevista nº 17).

O tipo Familiar-Subsistência (sobrevivência) abrange o proprietário ou posseiro de área menor que 50ha (Gráfico 2), com origem na região, produzindo exclusivamente para subsistência da família (autoconsumo) (Tabela 10, Gráfico 5), utilizando basicamente o trabalho familiar (Tabela 8). Esse tipo configura baixa produtividade do trabalho, decorrente do uso intensivo da força de trabalho, do reduzido acesso aos componentes tecnológicos modernos e do baixo consumo de produtos do mercado regional/nacional. E, na condição de tradicionais rendeiros, utilizam pequenas parcelas de terra de outros proprietários vizinhos, tanto nas encostas quanto nos vales da Bacia do rio Gurguéia, para lavouras temporárias de mandioca, milho, feijão e arroz de vazante (época das águas altas ou das chuvas de novembro a abril).

O impacto ambiental provocado pelo uso da terra por esses agricultores é moderado (principalmente nas encostas das chapadas). Cultivam também nos baixões a cana-de-açúcar. Nesse tipo, estão os trabalhadores sem-terra, na condição de agregados ou moradores (meeiros, vaqueiros), que trabalham e moram em terra de proprietário, nas fazendas de gado e pagando renda em produto (4/1 ou 3/1) ou em serviços.

A agricultura tradicional de subsistência<sup>42</sup> constituiu parte integrante ou no entorno do latifúndio, um garantindo a reprodução do outro. Uma parcela<sup>43</sup> desses agricultores familiares, para garantir sua subsistência, obriga-se à complementação da renda familiar seja alugando sua força de trabalho mediante contratos de parceria ou de arrendamento, seja, ainda, submetendo-se ao assalariamento temporário nas médias e grandes propriedades.

Dessa forma, a exploração agrícola de subsistência consegue reproduzir-se, porque cumpre a função, no interior ou no entorno da grande propriedade, de repor a mão-de-obra sempre que necessário e disponibilizar também produtos (alimentos e produtos extrativos), além da renda da terra, apropriados pelos latifundiários–rentistas na forma do sobreproduto (Martins, 1975).

No Vale do Gurguéia, assim como em outras regiões do Estado, os agricultores familiares tradicionais sempre utilizaram o sistema de pousio de uso da terra em sua forma extensiva de produção itinerante e de queimada, de maneira que, ao longo do tempo, a exploração das parcelas em pousio, realizada em intervalos de tempo cada vez mais curtos, vai além da sua capacidade de suportar o manejo, comprometendo a recuperação de sua fertilidade natural, forçando o agricultor a reduzir a área cultivada e a encontrar no arrendamento de outras terras uma solução temporária para garantir a renda deficitária.

A pressão crescente da ocupação e do uso intensivo da terra afeta a sustentabilidade ambiental dessas áreas agrícolas, aumentando as possibilidades de degradação dos solos, a escassez de lenha, de caça e de água e a desintegração socioeconômica desses agricultores.

A forma tradicional de agricultura, como está organizada, com base no patrimônio de reprodução de práticas sociais e culturais, impede sua desagregação, ao tempo em que cria

---

<sup>42</sup> O termo genérico é extensivo às formas sociais diversas que associam família-produção-trabalho, que vão do produtor moderno aos agricultores tradicionais de subsistência, o agregado ou morador, por exemplo, no caso das fazendas de criar, comum no Piauí e no Nordeste. Ver, sobre o assunto, Wanderley (1998).

<sup>43</sup> São os que integram as categorias de pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros.

estratégias de novas identidades socioprofissionais para enfrentar situações-problema (Quadro 3), justificando a continuidade e a estabilidade da agricultura familiar, como demonstrado nos depoimentos abaixo:

“Tenho tudo para fazer rapadura, mas deixei de fabricar, não tem vantagem, se utiliza muito trabalhador, o custo é alto, e o preço é baixo. O comércio da rapadura é fraco, por conta da concorrência da rapadura do Ceará [industrializada], que é de qualidade inferior a nossa. A vantagem é que já vem prontinha, embalada e de diversos tamanhos e que é fabricada em alta escala, quantidade superior a local... [certamente com preço menor] Já com a cachaça não, ela é diferente. O custo do trabalho é menor que o da rapadura. Por isso que a gente vem optando pela cachaça, outra vantagem é o seu armazenamento. Além disso, a gente vende para toda a região.” (Salvador, Entrevista nº13).

“Nós temos dificuldades em desenvolver atividades no associativismo, mas, na hora de industrializar, a rapadura, aguardente e a mandioca, os agricultores são muito solidários com o vizinho” (Anchieta, Entrevista nº 16).

O tipo Familiar-Volante engloba o trabalhador assalariado, ex-posseiro, com origem na região e que aluga sua força de trabalho nos grandes projetos de produção de grãos (arroz, soja e milho), nas chapadas, sendo conhecido na região pelo termo peão de chapada. Nos baixões, trabalha nas roças dos vizinhos e parentes, pelo sistema de troca de serviços. Alguns desses trabalhadores sem terra estão sendo assentados em projetos de colonização pública.

No sistema produtivo em transição com tendências à modernização, encontram-se proprietários com algum tipo de orientação técnica, e a exploração do cultivo é predominantemente semimecanizada. Os proprietários normalmente negociam o excedente da produção no mercado local (Gráfico 5).

A agricultura é baseada no cultivo de arroz, milho, mandioca e feijão (Tabela 9) e na pecuária semi-intensiva (Tabela 10). Como mostram também os trechos da entrevista de um agricultor de Uruçuí-PI:

“A gente planta o arroz, a mandioca, feijão, hoje a gente planta tudo [...] Eu estou há muitos anos na serra, plantando para gente mesmo... Criamos uma cooperativa, tirei um financiamento para a formação de pasto, fizemos um projeto para cerca e poder ter criatório. Agora os pequenos, como não entendiam isso aí, e não tinham orientações, hoje a maior parte dos agricultores está arrependida porque não chegaram na serra. O plantio de arroz na chapada exige muito, e quando se tira um dinheiro do banco paga os donos de máquinas, mas este ano se está na expectativa

de comprar uma máquina [plantadeira]. Temos uma associação em Bananeiras e outra em Porto Velho. Aí, estamos combinando em levar a energia, porque o Banco do Nordeste vai financiar para se fazer irrigação, pois o motor a diesel é muito caro. Na associação eles colocaram para eu coordenar o plantio e comprar sementes” (Francisco Lima, Entrevista n° 9).

O tipo Familiar Sustentável-Comercial caracteriza proprietário ou posseiro com origem na região e voltado para a produção não exclusiva de autoconsumo, produzindo excedentes não consumidos para eventual troca no mercado local/regional (Gráfico 5).

O trabalho familiar é dominante e esporadicamente complementado com trabalho assalariado temporário. Utiliza tanto as planícies fluviais dos baixões e vãos das serras (de dinâmica mais intensa que a pecuária extensiva nas chapadas) do Vale do rio Gurguéia e seus afluentes quanto as encostas com o cultivo de lavouras temporárias, essencialmente mandioca, milho, feijão e o arroz de sequeiro na chapada. Essa produção, em algumas áreas, é complementada pelo extrativismo vegetal para o comércio (coleta dos frutos e folhas de babaçu e buriti), ampliando a renda familiar. Esse produtor familiar tradicional em processo de descapitalização tende a transitar para o tipo Familiar-Subsistência, estacionário face à diminuição crescente do seu acesso ao mercado de fatores e produtos restritos na região.

O tipo Familiar Comercial-Sustentável engloba proprietário de terra com origem na região, produtor especializado de monocultura, como a cana-de-açúcar para o mercado local, e subsidiariamente de produtos de subsistência (feijão, mandioca e doce de buriti), tendo como complemento o pequeno criatório (gado bovino) de subsistência. A força de trabalho familiar é predominante e complementada pela troca de dias de trabalho de outras famílias, estas últimas remuneradas geralmente por produção/dinheiro. As relações estabelecidas com os comerciantes locais e/ou regionais configuram sua subordinação ao capital comercial. A reprodução familiar é seu principal objetivo. Aplica poucos recursos tecnológicos modernos (equipamentos de irrigação, adubos químicos) e tem assistência técnica e crédito bancário.

Em contraste com a situação anterior, que provoca modificações significativas no ecossistema, a sustentabilidade ambiental na agricultura tradicional decorrente de práticas agrícolas, de manejo (consórcio de culturas e pousio) e pouco uso dos recursos internos disponíveis (terra e água), desenvolvidas pelos agricultores familiares da região do baixão /chapada, apresentando impacto moderado no meio ambiente a médio e a longo prazo.

O tipo Familiar Comercial-Moderno é aquele que inclui o colono imigrante, do sul do País (Santa Rosa e Três de Maio, RS), com origem na economia familiar, instalado, desde 1998, em Uruçuí-PI, pela Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda. (Cotrirosa)<sup>44</sup>, para produção de soja nos cerrados, em lotes que variam de 100ha a 3.000ha e com grande impacto ambiental no platô da chapada. A produção orientada para atender ao mercado externo faz desses colonos grandes consumidores de insumos industriais (sementes selecionadas, fertilizantes, herbicidas, máquinas) e de serviços de assistência técnica, pesquisas e serviços bancários. Essas características apontam uma subordinação dessa modalidade de produção às instabilidades da economia capitalista.

Esse aporte tecnológico moderno é utilizado como garantia de eficiência do sistema produtivo, conferindo maior autonomia da relação produtividade *versus* adversidades climáticas imprevisíveis (veranicos), e compensando as vulnerabilidades (custos de produção e preços do mercado), principalmente de insumos industriais e oferta do produto.

A agricultura moderna de grãos, soja e milho, provoca alterações do potencial vegetal, aumento dos potenciais erosivo, potencial edáfico e hídrico, ocasionando compactação e contaminação dos solos e de mananciais pelo uso de agroquímicos, que também, em longo prazo, podem diminuir o potencial agrícola da região, o que prejudicaria substancialmente a

---

<sup>44</sup>Projeto Nova Santa Rosa, de colonização particular e de assentamento de agricultores procedentes do Rio Grande do Sul, da região de Santa Rosa. Atualmente, o projeto é gerenciado pela Bunge Alimentos, que, a partir de agosto de 2003, opera uma unidade de beneficiamento da soja no mesmo município (Uruçuí).

sustentabilidade dos agricultores que resistem a esses impactos e riscos (Quadro 3).

O sistema modernizado é caracterizado pela exploração do arroz de sequeiro e da soja, em grande escala, com agricultura mecanizada, uso de insumos e fertilizantes e mão-de-obra especializada. Essas características são evidenciadas em uma das entrevistas com um agricultor sulista da cooperativa Cotrirosa, que revelou:

“A cooperativa ajuda o produtor, ela se compromete em arrumar todos os insumos, e vender para o associado, em contrapartida, o associado também tem de se comprometer em entregar a produção, e, sem a cooperativa, isso é insuficiente [...] Nós iniciamos a safra 1999/2000 com a cultura do arroz pelo motivo de que os solos são ácidos e esta é a cultura que mais se adapta a solos ácidos [...] vamos ter sistema de produção até a industrialização do produto [...] depois da correção do solo com calcário vamos entrar com a soja para a safra de 2001/2002” (Elton Naumann, Entrevista n° 6).

Os agricultores da Cotrirosa, diferentemente dos demais agricultores de Palmeira do Piauí, recebem assistência técnica continuada de agrônomos vinculados aos projetos, que orientam todas as etapas da produção agrícola. Um outro aspecto discriminatório é o fato de que a Embrapa Meio Norte também participa dos grandes projetos agrícolas, inclusive dessa cooperativa de agricultores sulistas. Esses aspectos, dentre outros de importância para esta análise, a exemplo de financiamentos do Banco do Nordeste, são evidenciados com a entrevista:

“A Embrapa também participa aqui dentro e aprova o projeto porque ele é produtivo, não temos medo nenhum, precisamos trabalhar o solo [...]. Tem recurso do Sul, ainda muito dos produtores aqui dentro, são pais e filhos que adquiriram área. Quem veio para cá foram os filhos, porque são jovens e suportam mais as diferenças. Vem recurso do Sul, além do que o grupo teve financiamento do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. [...] O Banco do Nordeste faz investimento total e dá para pagar em 12 anos, e você pode pedir até quatro anos de carência para o primeiro pagamento. A comercialização é feita através da cooperativa. Você tem que ser produtivo, se o produtor não se tornar um empresário rural, ele vai quebrar. [...] Se o produtor quiser ser empresário rural, ser competitivo e se tornar produtivo, ele vai ter que buscar informação” (Dulce, Entrevista n° 5).

A ocupação do cerrado piauiense e o contraste ocasionado pelas práticas agrícolas dos agricultores de fora da região ocasionam uma concepção de discriminação para os

agricultores locais, que também demonstram interesse no cerrado, necessitam de assistência técnica e de financiamentos, como relatou o Presidente da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Uruçuí:

“Na realidade, hoje a gente tem feito um trabalho com o sindicato dos trabalhadores rurais e algumas associações [...] e a gente tem observado justamente essa questão de entender como o produtor rural pode ser um setor importante nessa discussão de que o cerrado é o mais importante e como também o produtor rural pode se inserir nos cerrados sem que seja discriminado por esse outro setor [agricultura moderna]. Como aquele produtor pode se desenvolver nos baixões, onde a política agrícola para essa região não valoriza mais (assistência técnica e financiamentos), até nas próprias discussões que nós temos com o banco, a visão dos baixões [...], não é encarada como uma coisa importante, é como uma coisa de segundo plano. [...] Os agentes do Banco do Nordeste têm que financiar porque moram famílias, e [eles] não entendem como uma questão estratégica de desenvolvimento. Nós temos comunidades que estão a 200 quilômetros da sede [do município] e então se percebe a dificuldade que é o produtor rural plantar, sem estradas, sem energia, sem comunicação, sem assistência médica, saúde, e educação, e mantendo [...] a agricultura de subsistência como mais importante” (Davi, Entrevista n° 10).

Os segmentos dos agricultores da região sudoeste piauiense, no contexto de incorporação de novas áreas dos cerrados pela agricultura empresarial, segundo Moraes (1999), passam de uma situação anterior de relativa autonomia quanto ao usufruto comum de terras voluntárias para a condição de peões da chapada, subordinados à lógica empresarial. Esses camponeses experimentam mudanças no tradicional processo de trabalho.

A ocupação do cerrado também ocasiona problemas ambientais, devido ao desmatamento de grandes áreas na implantação de grandes projetos agropecuários, que também exploram a mão-de-obra dos agricultores familiares da região, que, sem condições de melhorar sua produção em suas antigas posses, ficam propícios a serem utilizados como mão-de-obra barata em serviços sazonais que demandam pouca especialização, desmatamento, limpeza, como mencionou o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Cristino Castro:

“Em relação ao cerrado, lá o trabalho é difícil, existe a tecnologia, e o trabalhador não tem espaço de ganhar [renda], mesmo um diarista não tem espaço lá, porque tudo é feito através da tecnologia, então não gera emprego, [...] o que nós podemos sentir aqui, em baixo [no vale] é justamente o prejuízo futuro, esses projetos, daqui a 10 anos não existirão mais, já se sabe que em algumas regiões do País já acabou, o que nós temos é o saldo triste que é a erosão que vai descer de lá acabando com

nossos rios, acabando com uma série de coisas que nós tínhamos de representar nossa região [...] Para nós aqui [do vale, o 'desenvolvimento' do cerrado] não representa nada [...]. Então eu pergunto qual a vantagem desses projetos para essas pessoas do cerrado? Do semi-árido [vale], nenhuma! O trabalho seria para catar garranchos, raízes, a máquina passa, quebra tudo e tem que colher as raízes. As pessoas são enganadas pelo 'gato', diz que a diária é oito reais e quando chegam lá o 'gato' diz que não, a diária é quatro reais" (Garcia, Entrevista n° 11).

A crítica feita pelo entrevistado (Entrevista n° 11) tem procedência, se confrontadas com as pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (Tropen), da UFPI, quando confirmam os prejuízos ocasionados pelo desmatamento de grandes áreas do cerrado, como explicou o Coordenador desse núcleo:

"Depois de um estudo que fizemos naquela área, foi observado que, de cada 30 hectares de cerrado, existem em torno de 80 a 100 espécies diferentes de plantas [árvores]. E um certo produtor que comprou 150 mil hectares de terra deste desmatou 47.800ha. Imagina-se quantas espécies não foram totalmente extintas [...]. O ideal é que sejam feitos zoneamentos agroecológicos da área, pois este é o princípio básico da sustentabilidade, podendo atender aos setores econômicos, social e ecológico. A biodiversidade é de extrema importância para o equilíbrio da natureza. Quando há o desmatamento, existe uma grande mudança nas trocas de vapores, por isso a necessidade do zoneamento para que haja uma conciliação [adaptação tecnológica do manejo e uso]. Os cerrados do Nordeste não podem ser comparados com os cerrados do Planalto Central, pois o nível de chuvas, o clima é totalmente diferente" (Jornal Meio Norte, 13 out. 2000).

A opinião sobre sustentabilidade ambiental dos agricultores pesquisados coaduna com o posicionamento de especialistas na área, uma vez que, para aqueles, a fonte Olho d'Água da Chuva, situada no topo da Serra do Uruçuí, encontra-se ameaçada em relação aos animais e vegetais pelo desmatamento no seu entorno realizado pelo proprietário (opinião de 83% dos agricultores). Para esses agricultores, a ocupação das chapadas da região pelos projetos agrícolas também contribui para a extinção de animais, para a perda do gado e para o desmatamento (opinião de 47% dos agricultores pesquisados), além da degradação do solo, perda de lugar para o gado e da desorganização da produção local. Observou-se que perpassa nessas opiniões o conflito de ocupação desse espaço com a implantação dos projetos da

lavoura mecânica de arroz, soja e milho, pela perda de espaço para criação do gado, utilizado pelo agricultor local.

Por outro lado, esses mesmos agricultores (opinião de 77%) encontram vantagens em relação à ocupação da chapada, pela facilidade de acesso ao arroz, com menor preço. E outro grupo menor de agricultores diz que a produção de arroz coloca no mercado um produto de melhor qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Ressalta-se que essas vantagens apontadas pelos agricultores significam uma percepção de desenvolvimento para a região. As experiências dos agricultores nas regiões de Mato Grosso e Minas Gerais informam que esse entendimento do desenvolvimento é reduzido ao aumento da produtividade de grãos, e não propriamente ao desenvolvimento da região como um todo, sem absorver os riscos ambientais e a exploração da mão-de-obra local, como explicita o agricultor:

“Os grandes produtores desempregam mão-de-obra [local], normalmente são dois ou três [produtores em condomínio], eles contratam a mão-de-obra local, pois se tiverem que fazer o trabalho manual de tiragem de mato, o custo da mão-de-obra deles vai superar os lucros, então, normalmente, eles usam veneno. [...] Então, se nós conseguirmos desenvolver o plantio de soja, [...] [a partir da] visão ecológica, que a gente possa em vez de jogar o veneno pra matar o mato, a gente possa botar os próprios trabalhadores assumirem as suas áreas [parcelas de terra] e fazerem a capina com a própria família, você está trazendo mais renda para dentro de casa e está tendo um plantio que hoje a gente sabe que no mercado internacional já alcança um preço mais alto a soja que tem um procedimento mais ecológico.[...] Se tiver condições de fazer isso em larga escala pra mil hectares, o custo disso compensa aos agricultores utilizarem esse tipo de coisa, porque se tivermos condições de trabalhar assim, com certeza iremos fazer essa opção, porque queremos também mostrar para esse setor [moderno] da agricultura [...] que os pequenos produtores rurais tem produtividade e podem fazer de forma correta” (Davi, Entrevista nº 10).

Os produtores dessas frentes de expansão utilizam a força de trabalho local, dos chamados peões de chapada, em regime de assalariado diarista nos projetos de cultivo de grãos. Há também a forma de arrendamento das áreas em mata (cerrado) para abertura e incorporação dessas através de queimadas (no processo de limpeza) e plantação de arroz para “amansar” a terra.

O extrativismo vegetal não racional ocasiona a diminuição do potencial madeireiro, com interferência na densidade e na diversidade vegetal, que também modifica o solo, acelerando o processo erosivo. A pecuária extensiva de bovinos, caprinos e ovinos também altera significativamente a cobertura vegetal, contribuindo para o avanço do assoreamento no Riacho dos Castros como consequência do desmatamento de parte da mata de galeria (buriti) no Distrito de São Francisco, no Município de Palmeira do Piauí. Os sistemas produtivos utilizados por essas categorias de agricultores indicam as formas de apropriação e de uso da terra e dos recursos disponíveis, sendo possível caracterizá-los em diversos tipos de produtores (Quadro 2).

O recrutamento dessa mão-de-obra é realizado entre os agricultores tradicionais de subsistência que estão em busca de emprego sazonal nos municípios vizinhos, sendo, em sua maioria, chefes de família que deixam suas mulheres e filhos no local de origem, cujo percurso até os projetos dista, em média, 200km.

A origem desses agricultores migrantes é diversa. Parte deles veio das fazendas, de regiões vizinhas ou de fora do Estado do Piauí, onde mantinham, com seus proprietários, uma relação de moradia ou de agregacia, pela qual eram obrigados a dar parte do que produziam nos roçados como pagamento pela utilização da terra. Outra parte foi formada a partir dos lavradores que tinham a posse da área apropriada pelo INCRA para a instalação do projeto. Segundo Carneiro (1986), essa apropriação se deu pela expulsão violenta desses moradores, gerando insatisfação quando do recrutamento de candidatos locais.

Foi possível também identificar agricultores na condição de colonos irrigantes, assentados em projeto agropecuário. Como uma variante desses produtores modernos instalados no Vale do Gurguéia, destacam-se os empresários individuais e associados em condomínios.

A sustentabilidade socioeconômica e institucional depende da capacidade dos agricultores de se desenvolverem para suportar, no longo prazo, os efeitos produzidos nos ecossistemas pelas formas de exploração das atividades agropecuárias, do consumo e de tecnologias de aproveitamento dos recursos disponíveis, sem comprometer a existência ou a deterioração dos ecossistemas e, conseqüentemente, as atividades produtivas. Os agricultores conseguem também suportar e superar as situações de descontinuidade na produção agrícola face à distribuição irregular das chuvas (veranico) ou secas periódicas prolongadas (Quadro 3).

Outra situação encontrada durante o primeiro levantamento de informações na região, mais precisamente no município recém-emancipado de Alvorada do Gurguéia, distante 95km de Bom Jesus, centro comercial mais próximo, diz respeito aos agricultores que produzem, em sua maioria, culturas comerciais irrigadas, de citros, manga, melão, melancia, banana, coco da praia e feijão e mantêm a criação de pequenos rebanhos de gado de corte para sua subsistência.

Esses agricultores estão vinculados ao Projeto de Perímetro Irrigado do Gurguéia, sob a administração, desde 1984, da CAIPIG e supervisão do DNOCS, órgão responsável pela implantação desse projeto de colonização em 1978, considerado, à época, a redenção do vale, a “promessa da terra” (Vasconcelos, 1983, p.62).

O perímetro abrange uma área de 13.634ha, compreendendo quatro setores produtivos, subdivididos em lotes de exploração de culturas irrigadas e de sequeiro. Esses lotes são irrigados por poços tubulares de água captada do rio Gurguéia e possuem, em média, áreas irrigáveis de 8ha para cada colono individualmente e 17ha (sequeiro) explorados de forma coletiva com outras famílias. Da superfície total do projeto, destaca-se a área irrigável de

1.899ha, somada a área de 725ha destinada à produção de sequeiro passível de aproveitamento com irrigação e 10.667ha de área agricultável de sequeiro sem irrigação<sup>45</sup>.

Essa experiência beneficia atualmente cerca de 200 famílias de colonos, além dos comerciantes e dos técnicos do DNOCS que habitam o povoado localizado no centro do perímetro. Nas décadas de 80 e 90, algumas áreas de 12ha (irrigação) e de 75ha (sequeiro) foram destinadas à produção empresarial (contrato de arrendamento) de frutas e arroz/pastagem artificial respectivamente.

A situação financeira atual dos 183 associados à Cooperativa é crítica, com inadimplência junto à CEPISA e infra-estrutura de irrigação deficiente (de alto custo de operação e de manutenção dos equipamentos), afetando diretamente a produtividade agrícola.

A orientação técnica comandada pelos agentes do DNOCS (externos aos produtores familiares, que sempre tiveram o controle da produção antes de se tornarem irrigantes), contribuiu para alterar a condição de autonomia anterior, a de colono, subordinando-o à racionalidade técnica do aumento de produtividade e de dependência do mercado, definida de fora do grupo familiar.

O saber técnico tradicional do colono familiar não foi incorporado por essa orientação técnica modernizadora, retirando “dele o controle sobre o processo de trabalho” (Carneiro, 1986, p.69).

Os colonos têm resistido à subordinação total ao DNOCS em relação à dependência financeira (crédito bancário), preferindo manter a dependência pessoal (patronagem tradicional) com o comerciante-usurário (comerciante-fornecedor).

---

<sup>45</sup> Ver, sobre o assunto, Ministério da Integração Nacional/DNOCS (2000).

Atualmente, permanece a situação de semi-independência da Cooperativa em relação à administração do DNOCS, que continua a mediar o controle da produção e do consumo, de fato, menor que antes, e que os poucos bem-sucedidos têm recorrido a manter vínculos tradicionais na condição de comerciante-irrigante (venda de cereais e outros mantimentos) junto aos outros colonos do Perímetro.

De acordo com Carneiro (1986), esses comerciantes gozam de *status* para com os agentes administrativos, diferenciando-se dos demais. A venda desses produtos estava proibida pelo contrato experimental, mas foi recuperada, dentre outras estratégias, como fonte de complementação da renda familiar.

Observou-se, com esses produtores, uma procura pela diversificação da produção, incorporando novos produtos ou reconvertendo culturas abandonadas no passado (cana-de-açúcar), com o propósito de agregar qualidade aos produtos comerciais. Encontram-se esses produtores familiares combinando a pequena pecuária de subsistência com agricultura de produtos tradicionais (subsistência) em transição para produtos comerciais de alto valor agregado. Há relativa tendência de perda de prioridade da atividade principal, com o incremento da produção desses novos produtos e sua conseqüente especialização profissional.

“[...] a consciência do trabalhador, ele já pensa em produzir mais, ele já sabe que plantar somente feijão, arroz não dá, ele está encontrando uma saída, mas ele sabe que a saída está na melancia, a saída está na farinha de mandioca com qualidade para ele vender lá fora, ele sabe que a saída também está no nível de qualidade dos produtos, inclusive nas outras regiões, então eu acredito que já mudou um pouco, mudou!” (Garcia, Entrevista nº 11).

“Conseguimos tirar muita coisa, aqui, milho, feijão, melancia. Mas, o movimento maior é com a cana-de-açúcar, ela toma todo o tempo da gente, a preocupação é demais, na realidade é a maior produção de Belo Monte.” (Expedito, Entrevista nº 14).

“Na localidade de Brejo Novo, os agricultores já cultivam a cana-de-açúcar, mas eles querem industrializar, agregar valor aos seus produtos e na localidade de São Francisco [distrito], que é um lugar mais de pecuária, se de fato melhorar a qualidade da pecuária, eles irão conseguir algum retorno.” (Anchieta, Entrevista nº 16).

Em toda a região sudoeste do Estado, suas áreas de chapadas e baixões foram ocupadas por agricultores familiares há mais de um século, estabelecendo relações produtivas entre esses ecossistemas, cuja dinâmica lhes possibilitou retirar desses ambientes as condições materiais de viabilidade dos sistemas produtivos para a reprodução familiar e criar estratégias econômicas e sociais capazes de suportar não só os riscos conjunturais do contexto econômico em que estão inseridos, mas também os impactos advindos da utilização dos recursos naturais (Moraes, 1999; 2000).

“As chapadas sempre foram incorporadas ao cálculo econômico das famílias camponesas pelo extrativismo de madeira, para construção e fabrico de móveis, de frutos e plantas para a alimentação humana e animal ou ainda de ervas terapêuticas, quer pela caça, criação de gado e caprinos na solta e até mesmo por alguma agricultura de sequeiro — pequenas roças de mandioca e feijão — praticada nos *tabuleiros* ou nos *ourelas do baixão* [área de transição entre o baixão e a chapada]. (p.257). [...] os solos da chapada só passaram a serem considerados propícios à prática da agricultura com as tecnologias geradas pela Revolução Verde. Esse terreno tampouco era tido pelos camponeses como *lugar de agricultura*. No entanto, a agricultura camponesa no ambiente dos cerrados, tomada como parte de um sistema produtivo em sentido mais amplo, supõe uma articulação essencial entre *baixões* e *chapadas*. [...] lugar do assentamento, da posse, da propriedade, da morada [...], da nucleação em pequenas comunidades [...], era, no sistema antigo, segundo os camponeses, o lugar do uso em comum da *terra voluntária*, sem cercamento (p.258). Essa chapada [...] oferece uma pastagem natural chamada, localmente, de capim agresto (*Trachypogon sp.*) que alimenta o gado, no inverno e em boa parte do verão, além de uma variedade de outras espécies vegetais, como a faveira (*Parquia platicefala*) — uma especificidade dos cerrados piauienses não encontrada nos cerrados do Brasil central — consumidas pelos animais.” (Moraes, 2000, p.260)

A autora, em nota de rodapé, ressalta que a ‘inutilidade’ da chapada atribuída aos agricultores, como lugar não exclusivo da agricultura em seus sistemas tradicionais de cultivo, é parte da argumentação reducionista dos pesquisadores sobre a “(...) reprodução camponesa (que restringe a *cultivo agrícola*), desmentida (...) pelas práticas camponesas reais e por seus conhecimentos e falas manifestados em aproximações menos superficiais” (Moraes, 2000, p.257).

A agricultura de base familiar é predominante entre os agricultores do Vale do Gurguéia e particularmente os de Palmeira do Piauí (Tabela 8). Mesmo com os processos de modernização em curso, as práticas agrícolas tradicionais continuam presentes, graças aos

arranjos internos definidos segundo os pressupostos socioculturais de organização social da produção e da reprodução familiar.

Os agricultores de Palmeira do Piauí e seus cônjuges, em sua maioria, possuem idade entre 33 a 43 anos; 44 a 54 anos e 55 a 65 anos (Tabela 4). A idade dos filhos desses agricultores está distribuída em diversas faixas etárias, com uma maior predominância na de 11 a 21 anos.

As informações referentes à idade dos filhos dos agricultores indicam disponibilidade de mão-de-obra familiar. Esse aspecto aponta reprodutividade da mão-de-obra familiar.

Essa relação indica que a reprodução econômica e a familiar podem estar ocorrendo na faixa de idade economicamente ativa. A participação do conjunto de indivíduos da família na produção concentra-se, principalmente, em atividades agrícolas que favorecem a reprodução da mão-de-obra familiar.

Tabela 4: Perfil quanto à idade dos membros da família de agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

IDADE (anos)	ENTREVISTADOS	CÔNJUGE	FILHOS
1-10	0	0	20
11-21	0	0	37
22-32	10	13	23
33-43	27	33	20
44-54	27	23	0
55-65	23	17	0
66-76	13	14	0
TOTAL	100	100	100

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

A maioria desses agricultores é analfabeta, e, dos alfabetizados, somente uma pequena parte possui ensino básico completo. O número de agricultores que possuem ensino médio é insignificante (Gráfico 1). Esse índice de analfabetismo é pouco superior aos dados de analfabetismo do Município de Palmeira do Piauí.

Segundo o **Censo Demográfico de 2000** (IBGE), no Município de Palmeira do Piauí, existem 1.194 residentes com idades a partir de 10 anos que ainda precisam ser alfabetizados, o que totaliza 30,7% de pessoas analfabetas no Município. Esse quadro informa a inexistência e/ou ineficiência de políticas públicas direcionadas para a alfabetização de jovens e adultos no Município de Palmeira do Piauí.

Ressalta-se que o baixo nível de escolaridade também está relacionado com a necessidade de mão-de-obra para a produção agrícola e com a inexistência e/ou ineficácia dos programas de alfabetização nessa região.

Uma explicação para o baixo nível de instrução está relacionada ao fato de que os agricultores do Município de Palmeira do Piauí moram eminentemente na zona rural, em comunidades afastadas em média cerca de 5km do centro urbano, e à carência de escolas, principalmente de ensino médio. Atualmente, existem somente duas escolas (Tabela 2). Em contraste, o grau de escolaridade dos cônjuges (Gráfico 1) é superior aos dos agricultores. O índice de analfabetismo para os cônjuges é reduzido para mais da metade do índice de alfabetização dos agricultores. Também em relação ao ensino fundamental, os cônjuges possuem um percentual maior quanto à conclusão do ensino fundamental e do médio.

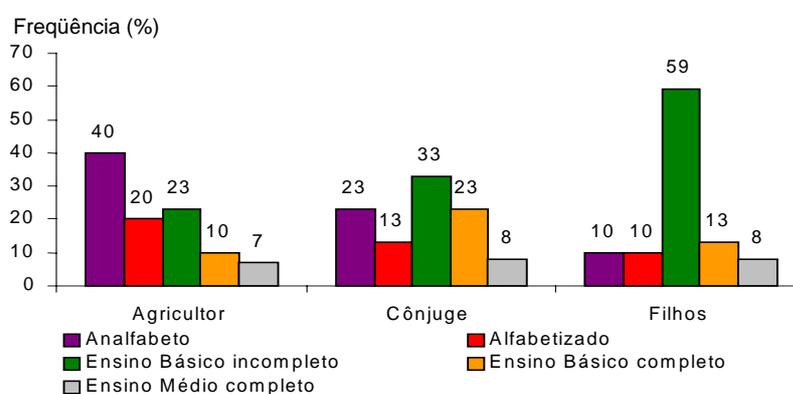
A predominância acentuada do grau de escolaridade dos filhos (Gráfico 1) está no ensino básico incompleto. Ressalta-se que a maioria dos filhos possui idade entre 11 e 21 anos, indicando também atraso em relação aos graus de ensino em que deveriam estar cursando. Uma das explicações para esse fato é que os filhos normalmente estão mais envolvidos nas atividades agrícolas (Tabela 8).

Saliente-se que, na região em estudo, um informante qualificado relatou que o “(...) Banco do Nordeste (...) está empenhado em oferecer curso de capacitação” (Garcia, Entrevista nº 11).

Em relação ao uso dos meios de comunicação e à utilização e ao acesso a informações, a maioria dos agricultores entrevistados não tem acesso a cursos de capacitação e não dispõe de informações através de jornais e revistas agrícolas (Tabela 5).

Entretanto mais da metade dos agricultores consulta outras revistas semanais ou mensais, e menos da metade informa-se pelo rádio e pela televisão. A maioria também só tem acesso a reuniões e a palestras de vez em quando, e menos da metade dos entrevistados assiste a programas especiais de televisão e ouve rádio.

Gráfico1: Escolaridade dos membros da família de agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí 2001.

Tabela 5: Acesso às informações pelos agricultores de Palmeira do Piauí –2001 %

ACESSO À INFORMAÇÃO	SEMPRE	DE VEZ EM QUANDO	NUNCA	TOTAL
Jornais e revistas agrícolas	7	23	70	100
Revistas semanais ou mensais	53	27	20	100
Rádio	40	40	20	100
Programas especiais de televisão	40	47	13	100
Reuniões e palestras	20	60	20	100
Cursos	3	3	93	100
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>200</b>	<b>237</b>	<b>600</b>

FONTE: Pesquisa de campo realizada pelo autor no Vale do Gurguéia, em 2001.

A ocupação principal dos membros da família (Tabela 6) constitui um importante indicador para sustentabilidade socioeconômica e institucional. Observou-se que os filhos, além de estudarem, também participam de atividades agrícolas e domésticas. Os cônjuges exercem atividades diversificadas, mas participam principalmente em atividades do lar e como mão-de-obra no processo produtivo, em conjunto com o marido e com os filhos principalmente, nos cuidados com o pomar e na coleta de leite.

Em relação à moradia dos agricultores, em sua maioria, é de propriedade própria, e são construídas com adobe cru, estando em estado razoável de uso. Metade das moradias tem banheiro externo, e menos da outra metade possui banheiro interno, em sua maioria com fossa negra, e o restante não tem banheiro.

Alguns dos agricultores entrevistados possuem uma segunda residência na sede do município, destinada à permanência dos filhos durante o período escolar, bem como para tratamento de saúde, encaminhamento dos “negócios”, visita a bancos, venda e compra de produtos. Essas moradias, diferentemente das anteriores, são construídas com alvenaria e cobertas de telhas.

Tabela 6: Ocupação principal dos membros da família do agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

OCUPAÇÃO DOS MEM-BROS DA FAMÍLIA	CÔNJUGE	FILHOS
Agricultura	0	28
Do lar	78	13
Agente de saúde	3	0
Auxiliar de enfermagem	8	0
Merendeira	3	0
Professora	8	3
Estudante	0	45
Aposentado	0	3
Sem ocupação	0	8
TOTAL	100	100

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Em relação ao acesso a bens de consumo domésticos, os agricultores, em sua maioria, dispõem de energia elétrica, água encanada, televisão, refrigerador, liquidificador, ferro elétrico, aparelho de som e antena parabólica. Observou-se a existência de bicicleta e de automóveis para transporte de produtos destinados ao comércio local.

O regime de exploração da terra ocorre de maneira diferenciada no Estado. Na região norte, predomina a pequena propriedade, com uso intensivo de mão-de-obra familiar.

O acesso à terra ficou mais restrito aos agricultores proprietários, rendeiros, posseiros e trabalhadores sem terra diante da investida dos empresários rurais, ao impor o cercamento das áreas de criação do gado nos baixões, impedindo que o gado seja criado à solta, como era comum antes da chegada destes na região.

As informações sobre a obtenção da terra mostram que cerca de 40% dos agricultores pesquisados em Palmeira do Piauí compram suas terras de parentes, 26,7% adquiriram suas terras por herança, 23,3% dos agricultores compraram suas terras de terceiros, e somente 10% possuem parte de suas terras por posse provisória.

A condição predominante dos agricultores, para sua identidade como produtor, é ser possuidor do domínio da terra. Os agricultores pesquisados, em sua maioria, não costumam usar as condições de parceria, comodato e arrendamento, e alguns utilizam a cessão (Gráfico 2).

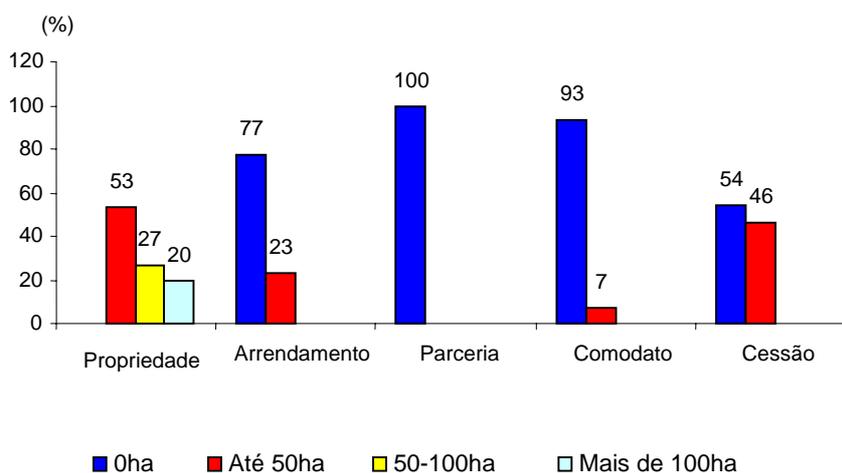
O tamanho da área de propriedade (Gráfico 2) é de até 100 hectares, a maioria dos agricultores pesquisados possui até 50 hectares, e menos da metade possui de 50 a 100 hectares, e a outra metade tem mais de 100 hectares. Observa-se também que esses 20% que possuem propriedades acima de 100 hectares incluem áreas com domínio e posse do uso da terra.

A área utilizada com lavoura permanente e temporária, bem como para o uso da capoeira, capineira e pastagem natural, varia entre um e 10 hectares. Mais da metade dos

agricultores entrevistados dispõem de área mecanizável compreendida entre 10 a 50 hectares, a outra parte possui área mecanizável entre 50 e 100 hectares e de mais de 100 hectares (Tabela 7).

Esses dados, quando confrontados com os do Gráfico 2, indicam que os agricultores possuem um potencial de área agricultável para possível mecanização, correspondendo a quase-totalidade da área de propriedade, uma vez que a área de mata está estratificada em sua maioria entre um e 10 hectares.

Gráfico 2: Tamanho e regime da propriedade dos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurugúia-Piauí 2001.

O pouco uso de terra em relação à existência de área agricultável disponível aponta ampliação do uso, significando que a agricultura de subsistência responde pela sustentabilidade deles, principalmente pela diversificação de culturas.

Para corroborar com a hipótese de potencial agrícola, os dados também informam um pequeno uso de área para capineira, capoeira e pastagem natural, em torno de um a 10

hectares, além da informação de que, nessa mesma estratificação, se encontram as áreas inaproveitáveis.

Os dados da Tabela 7 mostram que alguns agricultores estão transitando da pastagem natural para o cultivo de pastagem. Esse fato indica a existência de transformações socioeconômicas e institucionais da terra, do trabalho e do mercado, causando alterações na identidade socioprofissional, à medida que os agricultores incorporam insumos tecnológicos modernos (adubos e máquinas) à produção. Para um dos agricultores de Palmeira do Piauí foi começar “(...) com a irrigação [mecanizada] a gente plantou uma capineira. Misturamos o capim com o olho da cana, maniva de mandioca e a rama de feijão. Estamos fazendo silagem para manutenção e engorda do gado” (Expedito, Entrevista nº 14).

Tabela 7: Área produtiva e uso da terra pelos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

ÁREA PRODUTIVA E USO DAS TERRAS	TAMANHO					
	0 a 0,5ha	1 a 10ha	10 a 50ha	50 a 100ha	100 a 500ha	Mais de 500ha
Mecanizável	0	0	53,3	23,4	23,3	0
Matas	0	73	20	0	7	0
Reflorestamento	93	7	0	0	0	0
Doméstica	0	60	0	0	27	13
Não agrícola	0	0	0	0	0	0
Lavoura temporária	0	70	30	0	0	0
Lavoura permanente	40	60	0	0	0	0
Capoeira	10	63	17	0	10	0
Capineira	40	53	7	0	0	0
Pastagem natural	-	57	23	20	0	0
Inaproveitável	27	57	16	0	0	0
TOTAL	210	500	166,3	43,4	67,3	13

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

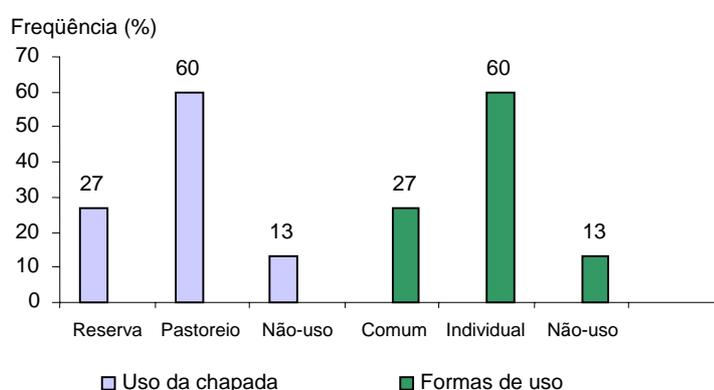
A maioria dos agricultores utiliza somente de um a 10 hectares de terra para lavoura temporária (70%) e lavoura permanente (60%), tendo bastante área de propriedade para

umentar a produção. Esse padrão de ocupação da terra pode refletir uma baixa pressão sobre uso dos recursos naturais disponíveis, indicando, assim, neste caso, menor incidência dos efeitos antrópicos sobre o ambiente, favorecendo a exploração do extrativismo vegetal sustentável, que também contribui para melhorar a renda familiar.

O uso da área destinada à lavoura temporária está relacionado com a quantidade de área mecanizável, a área destinada à pastagem com o total de área de mata e com a área destinada a capineira. O uso da área destinada à pastagem está relacionado com o total de área de mata e de área inproveitável. A quantidade de área mecanizável está relacionada com a área de capoeira e com a área de matas e também com o total de área inproveitável.

O uso da chapada (Gráfico 3), para a maioria dos agricultores entrevistados, é destinado ao pastoreio e de forma individual. A restrição ao uso da chapada (área comum) como reserva, mata, pasto natural e capoeira, implica a intensificação das formas tradicionais de uso do baixão pelos agricultores familiares com a agropecuária semi-extensiva (o pastoreio e culturas temporárias). Esses aspectos reforçam a necessidade dos agricultores de ampliarem as formas de uso da terra, no sentido de reproduzir as condições de produção de excedentes (renda).

Gráfico 3: Formas de uso da chapada pelos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



#### 4.1.3

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

O

**trabalho na reprodução social**

Os agricultores proprietários de terra em Palmeira do Piauí dispõem de trabalhadores rurais locais, que participam ativamente como mão-de-obra no processo produtivo, orientando as atividades agrícolas desenvolvidas em conjunto com a força de trabalho da família e de mão-de-obra temporária. A contratação da ajuda extrafamiliar ocorre principalmente em época de preparo do solo, plantio, capina e colheita (Tabela 8).

Nas propriedades, ocorre uma certa redistribuição do uso dos meios de produção, que geram trabalho necessário para a reprodução dos meios de vida dos agricultores. A mão-de-obra destinada ao preparo do solo, ao plantio, à capina, ao conserto de cerca e à colheita está relacionada entre si.

Os agricultores familiares têm como principal fonte de renda a base da força de trabalho nas propriedades, como se observa na fala de outro agricultor de Palmeira do Piauí:

“Eu e meus quatro filhos, a gente não chega a pagar diária. Todos ajudam nas tarefas, tem um estudando. A margem de lucro da cana é muito pequena, e a gente vende na porta para o negociante e para os alambiques vizinhos. A feira principal é a de Cristino Castro [...]. A gente cria um gadinho só para o consumo da família. Os recursos só têm no papel, na realidade a gente chegava atrás de um recurso no banco e esbarrava na burocracia [...]. Nós temos pavor de banco [...]. Então, recursos financeiros e assistência técnica não têm por aqui. A realidade é que essa questão de cooperativa, associação, não resta dúvida, que é uma saída” (Expedito, Entrevista n° 14).

Essas atividades são realizadas, em sua maior parte, pelos agricultores com a ajuda dos empregados temporários, que são eventualmente contratados por um período de 30 dias, de 90 a 200 dias, e, em menor percentual, em torno de 10% contratam empregados por mais de 200 dias. O pagamento desses empregados, em sua maioria, é feito em dinheiro, contudo foi possível evidenciar o pagamento por dinheiro e produção. Os agricultores, em sua maior parte, empregam de uma a cinco pessoas como mão-de-obra temporária, normalmente por 30 dias e pagando em dinheiro. A diária local custa, em média, de R\$ 6,00 a R\$ 7,00.

O agricultor tem ajuda da mulher e dos filhos participando na maioria das atividades produtivas. A mulher do agricultor auxilia nas atividades relacionadas aos cuidados com o pomar e, quando necessário, com a capina e a colheita. O manejo dos animais é um trabalho mais direcionado aos agricultores, pais e filhos, bem como a sua compra e venda.

O preparo do solo é uma atividade que exige a participação de pessoas com força física maior. Normalmente, no preparo, incluem-se atividades de limpeza e aragem. Essa atividade é feita principalmente pelo homem (agricultor) e por empregados e pelo agricultor com a ajuda dos filhos e empregados (Tabela 8).

O mesmo acontece com o plantio, onde a principal mão-de-obra utilizada é a do agricultor com o empregado. As atividades de capina e colheita são realizadas, predominantemente, pelo agricultor e por empregado, mas os outros membros da família também participam da campina de ervas daninhas com pouca frequência (Tabela 8).

A tarefa de aplicação do veneno é realizada pelo agricultor, pelo empregado e pelo agricultor e pelo empregado. Os agricultores resguardam a participação dos demais membros da família nessa atividade, que exige precauções e cuidados, para evitar riscos de contaminação, bem como erros na dosagem da aplicação. Portanto, a presença da mulher e dos filhos é inexpressiva (Tabela 8).

O cuidado com o pomar e com a horta está mais direcionado à mão-de-obra da mulher, mas os demais membros da família e os empregados participam dessa atividade com pouca frequência. Cerca de 30% dos agricultores familiares pesquisados em Palmeira do Piauí não possuem horta e/ou pomar.

A coleta do leite, normalmente, é uma tarefa dividida entre o agricultor, filho maior de 14 anos e empregado. Entretanto outros membros também participam dessa atividade. A atividade de cuidar do gado bovino é uma incumbência do agricultor com a ajuda do

empregado, ou do empregado sozinho e do agricultor com a ajuda dos filhos. As mulheres não participam dessa tarefa.

Tabela 8: Execução de atividades agrícolas por membros das famílias de agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

ATIVIDADES	MÃO-DE-OBRA								
	Homem	Homem Empregado	Homem Filho	Homem Filho Empregado	Empregado	Homem Mulher	Mulher	Mulher Filhos	Não Usa
Preparo do solo	17	60	20	3	0	0	0	0	0
Plantio	17	57	24	2	0	0	0	0	0
Capina	7	64	16	7	3	3	0	0	0
Colheita	7	50	10	10	3	6	14	0	0
Aplicação do veneno	21	7	0	6	13	0	0	0	53
Cuidados com o pomar e horta	3	7	3	0	0	7	30	12	38
Coleta do leite	33	10	20	3	7	0	0	0	27
Cuidar do gado	37	17	16	0	7	0	0	0	23
Limpar estrebaria	10	0	0	0	3	0	0	0	87
Consertos de casa	50	20	17	0	10	0	0	0	3
Instalações	23	45	19	3	7	0	0	0	3
Conserto de cerca	23	37	13	0	7	0	0	0	20
Roçar o potreiro	77	7	0	3	0	0	0	0	13
Vender e comprar animais	0	0	0	0	0	0	53	47	0
Afazeres domésticos	408	381	158	37	60	16	97	59	287
<b>TOTAL</b>									

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Os consertos de cerca e de casa são feitos pelo agricultor com a ajuda dos empregados. O empregado, assim como os filhos maiores de 14 anos, também exercem essa atividade. A participação dos demais membros da família é inexpressiva.

As mulheres, como demonstrado na Tabela 8, estão mais envolvidas em atividades domésticas. Os afazeres domésticos são uma atividade mais direcionada à mulher com ajuda das filhas.

Para os agricultores de Palmeira do Piauí, a redistribuição das atividades agrícolas representa uma forma de manutenção da reprodução das condições de vida, onde os proprietários também se reproduzem a partir dos rendimentos gerados. Esses mecanismos fortalecem o agricultor familiar.

As relações de ajuda mútua estabelecidas entre os agricultores familiares com seus pares para cobertura de casas e limpeza da terra em períodos de junho a outubro e/ou dezembro a fevereiro estão vinculadas às atividades agrícolas.

Da mão-de-obra empregada na atividade agropecuária piauiense, 89% estão em atividade nos estabelecimentos classificados como familiares; 8% dos estabelecimentos patronais ocupam 76% da área do Estado e absorvem 11% da mão-de-obra empregada. Mas os membros da família também contribuem em atividades direcionadas às características de sua força física, habilidades e tradições culturais.

A divisão da força de trabalho é necessária para manter a dinâmica do processo produtivo familiar. Esse aspecto sugere a existência da divisão sexual do trabalho, pois o agricultor não participa dos serviços domésticos (Tabela 8). Embora as atividades agrícolas sejam realizadas com a colaboração de todos os seus membros e de empregados.

Os dados indicam que essa divisão se dá pela utilização intensiva de mão-de-obra familiar nas atividades agropecuárias e de transformações agroindustriais fundamentadas pela valorização do patrimônio sociocultural (ajuda mútua), enquanto estratégia para sustentabilidade social.

#### 4.1.4 O mercado local

A agricultura familiar no Vale do Gurguéia apresenta possibilidades de desenvolvimento rural sustentável pela capacidade de adaptação aos impactos sobre a terra, o trabalho e o mercado, revelando uma variabilidade maior de possibilidades de sustentabilidade socioeconômica e institucional. As novas formas organizativas dos agricultores familiares adaptam sua produção e vida social às novas condições impostas pelo mercado, oriundas das transformações recentes, o que garante a esses sua sustentabilidade.

A produção diversificada está associada à manutenção da propriedade e, principalmente, do patrimônio sociocultural, para assegurar a renda familiar e desenvolver a produção, pois “(...) diversificar a produção pode não ser a extensão do que é economicamente vantajoso, mas do que é socialmente desejável e possível no seio do grupo” (Lagrove, 1988, p.107).

Os agricultores familiares estão estruturados em termos de uma produção diversificada para a subsistência e a venda do excedente para o mercado local. Em contraste com a racionalidade produtivista dos produtores de soja, que usam grandes áreas de terra para produção destinada à exportação, que visa especialmente à produção de produtos específicos, commodities, com lucros garantidos no mercado internacional.

Os produtos que se destacam com maior potencial na geração de renda dos municípios do sudoeste piauiense (Tabela 3) e que direcionam o uso da terra e a ocupação da força de trabalho entre os agricultores familiares são os seguintes: mandioca (*Manihot utilíssima*), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), feijão (*Vigna unguiculata*), arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*) e soja (*Glycine hispida*), que também são produzidos em Palmeira do Piauí. A produção de alimentos, tais como arroz, feijão, mandioca e milho, na região sudoeste do Piauí, mais precisamente, nos vales dos rios (baixões), é realizada por agricultores familiares (Fotografia 1).

A produção agrícola, ainda que em pequena escala, na maioria das vezes para consumo e venda, complementada pelo extrativismo, permite uma movimentação extensiva a outras áreas das encostas e das chapadas da região do cerrado, para além das áreas úmidas (vales dos rios). Passa, hoje, por uma redução da utilização e da posse de áreas de uso comum, do ponto de vista tanto da biodiversidade dos recursos existentes e explorados há mais de 100 anos quanto da produção de novas atividades econômicas em curso (Moraes, 2000, p. 230):

“Esses recursos são acionados em função da combinatória do conjunto de atividades econômicas no qual sobressaem o cultivo do legume e o criatório [gado], complementadas pela criação da miunça [porcos, ovinos e caprinos], do criatório pequeno ou criação [aves] e por atividades, como o extrativismo, a caça, a coleta de frutos e a pesca. Esse relacionamento ancora-se em um saber que subjaz, por exemplo, à complexa classificação dos tipos de terrenos associada ao importante para classificatório baixão/chapada”.

Dessa forma, os agricultores administram sua produção em relação com o meio ambiente, considerando os espaços naturais, com suas características próprias de solo, clima e vegetação, onde a dinâmica do sistema de “roça de toco” se constitui como o suporte para a produção de mandioca, feijão, milho, arroz e de outros produtos. Esse sistema, descrito por Moraes (2000, p. 246),

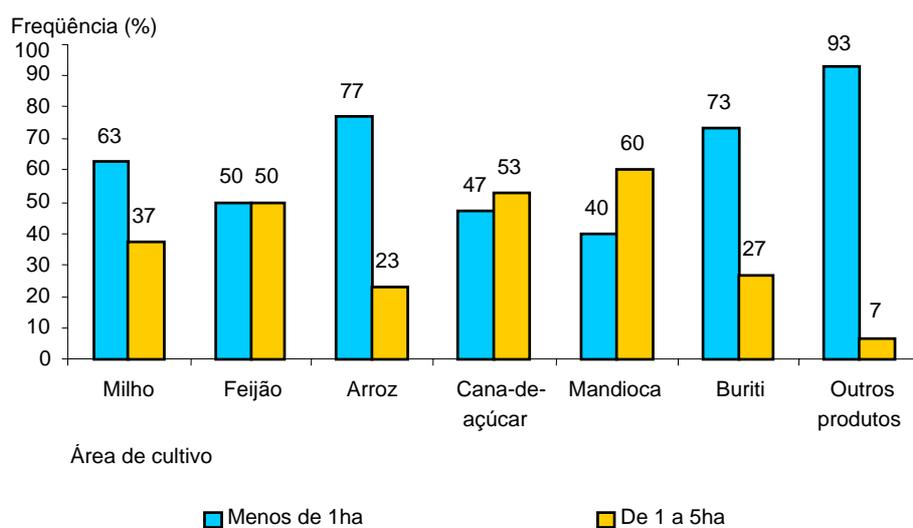
“[...] compreende, portanto, algumas etapas: 1) brocar, derrubar e queimar o terreno da roça [em terreno velho ou abrindo novo terreno]; 2) plantar na terra limpa, sem adubo adicional além do que resultou das cinzas da vegetação queimada ou, no máximo, algum esterco; 3) usar o terreno por um período de três a quatro anos; 4) abandonar o terreno para que recupere a fertilidade, o que é sinalizado pelo retorno da vegetação de maior parte e pela diminuição do mato. [...]Todas essas etapas são, basicamente, realizadas a base de mão-de-obra familiar(p.246)”.

A maioria dos agricultores pesquisados em Palmeira do Piauí cultiva milho, arroz e outros produtos em menos de 1ha. O cultivo de feijão, mandioca e cana-de-açúcar, normalmente, ocupa áreas entre 1ha a 5ha (Gráfico 4).



Fotografia 1: Plantio de mandioca no sistema de “roça de toco” em Belo Monte, em Palmeira do Piauí.

Gráfico 4: Tamanho da área e produtos cultivados pelos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí 2001.

Esses dados indicam a preferência dos agricultores em destinar áreas maiores aos produtos voltados para o beneficiamento, tais como a mandioca e a cana-de-açúcar, que são utilizados para a fabricação da farinha, da tapioca e da aguardente (Gráfico 6).

A mandioca, também conhecida como macaxeira, é cultivada pelos agricultores da região, como também pelos agricultores de Palmeira do Piauí, e é transformada em farinha, goma (povilho) e fubá para consumo e venda. Sua forma usual de consumo alimentar pela família é a cozida. A farinha e a goma são produtos beneficiados da mandioca, produzidos e vendidos pela maioria dos agricultores entrevistados em Palmeira do Piauí.

A maniva da mandioca é utilizada como ração para o gado bovino. Assim como o mercado da rapadura e da aguardente, a farinha e a tapioca possuem concorrência diferenciada nos mercados local e regional, pois são vários os tipos de produtores e de produtos, com qualidade diferenciada na região do sudoeste piauiense.

A farinha e a goma são processadas nas chamadas casas de farinha. Esses produtos têm mercado, particularmente a produção da tapioca, em menor quantidade, obtém maior preço em relação à farinha para os produtores.

Os agricultores que não possuem essas casas de farinha costumam alugá-las de outros proprietários, para beneficiar a mandioca e concorrer no mercado com a venda dos produtos. Esse aspecto reforça a manutenção da mão-de-obra local, constituindo um importante mercado de trabalho para a população da região e estratégia para a sustentabilidade dos agricultores locais. Essa alternativa reafirma os valores culturais e as relações de parentesco e vizinhança como elementos de sustentação dos laços de ajuda mútua.

Tabela 9: Produção total das principais culturas agrícolas de Palmeira do Piauí — safra 2001

PRODUTOS	QUANTIDADES					
	1 a 10	10 a 30	40 a 90	100 a 150	180 a 2.700	5.400 a 72.000
Milho (saca)	24	13	20	-	-	-
Feijão (saca)	37	30	-	-	-	-
Arroz (saca)	-	13	10	-	-	-
Cana-de-açúcar (carga)	-	23	27	17	-	-
Mandioca (tonelada)	53	-	27	-	-	-
Leite (litro)	53	-	-	-	-	-
Buriti (kg)	-	-	-	-	40	20
Outros produtos (kg)	-	-	-	-	17	10
<b>TOTAL</b>	<b>167</b>	<b>79</b>	<b>84</b>	<b>17</b>	<b>54</b>	<b>30</b>

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

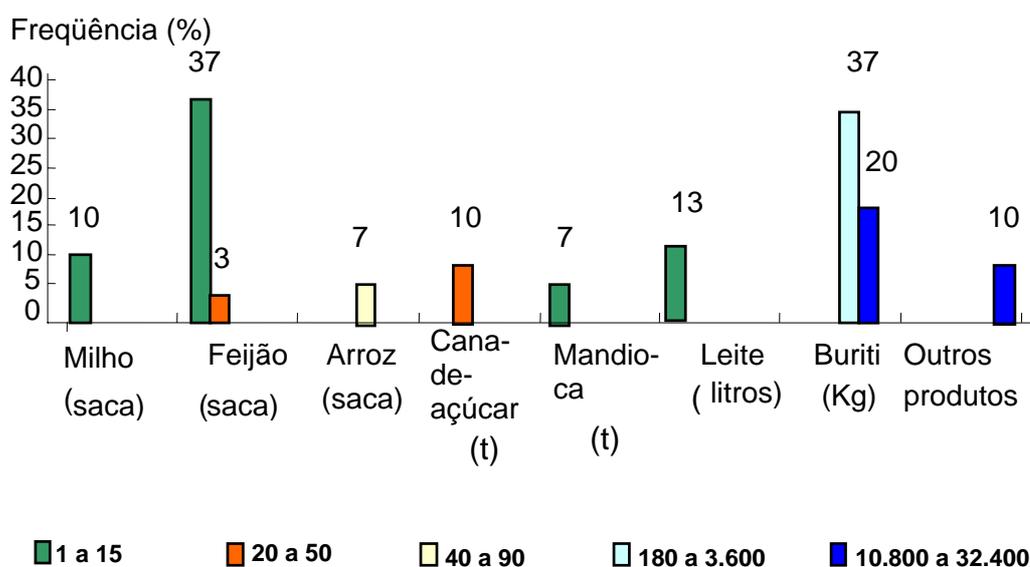
Outro produto de grande importância para os agricultores familiares é a cana-de-açúcar, que, como matéria-prima *in natura*, não é consumida pela família, mas tem venda como aguardente nos mercados local e regional (Gráfico 6) e pode ainda ser transformada em ração para animais, na formação de silagem (uma a 50 toneladas por ano), principalmente no verão:

“Nesta região, quase todo mundo trabalha com a mesma coisa, a cana-de-açúcar. A cana é em média de três hectares [...], aí eu montei um engenho de rapadura, a lavoura da cana é adubada com esterco de gado. No passado, o gado só comia o olho da cana no verão, mas, se só depende disso, o gado definha. A gente vende a produção na porta para os negociantes de fora do município e para os alambiques vizinhos, para o fabrico da cachaça” (Expedito, Entrevista n° 14).

A cana-de-açúcar é cultivada em única área, e sua lavoura é adubada com esterco de gado. Os agricultores de Palmeira do Piauí desenvolvem o cultivo da cana-de-açúcar associada às lavouras permanentes com o uso de tecnologias de adubação orgânica e de irrigação e associada com a pecuária.

A colheita da cana-de-açúcar acontece no verão, período em que o agricultor precisa manter o rebanho com o bagaço da mesma, constituindo mais uma das estratégias para compensar os efeitos do clima (secas periódicas) para a sustentabilidade.

Gráfico 5: Venda dos principais produtos agrícolas produzidos e extraídos pelos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Guruguéia-Piauí. 2001.

A fabricação de rapadura e da aguardente (cachaça) é uma tradição no Vale do Guruguéia, onde agricultores de Palmeira do Piauí cultivam para venda. Como está demonstrado no Gráfico 6, cerca de 60% dos agricultores produzem e vendem a aguardente, e 10% compram-na. A aguardente e a rapadura são produtos da agroindústria que, ao longo dos anos, vêm contribuindo para a economia dos agricultores, mesmo com altas e baixas nos preços de compra e venda, como relata o produtor:

“Nas décadas de 40, 50 e 60 a cachaça tinha rótulo. A safra [produção] de 20 mil litros era distribuída pra São Raimundo e Caracol, e hoje a gente manda para Cocal, localidade distante, com a mesma quantidade. A gente vem produzindo uma faixa de 250 a 300 litros por dia. Em 1981, a cachaça tava com o preço baixo demais, aí outros alambiques começaram a se instalar, aí eu mudei para rapadura, que, em 1983, tive um mercado melhor, eu vendia a 80 mil cruzeiros por mês, onde aumentei a área de produção para 10 hectares [...], aí eu falei para a rapaziada [8 a 10 pessoas] para diminuir um pouco. Quando entrou o real, eu vendia a 30 mil cruzeiros e de lá pra cá foi um massacre, deixamos de fazer a rapadura [...] só fazia por encomenda. Aí fomos para cachaça e fazemos a rapadura só para comer” (Benício, Entrevista n° 15).

A concorrência pela produção apontada na entrevista anterior é reforçada nas palavras de um outro agricultor de Palmeira do Piauí, que diz:

“Conseguimos tirar muita coisa daqui, milho, feijão, melancia. Mas o movimento maior é com a cana-de-açúcar, ela toma todo o tempo da gente, a preocupação é demais, na realidade é a maior produção de Belo Monte. [...] montei um engenho de rapadura. O negócio é conseguir um depósito para armazenar a cachaça, para atender os compradores da região” (Salvador Borges, Entrevista n° 13).

O milho é um dos produtos produzidos por 47% dos agricultores, principalmente para o consumo dos animais (Tabela 10). Os agricultores informaram ao pesquisador que a maior parte do milho é colhido seco, para ser colocados para os animais, como ração. Também são utilizados para a preparação de bolos, pamonhas, canjicas e cuscuz, no consumo humano.

Tabela 10: Consumo dos principais produtos agrícolas produzidos em Palmeira do Piauí — 2001 (%)

PRODUTOS AGRÍCOLAS	QUANTIDADES (sacas)		
	0	1 a 15	20 a 50
Milho para consumo da família	87	10	3
Milho para consumo de animais	53	17	30
Feijão para consumo da família	33	67	0
Feijão para consumo de animais	100	0	0
Arroz para consumo da família	80	3	17
Cana-de-açúcar para consumo da família	100	0	0
Cana-de-açúcar para consumo de animais	47	40	13
Mandioca para consumo da família	90	10	0
Mandioca para consumo de animais	46	53	0
Leite para consumo da família	43	57	0
Leite para consumo de animais	100	0	0
Buriti	100	0	0
TOTAL	879	257	63

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Uma outra produção da chamada “roça de toco” é o arroz, que, na safra de 2001 de Palmeira do Piauí, foi produzido de 10 a 90 sacas (Tabela 9), normalmente para o consumo da família (Tabela 10), pois, atualmente, sua produção é pequena, nos baixões, como cultura de vazante. Sua venda por parte da maioria dos agricultores familiares é muito expressiva (Gráfico 5). Outros municípios do sudoeste piauiense são tradicionais produtores de arroz de sequeiro, a exemplo dos Municípios de Uruçuí, Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves, para beneficiamento e mercado local e regional.

O feijão, outro produto de importância para os agricultores pesquisados, tem produção em torno de uma a 30 sacas por ano, sendo produzido por 67% dos agricultores (Tabela 9). Somente 37% dos agricultores pesquisados vendem de uma a 15 sacas desse produto. O feijão é normalmente cultivado em consórcio com o milho, mandioca e arroz, e grande parte de sua produção é destinada ao consumo da família.

A exploração extrativista do buriti (*Maurítia vinífera*) (Fotografia 2), fruto carnoso, com casca escamosa imbricada e com polpa de cor vermelho–amarelada, contendo sementes ovais. É um dos produtos mais vendidos (180 a 32.400 kg/ano) pelos agricultores do Vale do Gurguéia, fornece fécula, broto nutritivo e óleo na fabricação de sabão. Suas folhas são usadas na cobertura de casa, e do seu fruto é retirada polpa utilizada na preparação da “sembereba” (suco espesso) e de doces (Gráfico 6). O buriti é coletado em áreas com menos de 1ha. Essas áreas nativas (buritizais) estão em processo de ocupação crescente com o cultivo de outros produtos (cana-de-açúcar, mandioca e fruticultura), bem como para aumentar a área de pastagem.

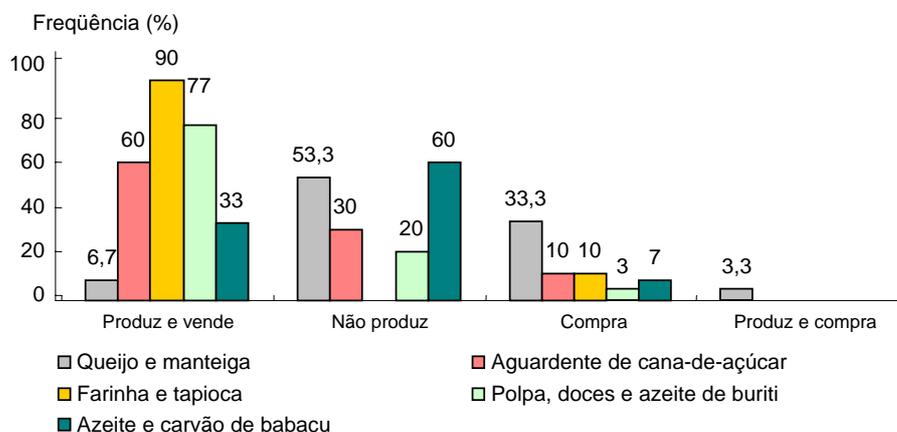


Fotografia 2: Mata de buriti em Manoel Emídio, no Vale do Gurguéia- PI

Quando esses agricultores foram questionados sobre suas atitudes diante do uso de pouca terra e da baixa produtividade da lavoura, a ampliação da área, para aumentar o cultivo de mandioca e cana-de-açúcar, a área de pastagem, e o trabalho, surge como estratégia para elevar a produtividade. Esse fato, por um lado, aumenta a renda familiar e, por outro, causa impacto no ambiente, ocasionando riscos de desaparecimento de áreas alagadas, dos mananciais das bacias hidráulicas, dos vales úmidos, prejudicando a fertilidade do solo para o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar, dentre outros produtos.

Entende-se que esse processo da retirada dos buritizais nativos apresenta uma outra contradição, uma vez que, para esses agricultores, o buriti é um produto da agroindústria, para a fabricação da polpa, de doce e do azeite, produtos que também participam da renda familiar. Cerca de 77% dos agricultores pesquisados em Palmeira do Piauí utilizam o buriti na fabricação de polpas, azeites e doces (Gráfico 6).

Gráfico 6: Agroindústria local dos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Os agricultores de Palmeira do Piauí, mesmo não organizados como produtores de leite para o comércio local, já se movimentam, buscando a melhoria genética do rebanho e o aumento de pastagem, reagindo frente aos outros produtores dos municípios vizinhos, tais como Bom Jesus e Cristino Castro, como estratégias para competir no mercado de leite.

As atividades produtivas dos agricultores familiares estão organizadas considerando as seguintes culturas e criações para consumo e venda no mercado local: milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca e buriti (Gráfico 5 e Tabela 9) e seus subprodutos (Gráfico 6). Ressalta-se que a criação de aves, suínos, ovinos e bovinos (Tabela 11), assim como a venda de frutas, contribui na renda familiar.

Quanto ao rebanho bovino, os dados (Tabela 11) mostram que somente 13% dos agricultores trabalham com boi de comércio e possuem vacas. Entretanto cerca de 50% dos agricultores mostram uma tendência em desenvolver, no futuro, a criação de animais de grande porte. Esse aspecto está claramente apontado por um agricultor de Palmeira do Piauí:

“Tenho essa previsão, de um dia eu dispor de recursos para investir em irrigação, até mesmo como eu falei sobre o gado [...], porque acontece que dá para o sustento e para aumentar esse pouco que a gente tem [...] aqui temos uma média de 14 cabeças

[...], e a ração que tenho dá para passar o mês de outubro, novembro e dezembro, o suficiente para 30 cabeças. Tenho ração que não vou usar toda. E se usar é um terço dela! Para criar 40 e/ou até 50 cabeças de gado, não é difícil, está dependendo das condições de compra do gado” (Expedito, Entrevista nº 14).

Tabela 11: Criação de animais pelos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

ANIMAIS	QUANTIDADE (cabeças)				Não Possui
	2 a 28	15 a 50	60 a 100	300	
Suínos	0	93	7	0	7
Aves	0	10	77	13	0
Ovinos	0	93	0	0	7
Boi de comércio	13	0	0	0	97
Vacas	13	0	0	0	97
Novilhas	50	0	0	0	50
TOTAL	76	196	84	13	258

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Em Bom Jesus, existe uma associação de produtores de leite que foi implantada com apoio do Banco do Nordeste há cinco anos atrás, numa tentativa de modernização da pecuária. Contudo o próprio banco não incentiva mais esse tipo de empreendimento.

As mudanças na pecuária ocorreram através de associações de produtores, houve um aumento do rebanho na área, principalmente do rebanho de leite. Com isso, ocorreu uma ampliação da área plantada com pastagem.

O rebanho bovino da região não é um rebanho grande, é um rebanho médio, de criação semi-extensiva (Fotografia de 3). Para subsistência do rebanho bovino, os criadores cultivam pastagem nos baixões, pois a pastagem nativa vem sendo ocupada com a implantação de projetos que visam a uma grande produção de grãos, e, para isso, estão ocupando grande parte da área de pastagem natural.

Para o desenvolvimento de uma bacia leiteira no Vale do Gurguéia, seriam necessários o retorno de financiamentos e vontade política para melhorarem as estradas, aspecto crucial

para o transporte do leite, assim como para estabelecer uma política econômica de incentivo com garantia de venda e com preços que cobrissem os juros de financiamento, que normalmente são altos, dificultando o desenvolvimento da pecuária na região.

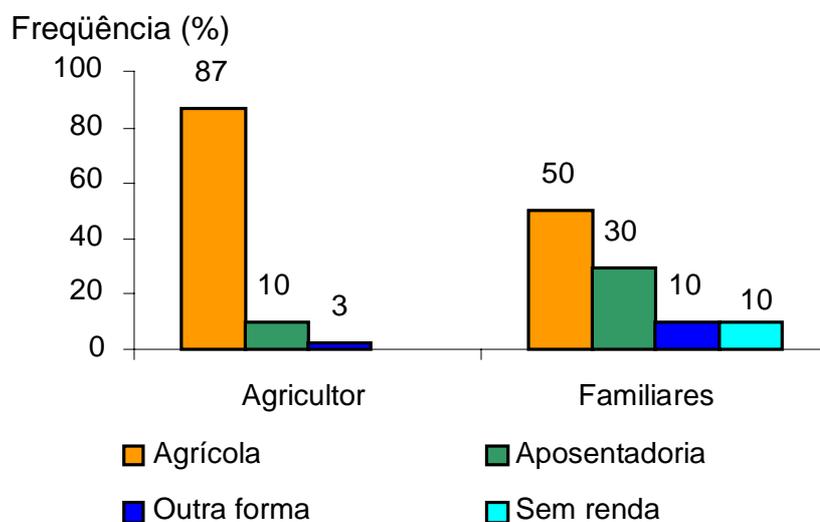
A agricultura indubitavelmente se constitui na principal fonte de renda dos agricultores. Nesse sentido, foram classificadas as principais origens da renda familiar (Gráfico 7) e a contribuição dos produtos agrícolas, bem como suas principais aplicações e perspectivas para o futuro. Os agricultores explicitaram sua renda familiar (Tabela 12) tendo como base o salário mínimo da época de coleta dos dados, R\$ 180,00. Os dados colhidos sobre a renda foram registrados no questionário (Apêndice D).



Fotografia 3: Criação semi-extensiva de gado bovino com silagem, em Belo Monte, em Palmeira do Piauí

Os dados do Gráfico 7 indicam que a renda dos agricultores é de origem agrícola (87%), somente 10% desses agricultores possuem renda oriunda de aposentadoria, e uma parcela inexpressiva (3%) de outras origens.

Gráfico 7: Origem da renda familiar de alguns agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Em relação aos familiares, a renda de aposentadoria e de outras origens é maior (30% e 10% respectivamente), mas, considerando-se o percentual de familiares que não possuem renda (10%), o valor de 50% da renda dos familiares com origem na produção agrícola torna-se significativo.

A produção da mandioca e da cana-de-açúcar contribui para a renda familiar. Esses produtos representam para os agricultores as duas principais fontes de renda agrícola. Para 40% dos agricultores, a cana-de-açúcar é a primeira fonte de renda, seguida da mandioca (23%), enquanto para 47% dos agricultores a mandioca é a segunda fonte de renda, seguida da cana-de-açúcar.

Os agricultores, quando solicitados para prestar essas informações relativas à renda familiar, não informaram sobre as rendas obtidas no extrativismo vegetal, incluindo, principalmente, o buriti, que foi apontado como um dos principais produtos na safra de 2001, como também a participação dos seus subprodutos polpa, doces e azeites (Gráfico 6).

Os agricultores informaram o montante das suas receitas líquidas obtidas da agricultura, salário e aposentadoria, bem como dos familiares. Os valores são expressos em reais (Tabela 12).

A renda mensal de 30% dos agricultores pesquisados varia de R\$ 45,00 a R\$ 180,00; 50% dos agricultores informaram uma renda mensal de R\$ 250,00 a R\$ 500,00; e somente 20% possuem renda superior a R\$ 500,00. Nesses valores, estão incluídos os rendimentos de todas as fontes de rendas dos agricultores e de seus familiares.

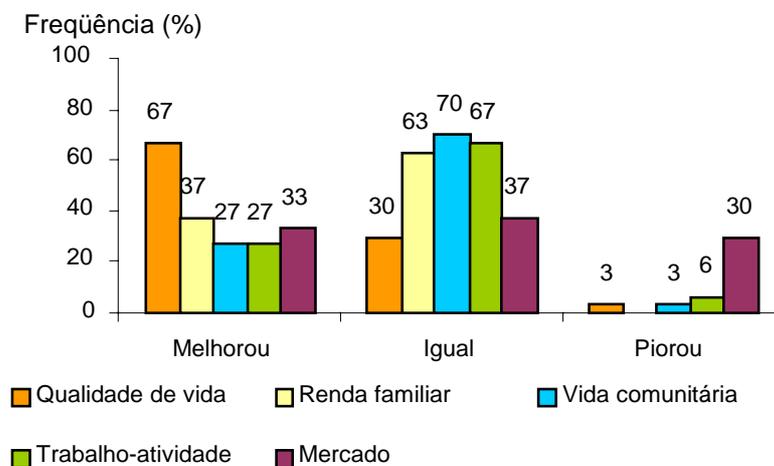
Tabela 12: Entradas monetárias das famílias de alguns agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

FONTES	RENDA (R\$)			
	45 a 180	225 a 500	500 a 3.200	Sem Renda
Renda familiar mensal	30	50	20	0
Agrícola do agricultor	70	13	17	0
Salário	7	0	0	93
Aposentadoria	20	0	0	80
Agricultor - outra origem	3	0	0	97
Familiares	13	7	0	80
Familiares – salário	23	0	0	77
Familiares - aposentadoria	17	6	0	77
Familiares - outra origem	3	0	0	97
TOTAL	186	76	37	601

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

O Gráfico 8 mostra que, para 37% dos agricultores, a renda atual é melhor do que a renda que recebiam há cinco anos atrás; 63% dos agricultores informaram que a renda continua igual à do ano de 1997. Entretanto a qualidade de vida para 67% dos agricultores é melhor do que há cinco anos.

Gráfico 8: Opinião de agricultores de Palmeira do Piauí sobre as condições de vida no período de 1997 a 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Em relação ao mercado, os agricultores pesquisados estão divididos. Quanto ao trabalho-atividade e à vida comunitária, não ocorreram mudanças nos últimos cinco anos, segundo a maioria dos agricultores (70%). Os agricultores acreditam na melhoria da qualidade de vida e da renda familiar, da vida comunitária, do trabalho e do mercado. Concordando-se com a assertiva de que o destino dos recursos financeiros pode ser uma garantia para a reprodução socioeconômica dos agricultores, indagou-se aos mesmos sobre aplicações e principais investimentos (Tabela 13).

A maioria dos agricultores assume como uma primeira aplicação o pagamento das dívidas, que, segundo outras informações obtidas, são constituídas para aplicação no custeio da safra, em investimentos de infra-estrutura e nas despesas pessoais. Os agricultores, em sua maioria, aplicam em equipamentos agrícolas (83%) — alambique, equipamentos para irrigação e forrageiras —; em investimentos com os filhos (83%) — educação — e em compra de gado (73%); 53% dos agricultores também aplicariam recursos em casa, na compra de carro e de terra.

“Há dois anos atrás fiz um investimento [...] comprei um motor elétrico, aqui no Belo Monte, para moer uma cana, ralar uma mandioca, eu tive que montar uma subestação [transformador]... E aí não dei menos que 40 viagens nessa camioneta em Bom Jesus para conseguir esse negócio da energia. Estava para ficar louco.

Resultado correr atrás de quinze mil reais, chegou a mais de quatorze. Destes quatorze mil, eu tive que tirar uns três mil e duzentos e gastar mais dois mil pra completar. Aí tive que dividir esse dinheiro com um monte de coisas, porque se eu tivesse investido esse dinheiro todo no sistema de irrigação. E aí estava com uma área bonita aqui irrigada, mas eu não podia, aí mal deu para comprar um kit de irrigação, uma coisinha mínima, aí no ano passado [...]” (Expedito Entrevista nº 14).

Tabela 13: Aplicações dos recursos financeiros por alguns agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

INVESTIMENTOS	ORDEM DE APLICAÇÃO	
	1ª Aplicação	2ª Aplicação
Equipamentos agrícolas	80	20
Casa	57	43
Carro	53	47
Filhos	83	13
Viagem	3	97
Poupança	23	77
Terra	53	47
Imóveis	27	73
Gado	73	27
Dívidas	97	3
Outras	17	3
TOTAL	566	450

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia Piauí. 2001.

Um outro aspecto dessa análise diz respeito à própria reprodução social e a que a racionalidade da produção familiar não está direcionada exclusivamente para a obtenção de lucro, o que não significa dizer que esses agricultores não busquem a sua capitalização.

Os agricultores possuem interesse em garantir a viabilidade econômica das propriedades, com aplicações voltadas à melhoria das atividades agrícolas associadas ao aumento e melhoramento genético do rebanho.

“O que sustenta a economia propriamente dita é a mandioca, a cana-de-açúcar e o gado. Mas a bovinocultura é a poupança [...] eu compro um bezerro, uma vaquinha e boto lá no pasto, e no próximo ano vira um boi. É uma poupança, que pode usar na hora do aperto [...]. O gado aqui é criado em pequena escala, é um rebanho pequeno. O que tem que fazer é melhorar a capacidade genética reprodutiva do rebanho, aumento de peso, carcaça. Assim você poderia diminuir inclusive o número de cabeças e ter a mesma produção. Um produtor de lá do baixão do São Francisco mostrou que é possível ter 200 matrizes e ter a mesma produtividade de 500 matrizes. Mas é necessário fazer uma estação de monta e usar inseminação artificial” (Anchieta, Entrevista nº 16).

## **4.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar**

A expansão do capital é o principal motivo que mobiliza os atuais agentes colonizadores privados nos cerrados piauienses, pelo qual é reconhecida pelos agentes do Estado como benéfica, na medida em que estes procuram difundir a idéia de que as ações modernizantes daqueles representam o desenvolvimento da região, da população local, retirando-a do atraso econômico e social. Daí tudo que possa representar atraso ou entraves à modernização deve, segundo seus agentes, ser removido, a partir da sua lógica, subvertendo a racionalidade do outro, considerada atrasada para os padrões daqueles.

A crise do milagre do modelo desenvolvimentista, associada à emergência da nova divisão internacional do trabalho e à desnacionalização dos mercados, dentre outros fatores da conjuntura internacional de nova inserção da economia brasileira, contribuiu sobremaneira para alterar as ações do Estado brasileiro, seguindo o mesmo movimento de reforma da natureza do Estado-nação do mundo desenvolvido (Giddens, 1991; Kurz, 1992; Santos, 1995).

As políticas públicas de desenvolvimento econômico não constituem mais o centro de preocupação do Governo Federal, cedendo lugar à política de estabilização econômica, recessiva, de viés monetarista, de desvalorização cambial, como sendo a matriz determinante dos reduzidos investimentos públicos nos setores sociais, discriminados pelo atual Governo Federal, como também de responsabilidade do empresariado e da sociedade em geral (Araújo, 2000).

As formas produtivas capitalistas desenvolvidas no Piauí e no Nordeste, quando articuladas aos capitais comercial e industrial, não configuram um modo de produção particular, nem, tampouco, um modo subsidiário do capitalismo em seu nível mais geral, mas de situações produtivas específicas engendradas e desenvolvidas pelo capitalismo no Brasil.

O agricultor encontrava-se subjugado ao capital, na condição de reserva de mão-de-obra, disponível para determinadas tarefas e impedido de ter acesso à terra, tendo que migrar para outras regiões ou cidades, garantindo, desse modo, minimamente níveis de articulação dos setores agrário e industrial, de interesses na acumulação do capital.

Nas últimas décadas, o Governo Federal tem dissimulado a questão, procurando dirigi-la para os projetos de assentamentos e de recolonização da região do cerrado, considerada como fronteira agrícola. Esse processo dirigido pelo Estado é uma espécie de anti-reforma agrária, porque não vai ao encontro dos interesses da sociedade (Martins, 1996).

O problema da política agrária deve ser explicado no âmbito do desenvolvimento rural sustentável, isto é, a partir de uma perspectiva não reducionista de base técnica apenas, mas que seja capaz de integrar às condições ecológicas (recursos biofísicos disponíveis) as atividades agropecuárias organizadas e desenvolvidas segundo a dinâmica das transformações sobre sua estrutura produtiva e sua reprodução social, isto é, de sustentabilidade dos agricultores do sudoeste piauiense.

Evidentemente, os condicionantes tecnológicos e a racionalidade dessas formas de explorações são elementos fundamentais para a explicação da natureza dessas transformações pelo avanço do capital na agricultura. Entretanto há que se considerar a organização dos agricultores enquanto estratégia de desenvolvimento rural local.

As políticas de desenvolvimento de formação e de fortalecimento da organização dos agricultores em cooperativas agroindustriais e associações no Vale do Gurugéia ainda demandam maior participação e consciência dos agricultores da sua importância para a superação dos impactos e dos riscos das transformações socioeconômicas e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado.

A participação dos agricultores de Palmeira do Piauí em instituições organizativas é incipiente. Os dados da Tabela 14 apontam baixo percentual de agricultores envolvidos em entidades sociais, principalmente em sindicatos e associações.

Tabela 14: Participação de agricultores de Palmeira do Piauí em entidades sociais — 2001 (%)

INSTITUIÇÕES	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
Sindicatos	13	47	37
Associações	17	20	37
Exposição agropecuária	0	17	83
Comunidade	17	50	33
Escola	17	43	13
Campanha política	27	50	23
Igreja	27	63	10
TOTAL	118	290	236

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Entretanto alguns agricultores têm manifestado interesse em participar de cooperativas e associações locais:

“A realidade é que essa questão de cooperativa, associação, não resta a menor dúvida, que é uma saída, [...] que vai depender do grupo de agricultores. Mas até essas pessoas botarem na cabeça, conscientizarem, juntar todo mundo e tentar resolver o problema. Juntar todo mundo é muito difícil. O negócio é desorganizado. Nós produzimos menos como produtor individual, mas quando juntamos todos, a nossa produção é maior” (Expedito, Entrevista n° 14).

“Só podemos ampliar quando estivermos unidos em cooperativas, porque individualmente não dá, o preço tende a cair, porque cada negociante compra dos produtores individuais por preços diferenciados” (Salvador, Entrevista n° 13).

A organização em associações e cooperativas requer processos de capacitação permanente e/ou orientação técnica, que se constituem em atuais exigências das entidades

bancárias para o financiamento de projetos agropecuários, como ficou evidenciado na entrevista de um agricultor:

“Não se pode negar que a falta da Reforma Agrária é um entrave para que se possa sobreviver melhor, ou seja, a legalização da terra, mas também a questão do gerenciamento, porque algumas associações que já estão andando com seus próprios pés, tem andado com dificuldades por falta de capacitação. Então a questão de formação é justamente este trabalho que a gente está tendo nas associações” (Garcia, Entrevista nº 11).

A maioria dos agricultores do Município não dispõe de assistência técnica (Tabela 15) de forma plena por parte das instituições públicas e privadas de desenvolvimento da agricultura familiar. As instituições públicas estaduais e municipais não desenvolvem projetos agrícolas que venham a criar ou a ampliar as condições de apoio e desenvolvimento da agricultura local ou da região.

Tabela 15: Assistência técnica aos agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

INSTITUIÇÕES	NUNCA	QUANDO SOLICITA	DE VEZ EM QUANDO
Emater	57	23	20
Cooperativas	97	3	-
Agroindústrias	100	-	-
Prefeituras	97	3	-
ONGs	97	3	-
Outras instituições	83	10	7
TOTAL	531	42	27

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Atualmente, para a maioria dos entrevistados, a assistência técnica na região é ausente e/ou precária. Ao agricultor não há orientação por parte do Governo, e ele não pode pagar assistência técnica privada. Não existe um trabalho de conscientização do agricultor quanto ao uso adequado de tecnologias. Esse enfraquecimento pelo Governo também está associado

com a atual expansão de empresas privadas, em sua maioria formadas pelos técnicos do Governo.

A assistência técnica nessa região é precária, principalmente para os agricultores familiares, embora existam várias empresas na região, além da Emater-PI, como informa o técnico:

“Acho que o processo de assistência técnica está devagar por problemas financeiros, devido aos juros altos. Acho a política agrícola muito fraca por causa dos juros altos e baixos preços dos produtos que não cobre de jeito nenhum o pagamento dos juros. Essa política agrícola é totalmente vulnerável e não podemos fazer projetos na área da agricultura e pecuária. A pecuária demora muito a ter retorno, geralmente o rebanho é para subsistência. Não há assistência técnica para o pequeno produtor se capacitar com tecnologias apropriadas. Estão faltando técnicos e agrônomos. É preciso que as associações tenham infra-estrutura para contratar recursos humanos para repassar novas tecnologias que desenvolvam a produção. Hoje os pequenos agricultores não estão tendo assistência por parte do Governo e eles não podem pagar uma assistência privada. Não existe um trabalho de conscientização para o pequeno produtor, eu diria que fosse uma assistência técnica, mas que fosse uma conscientização dos produtores para despertar o interesse pela tecnologia, como existia antes. Hoje você está vendo um prédio vazio, sem gente, sem estímulo, sem remuneração. Então não existe mais um programa dirigido para a extensão rural. Com o enfraquecimento da extensão rural governamental está havendo um enfraquecimento do meio rural” (José Milton, Entrevista n° 12).

A falta de assistência técnica e de financiamentos constitui um entrave para o desenvolvimento compatível com o potencial dos recursos naturais disponíveis, tendo em vista que o município situado no Vale do Gurguéia possui um riquíssimo lençol freático, áreas de baixões e várzeas apropriadas para a irrigação.

Para os agricultores familiares, a necessidade de capacitação técnica e a de acesso ao crédito acarretam dificuldades para atrair financiamento e empréstimos por parte dos bancos, como afirma um representante do Banco do Nordeste no Piauí:

“A Organização Mundial do Comércio impõe hoje a todos os mercados que os produtos tenham seus certificados de origem. Por isso, estamos apostando no associativismo, porque tudo passa pela organização dos produtores. Essa organização vem atrás das associações e cooperativas e passa pelo processo de capacitação permanente. [...] Hoje não estamos concedendo créditos a nenhum beneficiário que não passe por um processo de capacitação. A gente divide a capacitação em dois momentos, uma capacitação chamada de genérica e uma específica. A primeira está voltada para conceitos de cooperativismo,

associativismo, gestão e a capacitação específica para que ele assimile tecnologias” (Soares, Entrevista n° 25).

Com o enfraquecimento da extensão rural governamental, ocorre também o enfraquecimento do meio rural, e, com isso, o abandono do campo e da produção agrícola. Os agricultores que tiveram, mesmo de forma rápida, uma assistência técnica relatam que esta foi muito proveitosa e que melhorou as condições de trabalho, bem como a produtividade. Aspecto este que, associado com a melhoria e a implantação de associações e/ou cooperativas, aponta o desenvolvimento da agricultura e da sustentabilidade dos agricultores.

Como resposta, perpassa pelos agricultores pesquisados a idéia de baixa credibilidade em instituições, a exemplo das cooperativas, partidos políticos, associações e Governo (Tabela 16), que poderiam desenvolver, em conjunto com os agricultores pesquisados, a implementação de projetos que ampliassem a sustentabilidade evidenciada nessas unidades familiares, que, mesmo em condições precárias, conseguem as condições necessárias para a reprodução social e ambiental.

Para maioria dos agricultores, a família é a instituição mais confiável. A igreja e o sindicato, para a maior parte dos agricultores, são instituições mais ou menos confiáveis. Os partidos políticos, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores são instituições inconfiáveis para maioria dos agricultores. A Funcerrado é desconhecida pela maioria dos agricultores. Esses dados podem esclarecer as dificuldades apontadas na organização dos agricultores de Palmeira do Piauí.

Os agricultores entrevistados não foram beneficiados pelos instrumentos de políticas agrícolas destinadas a investimentos nas últimas duas décadas. A percepção que esses agricultores têm do Governo, em relação ao desenvolvimento de políticas agrícolas, é a de que, tanto em nível municipal como estadual e federal, inexistem políticas agrícolas que beneficiem os agricultores em Palmeira do Piauí (Gráfico 9).

A política agrícola dessa região do sudoeste do piauiense não é valorizada, o financiamento é um aspecto de segundo ou de terceiro plano, não visto como uma estratégia de desenvolvimento. Na maioria das comunidades, esses recursos são indisponíveis para a construção de estradas, eletrificação rural, comunicação, assistência médica. Essas dificuldades favorecem uma cultura tradicional de entender a agricultura como uma forma de sobrevivência dos agricultores, desconsiderando outras atividades do desenvolvimento rural local.

Tabela 16: Níveis de confiança dos agricultores de Palmeira do Piauí nas instituições sociais — 2001 (%)

INSTITUIÇÕES SOCIAIS	MUITA	MAIS OU MENOS	POUCA	NENHUMA	NÃO CONHECE
Família	77	20	3	0	0
Igreja	17	50	20	13	0
Empresas	7	33	27	33	0
Sindicatos	17	53	23	7	0
Partidos políticos	0	23	20	57	0
Funcerrado	3	3	7	3	83
Cooperativas	7	40	23	30	0
Associações	7	33	30	30	0
Prefeitura	0	23	23	54	0
Câmara de vereadores	3	27	10	60	0
Emater	3	33	30	34	0
Ibama	17	27	23	33	0
TOTAL	158	365	239	354	83

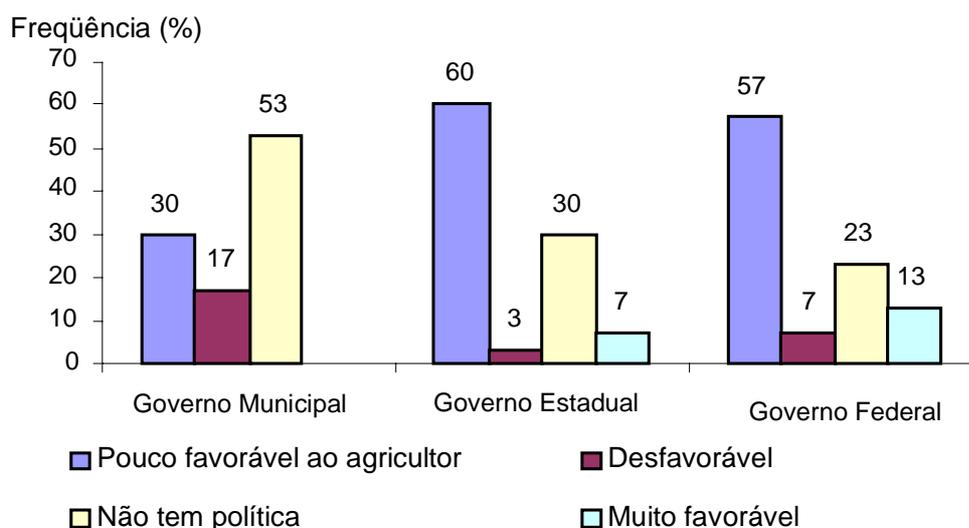
FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

A participação desses agricultores nas políticas públicas da agricultura local, embora pequena, não os impede de terem opinião sobre as prioridades e decisões que gostariam que fossem reguladas (Gráfico 10).

Ressalta-se a opinião sobre a reforma agrária em terras improdutivas para 87% dos agricultores pesquisados e a necessidade de políticas agrícolas igualitárias para 83% dos

agricultores. Em contraste, 50% dos agricultores entrevistados são contra a reforma agrária em grandes propriedades, assim como são contra a participação de entidades locais na política agrícolas (53%).

Gráfico 9: Percepção dos agricultores de Palmeira do Piauí sobre a política agrícola do Governo — 2001

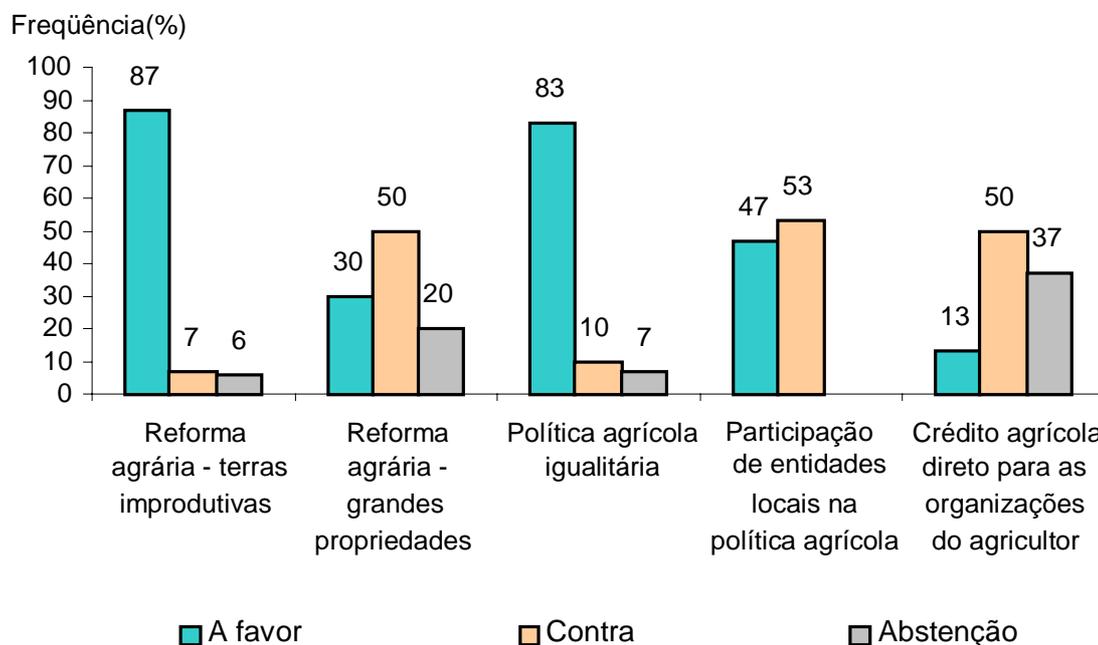


FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Destaque-se que, quanto às entidades locais, os agricultores especificam serem os partidos políticos, as igrejas e as associações e os sindicatos as organizações que não estão atendendo às suas expectativas, principalmente em relação à gestão administrativa.

“Estamos fazendo essa experiência de entrada nos cerrados piauienses, mas queremos buscar uma coisa mais independente do arrendamento de terras e plantio. Dentro desta questão, nós começamos a incentivar a Reforma Agrária nessas áreas. Assim conseguimos desapropriar três áreas de 12.000 hectares, para trabalhar com mais de 50 famílias em cada uma. O nosso desafio é buscar a colaboração da Secretaria de Agricultura do Estado para plantar soja, mas de forma ecológica e correta. Isto não é impossível, para isto queremos ter contatos e informações sobre o plantio de soja, sem venenos, sem produtos para acelerar o processo de secagem. Queremos mostrar que os pequenos produtores rurais têm produtividade e podem fazer de forma menos desastrosa ao meio ambiente [...] A idéia é usar a tecnologia disponível com orientações técnicas. Com isto discutir a viabilidade da desistência da agricultura de subsistência. A prioridade em toda região é a construção de estradas e eletrificação. Primeiro a construção de estradas, segundo eletrificação, porque isto seria uma estratégia de diminuir as distâncias, principalmente do centro urbano às periferias das pequenas comunidades e garantir a questão do escoamento da produção” (Davi, Entrevista n° 10).

Gráfico 10: Opinião dos agricultores de Palmeira do Piauí sobre as políticas agrárias - 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Sem infra-estrutura para o crescimento da agricultura na região, segundo um outro entrevistado,

“Na realidade, o que sustenta o trabalhador na região é o medo de sair para as grandes cidades, mas a garantia de sua permanência aqui, na realidade, não existe, porque é um descaso dos políticos, do Governo, que não dão realmente as condições de sustentação do homem no campo. Então ele fica na esperança de que um dia as coisas vão melhorar, mas o agricultor não tem assistência do Governo Federal, Estadual, inclusive do Municipal, que não têm atenção voltada para a agricultura” (Garcia, Entrevista n° 11).

O agricultor novamente repete essa idéia no seu discurso e explica a atuação dos governos:

“Hoje, o Governo Federal, o Governo Estadual vem dando prioridade ao cerrado do Piauí com projetos e financiamento para os grandes produtores, no entanto eu acho que no nosso semi-árido [Vale do Gurguéia] quem sustenta a alimentação das cidades pequenas é o pequeno produtor, pois é sabido que a produção do cerrado é para fora, para outros países, e o que fica aqui é de péssima qualidade. Mas quem mantém a sustentação da mesa do professor, do promotor, do delegado, do juiz, do padre e da

sociedade como um todo é a produção do pequeno agricultor. Você vê que, em levantamento feito, uma propriedade de 100 hectares no Piauí produz 56% dos alimentos consumidos, enquanto que uma de 1.000 hectares somente 26%. Esta é uma diferença muita grande, porque as pequenas propriedades são sustentadas pelos agricultores, mas sua produção é maior. Então o que poderia alavancar e melhorar a situação seria a atuação do Governo para o uso de tecnologias, na questão de financiamentos para os agricultores, mesmo com o direcionamento do Governo. O trabalhador avulso está fazendo uma agricultura, mas ele não estuda a vocação do solo. Falta assistência técnica, então ele planta feijão e poderia plantar milho. Ele teria que ter financiamento com juros pequenos e garantia de venda para o seu produto. O Governo precisaria na nossa região criar um mercado do produtor, porque não adianta produzir e não ter para quem vender com um bom preço para o produto. Isso é um problema na região. O produtor nunca tem o preço do seu produto. O comerciante é quem diz o preço, então eu digo que sou roubado. Acho que precisaria do mercado, um armazém para ele depositar o produto e o Governo daria uma quantia para garantir o preço mínimo. Acho a política agrícola muito vulnerável e inviável por causa dos juros altos, com o preço do produto muito baixo. A política do nosso país não tem contribuído muito, falta organização e continua muito distante do homem do campo. Acho que o apoio à agricultura familiar com financiamento sem burocracia pesada é uma proposta” (Garcia, Entrevista n° 11).

Para a qualidade da agricultura, segundo a opinião dos agricultores entrevistados, destacam-se como as principais variáveis: a diversificação da produção familiar (considerada a de maior importância), seguida de melhoria das condições de trabalho, o valor e o custo financeiro, a qualidade e a higiene do rebanho do leite, melhoramento genético, diminuição dos custos, aumento da produtividade e, igualmente importante, a ocupação da força de trabalho, respectivamente.

As políticas públicas atuais não incorporam todos os segmentos sociais, no sentido de ampliar as condições de sustentabilidade econômica e social em curso, possibilitando desenvolver os recursos tecnológicos existentes nessas áreas de potenciais reconhecidos, porém em processos de estagnação ou de reconversão de culturas abandonadas no passado recente.

Esses agricultores, sem estímulo e apoio de políticas compensatórias, acabam, como sempre fizeram frente às crises agrícolas, assumindo os custos agregados à reorganização produtiva de suas unidades. As políticas públicas têm se limitado a viabilizar ou fortalecer as unidades produtivas voltadas para *commodities*, de qualidade diferenciada de outros produtos

(por exemplo, os orgânicos) e com menor valor agregado, em detrimento da insuficiente reprodutibilidade familiar.

É oportuno lembrar que as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização da economia se refletem não só na economia, mas na política e na sociedade em geral. Dessa forma, suas conseqüências afetam profundamente as relações entre esses setores e, por meio destes, modificam, redirecionam, suas trajetórias segundo o grau de organização de suas articulações e estratégias, mantendo dificuldade de incorporação de setores excluídos do processo produtivo e social.

O debate público sobre o contexto atual de crise do modelo de desenvolvimento industrial nos países centrais e periféricos não tem conseguido ampliar o consenso em torno de um novo padrão de desenvolvimento, que, de fato, venha possibilitar as gerações presentes e futuras e assegurar suas demandas com base nos princípios de liberdade com responsabilidade e equidade sociais.

Os argumentos produzidos na tentativa de convencimento dos benefícios daquele modelo ou mesmo das críticas sugeridas para o controle ou ajustes de seus desequilíbrios nas últimas três décadas do século XX, através da regulamentação pública e do crescimento dos fundos sociais, foram insuficientes para minimizar seus impactos.

Os problemas originados das necessidades econômicas e das liberdades políticas não podem ser abordados em suas esferas isoladas, como afirma Sen (2000, p.174), sob pretexto, como desejava a retórica defendida em Viena, em 1993, pelos países em desenvolvimento, de que as primeiras necessidades são mais urgentes que as segundas. Segundo o autor, as relações existentes entre estas necessidades e aquelas são fundamentais para a solução.

A democracia não é incompatível com o desenvolvimento econômico, mas com o autoritarismo e a corrupção. A democratização das liberdades políticas e dos direitos civis nos países em desenvolvimento sofre constante ameaça à sua consolidação. O crescimento

econômico mais justo e igualitário está intrinsecamente ligado ao estabelecimento de um estado de direito na sociedade.

A questão da possibilidade de melhoria da qualidade da agricultura nas unidades familiares, questionada na percepção de seus representantes, demanda investimentos, diversificação da produção, formação técnico-agrícola, uso de máquinas, preço no mercado, participação em organizações profissionais, renda externa à propriedade, e também passa pela falta de acesso a créditos para investimento.

Tabela 17: Variáveis responsáveis pela qualidade da agricultura segundo os agricultores de Palmeira do Piauí — 2001 (%)

VARIÁVEIS	1º LUGAR	2º LUGAR	NÃO INFORMOU
Valor e custo financeiro	87	13	0
Aumento de produtividade	67	33	0
Diminuição dos custos	73	27	0
Melhoria das condições de trabalho	90	10	0
Qualidade e higiene do rebanho de leite	83	10	7
Ocupação de força de trabalho	67	33	0
Diversificação da produção alimentar	97	3	0
Melhoramento genético	74	23	3
TOTAL	638	152	10

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Os investimentos, quando realizados pelos agricultores para a melhoria da qualidade e para o aumento da produtividade, são considerados importantes, mas com alto risco de endividamento. A direção dos investimentos segue a lógica de ampliar as unidades produtivas para o aumento da produtividade, enquanto a lógica para os pequenos produtores funciona prioritariamente para a reprodução social dos membros familiares.

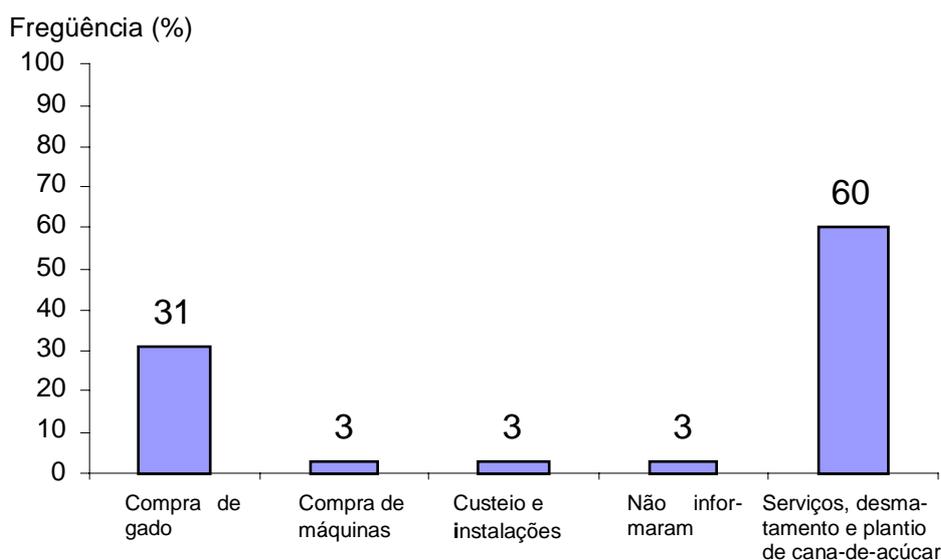
Esses agricultores buscam, constantemente, políticas públicas de investimento, como também reconhecem a importância da assistência técnica, pouco presente ou ausente nas

unidades familiares pesquisadas (Tabela 17), e a necessidade de cursos e aperfeiçoamento que favoreçam a melhoria da produção/produktividade, pois os agricultores pesquisados também são desprovidos de informações sobre agricultura.

O acesso ao crédito é muito difícil para o pequeno produtor. Os bancos não solicitam como garantia o volume e a qualidade da produção, mas o patrimônio, além disso, existe uma burocracia muito grande, que leva o agricultor, na sua maioria, à desistência da solicitação de créditos. Para 30% dos agricultores pesquisados, o uso de crédito ocorreu há cinco anos atrás, 23% revelou que não costuma usar créditos, e cerca de 47% não utiliza créditos.

Apesar de poucos agricultores fazerem investimentos em máquinas, equipamentos e benfeitorias, esse aspecto continua sendo prioridade na aplicação de economias, visando à melhoria da produção. Contudo a preferência é para o pagamento dos serviços de desmatamento e plantio de cana-de-açúcar.

Gráfico 11: Uso de crédito para produção segundo os agricultores de Palmeira do Piauí — 2001



FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Segundo o entrevistado, o financiamento não é suficiente para viabilizar essa forma de produção do arroz na chapada, porque o custo da produção aumenta com o escoamento da produção:

“O frete, muitas das vezes, não compensa pelo valor [do rendimento da produção]. O produtor aqui está pagando R\$ 4,00, vamos supor, R\$ 4,00 por um milheiro de laranja, então ele tem [que produzir] 10 milheiros, pra ganhar R\$ 40,00, e, dependendo da distância, o frete é R\$ 100,00, e [...] pra ele [transportar] 10 milheiros tem que fretar um carro. [...] Você tem aqui uma distância grande, que dificulta o transporte da produção, que é a questão da falta de estradas. No primeiro momento, nós conseguimos, nós incentivamos a saída de muitas pessoas dos baixões para vim arrendar terras na chapada e plantarem arroz através de custeio do Pronaf. Nós estamos nesse trabalho de arrendar terras, isso aí já tem uns quatro anos ou cinco anos, nós tentamos, e a cooperativa começou a tentar isso em 95 [...] encaminhar pela primeira vez pelo Banco do Brasil, mas só veio sair o financiamento mesmo do Pronaf, [...] em 97, passamos dois anos, mas não conseguimos mais, de lá pra cá tem aumentado cada vez mais o número de famílias com esse arrendamento de terras e plantio nos cerrados” (Davi, Entrevista n° 10).

A situação evidenciada mostra a crise conjuntural em que se encontra a agricultura na região em estudo. Contudo existe uma tendência entre os agricultores de utilizar recursos próprios para os investimentos.

Os dados coletados com os agricultores de Palmeira do Piauí demonstram que inúmeras são as dificuldades que impedem a ampliação das condições objetivas existentes nas unidades familiares na direção de potencializar o seu desenvolvimento.

As condições de reprodutibilidade social dessas unidades produtivas estão além dos limites dos aspectos específicos da produção em si. De fato, essas condições alcançam, fundamentalmente, os aspectos referentes à estrutura social, à organização do seu modo de vida como um todo.

Para esses agricultores, a propriedade e o trabalho, como fatores produtivos, constituem a base econômica e social de garantia das condições de sua reprodução familiar. A produção agrícola realizada nos padrões tradicionais de apropriação e uso da terra na região é a base principal de reprodução econômica do grupo familiar doméstico.

Apesar do quadro de variáveis que indicam a baixa qualidade técnica do trabalho familiar e da renda familiar, os agricultores não deixaram de fazer investimentos no sentido de ampliar os fatores de produção, especificamente o trabalho.

Uma outra constatação é a emergência da incorporação de investimentos nos processos produtivos em algumas das unidades domésticas pesquisadas. A pesquisa demonstra existir cenários em formação com distintas trajetórias, que sugerem agricultores vivenciando situações de dinamismos locais, expressos pelas formas como estes vêm enfrentando as adversidades e os limites à sua reprodutibilidade econômica, social e ambiental.

As escolhas estratégicas feitas pelos agricultores sobre a produção (produto, geração de renda, uso dos recursos naturais e ocupação da força de trabalho) estão vinculadas às especificidades dos processos produtivos locais e aos recursos disponíveis, conjugados aos seus padrões de decisões, orientados pelo seu projeto de vida.

As formas de uso dos recursos disponíveis da chapada e do baixão foram alteradas pelos agricultores familiares, para adequarem seus sistemas produtivos frente ao processo recente de ocupação, principalmente das chapadas, pela agricultura moderna de grãos.

A participação dos agricultores familiares como produtores de autoconsumo no conjunto da produção, para o município pesquisado, é significativamente maior do que a participação dos outros tipos encontrados.

É também evidente que, entre os produtos priorizados tradicionalmente por esses agricultores como importantes à sua subsistência, existem produtos (a polpa e azeite de buriti) tidos como excedentes, destinados ao mercado.

Identificou-se que, independentemente do apoio das entidades de financiamento e de assistência técnica, os agricultores enfrentam as dificuldades de acesso aos mecanismos da comercialização dispondo de condições para ofertar produtos comerciais, bastando, para isso, se organizarem para responder às demandas da sociedade.

A importância do papel dos agentes mediadores entre os agricultores, o mercado e o Estado, na promoção do desenvolvimento das condições socioeconômicas, passa pela capacitação, assistência técnica, extensão rural e por linhas de crédito agrícola.

“Os pequenos produtores não estão explorando os cerrados, estas são áreas totalmente mecanizáveis, do processo de semeadura à colheita. Assim não absorve muita mão-de-obra na região. Contudo essa exploração é seguida de tecnologias avançadas que não favorecem a regeneração do solo, que não é ambiente de longa vida para exploração, ele pode esgotar facilmente e rapidamente, mas seus exploradores são nômades, eles vêm migrando desde Minas Gerais e estão aqui no Piauí com as mesmas práticas de devastação do ambiente natural sem o cuidado com o reflorestamento e regeneração do solo. O cerrado é atraído pela facilidade de modernização, vegetação fácil de devastar, ausência de pedras, topografia muito boa. Índices pluviométricos regulares, além de ser uma terra barata. Agora pergunto, como os pequenos agricultores podem mecanizar pequenas áreas em grande escala? O agricultor da região teria o cuidado com o uso de adubação orgânica e atenderia à demanda atual do mundo de uma agricultura orgânica. Mas é necessária a assistência técnica, capacitação, incorporação em cooperativas e associações. Isto é vontade política” (Soares, Entrevista n° 25).

### **4.3 Transformações socioeconômicas e institucionais dos agricultores familiares**

A possibilidade de compreender como se dá o processo de desenvolvimento sustentável no Vale do Gurguéia foi uma preocupação para a análise das condições e da racionalidade de exploração da terra.

O desenvolvimento significará, aqui, sustentável, na medida em que os agricultores familiares, efetivamente organizados, consigam estabelecer situações de enfrentamento e participação, de operar em condições tecnológicas de reprodutibilidade, orientadas, portanto, numa lógica calcada nos seus interesses e valores socioculturais, capazes de garantir no presente as condições de sua sustentabilidade e das gerações futuras.

O contexto das transformações econômicas e sociais e do meio ambiente recente em todo o mundo exige, hoje, do conhecimento científico, conceitos teóricos mais genéricos, que permitam ampliar as abordagens existentes, no sentido de conter o maior número possível de dimensões da realidade, da dinâmica dos processos e das relações sociais em curso, enfim que

possibilitem a compreensão, se não da totalidade desse contexto de transformações, das perspectivas que sugerem suas demandas sociais.

Os agricultores familiares tradicionais dependem da concepção de terra, de trabalho e de mercado que possuem. Parte deles se encontram numa situação de transição da noção de centralidade do trabalho (Gehlen, 1998), de maneira a possibilitá-los, por um lado, a ingressar diretamente na agricultura moderna e, por outro, desenvolver estratégias produtivas e sociais de resistência que os façam produtivos e sustentáveis do ponto de vista socioeconômico e institucional.

Os agricultores tradicionais que não conseguiram operar essa transição (que não desenvolveram sua capacidade de adaptabilidade às demandas tecnológicas e sociais), terminaram por extremar seu processo particular de movimentação, migrando temporariamente para outros locais ou regiões, ingressando marginalmente no mercado de trabalho, como assalariado diarista.

A reprodução social dos agricultores familiares tradicionais esteve vinculada à história de apropriação dos recursos nessa região dos cerrados. E, na evolução desse processo histórico de ocupação, a tendência restritiva do acesso à terra pelos agricultores obrigou-os a (re)combinar seus sistemas produtivos organizados segundo a construção de uma rede de relações sociais com base em valores identitários e princípios de solidariedade.

A funcionalidade de integração diferenciada encontra-se no presente transformada, para dar lugar à incorporação dos agricultores como unicamente força de trabalho e não como lugar também de realização da produção e consumo de seus produtos.

Essa racionalidade com base no contexto de internacionalização da produção e de troca desigual, que considera esse espaço como homogêneo, alterando as multifuncionalidades que a agricultura familiar tradicional construiu ao longo de mais de 200 anos, integrando o conjunto dos espaços locais, termina por fazer desaparecer as especificidades dos elementos

constituintes dos seus sistemas produtivos locais. Para a agricultura empresarial da região, os agricultores familiares locais têm somente a função de reserva de trabalho temporário.

Esses agricultores mantêm, nesses espaços, processos relacionais de produção e reprodução social, mediante estratégias ou práticas sustentáveis (gestão do tempo de trabalho e dos rendimentos) do ponto de vista social e ambiental que lhes permitissem seu aproveitamento de forma equilibrada (integradas) e duradoura com menos impactos possíveis quanto à regeneração de recursos naturais utilizados na produção.

Afirma-se a existência de formas possíveis de desenvolvimento local de espaços sociais expressos por essas relações, na medida em que possibilitam observar múltiplas formas de reprodutibilidade social.

As escolhas por produtos que apresentam maiores potenciais de geração de renda e adequados ao uso da terra (dos ecossistemas) e à ocupação da força de trabalho, associadas aos fatores socioculturais, podem ser determinantes na garantia da sustentabilidade desses agricultores.

A perspectiva dicotômica de atraso e progresso das narrativas mestra (Moraes, 2000) sobre o desenvolvimento da região, reproduzida pelo ideário produtivista dos cerrados, reduz o conhecimento da complexidade e da dinâmica do uso dos recursos naturais e humanos pelos agricultores familiares a uma questão de eficiência técnica da produção em si, desconsiderando os arranjos e os processos sociais de resistência e adaptação desses segmentos às transformações tecnológicas.

A agricultura familiar convencional pode desenvolver, a partir de sua racionalidade do trabalho, uma tecnologia que possibilite não só uma produtividade à altura das demandas da sociedade, assim como preservar seus valores identitários e, ainda, promover plenamente sua reprodutibilidade econômica e social.

A atividade extrativista do buriti, na região, também contribui para a sustentabilidade econômica (atividade sazonal e rentável, de alta qualidade, manejo fácil, baixo custo econômico e alto valor nutritivo), ao tempo que não provoca alterações nos demais recursos naturais, se explorada de forma sustentável como parte integrante de um sistema agroflorestal racional, que pode desempenhar um papel estratégico de segurança alimentar e ambiental de desenvolvimento local, como recurso fundamental para o desenvolvimento local de políticas públicas. Os sistemas agroflorestais não foram objeto de planejamento nos programas governamentais de desenvolvimento rural do Estado.

As matas de buritis dão sustentação natural aos mananciais dos rios que formam as sub-bacias, assegurando as condições de umidade e fertilidade aos solos agricultáveis, principalmente na época da estiagem (maio a outubro). Assim, a remoção dessa base de sustentação, pelo desmatamento associado, às vezes, à alteração no curso e no escoamento superficial dos riachos (barramento), para ocupação crescente da lavoura mecanizada e irrigada, sem manejo adequado, contribui para elevar a instabilidade e a degradação dos ambientes (Vãos do Alto Parnaíba, Vale do Gurguéia e Tabuleiros do Parnaíba) e para o desaparecimento de mananciais, comprometendo as atividades agropecuárias na região.

A agricultura piauiense, por conta das políticas e dos programas governamentais para o setor, adquiriu um movimento de modernização nos termos da capitalização do setor agropecuário. Alguns projetos de irrigação estão sendo implementados na região pelo Governo Federal. Agrava-se a estrutura de distribuição da terra, moderniza-se a unidade latifundiária, aumenta a participação do trabalho assalariado-temporário. Eleva-se a instabilidade do pequeno produtor em relação à terra — aumentando as tensões sociais no campo (Moraes, 2000).

Quadro 3: Impactos e riscos constatados e estratégias alternativas adotadas pelos agricultores de Palmeiras do Piauí — 2001

<b>IMPACTOS E RISCOS</b>	<b>ESTRATÉGIAS ADOTADAS</b>
Baixa produtividade da terra	Fertilizantes orgânicos (bagaço, palha de milho, etc.), falta calcário
Área usada é inferior à área agricultável	Ampliação da área de cultivo da cana-de-açúcar, mandioca e pastagem junto aos buritizais
Desmatamento dos buritizais resseca clima e causa assoreamento dos riachos	Não foi observada a existência de estratégia
Desmatamento dos buritizais diminui a renda familiar	Ampliação das áreas de arroz, cana-de-açúcar, fruticultura e gado
Aumento do custo da produção	Uso intensivo da mão-de-obra familiar e diversificação da produção
Impactos do clima (secas) sobre custos da produção	Cultivo da cana-de-açúcar associado à pecuária (silagem/adubo)
Restrição à ocupação e ao uso da chapada	Ocupação dos “baixões” com agropecuária semi-extensiva e o arrendamento para cultivo de arroz de sequeiro na chapada, com apoio da cooperativa.
Expulsão da força de trabalho na região	Participação do extrativismo vegetal (buriti) para a manutenção da mão- de- obra e da renda familiar
Participação no mercado local	Agroindústria da mandioca, da cana-de-açúcar e extrativismo vegetal
Incorporação privada da terra na chapada	Assalariamento temporário e migração para sede dos municípios vizinhos e/ou outras regiões do País
Deficiência de assistência técnica	Organização social (associações e cooperativas)
Risco à sociabilidade	Ajuda mútua na produção da farinha de mandioca e novas formas organizativas
Risco a formação da pecuária leiteira	Criação de associações e cooperativas de produtores de leite. Aumento de área de pastagem e melhoramento genético do rebanho.

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Diante do exposto, dos impactos e riscos e das alternativas adotadas pelo conjunto dos agricultores pesquisados, as estratégias de reprodução social, embora encaminhadas de maneira diferenciada para cada segmento de produtores familiares, parecem alongadas pela perspectiva de que continuam ampliando as condições de viabilidade econômica e de reprodução social a partir da crescente participação desses agricultores em sistemas de cultivos (policultura, pecuária e lavoura) mais complexos e combinados ou associados às atividades de transformação especializadas (“tapioca” ou povilho, cachaça, doces e leite). Isto

é, a base da produção é crescentemente ampliada pela demanda de um mercado mais competitivo.

O processo de exclusão/inclusão dos agricultores no complexo agroindustrial emergente na região, embora não consolidado, aponta, para esses agricultores, situações diversas de viabilização econômica ou não, em que podem estar presentes articulações de parte desses produtores potencialmente especializados. De maneira que seus avanços e limites estarão condicionados à expansão da ocupação e uso do solo da região pela agricultura moderna de grãos.

A minimização dos riscos e a racionalidade econômica e ambiental baseadas nos valores sociais são os elementos fundamentais que orientam os agricultores nas transformações socioeconômicas e institucionais sobre os eixos de sua sustentabilidade (terra, trabalho e mercado) para este estudo.

Embora a lógica de funcionamento desses sistemas produtivos tradicionais esteja em processo de mudança, para uma especialização de produtos e atividades, observa-se que sua redefinição para esse padrão encontra limites pela falta de capitalização e pela convergência de interesses por parte dos agricultores que dispõem de potenciais condições de convertê-las em estratégias alternativas frente a esses limites. Evidentemente, essas condições não surgem igualmente para todos os segmentos identificados, e os impactos incidentes ocorrem, de fato, em diferentes níveis nas dimensões sociais, econômicas e institucionais. Dessa forma, as alternativas podem indicar vias tanto de longa permanência quanto de curta duração na trajetória de mudanças em curso na região.

A manutenção da lógica de produção familiar — seja na situação de produtor integrado num futuro mais longínquo, seja na possibilidade de ser autônomo — e as estratégias de reprodução social e econômica acompanharão essas transformações que se processam no âmbito da organização do seu modo de vida, de produção e de trabalho. Os

desafios postos dizem respeito tanto à articulação da sua estrutura produtiva aos setores diretamente vinculados, como a transformação e a comercialização, quanto à ampliação de suas funções sociais integradoras do desenvolvimento rural local/regional.

A busca pelo associativismo e pelo cooperativismo, principalmente por parte dos agricultores menos capitalizados, indica a emergência de interesses na captação de recursos para investir em produtos e atividades com maior potencial de renda, no caso específico, a cachaça e o gado de leite. A cultura da cana-de-açúcar, igualmente às outras culturas (mandioca), tem alcance social e econômico para o município em estudo, com possibilidades de expansão para outros municípios do Vale do Gurguéia, principalmente associada à bovinocultura de leite, promovendo, a partir desses arranjos, a capitalização de setores produtivos estagnados ou em vias de estagnação. A pesquisa informou um potencial incipiente para a atividade leiteira, face ao aproveitamento racional dos insumos ou dos recursos produtivos e de infra-estrutura das propriedades.

## **5 A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO GURGUÉIA**

Neste capítulo, faz-se uma retomada do significado dos impactos resultantes das transformações socioeconômicas e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado no Vale do Gurguéia, fundamentada no referencial teórico discutido no Capítulo 2 e na investigação empírica descrita no Capítulo 4.

Essas transformações socioeconômicas resultantes do processo de expansão capitalista na região têm contribuído para firmar um novo perfil socioeconômico, semelhante ao de outras regiões, como do oeste da Bahia, principalmente alterando as “(...) formas de produção e consumo, suscitando um processo de diferenciação social” (Kraychette; Comeford, 1991, p.31-32) não consolidado e de forte impacto negativo sobre as condições de produção e reprodução da agricultura tradicional local (de subsistência e comercial).

Nesse contexto, não surgem somente novas relações de trabalho, categorias sociais e, com estas, tensões, mas também novas identidades<sup>39</sup> são forjadas para assegurar oportunidades de acesso aos recursos produtivos principalmente aos segmentos sociais mais afetados com os impactos negativos decorrentes das mudanças já mencionadas.

---

<sup>39</sup> Segundo Penna (1988, p. 157), a identidade “[...] deve ser considerada como uma representação acerca da localização no mundo social e como um ato de classificação”, para além da dimensão individual e dos significados instituídos. De maneira que “[...] permite supor que as mesmas pessoas poderiam se reconhecer, se apresentar de outro modo em outros momentos e situações, podendo a identidade ser considerada ‘uma categoria estratégica de articulação de relações entre sujeitos e grupos’” (Penna, 1988, Cf. Brandão, 1986, p. 125).

As possibilidades de construção de novas identidades socioprofissionais dos agricultores familiares e o surgimento de novas formas organizativas para enfrentar os riscos que afetam a sustentabilidade da agricultura familiar serão analisados a partir do confronto da racionalidade produtivista convencional com a lógica (re)produtiva da agricultura familiar tradicional.

Nessas análises, a agricultura familiar apresenta-se como modelo de desenvolvimento rural sustentável pela sua dinâmica de superar riscos sociais, econômicos e institucionais, gerados pelas pressões externas, pelo uso inadequado e desigual dos recursos naturais e humanos e pelas políticas agrícolas seletivas. A sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia está orientada por três dimensões selecionadas: econômica, social e institucional, dentre outras que integram as diferentes racionalidades de apropriação dos fatores produtivos (terra, trabalho e mercado) na organização social dos agricultores.

Nessa perspectiva, é possível explicar os diferentes significados atribuídos pelos agricultores quanto às suas experiências de cooperativização ou de associativismo, fazendo-se identificar ou não em cada situação vivida e simbolicamente mutável.

O referencial de reconhecimento da identidade socioprofissional está na possibilidade de adotar ou incorporar a tecnificação do trabalho, a especialização de produtos ou atividades, pela valorização de atributos ou práticas culturais tradicionais localizadas. Com efeito, estas últimas constituem o substrato das representações identitárias.

A identidade sociocultural é recriada com novos significados ou conteúdos para ampliar as possibilidades de articulação das relações sociais, particularmente das relações de parentesco e de vizinhança, visíveis em situações de riscos. No sentido inverso, essas novas articulações atualizam as práticas tradicionais, atribuindo conteúdo para sua permanência.

No Vale do Gurguéia, foram identificadas dinâmicas de desenvolvimento da pecuária extensiva, da agricultura irrigada e de sequeiro e do extrativismo vegetal. Essas dinâmicas

produtivas informam mudanças socioeconômicas e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado.

A sustentabilidade da agricultura familiar nessa região em estudo, frente às transformações socioeconômicas e institucionais na organização do uso e do manejo da terra, da produção e do trabalho, vincula-se aos impactos das mudanças nos processos de definição da identidade socioprofissional dos agricultores familiares. A partir dessa perspectiva, a análise da sustentabilidade priorizou as especificidades das dinâmicas sociais em relação com a terra, o trabalho e o mercado, como eixos de referências.

Essas dinâmicas sociais abrangem inúmeros processos e formas de uso da terra e de organização dos produtores observados sob as dimensões social, econômica e institucional. Tais dinâmicas não são explicadas pela relação direta de causa e efeito, mas pelas relações sociais específicas e estabelecidas pelos sujeitos sociais. Os critérios sociais utilizados nas escolhas e nas tomadas de decisões pelos agricultores condicionam sua racionalidade econômica no processo produtivo.

A terra é o principal espaço social das práticas sustentáveis de reprodução dos agricultores, mediatizada pelo trabalho e pelas possibilidades de inserção no mercado. As transformações expressam dinâmicas e funcionalidades dos sistemas produtivos tradicionais, quando confrontados com as novas racionalidades tecnológicas no uso dos recursos naturais e dos significados na apropriação da terra.

A terra tem ocupado lugar central na formação da sociedade brasileira (Faoro, 1958; Ianni, 1978; 1983), “[...] quer como campo de poder e de disputa, quer como criação e/ou afirmação social” (Gehlen, 1994, p.155).<sup>40</sup> A relação de natureza política sobre a terra, segundo a diversidade social no campo, determinou historicamente o modo da posse, às

---

<sup>40</sup> Para maior aprofundamento sobre esse tema e sua importância para análise das relações sociais no meio rural brasileiro, ver Ianni (1978), Martins (1983, 1996, 1998) e Gehlen (1991, 1994).

condições de apropriação e de uso da terra. Essa relação tem mediatizado a produção e as reproduções sociais (Gehlen, 1994). A perspectiva de que a terra é concebida como instrumento de trabalho define o caráter da produção familiar.

O trabalho desempenha papel importante entre os agricultores, definindo o ritmo e os limites do desenvolvimento das dinâmicas produtivas envolvidas. O trabalho transforma-se em força produtiva, mediante relações que os homens estabelecem com outros homens e destes com a natureza (Marx, 1978). Essas relações assumem formas sociais diferenciadas de produção segundo as transformações sobre a terra, a expropriação no processo de trabalho (Ianni, 1983).

Nesse processo de apropriação capitalista da terra, observa-se, no objeto de estudo, transformações comandadas pela ocupação recente, que afetam as formas tradicionais de ocupação e de uso da terra pelos agricultores locais (Pires, 1996; Kraychette; Comefort, 1991), induzindo-os a combinar ou recombinar suas relações de posse, de uso e de trabalho com a terra na produção de suas necessidades (Woortmann, 1997).

Os mercados locais e regionais também expressam as potencialidades e os limites do desenvolvimento rural local. No Vale do Gurguéia, a dinâmica da comercialização esteve demarcada pelas formas produtivas tradicionais vinculadas à agropecuária de subsistência e ao extrativismo, mas está sendo alterada mais recentemente pela presença de novos atores sociais. As possibilidades de ampliação e de diversificação da produção e de especialização em produtos de mercados regionais de atividades de transformação geraram espaços sociais de disputas e conflitos. Entretanto a comercialização sempre constituiu um setor instável na economia da região, porque seu desenvolvimento esteve dependente da baixa rentabilidade dos produtos e de atividades derivados da agropecuária local (Bandeira, 1983, 1993; CEPAC, 1993).

As transformações dos produtos primários comercializados da agropecuária e do extrativismo representam fontes estratégicas e alternativas de renda e de emprego locais. Essas transformações ampliam o leque de mobilização das potencialidades existentes. A comercialização dirigida pela cooperativa ou associação oportuniza intercâmbios com agentes não tradicionais do mercado.

Embora o Estado reconheça parcialmente a importância social e econômica da agricultura familiar, através dos programas e das políticas referenciados nas demandas desse segmento social principalmente, observa-se dele uma incapacidade de articulação na mediação dos agentes públicos e privados do desenvolvimento rural, quanto ao apoio e ao fortalecimento da agricultura familiar, no sentido de desenvolver seus potenciais atributos, possibilitando, com isso, diminuir os riscos e os impactos das transformações sobre seu modo de vida, particularmente no que se refere às identidades sociocultural e profissional.

Nesse contexto de mudanças, essas identidades são redefinidas pelos agricultores quando estabelecem novas relações com a terra, o trabalho e o mercado, em ambiente de riscos, em situações de restrições de acesso e uso desses recursos por aqueles, obrigando-os a criarem estratégias alternativas de sustentabilidade social, econômica e institucional. Essas estratégias apontam relações importantes estabelecidas nesse processo de construção de novas identidades. A produção dessas novas relações que os agricultores modernos mantêm com a terra, com o espaço e com o tempo faz ele conceber a si próprio e a sua profissão (Lamarche, 1998).

Há uma mudança (de forma incipiente) no perfil do produtor agropecuarista no Vale do Gurguéia. O padrão tradicional e hegemônico caracterizado pela pecuária extensiva e de subsistência está passando por mudanças de melhoria do padrão técnico produtivo, particularmente na qualidade do rebanho, embora restrito aos segmentos dos produtores mais capitalizados. Entretanto há outra parcela, o do produtor familiar que, em processo de

capitalização, transita para o setor moderno convencional ou comercial sustentável. Essa tendência, embora não generalizável para toda a região, informa uma dinâmica socioeconômica e institucional mais diversa e complexa, que revela tanto processos de exclusão em curso dos segmentos dos agricultores familiares descapitalizados ou inviáveis economicamente, como assim são chamados, quanto a consolidação de uma experiência nova de especialização numa atividade de potencial rentabilidade e de desenvolvimento rural local, particularmente de reafirmação da identidade sociocultural. Evidentemente, essa experiência, enquanto estratégia de resistência/afirmação, implica revelar os significados e conteúdos diferenciados (terra, trabalho e tempo) que mobilizam interesses e conflitos entre grupos ou segmentos sociais envolvidos na disputa pelos espaços econômicos, políticos e culturais na construção de novas identidades sócio-profissionais (Gehlen,1994).

Do cenário dessa dinâmica social, depreende-se que as mudanças em curso estão operando transformações no significado das relações sociais, particularmente sobre as tradicionais, que regiam o modo de vida dos agricultores e que perduram, embora menos.

### **5.1 (Re)afirmação da identidade sociocultural**

A identidade sociocultural refere-se ao reconhecimento que os agricultores têm dos elementos constituintes de seu modo de vida, dos valores culturais aos quais se encontram identificados (Gehlen,1994). A afirmação de uma identidade sociocultural e profissional específica está referenciada na valorização da experiência histórica acumulada pelos agricultores familiares de subsistência do tipo caboclo<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Gehlen (1998, p. 58) afirma que esse tipo tem sua matriz socioeconômica e cultural assentada na aldeia indígena e na fazenda latifundiária. Para esse autor, “[...] os caboclos são os que melhor incorporam o patrimônio sociocultural” herdado dessa matriz.

As relações sociais estabelecidas pelo agricultor tradicional são produtos da história social e geraram um patrimônio sociocultural (composto de valores éticos, tradições, modos de vida, racionalidades particulares). Esse patrimônio se atualiza com as transformações e os condicionamentos da sociedade na qual registram sua cidadania, reafirmando sua identidade social frente às novas exigências da sobrevivência e/ou da cidadania. Essas relações foram historicamente demarcadas pela estrutura de sociedade que se formou a partir do complexo agropecuário de subsistência nos latifúndios ou a esses vinculados.

A manutenção da sobrevivência e da reprodução familiar constitui os ingredientes que mudam e exigem reafirmação dos valores de preservação da cultura local e extrapolam as funções econômicas das atividades agrícolas. As transformações recentes exigem opções alternativas do padrão de desenvolvimento rural nas dimensões econômica, social e institucional, incluindo a dimensão ambiental, o manejo do solo de baixo impacto ao ambiente e resiliência<sup>42</sup> quanto à inclusão social durável (criação de emprego e distribuição de renda de forma mais eqüitativa).

As estratégias produtivas utilizadas pelos agricultores familiares da região são aparentemente insuficientes para desenvolver o potencial das condições de reprodutibilidade econômico-social de maneira plena e sustentável, de um lado, face aos impactos negativos sobre seus sistemas produtivos, especialmente vinculados à perda progressiva do acesso e do uso da chapada, e, de outro, pela possibilidade de ter suas autonomia e identidade social alteradas.

A reprodução social dos agricultores familiares tradicionais esteve vinculada à história de apropriação dos recursos nessa região (Capítulo 3), e, na evolução desse processo histórico de ocupação, a tendência restritiva do acesso à terra pelos agricultores obrigou-os a

---

<sup>42</sup> Para Altieri (1999), “resiliência” é a capacidade que um sistema tem de superar distúrbio externo, recuperando sua normalidade.

(re)combinar seus sistemas produtivos (Quadro 3 e 4) organizados segundo a construção de relações sociais com base em valores identitários.

A implantação da agricultura empresarial do complexo do agronegócio de carnes e grãos tem operado fortes impactos na sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia, porque, à medida que transforma essa região em espaços de alta produtividade de soja e milho para exportação, altera as condições sociais, econômicas e ambientais de funcionamento e organização da produção familiar de culturas tradicionais de consumo local e regional.

A racionalidade com base no contexto de internacionalização da produção e de troca desigual, ao considerar esse espaço como homogêneo, altera as multifuncionalidades que a agricultura familiar tradicional construiu ao longo de mais de 200 anos, integrando o conjunto dos espaços locais, e termina por transformar as especificidades, as formas de acesso e de uso da terra, do trabalho e do mercado. Para a agricultura empresarial na região, os agricultores familiares locais têm somente a função de reserva de trabalho temporário.

A pesquisa empírica possibilitou identificar uma agricultura familiar diversificada na região. Segundo suas características específicas, informa dinâmicas, racionalidades, trajetória e projetos de inclusão e exclusão que se colocam na fronteira entre a tradição e a modernidade. Modernidade assentada no ideal de urbanização e ruralização linear do progresso (Costa, 1995), modelando espaços sociais enrugados pela história e pela tradição, instaurando uma funcionalidade excludente e contrária à vivência dos antigos ocupantes, aparentemente perdida numa temporalidade que se vê ameaçada.

A incorporação das chapadas (cerrados) pela agricultura moderna de grãos envolve, para além do campo de disputas dominado pela tecnologia e pelo capital, dimensões outras de igual importância. Quanto à dimensão ambiental e ao nível sociocultural, acarreta o processo de recriação de territórios permeados de tensões e conflitos entre sujeitos sociais de

identidades distintas, entre os “de fora” e os “do lugar”. A própria criação de um agroecossistema único e homogêneo, o da chapada, dominado pela monocultura e lugar da apropriação do capital, é significativo desse processo de construção de novas identidades em curso na região, identidades socioculturais em permanente transformação.

De fato, quando o agricultor se torna um trabalhador temporário na chapada, a impressão inicial de autonomia em relação à subordinação precedente, seja ao fazendeiro, seja ao empresário, desfaz-se, pois sua atual situação é quase de um regime de semi-escravidão (Moraes, 2000; Martins, 1980; Andrade, 1984; Nascimento, 2000). A lógica do novo regime de trabalho a que se encontra submetido coloca-o diante de transformações na concepção de tempo, de espaço e de valores, em ritmos e significados diferentes e contraditórios, que emergem do cruzamento de conflitos e consensos, de encontros e desencontros de relações sociais. É nesse processo de inserção e adaptação precárias que os agricultores reencontram e redefinem sua identidade sociocultural.

Dentre os processos de transformação da vida social e econômica da região, destacam-se aqueles diretamente vinculados às formas de organizar a produção familiar e, por meio desta, garantir sua reprodução, bem como processos de organização do trabalho, práticas tradicionais de cultivo e de sociabilidade comunitária.

A sustentabilidade socioeconômica depende fundamentalmente tanto de práticas tecnológicas e ambientais incorporadas ao processo em curso quanto do resgate de práticas sociais tradicionais sustentáveis, oriundas do seu patrimônio cultural. Isso significa dizer que os contornos dos limites e das possibilidades da sustentabilidade são construídos no contexto da reafirmação da identidade social.

Nas entrevistas, constatou-se que os agricultores familiares são qualificados pelos empresários rurais como mão-de-obra não especializada, portanto, são contratados como trabalhadores para prestarem serviços sazonais (limpeza de áreas de plantio). Esse regime de

trabalho vem crescendo muito nos últimos anos, na região, tornando-se a opção dos produtores rurais organizados em condomínios de empregadores<sup>43</sup> que utilizam a mão-de-obra barata (remuneração menor que o salário mínimo) disponível no meio rural, em sua maioria explorada, sem serem assegurados os direitos trabalhistas (jornada, condições de trabalho adequadas e previdência social) pelos empregadores,<sup>44</sup> como já foi dito, apesar da fiscalização da DRT-PI, obrigando-os ao cumprimento da legislação trabalhista.

Os agricultores familiares tradicionais utilizam a terra como lugar de trabalho e de mercado dos seus produtos. Um espaço funcional não só de alocação de racionalidades econômicas, mas, especialmente, de realização de relações de sociabilidade e comunicação. Esses agricultores mantêm, nesses espaços, processos relacionais de produção e de reprodução social, mediante estratégias e práticas sustentáveis (gestão do tempo de trabalho e dos rendimentos) do ponto de vista social e ambiental, que lhes permitem seu aproveitamento de forma equilibrada (integradas) e duradoura com menos impactos possíveis quanto à sustentação dos recursos disponíveis utilizados na produção.

A funcionalidade de integração diferenciada encontra-se, no presente, transformada para dar lugar à incorporação dos agricultores como força de trabalho e não como lugar também de realização da produção e do consumo de seus produtos.

Esses agricultores tradicionais dispõem de uma história cumulativa de práticas econômicas e sociais de longa data adquirida pelas gerações antecedentes, formando um

---

<sup>43</sup> A Delegacia Regional do Trabalho do Piauí (DRT-PI) promoveu, em 2001, o 1º Seminário Piauiense sobre Condomínio de Empregadores Rurais, com objetivo de divulgar esse modelo de contratação rural e retirar da informalidade os trabalhadores rurais. A situação de exploração da força de trabalho denunciada pela FETAG é comum na região do cerrado piauiense.

<sup>44</sup> Segundo depoimento do Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Fetag-PI, os empresários rurais são reincidentes na desobediência legal, “[...] eles retêm a carteira de trabalho dos agricultores por 60 e até 90 dias e terminam não assinando”. Esse período corresponde a uma jornada de trabalho exaustiva de limpeza (cata de garranchos e raízes, leiramento e queima) da área de plantio, que tão logo finda, os trabalhadores são dispensados em seguida. Sobre o assunto, ver **Meio Norte** (29 abr. 2003; 04 jun. 2003) e **Diário do Povo** (26 jun. 2003).

conjunto complexo de tradições culturais que permanece definindo a dinâmica de seus sistemas produtivos locais. É esse complexo de relações sociais e culturais que modela a reprodutibilidade da sociedade local, de centralidade das condições de sua sustentabilidade, que, apesar das transformações na terra, no trabalho e nos mercados, persiste se desenvolvendo atualmente.

Essas sociedades acumularam uma cultura tradicional de relativa autonomia de regulação da produção e do consumo orientada pela lógica familiar que se acha fraturada por aquela funcionalidade indiferenciada imposta pela racionalidade de expansão capitalista, mas que é recriada e definida, segundo níveis de articulação das relações sociais que os agricultores mantêm entre si e com as demais categorias sociais.

Diferentemente do modelo de desenvolvimento hegemônico, assentado na matriz de apropriação lucrativa dos recursos disponíveis e insustentável do ponto de vista social e ambiental, a idéia de um modelo de desenvolvimento alternativo de produção familiar está baseada nos princípios de equidade e liberdade, que possibilitam desenvolver um processo autônomo e participativo de ampliação das capacidades dos agricultores de enfrentar as crises econômicas e adaptar seus sistemas produtivos à capacidade de renovação dos ciclos naturais, controlando os impactos negativos causados pelos sistemas produtivos sobre os ecossistemas, utilizados de fato mais racionalmente.

Os sistemas produtivos usados pelos agricultores familiares do Vale do Gurguéia apresentam possibilidades de desenvolvimento das capacidades de adaptação com custos e impactos minimizados pelas suas ações pouco depredadoras do meio ambiente, revelando, dessa forma, uma variabilidade de possibilidades de sustentabilidade social, econômica e ambiental em relação à agricultura tecnificada e intensiva de grãos implantada nas chapadas e

nos vales úmidos da região (Fernandes, 1988; Kraychette; Comeford, 1991; Cunha, 1994; Pires, 1996).

A associação da sustentabilidade ambiental ao desenvolvimento social da agricultura familiar é insuficiente, se não se considera a dimensão social de sua dinâmica central. A incorporação da questão ambiental é importante para a abordagem sistêmica e integradora do conjunto das outras dimensões integrantes, mas o conhecimento da cultura tradicional dos espaços sociais constitui o diferencial do desenvolvimento social pleno dos agricultores.

Os agricultores familiares da região apresentam percepções sobre terra, trabalho e mercado como produtos ressignificados da sua herança cultural, categorias ou autodenominações reconstruídas socialmente pelos grupos na dinâmica das relações sociais entre estes na produção social e desta com a natureza. São as formas de acesso aos recursos disponíveis, pelas quais os agricultores familiares organizam a produção, associadas a eles por nascimento ou por alianças, mantendo sistemas de reciprocidade, que reafirmam sua identidade sociocultural.

A representação ou a participação direta dos agricultores nos conselhos de desenvolvimento rural local, se por um lado, amplia sua capacidade de encaminhar suas demandas de forma mais autônoma, por outro, se vêem coexistindo em meio aos conflitos e contradições decorrentes da tradicional interveniência dos agentes públicos de base clientelista na região.

Ressalta-se que essas organizações formadoras de interesses específicos contribuem também para ampliar a sociabilidade local (laços de interação na sociedade), estimulando ou afirmando a participação em grupos de gestão, nas tarefas produtivas, concorrendo, para isso, as formas como se organizam para realizarem seus interesses específicos comuns aos grupos, transformando essas em instrumentos de apoio solidário (integração social) de inserção não só em mercados especializados como no espaço social de conquista de cidadania.

## 5.2 Construção da identidade socioprofissional

A identidade profissional<sup>45</sup> dos agricultores acha-se pressionada por transformações na terra, no trabalho e no mercado, especialmente em relação ao uso da terra, ao acesso aos recursos da chapada, lenha, madeira, frutos e caça, redefinindo produtos e atividades específicas nos e entre espaços sociais de sustentabilidade pela (re)construção de identidades socioprofissionais assentadas em formas organizativas como estratégias alternativas frente aos impactos e riscos de restrição ao acesso à terra, trabalho e mercado.

O agricultor familiar, seja ele na forma tradicional de subsistência e/ou comercial ou moderna de produzir, organiza sua produção e seu trabalho baseado numa racionalidade predominantemente orientada para as necessidades objetivas e subjetivas da família. Racionalidade que valoriza a família como central nas relações de produção e de reprodução. Essas são formadoras de um patrimônio (terra, trabalho) construído cultural e historicamente ao longo das gerações, que se redefine frente às transformações operadas pelos novos processos sociais de inclusão e exclusão, e recriam padrões novos de sociabilidade sem perder seus referenciais e funções originais.

Na região em estudo, a agricultura familiar assume as características da forma tradicional de produzir para subsistência e reprodução familiares, através do sistema produtivo policultura-pecuária. Esse sistema resulta da combinação de diferentes técnicas de organização da produção, que envolve determinado equilíbrio entre diversas atividades agrícolas e de criação animal (Wanderley, 2001). A adequação crescente dessa organização social é condição fundamental para sua sustentabilidade econômica e social, que, segundo a

---

<sup>45</sup> O termo identidade socioprofissional é utilizado como um dos indicadores da dimensão social referente às atividades e aos produtos que os agricultores priorizam frente à competitividade do mercado.

autora, com base em Jollivet (1974) diz respeito à qualidade e à quantidade do trabalho empregado pelos membros da família.

O agricultor tradicional pertence a uma sociedade com relativa autonomia, inserida no contexto socioeconômico de um território que demanda o saber-fazer do trabalho como o saber-viver da sociabilidade comunitária. Entre as regras de parentesco, de herança e de convívio com outras categorias sociais, estão aquelas pertinentes à valorização do meio natural e que orientam as formas de uso da terra para a subsistência e para o mercado, mediada pelo princípio da troca de benefícios contribuindo para a reconstrução de suas identidades socioprofissionais.

A apropriação tradicional do território definida pela propriedade e por práticas possessórias é utilizada pelos agricultores como “estratégia constitutiva de patrimônios territoriais familiares” (Moraes, 2000, p.273), que demandam conflitos entre esses e os novos agentes sociais que comandam o processo recente de apropriação do cerrado piauiense, pela legitimação de seus espaços de reprodução social, onde os primeiros se recorrem da posse fática como um direito repassado por seus antepassados, e os segundos, com base no estatuto legal da propriedade privada (Martins, 1996).

As transformações direcionadas para adequar tecnologicamente determinados setores da agricultura tornam estes mais competitivos aos padrões dos mercados externos, com impactos nos setores produtivos de alimentos tradicionalmente orientados para autoconsumo e de excedente para o mercado local.

Embora o mercado de bens e trocas seja restrito e com pequena demanda, os agricultores dispõem de potencial para o mercado diante da diversidade de atividades, produtos e subprodutos da agroindústria artesanal local. Mesmo com o pouco beneficiamento quanto à melhoria da qualidade dos seus subprodutos, tais como cachaça, farinha, doces, azeite e sabão, estes têm participação no mercado local e contribuem para ampliar a renda

familiar e manter diversificada a pauta de produtos locais e regionais. Esse aspecto é de suma importância para sustentabilidade dos agricultores. A situação de ineficiência de capacitação e de assistência técnica constituiu um dos fatores para não afirmação da agricultura familiar como locus do desenvolvimento rural sustentável.

A sustentabilidade desses agricultores passa também pela ampliação das condições de criação de mecanismos locais sustentáveis de comercialização, capacitação e assistência técnica e de linhas de crédito diferenciadas de investimento à produção, que remuneram o trabalho e a produção com preços mais vantajosos para seus produtos.

Para enfrentar as situações de impactos e riscos decorrentes desse contexto de transformações, os agricultores estão organizando-se em associações e cooperativas direcionadas à qualificação profissional referenciada na eficiência e na competitividade do mercado, atribuindo visibilidade social e preservando a identidade sociocultural.

A busca dos agricultores, embora incipiente, pela especialização e pela melhoria da qualidade dos produtos (cachaça, leite e fruticultura) e de outras atividades não agrícolas, para se inserirem nesse mercado, aponta alterações no modo de vida destes. Todavia a organização da produção não refratária às transformações socioeconômicas e institucionais expressa relações que coexistem referenciadas no modo de vida tradicional, socialmente construídas pelos arranjos sócio-culturais locais.

A construção dessa identidade socioprofissional implicou o posicionamento dos agricultores quanto da escolha dos produtos e das atividades que julgam obter mais renda, cuja definição perpassa as outras dimensões da vida social, principalmente na cultura local, pela qual a identidade social se acha referenciada.

Como agricultores especializados e potenciais produtores para mercados, realizam sua produção e a passagem para esses mercados sob novo formato, sem alterar sua referência

básica familiar, isto é, redefinindo os princípios para reprodução da vida e do trabalho com novos valores (qualidade e competitividade).

Essa mudança implica o surgimento de possibilidades e limites de movimentação no âmbito da sua reprodução, dos padrões tradicionais de apropriação da terra, da concepção de trabalho e do mercado. São mudanças impulsionadas pelas transformações sobre essas instâncias ou sobre fatores produtivos e sociais, demandadas pelas formas de ocupação recente da terra no Vale do Gurguéia. Essa ocupação, segundo Silva (1999), se trata de uma “apropriação legalizada” de terras produtivas pertencentes a várias gerações de agricultores, transmitidas por meio de herança. Nesse sentido, as práticas possessórias desses agricultores constituíram a posse fática, “(...) a posse (...) legitimada pelo direito costumeiro de associação entre grotas [vales, baixões] e chapadas, ou seja, terra pessoal, terra comum e terra em comum” (Silva, 1999, p.52).

É nesse contexto de alteração dos usos tradicionais de ocupação da terra pelos agricultores locais sob pressão e conflitos externos que a visibilidade da identidade social destes se evidencia. Os significados e os conteúdos elaborados pela experiência histórica vêm-se alterados, ressignificados, ameaçados pela presença da exploração agrícola empresarial moderna, seletiva e competitiva.

Nesse processo de formação de identidades, observam-se as possibilidades de permanência dessa forma de sociedade. Processo consubstanciado na criação de organizações profissionais orientadas para a capacitação e a inserção dos agricultores no mercado de produtos e em atividades competitivas locais e regionais.

### 5.3 As formas organizativas sustentáveis

As formas organizativas que reforçam a construção de novas identidades socioprofissionais, enquanto estratégias alternativas adotadas pelos agricultores da região, surgiram no contexto recente do movimento do novo sindicalismo, a partir dos anos 1990, referenciado nas lutas de reconhecimento da base social da agricultura familiar, principalmente pela presença da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outros movimentos sociais no campo — Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), CPT, MST, etc. —, incorporando progressivamente e afirmativamente a diversidade de segmentos existentes além das categorias de trabalhador rural, e propondo um projeto alternativo de desenvolvimento rural de abrangência a todos segmentos do meio rural (CUT-CONTAG, 1999).

A identidade socioprofissional como construção cultural influencia a redefinição dos valores e interesses da identidade sociocultural. Aquela se reconhece nesta. Esse patrimônio cultural condensa um significado de reconhecimento de si mesmo e em relação aos outros, pela memória; campo tecido de lutas e interesses diferentes e desiguais (Ortiz, 2000).

As novas organizações atuam como campo de produção social desse passado de afirmação da identidade cultural, de maneira que não substituem os princípios e os interesses tradicionais, mas os redefinem seja pelos riscos e impactos impostos pelo ambiente, seja pelas novas tecnologias e pelos novos mercados, articulando, a partir dessas instituições, seus interesses específicos de enfrentamento, em um ambiente de disputas locais e identitárias, onde a construção das sociabilidades encontra apoio.

As atividades de produção de grãos, soja, milho e algodão, intensificadas na região, ameaçam os ecossistemas do cerrado, inviabilizam a própria sustentabilidade agrícola dos produtores de grãos, especialmente os agricultores familiares modernos convencionais,

demandam incorporação crescente de novas áreas aptas à exploração intensiva com o aumento dos insumos industriais (que se refletem nos custos de produção), deixando para trás áreas degradadas e inóspitas, e impedem o acesso dos agricultores familiares locais, além de serem atividades poupadoras de mão-de-obra.

O recente processo de incorporação do cerrado piauiense, no complexo do agronegócio de carnes/grãos pela exploração da agricultura intensiva de grãos nas chapadas da região sudoeste do Estado, vem contribuindo para transformar as formas de organização da produção locais, principalmente as realizadas pelos agricultores familiares tradicionais, quanto à racionalidade do trabalho e à sua identidade socioprofissional. Os parâmetros de organização da produção são modificados para garantir ajustes de inclusão no sistema produtivo em questão.

A estrutura de mercado na região não é mais a mesma com o incremento da produção de grãos e seus efeitos sobre a dinâmica do comércio local, frente às pressões competitivas demandadas por novas atividades, produtos e agentes externos. Tradicionalmente, a estrutura de mercado estava organizada em função da comercialização das feiras locais, enquanto via de distribuição de produtos excedentes do consumo e de aquisição de mercadorias não produzidas pelos agricultores (Forman, 1979).

Esse processo de comercialização de gêneros alimentícios básicos não é indiferenciado; ao contrário, conforma situações específicas segundo os tipos de agentes intermediários (atacadistas, varejistas) que operam nessa teia de contatos, que, dependendo da posição ocupada em relação aos produtores, obtém ou não vantagens especulativas. Esse sistema de trocas econômicas, com seus arranjos acordados entre produtor e vendedor, alimentou-se secularmente e ainda perdura, funcionando integrado a outros componentes culturais e sociais pertinentes nessas relações, cuja dinâmica nesse contexto pode ser observável e compreendida em sua totalidade.

Os agricultores do Vale do Gurguéia, embora enfrentem dificuldades em desenvolver atividades no associativismo, quanto às atividades de industrialização da rapadura, da aguardente e da farinha de mandioca, conseguem realizá-las mediante práticas tradicionais de ajuda mútua.

O Pronaf vem aplicando recurso nos Municípios desde 1997, mas, ultimamente, a liberação dos financiamentos tem sido menor, mesmo porque a inadimplência é muito alta. O agricultor familiar tem dificuldades para pagar um empréstimo de R\$ 15.000,00 em cinco anos, com prestação de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00 ao ano.

O Governo Federal trabalha praticamente com pacotes fechados, e os resultados não têm mostrado eficiência. A política agrícola tem pouca flexibilidade para incorporar as características, as potencialidades locais e regionais, como acontece com o produtor de Palmeira do Piauí seja um produtor de gado de corte, dispõe de potencial para produzir gado de leite atendendo à característica do Pronaf, que financia gado de leite. A produção do gado de leite associado ao plantio de cana-de-açúcar pode ser uma alternativa local para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Nesse sentido, a Emater-PI, reestruturada para realizar assistência, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de agricultura, desenvolveria projetos de uma política agrícola voltada para o setor, envolvendo todos os segmentos da sociedade no controle e na fiscalização da gestão pública.

O Banco do Nordeste tem financiado muitos projetos na região. E muitos desses não atingem seus objetivos. No Município de Palmeira do Piauí, a Emater-PI vem atendendo a 70 projetos do Pronaf, fora outras instituições. Atualmente, a maioria desses referem-se ao custeio de safra no valor de R\$ 500,00. Via associação e de forma individual, atende a, aproximadamente, 30 produtores com valores em torno de R\$ 8.000,00 a R\$ 15.000,00.

A necessidade de agregar valor à produção de aguardente de cana-de-açúcar, como estratégia alternativa de competitividade no mercado, está mobilizando os agricultores para formarem cooperativas, no sentido de gerirem investimentos (em infra-estrutura e equipamentos) com recursos próprios, demonstrando a retomada de iniciativas que se inviabilizaram nos formatos anteriores.

Os programas de desenvolvimento rural para o Vale do Gurguéia definem suas ações a partir do pressuposto de que essa região constitui a base para a incorporação do modelo de modernização agrícola. Então, a opção feita por esses programas de investimentos em infra-estrutura é o apoio à produção de grãos e à fruticultura irrigada, comandadas pelas grandes empresas. Os Governos, com isso, estimulam e assumem um tipo de desenvolvimento da agricultura que não inclui socialmente a maioria dos segmentos da agricultura familiar, particularmente a tradicional de subsistência.

As iniciativas desse modelo de forte enfoque produtivista estão ameaçadas pela crescente pressão da pobreza e da segurança alimentar, gerada por esse padrão desenvolvimentista, que, em suas experiências regionais e locais, concentrou recursos produtivos e renda e contribuiu para aumentar a competição por recursos escassos (combustível, água, terras férteis, etc.), impedindo às populações seu acesso equitativo e racional.

Nessa perspectiva, a dimensão social é considerada nesses programas como secundária e apêndice, na medida em que a preocupação com os aspectos econômicos e ambientais e com sua integração no mercado moderno (Neder; Cleps, 1997) privilegia a produtividade como única alternativa, desvinculada dos conflitos da sociedade. Portanto, a sustentabilidade social enfrenta o desafio de integrar os homens na produção social, sem negar os conflitos e os interesses, mas considerando-os como parte integrante das outras dimensões da realidade, igualmente importante diante de alternativas sustentáveis.

A organização dos agricultores em associações e cooperativas de produção é a forma como esses agricultores encontraram para afirmar seus interesses e potencializar os recursos materiais e humanos disponíveis, alocando-os de forma adequada, convertendo os riscos e os impactos em possibilidades de desenvolvimento. Embora esse processo de cooperativização tenha sido estimulado pelos agentes públicos, depois de insucessos iniciais, principalmente em relação à formação técnica de gestão quase inexistente, retorna mais pelas necessidades dos próprios agricultores do que daqueles agentes.

Esse movimento cooperativo e do associativismo tem promovido tanto a afirmação do padrão agrícola para satisfação das necessidades locais quanto a construção de identidade socioprofissional. Essas mudanças sociais, econômicas e institucionais têm produzido mudanças nas atitudes dos agricultores frente às demandas emergentes de qualificação e especialização profissionais no desenvolvimento de produtos e de atividades competitivas para assegurar renda.

Esse reconhecimento de organização social por parte dos agricultores contribui para afirmar a cultura tradicional local, sem se deixar desenraizar (Martins, 1998) totalmente e ampliando a participação desses na orientação e nos resultados das políticas de desenvolvimento rural sustentável, através de suas entidades civis.

A qualificação tecnológica dos agricultores especializados em produtos e atividades competitivas, associada à significados de afirmação da sua identidade sociocultural, capacita-os a enfrentar com menos riscos e impactos as incertezas derivadas das mudanças socioeconômicas e institucionais. O diferencial desse novo quadro de pressões impostas por essas mudanças está na percepção dos agricultores da necessidade de disputar os mercados locais, necessitando, para isso, construir uma identidade socioprofissional. Identidade esta baseada na especialização tecnológica sustentável (produtividade e qualidade do trabalho), que potencialize racionalmente os recursos disponíveis sem comprometer a reprodução social.

A participação das cooperativas na organização da produção vinculada aos cultivos tradicionais da região é recente, tímida e de ritmo lento face às características locais condicionantes, como restrições de acesso ao crédito bancário (critérios rígidos de classificação técnica de viabilidade econômica), juros altos e seguros contingenciados, descapitalização da maioria dos agricultores tradicionais de subsistência, situação fundiária irregular e manutenção de interesses políticos locais nas instancias deliberativas.

A atividade cooperativa e associativa, na sua maioria, funciona como instrumento de acesso às linhas de crédito oficiais para custeio e investimento na produção de cultivos e atividades tradicionais (cana-de-açúcar, mandioca, feijão, pecuária e extrativismo), resultando para os agricultores menos capitalizados em pesados ônus financeiros, particularmente em situação de perda de safra ou de baixa rentabilidade motivadas por circunstâncias além de seu alcance (seca, preços baixos, etc.), forçando-os a negociar prazos e juros mais condizentes, ou mesmo, no limite, reduzir a área plantada para a próxima safra ou perder terras.

É comum encontrar agricultores endividados, pela via do crédito comercial, junto aos comerciantes locais. Às vezes, com juros mais altos que os praticados pelos bancos oficiais, mas com acesso facilitado e envolto por relações de confiança, favores pessoais e dependência econômica; de maneira que, outras vezes, se vê obrigado a vender para seu credor parte ou toda a produção antecipadamente, por valores definidos por este, promovendo, dessa forma, crescentemente seu empobrecimento e, conseqüentemente, quase a inviabilização das condições de sua reprodução social.

Nesses termos, a sustentabilidade social, econômica e institucionais dos agricultores através da organização aparece como estratégia de reafirmação da sua autonomia, do controle sobre o processo produtivo, em nova base econômica e social, de construção de um projeto de sociedade, pela participação efetiva numa economia local sustentável e por formas de sociabilidade com maior qualidade de vida e integração social no Vale do Gurguéia.

Cada vez mais, cresce, nessa região, o recurso do assalariamento temporário pelos agricultores descapitalizados, à medida que segmentos de posseiros, parceiros e trabalhadores rurais, impossibilitados de obter renda exclusivamente agrícola e ou da pecuária, em crescente marginalização, são obrigados, como estratégia-limite, a alugar a força de trabalho com freqüência cada vez maior e com baixa remuneração, comprometendo sua existência como setor produtivo e exército de reserva (Sorg, 1980).

#### **5.4 A sustentabilidade da agricultura familiar: perspectivas e desafios**

Pensar a sustentabilidade da agricultura familiar é ampliar o debate do desenvolvimento da sociedade para além do campo da economia (Herculano,1992), agregando, numa perspectiva sistêmica, a dimensão social com base no princípio da equidade, o qual perpassa e integra de forma interdependente as dimensões econômica, ambiental e institucional, permitindo criar novos padrões de regulação pública e democrática do acesso aos recursos disponíveis a partir das demandas e da gestão da sociedade (segurança alimentar) e não mais exclusivamente da apropriação do capital pelas grandes corporações mediadas pelos Governos. Isso implica o desafio de construção de novas formas de organização de sociedades sustentáveis distintas do modelo econômico excludente.

As possibilidades agroecológicas em que se encontravam os agricultores tradicionais nas chapadas e nos baixões e os limites impostos à reprodução social destes, com a incorporação desses agroecossistemas pela agricultura intensiva de grãos para exportação, obrigam os agricultores a reorientarem suas estratégias econômicas e sociais de sobrevivência, segundo uma racionalidade única e excludente de reprodução das condições de vida, isto é, que tem por base a reprodução pura e simples do trabalho familiar, ou como produtor integrado ao

complexo do agronegócio (Moraes, 2000), fazendo-os redefinirem sua identidade sociocultural por um lado e, por outro, gerando a possibilidade de recriarem a partir das novas formas organizativas institucionais, novas identidades socioprofissionais e de sociabilidade como centrais ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

A sustentabilidade da agricultura familiar passa antes por esse entendimento de justiça social, de diminuição das desigualdades de oportunidades entre os setores da sociedade. Qualquer proposta de programa de desenvolvimento rural sustentável inviabilizar-se-á, se assentar seus objetivos unicamente na dimensão econômica (eficiência produtiva) ou na dimensão ambiental (distribuição dos recursos naturais), sem incorporar a dimensão social, tendo, como pressuposto, o princípio da equidade social, enfim, sem enfrentar a questão central, a distribuição de renda na sociedade.

A lógica moderna de produção de grãos, setor produtivo emergente na região, pode estar influenciando a configuração dos sistemas tradicionais em transição para sistemas convencionais (arroz, soja e gado bovino), de tipo empresarial capitalista e familiar (arroz e soja), emergentes na região, ou ainda desestruturando os sistemas tradicionais, inviabilizando aos setores estacionados e descapitalizados as possibilidades de superar a condição em que se encontram, uma vez que a sustentabilidade do desenvolvimento econômico depende, atualmente, cada vez mais, da garantia de inclusão econômica e social dos agricultores familiares numa estrutura democrática de acesso aos bens materiais e imateriais disponíveis ainda para pequenas parcelas da sociedade.

A situação de exclusão dos agricultores familiares dessa estrutura de oportunidades foi agravada recentemente pelas transformações nas relações sociais de produção, no contexto da reestruturação dos mercados.

A dinâmica dessa expansão econômica tem possibilitado que essas rearticulações realizadas pelos setores do capital industrial e financeiro estivessem dirigidas à adaptação das

novas demandas da sociedade moderna, ainda que sem uma transformação radical nos pressupostos de sua racionalidade que a obrigasse a redefinir suas ações diante dos limites e dos riscos sociais e ambientais não ponderados por aquele modelo.

A consciência das implicações dessa dinâmica para os agentes envolvidos nesse processo que transforma áreas tidas como estagnadas em áreas integradas num espaço-tempo (local e global) tem obrigado aqueles a desenvolverem estratégias produtivas que aparecem como fragmentadas e/ou integradas no mesmo contexto, independentemente de suas fronteiras espaciais, mas que, por força das demandas do modelo hegemônico, não conseguem reagir diferentemente ou mais lentamente às mudanças para um modelo não convencional, econômico e socialmente menos excludente.

Outro fator de conflito entre os agricultores locais e os de fora da região diz respeito à sustentabilidade ambiental, às conseqüências decorrentes da ocupação das chapadas pela lavoura de grãos mecanizada, de uso intensivo de agroquímicos, com forte impacto nos agroecossistemas, pela ocorrência de degradação dos solos, assoreamento dos rios e contaminação de suas nascentes, bem como com comprometimento da biodiversidade das espécies ameaçadas de extinção,<sup>46</sup> principalmente pelo desmatamento e pela caça predatória do tráfico de animais silvestres.

“[...] a terra não vai mais prestar para nós, não trabalhamos com insumos [fertilizantes] o problema da caça, e o problema da natureza, acabou com tudo e vai fazer falta para nós lá na frente [...] temos o olho ‘d’água da chuva’ na encosta da Serra do Uruçuí, onde desce a água, enquanto os projetos estão lá em cima, como é que não contaminam essa água? É problema pra nós.” (José Wilson, Entrevista n°17).

As possibilidades de reprodutibilidade social estão além das contingências imediatas, estas dependem da dinâmica e dos ritmos que as sociedades locais imprimem à complexidade

---

<sup>46</sup> Inúmeros animais silvestres estão ameaçados pelo desmatamento e pela caça criminosa no Piauí, especialmente nas regiões sul, sudoeste e sudeste: tatu-canastra, tatu-bola, tamanduá-bandeira, lobo-guará, cachorro do mato, suçuarana, jaguatirica, gato-do-mato, gato-maracajá, jaguar, capivara, preguiça, gambá, anta, quati, arara, veado-campeiro, ararinha-azul, surucucu e outros, conforme o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

de suas economias, particularmente de seus sistemas possessórios e produtivos, adaptando-as às novas demandas e aos novos significados.

A ocupação das chapadas pela agricultura moderna de grãos reduz progressivamente o espaço ocupado pelos agricultores familiares tradicionais e o de acesso aos recursos anteriormente disponíveis (pastagem natural, madeira, frutos e plantas medicinais), com riscos também para os baixões, quanto às nascentes que irrigam as sub-bacias envolvidas nesse processo. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, amplia as possibilidades de uso das chapadas e baixões, com expansão da monocultura e/ou desenvolvimento de tecnologias agrícolas e extrativas não-convencionais<sup>47</sup>, de forte conteúdo integrador dos dois agroecossistemas associados ou não à (re)significação de atributos locais como referência de mercado.

Atualmente, embora pouco representativo, permanece o entendimento dos que consideram que essas transformações submeteram todas as relações sociais sem resistência dos agricultores familiares, pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros, na medida em que as estratégias produtivas e sociais de sobrevivência destes pareciam não garantir a reprodução.

Produto das recentes transformações no sistema produtivo tradicional de ocupação da terra no Piauí, a presença de produtores modernos de carne e grãos (agentes do capital comercial e industrial), oriundos de outras regiões do País (Sul e Sudeste) e estabelecidos nos cerrados (sudoeste do Estado), dentre outros fatores, provocou, nesses nichos, a emergência de classes sociais comandando novo processo de (re)ocupação do espaço social e político, base sobre a qual estão configuradas novas relações sociais, cujas dinâmica e organização

---

<sup>47</sup> Há em curso na região, um movimento, embora incipiente, de ONGs, que buscam discutir tecnologias agroecológicas como alternativas ao modelo produtivo convencional moderno, que podem contribuir para desenvolver de forma sustentável as potencialidades desses agroecossistemas. São agentes sociais emergentes, mediadores nas relações entre a sociedade local e a global, revelando novos campos de disputas de conhecimentos e experiências em relação à tradição e ao saber local.

permitem a recriação e a (re)significação de identidades socioculturais e a emergência de novas identidades socioprofissionais locais.

Essas mudanças no sistema produtivo tradicional (principalmente no processo de trabalho), associadas à pressão da estrutura fundiária concentrada (apropriação das áreas das chapadas já ocupadas pelos posseiros), acabam por agravar a situação dos produtores familiares, obrigando-os a desocuparem as chapadas, deslocando-se para as áreas úmidas dos vales, ou forçando-os a migrarem para outras regiões ou cidades próximas; comprometendo, assim, a sua sustentabilidade social.

A sustentabilidade da agricultura familiar realizada sob a orientação de uma nova racionalidade tecnológica do trabalho agrícola e do uso da terra, subordinada aos interesses do mercado, impõe ao agricultor uma situação de incorporação de inovações tecnológicas e de outros insumos, constituindo uma redefinição de suas práticas sociais nas dimensões espacial e temporal (Carmo, 1998), possibilitando a esse agricultor interagir com os novos agentes (empresários, técnicos, etc.), criando novas relações sociais de produção.

Tanto na abertura de áreas para o plantio quanto no beneficiamento e na transformação industrial dos produtos, a racionalidade adotada é a da diminuição dos custos de produção, que superestima a especialização dos processos técnicos e o consumo intenso de insumos industriais, refletindo-se em baixa admissão de mão-de-obra não qualificada para os padrões tecnológicos da agricultura moderna de grãos.

Dessa forma, esse tipo de agricultura causa impacto na região, alterando as formas de organização da produção local e da apropriação dos recursos naturais e humanos, transformando as condições de reprodução social dos agricultores familiares, cujos indicadores de sustentabilidade informam potencialidades, tendências e cenários de desenvolvimentos diferenciados.

“O nosso desafio [é] se nós não disputarmos o espaço [chapadas], [...] vai sobrar para os agricultores dessa região a mão-de-obra assalariada, que não é assalariada porque não tem carteira de trabalho, não tem direitos, não tem nada e acabam se enquadrando na mão-de-obra escrava” (Davi, Entrevista nº 10).

A análise da sustentabilidade dos agricultores familiares do Vale do Gurguéia tem revelado uma gama de situações diferenciadas de formas de organização da produção e reprodução desses produtores, à medida que eles buscam recriar estratégias econômicas e sociais que os capacitem a enfrentar as mudanças que afetam a produção e a qualidade de vida em suas comunidades locais, sem comprometer a sua reprodutibilidade.

A tese inicial defendida é a de que os agricultores familiares da região em estudo, em sua maioria, dependendo das formas como organizam sua produção e o trabalho segundo padrões produtivos de uso e de posse da terra, são sustentáveis do ponto de vista dos objetivos e dos interesses da reprodução social, ao estabelecerem relações sociais que lhes possibilitam tanto suportar riscos internos e externos à funcionalidade de suas formas produtivas, quanto regular uma dinâmica social mais duradoura.

Nesse sentido, esse estudo demonstrou que as transformações na terra, no trabalho e no mercado possibilitaram a viabilidade econômica e social desse setor produtivo, condicionado à atuação do Estado para o desenvolvimento e a consolidação da agricultura familiar, configurando cenários de processos e dinâmicas em curso na região, cuja apreensão de sua complexidade demanda novos aportes de estudos e pesquisas sobre o controle adequado do uso e da distribuição dos recursos disponíveis por parte da sociedade local, de forma que o desenvolvimento de suas potencialidades seja percebido pelos agentes sociais interessados como um processo consciente de responsabilidades, que possibilita a inclusão social.

Concorda-se com a proposta de Wanderley (1999), da necessidade de se estabelecer um pacto social pelo desenvolvimento rural envolvendo todos os setores sociais, agricultores, técnicos de instituições públicas e privadas, entidades civis e movimentos sociais, e de todas

as formas possíveis capazes de transformar em “forças sociais para o desenvolvimento” (Wanderley, 1999, p. 8) o enorme potencial econômico, social, cultural e patrimonial existente no meio rural, restituindo-lhe o dinamismo sustentável de sua sociedade.

A ocupação das chapadas pela agricultura mecanizada de grãos afeta diretamente as áreas de uso comum, campos de pastagens naturais, em que, até então (1970), não havia pressão demográfica sobre o espaço, que sempre apresentou baixa densidade demográfica, salvo algumas exceções: durante a exploração da borracha de maniçoba (período 1910-20) ou da extração de diamantes (em Gilbués-PI, nos anos 1940-60), quando vieram para a região levadas de migrantes nordestinos, em busca de trabalho e fugindo da seca. Esse é um espaço de extração de recursos naturais, como a madeira para lenha e cerca e o extrativismo vegetal (buriti, babaçu), e de caça de animais silvestres.

Os projetos de reflorestamento (caju) abandonados proporcionaram lucros especulativos e contribuíram também para a formação de uma mão-de-obra assalariada disponível para os projetos agrícolas (arroz, soja e milho) sucessores.

As relações definidas pelas formas tradicionais de acesso e de uso da terra, de maior densidade e autonomia, estão em contraste com as novas relações híbridas (tradicionais/modernas) de identidade em questão. Se, por um lado, o uso intensivo dos recursos naturais e humanos se configura mais do que uma possibilidade, como a afirmação de um sistema produtivo em transformação suficiente para a viabilidade econômica, por outro, converte-se em riscos de insustentabilidade ambiental e social, à medida que o uso intensivo dos agroecossistemas compromete a base principal de reprodutibilidade social dos agricultores, a terra (Gehlen, 1988).

Com efeito, o que aparece como sendo a âncora ou a estabilidade para garantir uma pretensa sustentabilidade do sistema produtivo, constitui-se, em seu limite, em um paradoxo, por representar uma instabilidade que põe em risco o próprio sistema produtivo integrado,

vinculado às desvantagens ambientais provocadas pelo consumo de insumos externos, agravados pela inexistência de manejo sustentável dos solos e dos sistemas produtivos.

A mesma possibilidade de modernização da produção, de poder competir no mercado de grãos, pode significar risco de insustentabilidade e de perda de autonomia quanto à gestão produtiva. O regime de arrendamento não constitui uma alternativa exclusiva frente ao assalariamento temporário, nos projetos agrícolas os agricultores familiares têm escolhido seu tipo de modernização, quando privilegiam ampliar o sistema produtivo gado-cana-de-açúcar e fruticultura irrigada, organizada a partir de relações tradicionais de consumo e mercado local distintas da relação de mercado capitalista, o que possibilita adaptar ou incorporar práticas produtivas modernas, mantendo a sua racionalidade produtiva orientada para a reprodução familiar.

Para além dessas práticas produtivas combinadas, outras estão sendo experimentadas no âmbito dos assentamentos de agricultores sem terra na região, através dos projetos do INCRA<sup>48</sup>.

A produção de soja pelos agricultores locais, no sistema agroecológico, é pensada também como alternativa não só de inserção no mercado moderno de grãos, mas de garantia da ocupação do cerrado pela agricultura familiar.

“[...] queremos também mostrar pra esse setor [moderno] da agricultura, [...] que os pequenos produtores rurais têm produtividade e podem de forma correta [...] produzir soja ecológica, que não use tanto defensivos agrícolas e agrotóxicos como a outra se utiliza. Então, o desafio é esse, é poder plantar soja, embora exista crítica que soja não é para pequeno produtor rural, aí muitos pequenos produtores assumem esse discurso, [...] mas acho que esse discurso é pra poder isolar e dizer que só os grandes conseguem produzir e os pequenos não.” (Davi, Entrevista n° 10).

---

<sup>48</sup> O INCRA-PI desenvolve, nos Municípios de Uruçuí, Manoel Emídio e Cristino Castro, projetos de assentamentos de agricultores familiares orientados para assegurar as condições básicas à viabilidade econômica e social dos assentados.

Evidentemente, muitas implicações tecnológicas e sociais decorrem dessa situação cogitada pelos agricultores quanto às reais possibilidades e limites de acesso aos recursos disponíveis, particularmente na mudança para uma nova racionalidade produtiva, em padrão tecnológico que privilegia o consumo de insumos locais renováveis e referenciados em relações sociais mais solidárias e duradouras.

A conservação da biodiversidade comum a alguns sistemas produtivos tradicionais requer um monitoramento da capacitação dos agricultores quanto à conservação e ao manejo dos recursos disponíveis dos agroecossistemas, particularmente quanto ao beneficiamento da produção agroindustrial, assegurando o binômio mercado-proteção ambiental.

As áreas de conservação ambiental devem adotar modelos de co-gestão, incluindo a participação dos próprios moradores, quando não estiver em risco a sustentabilidade ambiental.

A construção da Transcerrado<sup>49</sup>, proclamada pelos estrategistas do desenvolvimento como uma panacéia destinada a abrir a fronteira agrícola para o mercado internacional, pode constituir um paradoxo aparente, à medida que ampliasse a desenfreada especulação de terras às margens da estrada, contribuindo não só para a devastação completa dos ecossistemas em escala ampliada como para o agravamento dos conflitos fundiários na região, propiciaria também o deslocamento e a expulsão das populações locais de posses antigas.

A inexistência de um monitoramento das áreas em processo de abertura e ocupadas pelas empresas licenciadas na Região Sudoeste consolida o processo de ocupação desordenado dos agroecossistemas dos cerrados, ampliando o número de áreas degradadas pelas pastagens (uso da queimada como prática de manejo da pecuária extensiva) e, recentemente, pela rotação de monocultivos (arroz, soja, milho, etc.), imprimindo processos

---

<sup>49</sup> No Programa Nacional de Implantação de Corredores Intermodais de Transportes para o escoamento da Produção, a Agenda 21 recomenda que a sua implantação deve apoiar as iniciativas econômicas ligadas à preservação da biodiversidade dos cerrados, convertendo-se em corredores de preservação e valorização da biodiversidade. Ver, sobre o tema, **Agricultura Sustentável** (MMA, 2000).

erosivos dos solos, perda da cobertura vegetal e redução das populações de animais silvestres, assoreamento e contaminação dos cursos d'água, agravando, dessa forma, o processo de desertificação da região sul do Estado.

A falta de controle por parte das entidades públicas do avanço crescente dos processos de apropriação especulativa das terras públicas estaduais e da concentração de propriedades sob o comando dos empresários rurais vinculados ao agronegócio de grãos e carnes da Região Nordeste e de outras regiões do País contribui para acentuar o quadro irregular de ocupação do território estadual, agravado pela falta de políticas de regularização fundiária e agrícola com ações orientadas ao desenvolvimento rural sustentável das populações locais.

A reprodução social dos agricultores familiares tradicionais está vinculada a “(...) apropriação das diversas possibilidades oferecidas pelos ecossistemas das regiões de cerrados, transformadas em recursos (Godelier, 1968), conjugando sistemas de posse individual, de propriedade individual e de uso coletivo da terra” (Moraes, 2000, p.236). Nesse sentido, observou-se, na evolução ou na transformação desse processo de ocupação, a tendência restritiva do acesso à terra pelos agricultores, obrigando-os a (re)combinar seus sistemas produtivos e redefinir a organização destes (Capítulo 4).

Identificou-se, dessa maneira, na região em estudo, a emergência da recriação de formas sociais da agricultura de base familiar, operando uma diferenciação interna no conjunto das formas organizativas da produção e do trabalho, caracterizadas de forma sintética em diferentes tipos de agricultores familiares, como claramente relatado nos Capítulos 3 e 4.

Os agricultores familiares, através das formas tradicionais de acesso e de uso da terra e do trabalho (parentes e vizinhos) pelas práticas agrícolas redefinidas, procuram afirmar uma racionalidade que tem importância estratégica para a sua reprodução social, como forma de

---

assegurar a diversidade ecológica e social em franco processo de restrições em curso frente às transformações impostas pelo novo contexto econômico da região.

A análise da sustentabilidade dos agricultores familiares no Vale do Gurguéia aponta um quadro de desafios e perspectivas frente à construção de um projeto de sociedade. As alternativas produtivas e sociais encaminhadas pelos agricultores estão nas suas formas organizativas, que mobilizam sua maior capacitação na gestão produtiva para enfrentar os riscos, bem como ampliar ou manter sua capacidade de sociabilidade.

As transformações socioeconômicas e institucionais da terra, do trabalho e do mercado resultaram em efeitos diferenciados sobre os diversos grupos ou segmentos específicos das formas de produção familiar. Efeitos que repercutiram na redefinição da identidade sociocultural, contribuindo para a emergência de identidades socioprofissionais.

As formas de uso e de posse dos recursos internos cederam espaço para apropriação externa em curso na região, alterando as condições de autonomia da produção e de reprodução social. Significados éticos e políticos (no trabalho e no mercado principalmente) são impostos como centrais no modo de vida, estabelecendo critérios seletivos de inclusão/exclusão de grupos sociais.

O desenvolvimento do modelo de produção familiar na agricultura pode desempenhar satisfatoriamente um importante papel econômico e social, no Vale do Gurguéia, pela ampliação do potencial e do dinamismo das culturas tradicionais locais, particularmente vinculadas às atividades de transformações de produtos de origem agropecuária (cachaça, leite, etc.) e de extrativismo vegetal (doces e óleos), contribuindo para aumentar e diversificar as remunerações, assegurar emprego local e qualidade de vida e diminuir as pressões sociais sobre investimentos públicos em equipamentos urbanos (escola, hospitais, saneamento, etc.) e a violência nas cidades.

## CONCLUSÃO

O estudo da sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia possibilitou compreender os impactos sobre o modo de vida dos agricultores, frente às transformações socioculturais e institucionais sobre a terra, o trabalho e o mercado, decorrentes do contexto recente de modernização da agricultura nessa região. As possibilidades e os limites de suas formas de organização social, assentadas em práticas tradicionais e combinadas aos padrões modernos de cultivos, desenvolvem um cenário múltiplo longo prazo de consolidação de padrões específicos de sociedades sustentáveis de base local.

A análise do desenvolvimento, nos termos do debate acadêmico mais recente, tenta explicar a lógica e a dinâmica do funcionamento da agricultura familiar. Neste estudo, a preocupação central reside na compreensão das relações constituintes dos processos sociais de desenvolvimentos diferenciados e da reestruturação das formas sociais da agricultura familiar em questão, procurando registrar seus movimentos, suas tensões e as distensões próprias de suas transformações.

A organização da produção e a do trabalho, caracterizadas historicamente, na região, pela tradicional agropecuária de subsistência assentada na grande propriedade pecuarista e extrativista, passam por transformações em seu modo de vida e de trabalho, particularmente no patrimônio cultural e na identidade socioprofissional dos agricultores familiares locais.

Nesse contexto, interesses e disputas aparecem no curso das mudanças socioeconômicas e institucionais, como expressão de antagonismos e conflitos aparentes entre grupos e agentes públicos pactuados e afinados com práticas e relações costumeiras de poder político, na legitimação de processos de apropriação privada de terras de ocupação antiga.

Os agricultores familiares, proprietários, posseiros e trabalhadores sem terra, são os mais afetados, porque, obrigados pela restrição aos recursos produtivos — pastagem natural principalmente — imposta pelo avanço crescente da ocupação agrícola sobre as suas tradicionais formas de apropriação e de uso da terra (“terra comum” ou “em comum”), estabelecidas na região, tanto nas chapadas (criação extensiva, lenha, etc.) como nos baixões (culturas temporárias e extrativismo, buriti, babaçu), buscam criar estratégias alternativas para superar riscos e impactos decorrentes daquela, recombinação sistemas produtivos e sociais de sobrevivência e de inclusão social.

Esses agricultores, na condição de tradicionais produtores de subsistência (autoconsumo) e de excedentes para mercado local, em sua maioria descapitalizados e diante das pressões econômicas e sociais, operam, com base no patrimônio cultural, alterações na lógica de apropriação e de uso dos recursos limitados, associadas aos significados e conteúdos que orientam decisões sobre produtos e atividades específicas, para estabelecerem condições de existência e reprodução sociais. Para isso, esses agricultores definem sua identidade socioprofissional através das representações e das práticas simbólicas auto e alteratribuídas, que recriam os atributos tradicionais locais de afirmação do patrimônio cultural sob novos indicadores qualificados (produtividade e competitividade) de sustentabilidade e de conquista da cidadania. Nesse sentido, a manutenção da identidade original é a base central de recriação da agricultura familiar.

Essas novas competências condicionadas pelas transformações socioeconômicas e institucionais estão redirecionando a dimensão social do trabalho familiar, para incorporar

valores da racionalidade produtivista, sem alterar o caráter da produção voltada para a reprodução social.

A perspectiva teórica desta tese sustenta-se no pressuposto de que a sustentabilidade da agricultura familiar está integrada no processo de acumulação do capital e que seu desenvolvimento estabelece características diferenciadas do padrão clássico das relações capitalistas (Bruno, 1994; Germer, 1999; Schneider, 1999).

Durante o processo de análise da sustentabilidade assentada nos eixos terra, trabalho e mercado, a hipótese levantada e trabalhada no desenvolvimento da tese evidenciou fatos e relações sociais estabelecidas pelos agricultores familiares em que estes se reconhecem e são reconhecidos localmente como tais, portadores, portanto, de identidade sociocultural, referenciada particularmente nas formas de apropriação e de uso dos fatores produtivos, como elementos articuladores entre os eixos da sustentabilidade das dimensões econômica, social e institucional.

A hipótese pensada, não poderia esgotar as possíveis relações da realidade. No entanto, estas possibilitaram revelar fatos e relações inesperados. Para interpretação desses fatos não esperados, é imprescindível rever a hipótese, procedimento importante no aperfeiçoamento da análise, mas que extrapola o momento, entretanto indicam reflexões para futuras investigações.

As respostas apontadas pelos indicadores utilizados para análise das dimensões (econômica, social e institucional) e dos eixos (terra, trabalho e mercado) da sustentabilidade [Quadro.1] afirmam que a construção de novas identidades socioprofissionais dos agricultores constitui a manifestação incontestável de que a mudança nas formas sociais de vida e de produção destes contribui para a afirmação identitária de um padrão de sociedade sustentável.

As conseqüências das transformações nos processos produtivos tradicionais identificados no curso da análise evidenciaram-se mais especificamente nos aspectos

referentes à construção da identidade socioprofissional do que em outros. Isso se evidencia quando, através das novas formas organizativas, os agricultores transformam estas, entre outras, em estratégias de articulação de relações entre viabilidade econômica e sustentabilidade social, isto é, de afirmação da identidade sociocultural como principal suporte às estratégias de reprodução social.

A criação semi-extensiva do gado bovino dos pequenos proprietários mais capitalizados, investindo em instalações de pequenos cercados (potreiro), no plantio de forrageiras e na produção de silagem nas propriedades, indica a formação de um produtor especializado seja na produção de leite, seja na transformação de produtos (cachaça, doces e óleo de buriti), competindo num mercado local e regional.

O movimento de organização dos produtores de cachaça em cooperativas, buscando a qualidade do produto, é um indicativo da preocupação de ser um produtor mais qualificado e competitivo no mercado local.

A modernização da agricultura na região, com a incorporação dos cerrados pela lavoura intensiva de grãos, não tem possibilitado integrar os agricultores locais nos elos da cadeia produtiva do complexo de grãos/carnes, entre a produção e a agroindústria, quando muito como mão-de-obra temporária em etapas específicas da produção, gerando desemprego e migração de populações locais para a periferia das sedes dos municípios, a exemplo de Antonio Almeida, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Cristino Castro e Corrente<sup>50</sup>, ou para capitais, como Brasília e São Paulo.

A aproximação parcial dos agricultores locais que cultivam o arroz de sequeiro nas chapadas, no novo sistema de monocultivo, em troca do sistema antigo conhecido por “roça

---

<sup>50</sup> Esses municípios têm apresentado, nas últimas décadas, um aumento da população urbana em relação à população rural. Dados dos outros municípios da região podem ser vistos na Tabela 2. Alguns desses municípios deram ou tiveram sua origem em outros, a partir de 1992.

de toco”, enfrenta situações novas quanto à demanda de maior quantidade de área e de sementes melhoradas, uso de máquinas e equipamentos como plantadeiras e colheitadeiras, tempo de trabalho, à expectativa de riscos e de produtividade. Tudo isso tem alterado o modo de vida e de organização da produção e do trabalho sob uma nova racionalidade, que não é mais exclusivamente a da reprodução enquanto agricultores de subsistência, mas coloca-os na dependência da lógica do mercado, de maneira que estão obrigados a atender prioritariamente à escala de produtividade e à qualidade determinada por esse setor e, ao mesmo tempo, assumir os custos de sua subsistência, redefinindo o modo tradicional de gerir a produção, sem abandonar totalmente os princípios de sua racionalidade.

Essa nova situação representa para os agricultores tanto uma brecha para, progressivamente, reocupar a chapada e ampliar seu acesso à agricultura moderna de grãos, transitando para uma agricultura de tipo convencional ou de tipo comercial sustentável, quanto uma situação com tendência à possibilidade real de fracasso, à baixa produtividade e à instabilidade econômica, retornando ao assalariamento sazonal.

O cultivo do arroz de sequeiro pelos agricultores na chapada, além de ser uma estratégia de ampliação do acesso à terra e à renda, constitui mais uma possibilidade de recriação de novos espaços de sociabilidade, a partir da reafirmação de critérios de convivialidade tradicional e construção de identidade socioprofissional.

As estratégias operativas (Quadro 3) adotadas pelos agricultores informam o alcance dos riscos resultantes das transformações sobre as formas tradicionais de apropriação e de uso dos recursos produtivos e de vida, na medida em que a sua capacidade de converter as situações de riscos se encontra desenvolvida e orientada pela recriação de novos contextos interacionais e institucionais de sociabilidade, ao mesmo tempo de reafirmação e de formação de identidades socioculturais e profissionais respectivamente, confirmando a hipótese interpretativa sobre a construção da identidade socioprofissional.

A alternativa encontrada pelos agricultores na forma de contratos de arrendamento temporários, como sendo uma das formas de assegurar a reocupação da chapada em disputa com os empresários agrícolas, converte aqueles, pela busca de novos contratos, em agentes co-responsáveis pela ampliação do desmatamento comandado pelos projetos agrícolas de colonização, contrariando a sua relação tradicional com o meio ambiente, de uso dos recursos naturais em ritmos e intensidades diferenciados, ao tempo que acentua sua situação de vulnerabilidade.

A condição de arrendatários itinerantes agrava a precariedade da relação dos posseiros e dos trabalhadores sem terra quanto ao acesso à terra e à reconcentração fundiária na região.

A redução das áreas de chapadas, pela apropriação privada, imposição do cercamento do gado, tem alterado diretamente a manutenção da reserva, poupança dos agricultores proprietários, que dispõem da criação de gado bovino como fonte de renda e suporte alternativo para enfrentar momentos de riscos econômicos e sociais ou como investimento, a exemplo da instalação dos filhos na cidade, obrigando-os a usá-lo com maior frequência.

Os agricultores produtores de cachaça, sob processo constante de subvalorização do produto, têm parte da renda transferida quando vendem a granel para os comerciantes, atravessadores do produto, que a destinam a outros locais consumidores na região, por preço superior. Esse produto não está isento de tributação e não tem o controle de qualidade do órgão fiscalizador, deixando, assim, de obter maior preço e espaço competitivo no mercado regional. Entretanto, a criação recente de cooperativas desses produtores demonstra a preocupação com a gestão da produção e da distribuição de um produto cujos valores agregados possibilitam acenar inclusive com outros mercados específicos, assegurando e/ou ampliando a rentabilidade e a sustentabilidade social principalmente.

Na região em estudo, a emergência da recriação de formas sociais (tradicional-mercado e moderna) da agricultura de base familiar estabelece uma diferenciação interna no conjunto das formas organizativas reconhecidas como Tradicional Familiar-Subsistência.

O modelo de crescimento da agricultura de subsistência não tende para seu esgotamento na região. Ao contrário, apesar das crises e dos riscos pertinentes, continua persistindo, adaptando-se aos diversos contextos econômicos e sociais locais e regionais. A recriação de padrões de organização da produção baseada em combinações de práticas tradicionais de produção agropecuárias e as estratégias alternativas de produção e reprodução social são suficientes para demonstrar a persistência das atividades de subsistência e comerciais, mesmo que, para isso, esses segmentos estejam redefinindo sua racionalidade tradicional na direção de uma constante preocupação com o aumento da produtividade e o destino dos excedentes para o mercado.

O resultado desse processo expressa a constituição, no Vale do Gurguéia, de uma diferenciação das atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar, com indicadores de capitalização e expansão do seu crescimento e do desenvolvimento locais. As estratégias adotadas informam que a ocupação dos recursos produtivos vai além das atividades essencialmente agrícolas.

Os agricultores familiares no Vale do Gurguéia têm assegurado as condições de reprodutibilidade social, perante as pressões das transformações recentes quanto à organização da produção e do trabalho familiar.

A análise da sustentabilidade dos agricultores familiares do Vale do Gurguéia frente aos impactos socioeconômicos e institucionais informa a construção de novas identidades socioprofissionais através das estratégias alternativas:

- diversificação das atividades que demandam intensificação do uso da mão-de-obra familiar e do uso da mão-de-obra assalariada, observada particularmente para os agricultores do tipo Familiar Sustentável-Comercial;
- diversificação da produção com intensificação do trabalho familiar complementado com a contratação sazonal de mão-de-obra e com uso de máquinas, equipamentos e/ou insumos agrícolas;
- combinação da policultura com produção animal para a renda e o consumo da família e para a da própria produção, especialmente para os agricultores familiares do tipo Comercial-Sustentável, onde a produção do milho, da cana-de-açúcar e feijão é destinada à produção de silagem;
- produção de produtos comerciais como a cachaça, a farinha, a tapioca e o doce de buriti durante o ano agrícola, com emprego e renda para a sociedade local.

Como estratégia para a produção e a reafirmação da identidade sociocultural, os agricultores do Vale do Gurguéia utilizam formas tradicionais de vida e de uso da terra, de maneira que:

- o uso do extrativismo vegetal, principalmente do buriti, do pequi e do caju e de seus subprodutos da agroindústria artesanal local, constitui importante fonte de renda complementar, fator de segurança alimentar e de retenção de força de trabalho na região;
- as relações de cooperação, de ajuda mútua, bem como de vizinhança, em algumas tarefas (cobertura de casa, conserto de cercas, tratos culturais dos roçados) ou atividades de beneficiamento (farinha, tapioca, extração de óleo para fabrico de sabão, doce de buriti, etc.) estabelecem atributos de identidade social local;
- a valorização do trabalho familiar constitui uma forma de reprodução social e de sustentabilidade da agricultura;

- a possibilidade de trabalhar e de viver em local em que se identificam e desenvolvem relações de parentesco e vizinhança reforça a capacidade dos agricultores de articular às novas competências as experiências e valores do patrimônio cultural herdado.

Para a afirmação da condição de agricultores familiares sustentáveis, utilizam estratégias de:

- venda do excedente da produção de mandioca e cana-de-açúcar para os agricultores do tipo Comercial-Sustentável;
- investimentos na compra de equipamentos e instalações de engenho, para aumentarem a produção, de forma individual ou pela cooperativa ou associação;
- aumento da área de pastagem e melhoramento genético do rebanho;
- uso de fertilizante para culturas irrigadas de banana, abacaxi, melão, coco, etc.;
- ampliação da área de cultivo da cana-de-açúcar, da mandioca e de pastagem junto aos buritizais;
- ocupação dos baixões com a agropecuária semiextensiva e arrendamento de terras nas chapadas para o cultivo do arroz de sequeiro, com apoio das cooperativas e das associações comunitárias.

As formas organizativas mais recentes, no Vale do Gurguéia, desenvolvem-se a partir da criação de cooperativas e/ou associações:

- como estratégia para apoio à produção e conquista da cidadania, particularmente no que se refere ao acesso ao mercado local;
- objetivando as condições referentes à busca de conhecimento, pela adesão a novas tecnologias, pela capacitação e pela assistência técnica, e o financiamento de instalações;

- buscando ampliar a participação dos agricultores nos espaços políticos de luta e de reivindicações por políticas públicas de inclusão social e viabilidade econômica no âmbito municipal (Conselhos de Desenvolvimento Rural).

Dentre outras transformações que têm afetado a vida dos agricultores, a formação, na região, de um estoque de mercado cativo de trabalho está vinculada aos interesses dos exportadores de grãos, reproduzindo mecanismos de apropriação do trabalho. A renda da terra apropriada pelos proprietários está articulada aos investimentos quando da incorporação de novas áreas, funcionando como suporte para extrair o sobretrabalho do peão de chapada, de baixo investimento, retendo, assim, parcela da força de trabalho disponível na região.

As transformações econômicas e sociais decorrentes das políticas de modernização da agricultura no Vale do Gurguéia indicam que a integração e o progresso sociais das populações rurais não ocorreram graças basicamente aos investimentos públicos dirigidos à modernização da grande propriedade, e que têm contribuído enormemente para agravar a situação de desemprego no meio rural. Entretanto essas populações não ficaram inertes, movimentando-se na superação desses riscos.

O padrão tecnológico do tipo de agricultura comercial de grãos e fruticultura irrigada implantado pode produzir alterações ecológicas, decorrentes do aporte de resíduos agroquímicos no solo e do desmatamento indiscriminado e predatório das matas, sem o monitoramento adequado e o controle dos impactos ambientais causados.

Para reorientar o processo de desenvolvimento rural na região em estudo, através de políticas de desenvolvimento, foram considerados como indicadores os principais obstáculos à expansão e ao fortalecimento da agricultura familiar, associados à promoção sustentável do acesso à terra e aos recursos disponíveis, de maneira que possam liberar seu potencial gerador de novas atividades de rendas e a consolidação das já existentes. Ademais, é necessário o desenvolvimento das atividades agrícolas e de transformações agroindustriais, que demandam

mais força de trabalho familiar, principalmente das culturas de mandioca, cana-de-açúcar, produção leiteira, fruticultura e extrativismo, como apontaram os dados relatados no Capítulo 4.

Esse quadro de interpretação geral mostra a necessidade de se desenvolverem novas pesquisas centradas nessas problemáticas mais específicas relacionadas com o desenvolvimento rural local, particularmente sobre aquelas que incorporam à reflexão as políticas de capacitação e assistência técnica na gestão da produção e da distribuição e a participação local na gestão dos recursos públicos, que envolve a participação dos mediadores públicos e privados em projetos e programas desenvolvimentistas. Os fóruns municipais de discussão, na busca de consensos e ações que visem ampliar a participação democrática no destino das sociedades locais, representam importantes espaços político-institucionais de afirmação de direitos (principalmente de segurança alimentar), de compromissos públicos, constituindo-se, dessa forma, em instrumentos regulatórios de legitimidade social e revelando-se fonte de inquéritos de investigação sociológica.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998, 2. ed.

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. Apud: SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese (Doutorado de Sociologia) Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ADAD, L. M. S.; LIMA, M. G. F. Tensões sociais na zona rural piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 9, n.1, p.19-30, jul.-dez. 1989.

ALMEIDA, E. Agricultores pedem ajuda ao INCRA para evitar expulsões. **Meio Norte**, Teresina, 29 abr. 2003. Município, p. 7.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Denizar F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 17-26.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1998. p. 33-55.

ALTIERI, M. **Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ALTIERI, M. A.; MASERA, O. R. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1998. p 72-105.

ALVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. 4. ed.

ANDRADE, M. C. A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande, n. 1, jul.-dez. 1982.

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil** Os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. 1984. Dissertação (Ciências Sociais). Cáritas Brasileira, Estudos e Pesquisa, São Luís.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan-Fase, 2000.

ARAÚJO, T. B. Como garantir as múltiplas funções da terra? In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 25-30 jan. 2001, Porto Alegre. (Anotações da conferência).

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. **Relatório Conclusivo da CPI dos Conflitos Agrários**. Teresina, 1989.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. **Ata da 4ª Reunião Ordinária da CPI dos Conflitos Agrários e Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais**. Teresina, 1997, p. 10.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais**. Teresina, fev. 1998.

BACELAR, O. I. B. A pecuária e o subdesenvolvimento estadual: o impasse piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 7, n. 1, p. 4-28, jan.-jun. 1981.

BANDEIRA, W. J. **Disponibilidade de terras no Piauí**: alguns aspectos de sua rigidez estrutural. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. (Estudos Diversos, 11, Terra e Alimento).

BANDEIRA, W. J.; NEVES, O. C. Organização da produção agropecuária piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 8, n.2 , p. 4-27, jul.-dez. 1982.

BANDEIRA, W. J. (Coord.). **A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico-social do Piauí**. Teresina: Fundação CEPRO, 1983. (Estudos Diversos, 21).

BANDEIRA, W. J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: [s. n. t.], 1993, 2 v.

BANDEIRA, W. J. A nova dinâmica do setor rural piauiense. **Carta CEPRO**, v. 15, n. 1, p. 46-55, jan.-jun. 1994.

BECKER, D. F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BERGER, M. **Educação e dependência**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tradução: FERNANDES, Floriano de Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.

BEZERRA, M. C. L.; VEIGA, J. E. **Agricultura sustentável**. [S. l.]: Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BOMFIM, M. **Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí**. Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: UFPI, 1999.

BRASIL. Ministério do Exército. Diretoria de Serviço Geográfico. Folha SC.23 - X-A-V. Cristino Castro, 1975.

BRUNO, J. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: Produção familiar, processos e conflitos agrários. **Cadernos de Sociologia-PPGS-UFRGS**, Porto Alegre, v. 6, 1994.

CAMINO, D, R.; MULLER, S. Sostenibilidad de la Agricultura y de los Recursos Naturales: Bases para Establecer Indicadores. **Série Documentos de Programas** n. 38. San José, 1993.

CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental**. Extensão Rural. Santa Maria: UFSM, jan.-dez. 1998.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 215-238.

CARNEIRO, M. J. **Terra de pobreza**: um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1976.

\_\_\_\_\_. Vidas irrigantes. In: **Ciência Hoje**, v. 4, n. 24, maio-jun. 1986.

CARVALHO, H. M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: [s. n. t. ], 1994.

CARVALHO, O. **A economia política do nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: ABID, 1988.

CASTRO, A. A. J. F. Entrevista. **Jornal Meio Norte**. Teresina, 13 out. 2002.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CENTRO PIAUIENSE DE AÇÃO CULTURAL (CEPAC). **Políticas governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária no Piauí**. Teresina: CEPAC, 1993. (Anais de Seminário).

CERRADOS EXCLUEM PEQUENOS AGRICULTORES. **Diário do Povo**. Teresina, 26 jun. 2003. Cidade, p. 11.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários en América Latina. de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA - CEPAL, 1991.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 05 abr. 2000.

COSTA PINTO, L. A. **Desenvolvimento econômico e transição social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

COSTA, R. Situação dos trabalhadores rurais dos cerrados será avaliada. **Meio Norte**, Teresina, 04 jun. 2003. Município, p. B/7.

COSTA, R. H. **"Gaúchos" no Nordeste**: modernidade, desterritorialização e identidade. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUNHA, A. S. **Avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília: IPEA, 1994.

CUT/Contag. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil**: formação de base — Região Nordeste. Projeto CUT/Contag. Relatórios. 1999.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. Apud: LIMA, G. F. C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, UFPb, n 13, 1997.

DOMINGOS NETO, M. Piauí — história, realidade e desenvolvimento. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 4 , n. 3, p. 1-11, set.-dez. 1977.

DOMINGOS NETO, M.; BORGES, G. A. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia piauiense**. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

DOMINGOS NETO, M.; LIMA, S. O. O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 15-28. jan.-jun. 1988.

ECOLOGISTAS ADVERTEM SOBRE INVASÃO DOS CERRADOS NO PIAUÍ. **O Dia**, Teresina, 3 ago. 1991. p. 2.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA (EMBRAPA) Monitoramento por Satélite **Intersat** Geodecision. com. São José dos Campos, São Paulo (<http://www.geodecision.com/site/shopping/datamart.asp>.) acesso: 14.09.01.

FALCI, M. B. K. **Escravos do Sertão**. Demografia, trabalho e relações sociais: Piauí — 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERNANDES; SOUZA FILHO; ALMEIDA. A modernização do campo nos cerrados baianos. **Revista Espaço & Debate**, [s. l.]n. 25, 1998. p. 63-75.

FERREIRA, A. D. D. Agricultura familiar: caminhos para apreender sua diversidade. In: WANDERLEY, M. N. B.; DUQUE, G. (Orgs.) Agricultura Familiar. **Raízes**, Campina Grande, n. 17, p. 47-63, jun. 1998. (Edição especial).

FERREIRA REIS, A. C. Épocas e visões regionais do Brasil. Apud: FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v. 1. São Paulo: Globo, 2000.

FILHO, J. F.; FRANCIS, D. G. Agricultura familiar nos cerrados da região de Monte Carmelo e a questão da sustentabilidade. In: SHIKI, S., et al. (Org.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997. p. 229-255.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Tradução: ABDENUR, Maria Isabel Erthal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANÇA, F. M. C. (Coord.). **Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Uruçuí-Gurguéia no Estado do Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), 1998.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Disponibilidade de terras no Piauí: alguns aspectos de sua rigidez natural**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979. (Estudos Diversos 11, Terra e Alimento).

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Avaliação das experiências de desenvolvimento comunitário do Vale do Gurguéia** (As colônias do Padre Anchieta) Teresina: Fundação CEPRO, 1982. (Relatório de Pesquisa, 10).

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **A estrutura agrária e o desenvolvimento econômico-social do Piauí**. Teresina: Fundação CEPRO, 1983. (Estudos Diversos 21).

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Cerrados piauienses**. Teresina: Fundação CEPRO, 1992. (Estudo Preliminar).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Macrozoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (Estudos e Pesquisas em Geociências, n. 4).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário, 1995-1996**, n.º 8, Piauí. Rio de Janeiro: 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas – ESTATCART**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Globo, 2000 [1968].

GADOTI, M. **Paradigma da Terra**. [s. l.]: Cortez, 2000.

GEHLEN, I. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. Ijuí: Editora da Unijuí, 1988.

GEHLEN, I. **Terres de lutte e luttés pour la terre: étude sur le mouvement social pour la terre e la réforme agraire au Sud du Brésil**. 1991. Tese (Doutorado) - Université Paris X-Nanterre, Paris. vol.1.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. Produção familiar, processos e conflitos agrários. **Cadernos de Sociologia**, [s. l.], n. 6, 1994.

GEHLEN, I. Noções e ambigüidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais. **Revista Raízes**, Campina Grande, ano XVII, n. 17, jun. 1998.

GEHLEN, I. Centralidade do trabalho e exclusão identitária no meio rural. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Porto Alegre, 30 ago. a 03 set. 1999.

GEHLEN, I. Reforma Agrária: opção pelo modelo familiar de desenvolvimento. In: SILVEIRA, Domingos S. D. da; XAVIER, Flávio S. A. (Orgs.) **O Direito Agrário em debate**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 239-258.

GERMER, C. **“Agricultura familiar” ou o lobo em pele de ovelha**. Curitiba: 1999.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. São Paulo: Paz e Terra, Tese (Doutorado em Economia), 1994.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/Emater. **Complexo arroz, soja e milho no cerrado sul piauiense** (possibilidades de investimento). Teresina, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Cerrados Piauienses**. Teresina, jun. 2000.

GRILAGEM NO CERRADO. **Correio do Piauí**. Teresina, 24 jul. 1999. Opinião, p. 4.

GRILAGEM JÁ ATINGE 1 MILHÃO DE TERRAS NO SUL DO ESTADO. **Diário do Povo**, Teresina, 22 fev. 1995. Geral, p. 4.

GUICHAOUAI, A.; GOUSSAULT, Y. **Sciences sociales et développement**. Paris: Ed. Armand Colin, Col. Cursus, 1993.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. 1992.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, O. Formas sociais da terra. **Raízes**, Revista de Ciências Sociais e Econômicas do PPGES da UFPb. Campina Grande, n. 2-3. jan.-dez. 1983.

IANNI, O. A crise de paradigma na Sociologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 32, jun. 1991.

IGLESIAS, F. A. **Caatingas e chapadões**. Notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro — 1912-1919. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2. v., 1958.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO AGRÁRIA. SNCR. **Cadastro Nacional de Imóveis Rurais**. [S. l.]: INCRA-PI, 2001.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

JOLLIVET, M. (Dir.). **Lês collectives rurales française**. Paris: Armand Colin, 1974.

JORNAL MEIO NORTE, 13 out. 2002.

KRAYCHETTE, G.; COMEFORD, J. C. A nova face agrária do oeste baiano: diversidade e ambigüidades. **Cadernos CEAS**, Salvador, n. 132, 1991.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAGO, B. M. **Curso de sociologia e política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LAGRAVE, R. M. Diversité et reproduction dès exploitation. In: JOLLIVET, M. **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: L' Harmattan, 1988.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, 1993. (Col. Repertórios). Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, v. II, 1998.

LEWIN, H. A estrutura agrária brasileira: o impacto da modernização tecnológica no Nordeste rural. **Ciências Hoje**, São Paulo, 1985.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUETZLBURG, P. V. **Estudo botânico do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, vol. 1, 1923.

MACHADO, P. **As trilhas da morte**. Extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense. Teresina: Corisco, 2002.

MÁFIA DA GRILAGEM ENVOLVE PREFEITO. **Meio Norte**, Teresina, 08 maio 1996. Política local, p. 3.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. São Paulo: Petrópolis/Vozes, 1984.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. **A Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores).

MELLO, A. F. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo/Belém: Perspectiva/SECTAM, 2000.

MENDES, M. A. **Discursos sobre o agro-piauiense**: bibliografia analítica da questão agrária no Piauí. Teresina: Fundação CEPRO, 1997. (Estudos Diversos, 32).

MENDES, S. **Propriedade territorial no Piauí**. Teresina: Typografia de “o Piauí”, 1928.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/DNOCS. **Relatório Agropecuário Semestral, Perímetro Irrigado do Gurguéia – PI**. [S. n. t.]: jan.-jun. 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agricultura sustentável**. [s. n. t.]: 2000.

MONTEIRO, M. S. L. **Grandes propriedades financiadas pelo Fincor-Agropecuário no Piauí**: análise dos impactos sócio-econômicos. Economia. Teresina: Corecon-PI, 1998.

MORAES, M. D. C. Novas dinâmicas territoriais no Nordeste (O novo Nordeste dos cerrados: o caso do Piauí). In: **Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Territorial**, 28-30 set. 1999, Teresina: UFPB/CIRAD-Campina Grande.

MORAES, M. D. C. **Memórias de um sertão desencantado**. Modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. Tese (Ciências Sociais), Campinas.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 51-69, 1997.

MOTT, L. R. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

MOVIMENTO DENUNCIA COLONIZAÇÃO NO PIAUÍ. **Diário do Povo**. Teresina, 3 ago. 1991. Geral.

MULLER, S. **Como medir la sostenibilidad ?**: uma propuesta para el área de la agricultura y de los recursos naturales. San José: IICA, 1996.

NASCIMENTO, A. C. Fetag denuncia exploração de trabalhador nos cerrados. Entrevista a Toni Rodrigues. **Meio Norte**, 20 out. 2000. Municípios, p. 5.

NEDER, H. D.; CLEPS Jr., J. Agroindústria e sustentabilidade. In: SHIKI, Shigeo et al. (Org.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: [s. n. t. ], 1997. p. 199-228.

NUNES, D. Panorama Econômico. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 maio 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1977.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste**. Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTIZ, R. **Um outro território**. Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

PASSOS, A. **Lendas e fatos** (Contos do rio Gurguéia). Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

PENNA, M. O que faz ser nordestino: uma contribuição ao estudo das identidades sociais. In: Seminário NORDESTE, O QUE HÁ DE NOVO?, Natal, 22 a 25 nov. 1988.

PEYREFLITTE, A. **A Sociedade de confiança, ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Tradução de Cylene Bittencourt.

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: II ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO SBS, 1995, Londrina, Anais... Londrina: IAPAR, 1995.

PIRES, M. O. **Desenvolvimento e sustentabilidade**: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília (Unb), Brasília.

PITANGA, C. S. **Formação da Estrutura Fundiária no Piauí — 1724-1760**. Relatório de Pesquisa. Base de Pesquisa do CCHL-UFPI, Teresina: UFPI, 2001.

PORTO, C. E. **Roteiro do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Tradução: MARQUES, João Minhoto; MENDES, Maria Amélia; CARVALHO, Maria. Lisboa: Gradiva, 1998.

ROCHA, J. Estrutura agrária do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 8, n. 1, p. 104-120, jan.-jun. 1982.

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 9, n. 1, p. 5-18, jul.-dez. 1983.

SALES, I. C. et al. Metodologia de aprendizagem da participação e de organização de pequenos produtores. Pesquisa participante e educação. **Cadernos CEDES**, n. 12, São Paulo, Cortez, 1985.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, J. V. T. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, p. 55-58, jan.-jul. 1991.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos: exclusão e luta**. Do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIKI, S. et al. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997.

SHIKI, S; SHIKI, S de F. N. Agricultura sustentável no entorno de Iraí de Minas: diagnóstico e indicadores. In: **Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar no Cerrado: entorno de Iraí de Minas**. Uberlândia: Edufu, 2000.

SILVA, A. B. Padrão tecnológico da agricultura piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 5, n. 1/2, p. 18-21, jan.-ago. 1978.

SILVA, J. B. A. **Projetos para o Brasil**. Textos reunidos e comentados por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

SILVA, M. A. M. **Errantes no fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, V. V. Aspectos da estrutura fundiária no Piauí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1988, Piracicaba, Anais... Brasília: SOBER, [s. d.], v. 2, p. 619-632.

**I SIMPÓSIO SOBRE OS CERRADOS DO MEIO-NORTE**, 1997, Teresina. Anais. Teresina: Embrapa/CPAMN.

SORG, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUSA, A. F. Desmatamento ameaça cerrados. **Meio Norte**, 13 nov. 2000.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. [S. n. t.], 1970.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], n. 8, abr. 1997, p.119-156.

TEPICH, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

TORRES, S. Cerrado do Piauí está sendo devastado por agricultores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2000, p. AII.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

A TURMA DO CALOTE. **Veja**, São Paulo, n. 20, p. 32, 17 maio 1995.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. **Relatório conclusivo da Correição Extraordinária para apreciação da Corregedoria Geral da Justiça**. Teresina, abr., 2001.

VASCONCELOS, L. A promessa da terra no Vale do Gurguéia. **Revista Geográfica Universal**. Rio de Janeiro, n. 100, mar. 1983, p. 62-75.

VELOSO, F. A. **Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional** — lições da experiência no estado do Piauí. 1998. Tese (Doutorado em Economia)-Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

VILELA, S. L. Identificação e apoio dos atributos da agricultura familiar no Piauí. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 1999, Campina Grande. Trabalho apresentado. Campina Grande: 1999.

WANDERLEY, M. N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. [S. n. t.], 1995. Mimeo.

WANDERLEY, M. N. B. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 1999. Trabalho apresentado. Campina Grande: 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: WEBER, M. A. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. In: **Anuário Antropológico 81**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasil/Edições UFC, 1983. p. 164-203.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Unb, 1997.

## APÊNDICES

**Apêndice A - Relação e identificação dos entrevistados**

<b>Nº</b>	<b>NOME DO ENTREVISTADO</b>	<b>MUNICÍPIO DA ENTREVISTA</b>	<b>OCUPAÇÃO / FUNÇÃO</b>	<b>DATA DA ENTREV.</b>
1	Ilceu Cover	Florianópolis	Comerciante	07.02.00
2	Alcino Traisel	Uruçuí	Agricultor	17.09.00
3	Hélio Rosa	Uruçuí	Agricultor	15.09.00
4	Alcino Grosmann	Uruçuí	Comerciante	16.09.00
5	Dulce Koenig	Uruçuí	Agrônoma	16.09.00
6	Elton Naumann	Uruçuí	Gerente	16.09.00
7	Bento Renger	Uruçuí	Agricultor	17.09.00
8	Salviano Ribeiro	Uruçuí	Técnico da SAAB	09.02.00
9	Francisco Lima	Uruçuí	Agricultor	10.02.00
10	Davi Tadeu	Uruçuí	Presidente da Cooappu	09.02.00
11	Pastor Garcia	Cristino Castro	Presidente do STR	08.10.00
12	José Milton	Bom Jesus	Técnico da Emater	12.09.00
13	Salvador Borges	Palmeira do Piauí	Agricultor	07.10.00
14	Expedito Lopes	Palmeira do Piauí	Agricultor	07.10.00
15	Benício Borges	Palmeira do Piauí	Agricultor	28.11.01
16	José de Anchieta.	Palmeira do Piauí	Técnico da Emater	30.11.01
17	José Wilson	Palmeira do Piauí	Agricultor	07.10.00
18	Antonio José	Manoel Emídio	Presidente do STR	13.10.00
19	Clidenor Pereira	Manoel Emídio	Agricultor	14.10.00
20	Manoel Paulo	Alvorada do Gurguéia	Agricultor	12.10.00
21	Sebastião Carvalho	Alvorada do Gurguéia	Funcionário do DNOCS	11.10.00
22	Moaci Filho	Alvorada do Gurguéia	Técnico da Emater	12.10.00
23	Adonias H de Sousa	Teresina	Presidente da Fetag- PI	05.02.00
24	Carlos A C. da Cunha	Teresina	Presidente da FAEPI	06.02.00
25	Francisco Soares	Teresina	Funcionário do BNB	04.02.00

**Apêndice B - Roteiro de entrevista com os agricultores familiares**

Nº \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

**AGRICULTORES FAMILIARES****I ORIGEM: TRAJETÓRIA FAMILIAR E PESSOAL**

- a) Antepassados (avós, pais/atividades)
- b) Sua própria história/migração (época e motivos)

**II PROPRIEDADE (casa)**

- a) Terra: formas de acesso/ocupação e uso
- b) Sistema produtivo: culturas/manejo técnico/destino (auto-consumo, excedente p/intermediário, feira, etc.)
- c) Família (filhos, parentes)
- d) Relações inter e intrafamiliares/formas de solidariedade (auxílio mútuo, “adjutório”, “mutirão”, etc.)
- e) Comercialização: vende o que e p/ quem e onde
- f) Produtos (animais, alimentos, etc.)
- g) Financiamento: condições/mediações e potencial
- h) Processo decisório/variáveis que influenciam

**III TECNOLOGIA E TRABALHO**

- a) Antes, agora e futuro (transformação científica da realidade)
- b) Modernização c/ questão: adaptação às inovações ou necessidades recentes (tendências/resistências)
- c) Trabalho/conceito (relação homem/natureza-produto)
- d) Usos/experiências sustentáveis (qualidade de vida e reprodução)

**IV REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE**

- a) Política/Governo
- b) Futuro dele(s) como produtores e da região
- c) Mudanças: tipos/quando/como e por quê
- d) Conceitos: tecnologia, desenvolvimento sustentável
- e) Política Agrícola/avaliação/reivindicações

**V PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIOECONÔMICA**

- a) No sindicato/cooperativa/associação
- b) Nas lutas sociais (quais, como participa e significado)

**VI AUTOREPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE (casa)**  
(profissional e sociocultural )

- a) Autodefinição (quem é? o que é ser agricultor ou comerciante ?)
- b) Vida da casa/conforto/necessidades
- c) Futuro dos filhos
- d) Seu próprio futuro/sonhos/expectativas/projeto de vida e dificuldades que enfrenta. (Se ganhasse R\$ 50 mil, o que faria em primeiro, segundo e terceiro lugar)

---

✓ : resposta satisfatória; : retorno à questão.

**Apêndice C - Roteiro de entrevista com informantes qualificados**

Nº \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

**INFORMANTES QUALIFICADOS****I TRAJETÓRIA PESSOAL**

- a) Onde nasceu
- b) Qual a formação/área/ especialização
- c) Por que veio trabalhar nesta região/instituição

**II CONDIÇÕES P/A SUSTENTABILIDADE**

- a) Razões objet. p/ sustent. (quais os motivos, ponto de vista)
- b) Potencialidades dos agricultores (econômicas e socioculturais) de suportarem os riscos, p/manterem sua produção.
- c) Produtos (animais, alimentos, etc.) que asseguram a vida...
- d) Financiamento/comercialização.
- e) Processo de decisão e participação (indiv./coletivo)

**III TECNOLOGIA E TRABALHO**

- a) Modelo de produção e categorias sociais
- b) Tecnologia: técnicas e equipamentos (evolução do uso e do conhecimento, por quê?)
- c) Infra-estrutura mínima: individual/coletiva

**IV REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE**

- a) Política/Governo (o que pensa da...)
- b) Da Reforma Agrária (luta, quem, para quem)
- c) Das mudanças (de que tipo, quando, como e por quê)
- d) Das lutas sociais e principais p/os próximos anos
- e) Da Política Agrícola atual/crédito rural (a quem atende)/ reivindicações dos produtores (quais? o que ele acha)

**V REPRESENTAÇÃO CONCEITUAL**

- a) História do grupo social pesquisado (sua opinião)
- b) Sua opinião sobre a luta dos produtores (terra /preço/ créditos...)
- c) Desenv. e sustentabilidade da produção familiar (região/País)
- d) Opinião sobre o papel das instituições intervenientes na assistência e organização dos agricultores

**VI AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES E DA IDENTIDADE SOCIOCULTURAL (profissional dos agricultores)**

- a) Projeto de vida deles e dos filhos
- b) Engajamento deles em algum projeto. Qual sua inserção na cadeia produtiva/mercado/viabilidade econômica e socioambiental?
- c) Avalie a experiência de vida, lutas deles em relação à profissão
- d) Observações e interrogações que deseja fazer...  
(Se fosse Governo, o que faria em primeiro, segundo e terceiro lugar).

---

✓ : resposta satisfatória; : retorno à questão.





**15 COMO FOI A PRODUÇÃO DE (última safra):**

<b>Especificação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção Total</b>	<b>Produtividade Média</b>	<b>Vende (quantidade)</b>	<b>Consumo na propriedade (animais)</b>	<b>Subsistência da família</b>
1) Milho (sacas)						
2) Feijão (sacas)						
3) Arroz (sacas)						
4) Cana (t)						
5) Mandioca (t)						
6) Leite (l)						
7) Outros						

**16 OS ALIMENTOS CONSUMIDOS PELA FAMÍLIA (uma só resposta):**

- 1 ( ) Provêm quase todos da própria produção  
 2 ( ) A maior parte comprados de outros agricultores  
 3 ( ) A maior parte comprados em armazém e supermercados  
 4 ( ) Metade produzida e metade compra

**17 O SR.(a) E SUA FAMÍLIA CONSOMEM:**

<b>CONSUMO PRODUTO</b>	<b>Diariam.</b>	<b>2 ou 3 vezes (semana)</b>	<b>Raram.</b>	<b>Nunca</b>	<b>Origem</b>	
					<b>Produzido</b>	<b>Comprado</b>
1) Carne de gado bovino						
2) Carne de porco						
3) Carne de aves						
4) Carne de caprinos						
5) Carne de ovinos						
6) Verduras						
7) Frutas						
8) Ovos						
9) Arroz						
10) Feijão						
11) Mandioca						
12) Outros						

**18 O QUE SR.(A) CULTIVA E/OU CRIA EXCLUSIVAMENTE PARA SUBSISTÊNCIA? (lista anexa)**

---

**19 O SR.(a) PRODUZ, COMPRA OU VENDE DERIVADOS DA AGROINDÚSTRIA LOCAL ?**

<b>Produto</b>	<b>Produz</b>	<b>Compra</b>	<b>Vende</b>
Carnes			
Gado bovino (lingüiça)			
Suíno			
Gado caprino			
Gado ovino			
Aves (galinha)			
Leite (queijo, manteiga)			
Cana-de-açúcar			
Mandioca (farinha)			
Buriti (doces, licor)			
Babaçu (óleo)			

**20 DA SEGUINTE RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUAIS POSSUI:**

<b>Máquina</b>	<b>Ano de aquisição do 1º</b>	<b>Ano do atual</b>
1) Trator		
2) Forrageira		
3) Implementos		
4) Carroça		
5) Veículo para serviço (pampa, C10...)		
6) Triturador		
7) Motor		
8) Distribuidor de esterco		
9) Ordenhadeira		
10) Resfriador		
11) Arado tração animal		

**21 QUAIS BENFEITORIAS POSSUI?**

<b>Benfeitoria</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Ano da construção</b>	<b>Estado*</b>
1) Galpões			
2) Chiqueiro			
3) Sala de ordenha			
4) Esterqueira			
5)			

Obs.: \* **Estado:** 1 Bom; 2 Regular; 3 Ruim; 4 NA

**22 ANIMAIS NÃO BOVINOS QUE POSSUI**

Animais	N.º cabeças (atualmente)	Comercialização (12 meses)
	1) Suínos	
2) Aves		
3) Ovinos		
4) Caprinos		
5) Abelhas	(cx)	(kg)

\* Raça que predomina.

**23 COMPOSIÇÃO DO REBANHO BOVINO (cabeças):**

REBANHO	1990	1995	2001
1) Boi de trabalho			
2) Boi de comércio (carne)			
4) Vacas			
5) Novilhas (terneiro)			

**24 MÃO-DE-OBRA: (MARCAR AS PESSOAS QUE SE ENVOLVEM PERIODICAMENTE NAS ATIVIDADES)**

ATIVIDADES	CASAL		FILHOS			Avós	Empreg.
	Homem	Mulher	Filhos > 14 anos	Filhas > 14 anos	Filho(a) < 14 anos		
<b>Permanentes</b>	xxxxx	Xxxxx	xxxxx	xxxxx	Xxxxx	xxxxxx	xxxxxx
1) Preparo do solo							
2) Plantio							
3) Capina							
4) Colheita							
5) Aplicação de veneno							
6) Cuidados c/o pomar horta							
7) Tirar o leite							
8) Cuidar do gado							
9) Concerto da casa e instalações							
10) Limpar estrebaria							
11) Consertar cerca							
12) Roçar o potreiro							
18) Vender e comprar animais							
19) Afazeres domésticos							

**25 NO ÚLTIMO ANO, O SR.(a) EMPREGOU ALGUÉM NA SUA PROPRIEDADE?**

1 ( ) Sim : a) \_\_\_\_\_ Pessoas fixas e /ou Temporários : b) \_\_\_\_\_ dias /ano ou \_\_\_\_\_ meses /ano

2 Tarefas: \_\_\_\_\_



10. Câmara Vereadores	de	1 Muito	2 + ou -	3 Pouco	4 Ñ. confia	[    ]
11 Emater		1 Muito	2 + ou -	3 Pouco	4 Ñ. confia	[    ]
12 Ibama		1 Muito	2 + ou -	3 Pouco	4 Ñ. confia	[    ]

**31 NOS DIAS EM QUE O SR.(a) NÃO TRABALHA (DOMINGOS E FERIADOS), QUAL SUA ATIVIDADE PREFERIDA (assinalar duas respostas – Não ler as alternativas)**

1 Ir a bailes, matinês ou festas		6 Escutar música, ler	
2 Caçar		7 Fazer visitas (vizinhos, parentes)	
3 Pescar		8 Assistir televisão	
4 Praticar esportes		9 Ficar em casa descansando	
5 Jogar baralho		10 Outra, qual ?	

**32 QUE O SR.(a) CONSIDERA EM PRIMEIRO E EM SEGUNDO LUGAR PLANEJA MUDANÇA NA PRODUÇÃO?**

	1º Lugar	2º Lugar
1) Valor e custo financeiro		
2) O aumento da produtividade		
3) A diminuição dos custos		
4) Melhorar as condições de trabalho		
5) Qualidade e higiene do rebanho/leite		
6) Ocupação da força de trabalho		
7) Diversificar a produção alimentar		
8) Melhoramento genético		
9) Outros. Quais?		

**33 O SR.(a) CONVERSA COM QUEM ANTES DE TOMAR UMA DECISÃO A RESPEITO DA PRODUÇÃO E DA VIDA DA FAMÍLIA?**

	Sempre	Às Vezes	Raramente	Nunca
a) Cônjuge				
b) Filhos				
c) Técnicos				
d) Amigos /compadres				
e) Outros				

**34 EM RELAÇÃO AO CRÉDITO (bancário, comercial, cooperativo) PARA A PRODUÇÃO O Sr.(a):**

- 1 ( ) Utiliza sempre (desde o ano de \_\_\_\_\_), para quê? \_\_\_\_\_
- 2 ( ) Utilizou \_\_\_\_\_ vezes nos últimos 5 anos, para \_\_\_\_\_
- 3 ( ) Utilizou no passado, menos nos últimos 5 anos.
- 4 ( ) Nunca utilizou.

**35 PARA OS PRÓXIMOS ANOS:**

- 1 ( ) Pretende **sempre** usar crédito para \_\_\_\_\_
- 2 ( ) Pretende usar **de vez em quando** para \_\_\_\_\_
- 3 ( ) **Não** pretende usar \_\_\_\_\_

**36 RENDA FAMILIAR MENSAL?** \_\_\_\_\_ SM (ou \_\_\_\_\_ R\$ por mês)

**37 QUAL A PRINCIPAL ORIGEM DA RENDA FAMILIAR (em SMs mensais)**

Origem	Agricultura		Salário		Aposentadoria		Outra (o quê?)	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
a) Do chefe								
b) Outros familiares								

**38 AS DUAS PRINCIPAIS FONTES DE RENDA AGRÍCOLAS (importância decrescente 1, 2,)**

- 1 ( ) Gado                      4 ( ) Cereais                      7 ( ) Produtos beneficiados na propriedade  
 2 ( ) Mandioca                      5 ( ) Fruticultura                      8 ( ) Outra, qual? \_\_\_\_\_  
 3 ( ) Cana-de-açúcar                      6 ( ) Hortigranjeiros

**39 O SR.(a) ou MEMBROS DA FAMÍLIA DESEMPENHA ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS?**

- 1 ( ) Turismo; 2 ( ) Artesanato; 3 ( ) Outra, qual? \_\_\_\_\_ 4 ( ) Não

**40 HÁ CINCO ANOS ATRÁS, QUAL ERA A PRINCIPAL ORIGEM DA RENDA FAMILIAR**

	Agricultura	Salário	Aposentadoria	Outra (o quê?)
a) Do chefe				
b) Outros familiares				

**41 SER AGRICULTOR HOJE É MUITO DIFERENTE DO QUE ANTIGAMENTE ?**

- 1 ( ) Sim;

Porque \_\_\_\_\_

- 2 ( ) Não

**42 SE TIVESSE CONDIÇÕES, O SR.(a) MUDARIA DE ATIVIDADE ?**

- 1 Qual ? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

- 2 Não

**43 QUE MUDANÇA IMPORTANTE O SR.(a) REALIZOU NA SUA PROPRIEDADE DE CINCO ANOS PARA CÁ ?**

Resposta: \_\_\_\_\_

**44 NA SUA OPINIÃO, COMPARANDO COM 5 ANOS ATRÁS, PARA O SR.(a) E SUA FAMÍLIA HOJE:**

	Qualidade de vida	Renda familiar	Vida comunit.	Trabalho/Atividade.	Mercado
1) Melhorou					
2) Mesma coisa					
3) Piorou					
4) Não sabe					

**45 E, DAQUI A 5 ANOS, CONSIDERA QUE PARA O SR.(a) E SUA FAMÍLIA:**

	Qualidade de vida	Renda familiar	Vida comunit.	Trabalho/Atividade	Mercado
1) Vai melhorar					
2) Ficará igual					
3) Ficará pior					
4) Não sabe					

**46 QUAL A LUTA DOS PRODUTORES QUE O SR.(a) CONSIDERA MAIS IMPORTANTE?**

1 \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**47 Vamos classificar as pessoas que vivem melhor no Brasil no nível 10 e as que vivem pior no nível 1.****EM QUE NÍVEL O SR.(a) SE COLOCARIA ENTRE O 1 E O 10 ? [            ]****48 PARA O SR.(a), A POLÍTICA PARA O PEQUENO PRODUTOR DO:**

	É muito favorável ao produtor	Pouco favorável ao produtor	É desfavorável ao produtor	Não tem política para o setor
a) Governo Municipal				
b) Governo Estadual				
c) Governo Federal				

**49 O SR.(a) ACHA QUE É POSSÍVEL OS PEQUENOS PRODUTORES INFLUENCIAREM NA POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO?**

1 ( ) Sim. Como: \_\_\_\_\_

2 ( ) Não.

3 ( ) Não sabe.

**50 O SR.(a) SE IDENTIFICA MELHOR COMO? (não ler as respostas)**

1 ( ) Camponês

5 ( ) Colono

2 ( ) Empresário Agrícola

6 ( ) Agricultor Familiar

3 ( ) Trabalhador Rural

7 ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

4 ( ) Produtor Rural

**51 O SR.(a) PREFERIRIA QUE SEUS FILHOS VIVESSEM**

	Na cidade	No campo	Indiferente
a) Os homens			
b) As mulheres			

**52 DAS SEGUINTESS POSSIBILIDADES, EM QUE O SR.(a) APLICARIA SE TIVESSE ALGUMAS ECONOMIAS? ( 1º lugar e 2º lugar):**

	1º	2º
1) Comprar equipamentos agrícolas		
2) Melhorar a casa		
3) Comprar um carro		
4) Ajudar os filhos a se instalarem		
5) Fazer uma viagem		
6) Colocar dinheiro na poupança		
7) Comprar terra		
8) Investir em imóveis (casa)		
9) Comprar gado		
10) Pagar dívidas		
11) Outra - qual?		

**53 PARA SE INFORMAR, O SR.(a) PREFERENCIALMENTE:**

	Sempre	De vez em quando	Nunca
a) Lê jornais ou revistas agrícolas			
b) Lê revistas semanais ou mensais			
c) Escuta rádio			
d) Assiste programas especiais de televisão			
e) Vai a reuniões/palestras			
f) Faz cursos sobre sua atividade			

**54 NA SUA OPINIÃO, AS ÁRVORES/ANIMAIS DA FUTURA RESERVA ECOLÓGICA “OLHO d’ÁGUA DA CHUVA”:**

- 1( ) Estão ameaçados pelos vizinhos que utilizam como lenha;  
 2( ) Estão ameaçados por empresas que querem explorá-los;  
 3( ) Estão protegidos pelos vizinhos.  
 4( ) Outros \_\_\_\_\_

**55 O QUE O SR.(a) FARIA SE FOSSE CONVIDADO PARA PARTICIPAR DE UMA CAMPANHA DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS NATIVAS:**

- 1( ) Se disporia a participar imediatamente; 2( ) Não vê importância alguma na campanha;  
 3( ) É indiferente; 4( ) Não sabe.

**56 Diante do uso de POUCA TERRA E BAIXA PRODUTIVIDADE (perda de fertilidade natural e manejo inadequado) da LAVOURA/CRIAÇÃO (degradação das pastagens), O QUE O SR(a) FARIA PARA CONTINUAR PRODUZINDO?**

\_\_\_\_\_

**57 Sabe-se que a chapada vem sendo ocupada, nestes últimos anos, por grandes produtores de soja de fora da região. Este tipo de lavoura traz enormes impactos ambientais e sociais onde se instala, produzindo e/ou agravando situações de exclusão social dos agricultores familiares dessa região. Então, QUAIS AS DESVANTAGENS O SR (a) APONTARIA PARA OS AGRICULTORES DA REGIÃO (locais) ?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**58 E QUAIS AS VANTAGENS PARA OS AGRICULTORES ?**


---



---

**59 Na condição de proprietário ou possessor de uma área na chapada, se o SR.(a) estivesse sendo pressionado pelos “grileiros” ou pelos novos vizinhos para vendê-la, o QUE FARIA ?**

---

**60 O SR. (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)**

- 1 ( ) É sócio do STR  
 2 ( ) É sócio de sindicato rural (patronal)  
 3 ( ) É sócio de cooperativa Qual ? \_\_\_\_\_  
 4 ( ) É sócio de associação Qual ? \_\_\_\_\_

**61 SE O SR.(a) FOSSE UM POLÍTICO (vereador ou deputado), QUAL SERIA SEU VOTO SOBRE CADA UM DOS TEMAS ABAIXO? (F = a favor, C = contra, A = abstenção)**

1	Reforma agrária sobre todas as terras improdutivas ou mal utilizadas.	F	C	A
2	Reforma agrária sobre todas as grandes propriedades.	F	C	A
3	A política agrícola deve tratar todos os produtores (pequenos, médios e grandes) de forma igualitária.	F	C	A
4	As entidades locais e os municípios têm papel na formulação de políticas agrícolas.	F	C	A
5	O Crédito para agricultura deve ser repassado via organização dos agricultores em vez de ser individual.	F	C	A

**62 O SR (a) PARTICIPA DAS SEGUINTE ATIVIDADES:**

	Sempre	Às vezes	Nunca	Não se aplica
a) Reuniões do sindicato				
b) Reuniões da associação				
c) Exposição agropecuária				
d) Reuniões da comunidade				
e) Reuniões da escola				
f) Campanhas políticas				
g) Atividades /reuniões da Igreja				

- **NA = Não se Aplica** (não associado, não ter filho estudando...)

**63 O TIPO E ESTADO GERAL DA CASA É:**

- a) Tipo: 1 ( ) Madeira 2 ( ) Alvenaria 3 ( ) Mista  
 b) Ano de construção da casa: \_\_\_\_\_; c) Tamanho: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>  
 d) Propriedade: 1 ( ) Própria 2 ( ) De outra família  
 3 ( ) Do prop. da terra 4 ( ) Alugada  
 e) Estado atual: 1 ( ) Bom, quase nova 2 ( ) Razoável 3 ( ) Ruim, velha  
 f) Banheiro/WC: 1 ( ) Interno 2 ( ) Externo 3 ( ) Não possui  
 g) Esgoto cloacal: 1 ( ) Fossa negra 2 ( ) Sanga / vala 3 ( ) Rede  
 h) Possui forro: 1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**64 SOBRE O USO DE ENERGIA, O SR.(a) UTILIZA**

1 ( ) Elétrica 2 ( ) Mecânica (motor) 3 ( ) Eólica 4 ( ) Solar 5 ( ) **Não há uso de energia**

**65 NA CASA HÁ:**

- 1 ( ) Água encanada                      5 ( ) Refrigerador  
2 ( ) Telefone                              6 ( ) Freezer  
3 ( ) Automóvel, Ano \_\_\_\_ 7 ( ) Antena parabólica  
4 ( ) Televisão

LOCAL DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_ Duração:        min.

ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES:

---

---

---

## Apêndice E – Tabelas (Questionário)

As tabelas abaixo apresentam os resultados de simples cruzamentos processados com o auxílio do programa computacional de estatística: *SPSS*, para o universo de 30 entrevistados em Palmeira do Piauí. 2001.

Tabela 1: Escolaridade dos membros da família de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

DISCRIMINAÇÃO	AGRICULTOR	CÔNJUGE	FILHOS
Analfabeto	40	23	10
Alfabetizado	20	13	10
Ensino básico incompleto	23	33	59
Ensino básico completo	10	23	13
Ensino médio completo	7	8	8
TOTAL	100	100	100

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 2: Tamanho, segundo o regime da propriedade, da terra de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

DISCRIMINAÇÃO	0ha	ATÉ 50ha	50-100ha	MAIS DE 100ha
Propriedade	0	53	27	20
Arrendamento	77	23	0	0
Parceria	100	0	0	0
Comodato	93	7	0	0
Cessão	54	43	0	0
TOTAL	324	126	27	20

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 3: Formas de uso da chapada por agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

DISCRIMINAÇÃO	TIPO DE USO	FORMAS DE USO
Reserva	27	0
Pastoreio	60	0
Não uso	13	0
Individual	0	60
Comum	0	27
Não uso	0	13
TOTAL	100	100

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 4: Tamanho da área e produtos cultivados por agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

PRODUTOS	MENOS DE 1ha	DE 1ha A 5ha
Milho	63	37
Feijão	50	50
Arroz	77	23
Cana-de-açúcar	47	53
Mandioca	40	60
Buriti	73	27
Outros	93	7
TOTAL	443	257

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 5: Venda dos principais produtos de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

PRODUTOS	1 A 15	20 A 50	40 A 90	180 A 3.600	10.800 A 32.400
Milho (sacas)	10	-	-	-	-
Feijão (sacas)	37	3	-	-	-
Arroz (sacas)	-	-	7	-	-
Cana-de-açúcar (t)	-	10	-	-	-
Mandioca (t)	7	-	-	-	-
Leite (litros)	13	-	-	-	-
Buriti (kg)	-	-	-	37	20
Outros	-	-	-	-	10
TOTAL	67	13	7	37	30

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 6: Agroindústria local no Vale do Gurguéia — 2001 (%)

PRODUTOS	PRODUZ E VENDE	NÃO PRODUZ	COMPRA	PRODUZ E COMPRA
Queijo e manteiga	6,7	53,3	33,3	3,3
Farinha e tapioca	60	30	10	-
Azeite e carvão	90	-	10	-
Aguardente de cana	77	20	3	-
Polpa de buriti	33	60	7	-
TOTAL	266,7	163,3	63,3	3,3

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 7: Origem da renda familiar de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

FONTE	AGRICULTOR	MEMBROS
Agrícola	87	50
Aposentadoria	10	30
Outra forma	3	10
Sem renda	0	10
TOTAL	100	100

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 8: Opinião sobre condições de vida de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

CONDIÇÕES	MELHOROU	IGUAL	PIOROU
Qualidade de vida	67	30	3
Renda familiar	37	63	0
Vida comunitária	27	70	3
Trabalho-atividade	27	67	6
Mercado	33	37	30
TOTAL	191	267	42

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 9: Percepção sobre a política agrícola do Governo de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

DISCRIMINAÇÃO	POUCO FAVORÁVEL AO AGRICULTOR	DESFAVORÁVEL	NÃO TEM POLÍTICA	MUITO FAVORÁVEL
Governo municipal	30	17	53	0
Governo estadual	60	3	30	7
Governo federal	57	7	23	13
TOTAL	147	27	106	20

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 10: Opinião sobre as políticas agrárias do Governo de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

DISCRIMINAÇÃO	A FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO
Reforma agrária em terras improdutivas	87	7	6
Reforma agrária em grandes propriedades	30	50	20
Política agrária igualitária	83	10	7
Participação de entidades locais na Política Agrícola	47	53	0
Crédito agrícola direto para as organizações dos agricultores	13	50	37
TOTAL	260	170	70

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

Tabela 11: Uso de crédito para produção de agricultores do Vale do Gurguéia — 2001 (%)

COMO UTILIZA O CRÉDITO	PERCENTUAL
Compra de gado	31
Compra de máquinas	3
Custeio e instalações	3
Serviços, desmatamento e plantio de cana-de-açúcar	60
Não informaram	3
TOTAL	100

FONTE: a sustentabilidade da agricultura familiar no Vale do Gurguéia-Piauí. 2001.

## Apêndice F - Projetos agrícolas instalados na região em estudo depois de 1980

Nº	NOME DOS PROJETOS	MUNICÍPIO	ÁREA DISPONÍVEL (ha)
01	Quilombo	Bom Jesus	3.500
02	Javali	Bom Jesus	500
03	Morada Nova II	Bom Jesus	1.200
04	Tapejara	Bom Jesus	1.500
05	MS	Bom Jesus	1.000
06	(1)...	Bom Jesus	1.250
07	Fazenda Primavera	Bom Jesus	1.500
08	Fazenda Vó Eugenio	Bom Jesus	1.500
09	Fazenda Rio Preto	Bom Jesus	4.000
10	(1)...	Bom Jesus	(1)...
11	Fazenda Quilombo	Bom Jesus	500
12	Fazenda São Luís	Bom Jesus	12.000
13	(1)...	Bom Jesus	(1)...
14	(1)	Bom Jesus	800
15	Fazenda Manga d'água	Bom Jesus	17.000
16	(1)...	Bom Jesus	500
17	Fazenda São Pedro	Bom Jesus	10.000
18	Fazenda São Marcos	Bom Jesus	1.000
19	Fazenda Três Irmãos	Bom Jesus	(1)...
20	Fazenda Calibre	Bom Jesus	440
21	Fazenda Por do Sol	Bom Jesus	600
22	(1)...	Bom Jesus	(1)...
23	Fazenda Três Irmãos	Bom Jesus	2.000
24	(1)...	Bom Jesus	(1)...
25	Fazenda Santa Maria	Baixa Grande do Ribeiro	3.700
26	Condomínio Boa Esperança	Baixa Grande do Ribeiro	17.590
27	Formosa Agropecuária Ltda	Baixa Grande do Ribeiro	60.000
28	Mafisa	Baixa Grande do Ribeiro	40.471
29	Transzero (2)	Baixa Grande do Ribeiro	32.000
30	Fazenda Irmãos Petek	Baixa Grande do Ribeiro	33.000
31	Fazenda União	Baixa Grande do Ribeiro	25.000
32	Cajupi	Baixa Grande do Ribeiro	10.000
33	Sorotivo	Baixa Grande do Ribeiro	14.000
34	Fazenda Ribeirão	Baixa Grande do Ribeiro	14.000
35	Fazenda Santa Rita	Ribeiro Gonçalves	3.000
36	AGRISA	Ribeiro Gonçalves	17.000
37	Fazenda Serra Gerais	Ribeiro Gonçalves	1.185
38	COMAG	Uruçuí	2.000
39	CANEL	Uruçuí	20.000
40	Fazenda Itália	Uruçuí	8.000
41	Nova Santa Rosa	Uruçuí	36.000
42	Fazenda Tangará da Serra	Uruçuí	2.500
43	(1)...	Uruçuí	(1)
44	Fazenda Novo Horizonte	Uruçuí	(1)
45	(1)...	Uruçuí	3.000
46	(1)...	Uruçuí	(1)
47	(1)...	Uruçuí	(1)
48	(1)...	Uruçuí	(1)
49	Fazenda C. da Rancharia	Uruçuí	8.000
50	(1)...	Uruçuí	3.000
51	Luiz C. Busa	Palmeira do Piauí	(1)...
52	Faz. Ituverava do Uruçuí	Palmeira do Piauí	(3)...
	<b>Subtotal</b>		(1)...
	<b>TOTAL GERAL</b>		<b>414.326</b>

FONTE: Companhia de Promoção Agrícola (Campo), fev. 2000.

(1) Informação não disponível na planilha. (2) Projetos desativados. (3) No Município de Palmeira do Piauí, o projeto Fazenda Ituverava do Uruçuí tem área disponível equivalente a 25.712 ha (EIA, fev. 2000), e o Nova Moriano possui área de 70.000 ha.

**ANEXOS**

## Anexo A

Tabela 1: Índices e variações anuais do PIB no Brasil — 1980-99

ANOS	SETORES ECONÔMICOS						TOTAL	
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Índice	Variação Anual (%)
	Índice	Variação anual (%)	Índice	Variação anual (%)	Índice	Variação anual (%)		
1980	100,0	9,5	100,0	9,2	100,0	9,0	100,0	9,2
1981	108,0	8,0	91,2	-8,8	97,5	-2,5	95,8	-4,3
1982	107,7	-0,5	91,1	-0,1	99,6	2,2	96,6	0,8
1983	107,2	-0,5	85,7	-5,8	99,0	-0,6	93,8	-2,9
1984	110,1	2,7	91,1	6,3	104,4	5,5	98,8	5,3
1985	120,6	9,5	98,7	8,3	111,6	6,4	106,5	7,8
1986	110,9	-8,0	110,2	11,8	120,6	8,1	114,5	7,5
1987	127,5	15,0	111,3	1,0	124,4	3,2	118,5	3,5
1988	128,6	0,8	108,4	-2,6	127,3	2,1	118,4	-0,1
1989	132,3	2,8	111,5	2,9	131,8	3,5	122,2	3,2
1990	127,4	-3,7	102,3	-8,3	130,7	-0,8	117,0	-4,3
1991	129,1	1,3	102,6	0,3	133,3	2,0	118,1	0,9
1992	135,5	5,0	98,2	-4,3	135,3	1,5	117,5	-0,5
1993	135,4	-0,1	105,1	7,0	139,6	3,2	123,4	5,0
1994	142,7	5,4	112,1	6,7	146,2	4,7	130,4	5,7
1995	148,6	4,1	114,3	1,9	152,7	4,5	135,9	4,2
1996	153,2	3,1	118,0	3,3	156,3	2,3	139,6	2,7
1997(1)	152,9	-0,17	124,9	5,8	160,5	2,7	144,62	3,6
1998(1)	152,9	-0,02	123,2	-1,34	161,8	0,83	144,44	-0,12
1999(1)	167,4	9,49	121,1	-1,69	164,0	1,33	145,90	1,01

FONTE: FGV/IBRE /DCS.

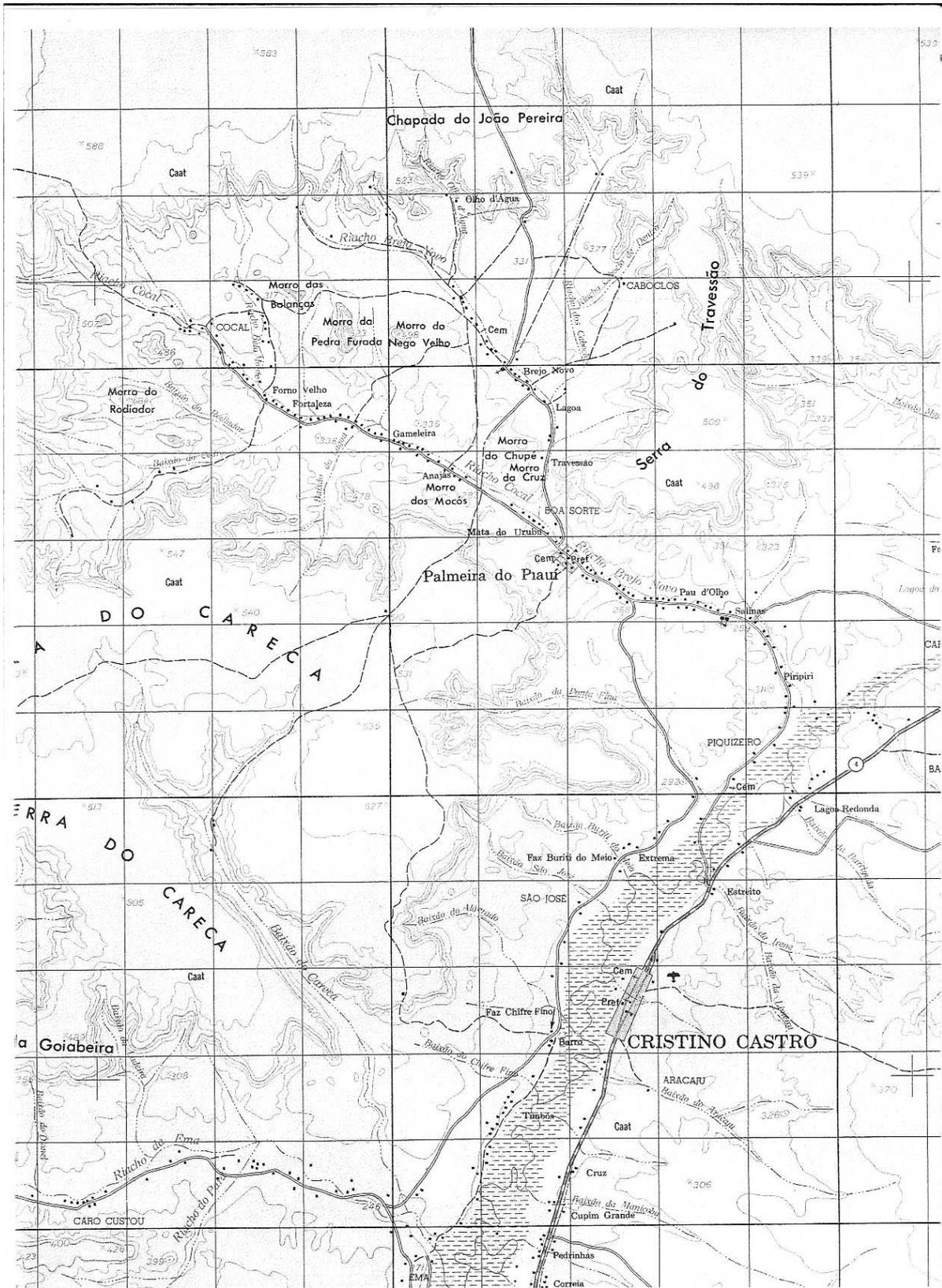
IBGE/DPE/DECNA.

NOTA: A diferença de algumas variações reais anuais em relação às variações obtidas pelos índices deve-se à utilização de apenas uma casa decimal no Índice Real.

(1) Dados preliminares.

**Anexo B**

Carta fotogramétrica de parte da região do Vale do Gurguéia (Cristino Castro-PI)



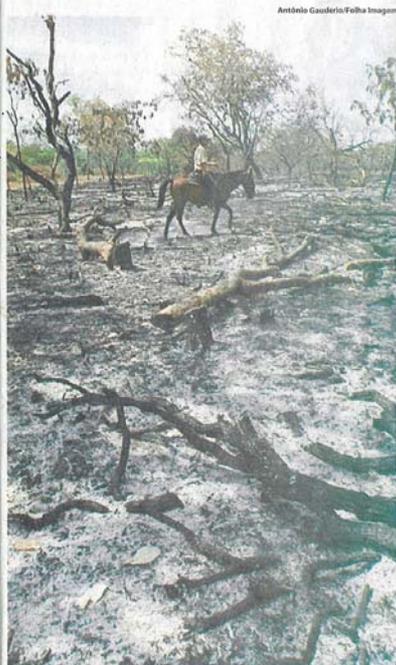
## Anexo C

## Reportagem sobre devastação do cerrado do Piauí pelos agricultores

FOLHA DE S. PAULO

BRASIL

domingo, 24 de dezembro de 2000 A 11



Área que está sofrendo devastação em Alvorado do Gurgia (PI)

NORDESTE *Trabalhadores gaúchos são atraídos à região pelo baixo preço das terras*

## Cerrado do Piauí está sendo devastado por agricultores

SERGIO TORRES

ENVIADO ESPECIAL AO PIAUÍ

Uma das últimas áreas virgens e férteis para a agricultura no Nordeste, o cerrado do Piauí vem sendo devastado. Atraídos por terras quase de graça, agricultores do Sul chegam em massa ao cerrado.

O custo ambiental é alto e pode ser avaliado por um desmatamento recorde ocorrido na região: em 30 dias, desapareceram 45 mil hectares de mata, habitada por raposas, veados e até onças.

Equivalente a mais de 45 mil campos de futebol como o do estádio do Maracanã (Rio), a área devastada para a instalação da comunidade agrícola Nova Santa Rosa (onde já vivem cerca de 500 gaúchos) não é a única em que o cerrado foi posto abaixo para implantar lavouras de soja e arroz.

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o governo do Piauí e a Curadoria do Meio Ambiente da Procuradoria de

Justiça do Estado desconhecem o tamanho exato do que já foi devastado até agora.

De acordo com dados oficiais do governo estadual, há 100.121 hectares plantados no cerrado piauiense, mas o total da área em que houve desmatamentos é bem maior. Durante três dias deste mês, a reportagem da Folha percorreu o cerrado. Ao longo de quilômetros de estradas vicinais, terras desmatadas e sem plantações surgiam de maneira contínua, a perder de vista.

Além da falta de pessoal para fiscalizar o meio ambiente, o desconhecimento oficial se deve, também, à imensidão do cerrado. São cerca de 11,5 milhões de hectares de terras praticamente inexploradas, que se espalham pelo sul e sudoeste do Piauí — cerca de 25% do território do Estado.

A localização do cerrado dificulta ainda mais a vigilância. As terras nobres ficam a 700 metros de altitude em relação ao nível do mar, sobre chapadões retos. Os

acessos são por estradas precárias, que não permitem a passagem de carros sem tração nas quatro rodas e atrapalham a circulação de caminhões e carretas.

Na maioria das vezes, o desmatamento é feito por quem vende a terra aos sulistas. Um dos compromissos do vendedor tem sido o de entregar a terra desmatada, para não atrasar o plantio.

No caso dos 45 mil hectares devastados, conforme a apuração da Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público, os gaúchos tiveram em contrato a garantia de que encontrariam a terra limpa em um período de 30 dias. Os contratos foram assinados em 1998. Em um mês, o cerrado estava no chão. Só em 1999 o Ibama foi informado do desmatamento.

Em novembro, a promotora Maria Carmen Almeida, curadora do Meio Ambiente do Piauí, sobreviou a área devastada em um avião de pequeno porte.

"Fiquei impressionada com a quantidade de terras nuas, sem

matas ou plantações. Do alto, vi que os desmatamentos são constantes no cerrado, que está virando uma terra arrasada", disse.

Maria Carmen é a autora da ação criminal que tramita na Justiça do Piauí contra o suposto responsável pelo desmatamento, um fazendeiro e dono de terras cujo nome não foi revelado. Acusado pela prática de crime ambiental, ele ainda não foi localizado pela Justiça para ser formalmente informado sobre o processo.

Os sulistas que compraram as terras não foram denunciados até agora: "Não quis entrar com ação contra os compradores. São pequenos produtores que já encontraram a região desmatada".

A curadoria prepara uma ação civil em que deverá denunciar por suposta omissão e conivência com crimes ambientais os governos federal, estadual e municipais da região, além dos bancos que financiam agricultores sem exigir licença de desmatamento do Ibama e os estudos de impacto.